

**Manual de
Política
Ministerial
Igreja de Deus
da Profecia**



Editorial

DeWayne Hamby: Secretário-Chefe e Editor

Marsha Robinson: Editor

Hudson S. Gonçalves: Diagramação

Revisado—97a Assembleia Internacional 2012

Nota do Editor:

Devido ao alcance da palavra “Internacional” e sua sobreposição com, e inclusão de, o significado da palavra “geral” (no mundo inteiro), usado pela Igreja de Deus da Profecia, o Gabinete do Supervisor Geral decidiu a partir da 95ª Assembléia Internacional de 2008, retirar a palavra “Geral” da designação “Assembléia Geral Internacional” e usar apenas o termo “Assembléia Internacional” quando se refere ao mais alto órgão de governo da Igreja. Portanto, todas as referências a “Assembléia Geral” neste volume e em todos as minutas da Assembleia, relatórios e documentos também significa “Assembléia Internacional” e vice-versa.

Índice

Seção Um: Estrutura Organizacional da Igreja de Deus da Profecia

I. A Assembleia Internacional	8
A. O Propósito da Assembleia Internacional	9
B. A infra-estrutura da Assembleia Internacional	10
Recomendações (Referente a políticas e procedimentos para as Assembleias Gerais Internacionais)	16
Recomendações como Portarias oficiais	23
Dinâmicas do governo teocrático e hierárquico	23
II. Presbitério Internacional	24
III. Presbitério Geral/Pluralidade de Liderança	25
IV. Escritórios Internacionais	26
A. Liderança Inspiracional	27
B. Desenvolvimento de Liderança e Ministérios de Discipulado	28
C. Finanças e Ministérios de Publicações	29

Ministério Nacional/ Regional/ Estadual

I. Ministério Trans-local	32
II. O Papel do Supervisor	33
A responsabilidade de ser um Supervisor	32
III. O Supervisor Igreja de Deus da Profecia	34
A. Função principal	34
B. Nomeação	34
C. Relacionamentos	34
D. Qualificações	35
E. Deveres administrativos	35
F. Deveres de supervisão	36
G. Deveres promocionais	36
H. Deveres de apontamento	37
I. Regra de advertência	37
J. Processo de Avaliação do Supervisor - 2008	38

Ministério Igreja Local

I. Organizando uma Nova Igreja local	46
A. Considerações que devem ser incluídas	46
B. Procedimentos de organização	46
C. Diretoria da Igreja Local	47
Autoridade	47
Seleção e Manutenção	47
D. Escrituras de Propriedades da Igreja	48
Documentos de Garantia	50
E. Contrato Social	51

II. Dissolvendo uma Igreja Local	57
III. Membros da Igreja	57
A. Acrescentando Membros à Igreja	58
B. Administração do Pacto	59
C. Ensinaamentos da Igreja de Deus da Profecia	60
D. Afirmação - Traduções da Bíblia	62
E. Afirmação - A Presença e manifestações do Espírito Santo	63
IV. Disciplina na Igreja	66
A. Objetos de Disciplina na Igreja	66
B. Tipos de ofensa	66
V. A Conferência da Igreja Local	67
A. Os Constituintes	67
B. Tipos de Conferências	68
C. Propósito e Objetivo	68
D. Oficiais da Conferência	69
E. Deveres e Poderes da Conferência	70
F. Ordem da Seção	71
G. O Processo de Tomada de Decisão	72
H. O Papel do Comitê de Finanças e Mordomia da Igreja local	72
I. Como Engajar os jovens e crianças	74
J. Recomendação de Dízimo Corporativo	74
Políticas do Ministério	
I. Manual de Política de Ministério e Competências Ministeriais da Igreja de Deus da Profecia	77
A. Competências Ministeriais Gerais	77
B. Competências para os Pastores	78
C. Competências para Supervisores Nacionais/ Regionais/ Estaduais, presbíteros gerais, diretores do Ministério Internacional e Pessoal Trans-Loais	80
Aviso Ministerial Geral	82
II. Recomendando um membro ao Ministério da Igreja	82
A. A Responsabilidade da Igreja local	82
B. A Necessidade de Exame	82
C. A Recomendação Oficial	83
III. Ministério Leigo	84
A. Procedimento de Certificação para o Ministério Leigo	84
B. Autorização	85
C. Políticas	85
IV. Ministros licenciados	86
A. Ministério Pastoral	86
B. Mandato Pastoral	86
1. Recomendações	86

2. Processo de Avaliação Pastoral	87
3. Avaliação do Ministério da Igreja	88
4. Deveres e Responsabilidades da Força-Tarefa de Avaliação	88
5. O Processo de Avaliação - Necessidades Educação/Treinamento ...	89
6. Processo de Apelo Ministerial	91
7. Instrumentos para Avaliação	93
C. Ministério Evangélico	101
D. Mulheres/Diaconisas	101
E. Procedimentos para o licenciamento	103
F. Ministros vindo à Igreja vindo de outras organizações	105
G. Autorização	106
H. Ordenação de Ministros [licenciados]	106
I. Mudança de Status	107
V. Presbíteros	107
A. Os diáconos/ diaconisas	108
B. Bispos	109
VI. Instruções Gerais	111
A. Diretrizes para Despesa Ministerial	111
B. O dízimo pelos ministros	113
C. Ministros para respeitar a Orientação da Assembléia em Doutrina	113
D. Cartão de Identificação	114
E. Trabalho Secular.....	114
F. Observando Ordenanças	114
G. Ministrando Estado-a-Estado/Nação-a-Nação/Região-a-Região	114
H. Realizando Casamentos	114
VII. Sistema de Relatório do Ministério	115
A. Bispos	115
B. Ministros Licenciados	116
C. diáconos/ diaconisas	116
D. diáconos/ diaconisas em Teste	116
E. Ministros Leigos	116
F. Ministros jubilados	116
G. Ministros impedidos	116
VIII. Disciplina Ministerial	116
A. A natureza e o propósito da Disciplina	116
B. Ofensas que requerem ação disciplinar	117
C. Procedimentos de Disciplina	118
D. Encerramento de Credenciais Ministeriais	121
E. Restauração de Ministros	122
IX. Processo de Revisão e Procedimento para Seleção de Supervisor Ge- ral e Presbíteros Gerais	124
A. Seleção de Supervisor Geral	124
B. Deveres e Responsabilidades do Supervisor Geral	129

C. Seleção de Presbíteros Gerais	131
D. Deveres e Responsabilidades dos Presbíteros gerais	135
X. Alterações atual sistema financeiro (Relatório do Comitê F&S)	138
XI. O Desafio da Imigração Global	158
Manual de Políticas Ministerial Guia de Estudo e Exame Ministerial	160
Seção Dois: Atos de negócios a 97 Assembléia Internacional	
Comitê Administrativo	177
Comitê de Finanças e Mordomia	183
Seção Três: Importante Informação e Recursos	
Princípios bíblicos, Crenças e Práticas	200
Jubilação de Ministros	215
Bispos ordenados	216
Ministros Falecidos	216

Seção Um

**Estrutura
Organizacional**



Estrutura Organizacional da Igreja de Deus da Profecia

A estrutura organizacional da Igreja de Deus da Profecia existe e opera em três níveis interdependentes - internacionais, nacional/ regional/ estadual e local. O nível internacional de organização da Igreja funciona a nível mundial e fornece uma rede global de apoio e interação para os ministérios da Igreja em todos os 50 Estados Unidos e mais de 130 outras nações. O nível nacional/ regional/ estadual fornece liderança mais focado e suporte diretamente no contexto das nações, regiões e estados onde a Igreja está trabalhando. O nível local é o coração da Igreja, fornecendo carinho e cuidado às congregações em milhares de cidades, vilas e comunidades ao redor do mundo, onde a missão da Igreja é realizada diariamente. Esses corpos locais de crentes formam o quadro no qual a Igreja cumpre os seus objectivos de adoração, evangelização, de equipar os crentes, e na preparação para o retorno de Cristo. Em todos os níveis de organização na Igreja, estão sendo feitos esforços no sentido de manter uma flexibilidade dinâmica, a fim de evitar a estagnação. Em sociedades cada vez mais complexas e em constante mudança, a capacidade de continuar a ser relevante para as necessidades das pessoas depende da capacidade de reagir à mudança social de uma maneira positiva, sem comprometer a verdade. Deus é dinâmico, não estático; Ele é um Deus que se move e age nos assuntos da humanidade. A Igreja tem o compromisso de ser um povo que se move e peregrina, que se move quando Ele se move e que para quando Ele para. Assim, as estruturas organizacionais descritas abaixo estão servindo atualmente à nossa missão, mas são sujeitas a revisão à medida que o Espírito Santo de Deus possa direccionar.

I. A ASSEMBLÉIA INTERNACIONAL

A Assembleia Internacional, uma reunião aberta a todos os membros, é o órgão máximo de tomada de decisão na Igreja de Deus da Profecia. Atualmente, acontece a cada dois anos. O supervisor geral da Igreja estabelece o programa e atua como moderador geral para a Assembleia. Durante as discussões de questões doutrinárias e de negócios, cada membro tem uma voz igual. Chegou o momento em que parece mais adequado para desenvolver um sistema em que cada igreja local e nação em todo o mundo possam ter verdadeira representação no negócios de tomada de decisão. Desde que há uma mudança dinâmica na globalização da Igreja, o termo “delegado” seria mantido quando se tratar de diálogo e debate, no entanto, expressões de tomada de decisão seria por apenas representantes oficiais. Portanto, cada igreja ou região local seriam autorizados a ter um determinado número de representantes com base no rol de membros.

Na conclusão do processo de negócio da Assembléia Internacional adotado na 88ª Assembléia Internacional, recomendamos que se uma sessão de liderança for necessária no processo de tomada de decisão, apenas os bispos e presbíteros que trabalham na oração e na Palavra, devem dialogar a Escritura. A fim de dar mais esclarecimentos ao nosso processo de tomada de decisão, recomendamos que os relatórios sobre as políticas, procedimentos e finanças apresentadas por comissões permanentes da Assembleia ser aceito por consenso esmagador. Todos os assuntos de natureza doutrinária deve ser aceito por “comum acordo” (Minutas da 93ª Assembléia, 2004, p. 333). A Assembleia também proporciona momentos de adoração inspirada, pregação, ensino e companheirismo. É durante a assembléia internacional que o Presbitério Geral revela o peso de seu coração e dá visão para a direção que ele acredita que Deus está conduzindo a Igreja. No nível internacional da organização, o Presbitério Geral, liderado pelo supervisor geral, que é selecionada por um comum acordo na Assembleia Internacional para servir por prazo indeterminado, tem uma ampla gama de responsabilidades de liderança espiritual e administrativa. Este faz a seleção final de toda a liderança internacional, incluindo os supervisores nacionais/ estaduais/ regionais e as comissões da Assembleia. Além disso, o Presbitério Geral constantemente busca a Deus para direção espiritual e lança visão para os esforços de alcance da Igreja em todo o mundo.

A. O Propósito da Assembléia Internacional

O objetivo principal da Assembleia Internacional é servir como órgão interpretativo e de tomada de decisão que lida com a urgência exigida de decisões definitivas das verdades universais para questões translocais para acelerar a proclamação do Evangelho (Atos 1:21-23, Efésios 2:13-16, 19, 20, Atos 15:6-9). É o lugar em que os membros da Igreja e seus representantes oficiais reúnem juntos sob a liderança de Cristo para examinar as Escrituras. À medida em que a Bíblia é iluminada pelo Espírito, a compreensão e resolução de diferenças de interpretações, que tendem a ser de divisão entre as igrejas, serão recebidos. A Assembleia Internacional aceita a Bíblia como a sua mais alta autoridade .

A função secundária da Assembleia Internacional é decidir sobre as ações administrativas da Igreja que considere útil no cumprimento da Grande Comissão (Mateus 28:18-20).

Assuntos específicos, sem impacto universal, que pertencem a determinadas regiões, serão tratadas pelo Presbitério naquela região em harmonia com as interpretações aceitas da Assembléia.

B. A infra-estrutura da Assembléia Internacional

1. O Chefe Moderador O supervisor geral da Igreja de Deus da Profecia atuará como moderador da Assembléia Internacional. Neste papel, em consulta com os presbíteros gerais, terão as seguintes responsabilidades:

- a. A autoridade de convocar uma Assembléia Internacional, conforme descrito pela Assembleia Internacional
- b. A moderação da Assembléia Internacional
- c. A nomeação de comissões da Assembleia
- d. A facilitação do processo de tomada de decisões em conjunto com os conselheiros da Assembléia

2. Conselheiros da Assembléia

Os presbíteros gerais servirão como os conselheiros de Assembléia (Minutas da 90ª Assembléia, 1998, p. 87).

3. O papel e os deveres das Comissões da Assembléia

Ao longo dos últimos anos, tornou-se cada vez mais evidente que as funções e atribuições dos três comitês primários da Assembleia (Administrativo, Doutrina e política bíblica, Finanças e mordomia) precisavam ser mais bem definidos e articulados para evitar confusão ocasional ou sobreposição de funções. Estes três comitês são referidos como “permanentes” porque a natureza e a influência de seu trabalho está em curso, mesmo quando a Assembléia não está em sessão. Esses comitês exigem enorme tempo, esforço e cooperação para realizarem suas funções atribuídas, bem como para fornecer o melhor ministério possível que puderem para este corpo. Em um esforço para ajudar a esclarecer a política da Igreja em relação a esses diversos comitês, os presbíteros gerais manifestaram o seu apoio ao comitê da Assembléia para doutrina e política bíblica para definir tanto o papel quanto os deveres destes três comitês permanentes da Assembleia nomeados pelo supervisor geral da Igreja de Deus da Profecia. Nós humildemente submetemos esses esclarecimentos com base em pesquisa de decisões anteriores sobre esses comitês e a intenção vista em sua origem. Oferecemos estas observações e recomendações:

Definição de um “Comité Permanente” da Assembléia

Um comitê nomeado na Assembléia pelo supervisor geral, em consulta

com os presbíteros em geral.

Um comitê que funciona em uma base contínua, com reuniões fora da Assembleia.

Um comitê que presta um relatório à Assembleia para apreciação e resposta.

Um comitê que tem um escopo global ou esfera de influência nesta Igreja.

Comitê Administrativo

a. Tanto o Comitê de Propriedades Gerais quanto o Comitê Executivo serviram em papéis muito mais limitados e com menos funções. O Comitê Administrativo (doravante AC) nasceu de uma decisão de 1983 que mudou o nome para o AC que assumiu muitos desses papéis (Minutas da 83ª Assembléia, 1988, p. 45).

Com a reorganização do Gabinete do Supervisor Geral, em 1991, o supervisor geral deu a autoridade de usar seu próprio critério na nomeação de comitês de escritórios internacionais e no número de pessoas que compõem os comitês (Minutas da 86ª Assembléia, 1991, p 108).

O AC é nomeado pelo supervisor geral. Eles servirão para trazer itens de natureza administrativa e prática que necessitem aprovação da Assembleia. Eles organizarão várias pessoas e comitês dos escritórios internacionais que precisem relatar à Assembléia (Minutas da 88ª Assembléia, 1994, pp 150, 151).

Não é de responsabilidade do AC definir a agenda dos outros comitês da Assembleia [eg, BDP e F&S], nem de ditar a agenda da Assembleia (Minutas da 88ª Assembleia de 1994, pp 43, 44).

O AC dos Escritórios Internacionais serve para trazer esses itens de natureza administrativa e prática para a assembléia internacional para a sua aprovação. O AC vai trazer para a Assembléia para sua consideração todas as outras questões (que não estão sob a jurisdição das demais comissões da Assembléia). As decisões são tomadas por meio de consenso esmagador (Minutas da 90ª Assembleia, 1998, pp 89, 150).

Entrada dos presbíteros gerais irá adicionar uma significativa dimensão de liderança para o processo de decidir assuntos que serão apresentados a futuras Assembleias internacionais. O papel do AC permanecerá essencialmente de decisões tomadas de relatórios entre Assembléias e de esclarecer práticas de trabalho existentes (Minutas da 94ª Assembleia, 2006).

Durante a transição entre supervisores gerais, por mútuo consentimento de remuneração do supervisor geral e de seu antecessor, o regime de acomodações adequadas de escritório e remuneração deve ser feita pelo AC. (Minutas da 94ª da Assembléia, 2006).

O crescimento transicional das necessidades administrativas tem por necessidade exigido que o Comitê Administrativo, sob a direção do supervisor geral deva assumir mais responsabilidades. Antes da introdução do sistema de pluralidade, que resultou em escritórios dos presbíteros gerais, havia a necessidade deste grupo ser os assistentes administrativos primários. Com a transformação da pluralidade, o papel da AC ficou menos abrangente. É claro que o papel do Comitê por necessidade cresceu fora de necessidade de auxiliar o supervisor geral e presbíteros gerais que representam a Assembleia quando esta não está em sessão. Com esse entendimento, alguma flexibilidade deve ser dada ao AC para servir justamente no seu papel ao mesmo tempo, respeitando os papéis e deveres dos presbíteros gerais e de outras comissões com mandato da Assembleia. De tempos em tempos, pode ser aconselhável para este comitê se reunir com os presbíteros gerais ou outros comitês da Assembleia para rever as responsabilidades do AC e para assegurar a Assembleia que todos os comitês vão trabalhar harmoniosamente para a edificação da Igreja.

Comitê de Doutrina e Política bíblica

O Comitê de Doutrina e Política bíblica (doravante BDP):

O Comitê é nomeado pelo supervisor geral para servir a Igreja através da preparação de uma exposição para o diálogo sobre as questões universais da doutrina, teologia, ética e política bíblicas para a consideração da Assembleia.

O Comitê deve refletir a delegação internacional da Igreja (tanto quanto possível). Como um comitê permanente, deve interagir com a Igreja internacional no processo de desenvolvimento de relatórios.

O Comitê é para preparar um relatório expositivo preliminar que deve ser distribuído para a Igreja, o mais tardar, 90 dias antes da Assembleia para sua consideração. Assuntos expositivos adicionais não incluídos no relatório não deve ser considerados nessa Assembleia, mas na seguinte, depois que um documento for apresentado e distribuído, no entanto, questões urgentes podem aparecer. Isto não impede qualquer movimento dinâmico do Espírito para dar direção.

Questões de doutrina, teologia, ética e política bíblicas para a considera-

ção da Assembleia devem ser dirigidas ao Comitê de BDP. O moderador geral (supervisor geral), em consulta com os conselheiros da Assembléia (presbíteros gerais) e do Comitê BDP, pode introduzir questões de caráter emergencial não inclusos no Relatório de Assembly (Minutas da 88ª Assembléia, 1994, pp 150, 151).

No interesse de manter a clareza e eficiência, seria sábio para as matérias que exijam exposição bíblica a ser tratada unicamente pelo Comitê BDP (Minutas da 90ª Assembléia, 1998, p. 89).

A fim de dar mais esclarecimentos ao nosso processo de tomada de decisão, recomendamos que os relatórios sobre as políticas, procedimentos e finanças apresentados pelos comitês permanentes da Assembleia sejam aceitos por consenso esmagador. Todos os assuntos de natureza doutrinária devem ser aceitos por “comum acordo” (Minutas da 93ª Assembléia, 2004, p. 333).

A intenção do processo expositivo é fornecer a cada Assembléia com relatório(s) para decisão e distribuição para facilitar o estudo, oração e meditação até a próxima Assembléia, quando seria apresentada para decisão (Minutas da 93ª Assembléia, 2004, p. 111).

O Comitê BDP foi solicitado pelos presbíteros em geral para fazer uma declaração de esclarecimento a respeito de nossa posição no governo da Igreja. Reconhecemos o delicado equilíbrio entre nossa fazer teológico/eclésiástico da Igreja e da estrutura jurídica que devemos manter para fins legais (minutas da 94ª Assembléia, 2006, pp 176, 177).

À luz das decisões acima sobre o papel e as funções do Comitê da Assembleia para doutrina e política bíblica, este corpo é para servir a Igreja, revisitando continuamente a Palavra de Deus para assegurar que estamos andando na luz da verdade. Daí em diante, recomendamos ainda que o Comitê de BDP não só deve trazer assuntos à Assembleia para apreciação, mas também reunir-se com a liderança e outros comitês considerados necessários pelo supervisor geral e presbíteros gerais para fornecer conselhos em áreas de doutrina e política. Recomendamos ainda que devem ajudar na edição das Minutas da Assembleia e no Manual de Política Ministerial para garantir que as decisões tomadas pela Assembleia relativos à doutrina e sistemas políticos sejam registrados com precisão. No assunto que diz respeito ao BDP, tem sido a prática deste corpo que assuntos trazidos para estudo ou resolução a este Comitê viria através do supervisor geral, e presbíteros gerais, por uma decisão oficial da Assembleia, ou porque o assunto tem imensa importância e preocupação para a Igreja global.

Comitê de Finanças e Mordomia

O Comitê da Assembleia de Finanças e Gestão (doravante F&S):

O Comitê de F&S é nomeado pelo supervisor geral para servir a Igreja através da formulação e articulação de planos financeiros e princípios de Mordomia baseados bíblicamente e orientados globalmente para a consideração da Assembleia .

O Comitê de F&S deve refletir a delegação internacional da Igreja (tanto quanto possível). Como um Comitê permanente, deve interagir com a Igreja internacional no processo de desenvolvimento de relatórios .

O Comitê de F&S é para preparar um relatório preliminar, que deve ser distribuído para a Igreja, o mais tardar, 90 dias antes da Assembleia seguinte para sua consideração. Qualquer recomendação baseada na Bíblia deve ser acompanhada de referências bíblicas; quaisquer assuntos práticos de Mordomia deve incluir justificativa adequada. Questões adicionais não incluídos no relatório não devem ser consideradas nessa Assembleia, no entanto, as questões urgentes podem aparecer. Isto não impede qualquer movimento dinâmico do Espírito para dar direção.

Questões relacionadas com a F&S para a consideração da Assembleia devem ser encaminhadas ao Comitê. O moderador geral, em consulta com os conselheiros da Assembleia e do Comitê, pode introduzir as questões de natureza emergente não incluídos no Relatório de Assembleia.

O supervisor geral ou assembléia internacional pode utilizar este Comitê para auxiliar na prestação de contas e de formulação de políticas nos processos administrativos financeiros (Minutas da 88ª Assembleia, 1994, pp 149-151).

O Comitê de F&S é para se concentrar em questões práticas, incluindo projetos promocionais e de angariação de fundos. Assim, ao determinar a expressão da Assembléia, o princípio de um acordo comum será utilizada para o BDP em assuntos doutrinários, enquanto o consenso esmagador irá determinar todos os outros assuntos e os apresentados pela F&S e o AC .

É responsabilidade do Comitê de F&S analisar e estabelecer o salário e os benefícios de todos os nomeados aos escritórios internacionais e desenvolver uma política de investimento para os fundos de escritórios internacionais (Minutas da 87ª Assembleia, 1992, p. 62).

Tendo examinado todos os deveres anteriores do Comitê de F&S, é óbvio que muito do papel do Comitê de Finanças e Mordomia foi obscurecida durante o período de transição dos últimos anos. Nós, portanto, recomen-

damos que todos os deveres acima indicados do Comitê de F&S sejam reconhecidos, para que possam servir a esta Igreja em proporcionar uma melhor prestação de contas de todas as finanças da mesma. Além disso, isso incluirá o uso do Comitê de F&S para prestação de contas na formulação de políticas no processo administrativo financeiro e na definição dos salários para o supervisor geral e presbíteros gerais. É a responsabilidade do Comitê de F&S analisar e estabelecer o salário e os benefícios de todos os nomeados aos escritórios internacionais e para desenvolver uma política de investimento para as finanças dos escritórios internacionais. Seu conselho para o AC é essencial para fornecer uma visão mais ampla e de avaliação externa de todas as nossas decisões financeiras.

Também recomendamos que as despesas para participar das reuniões serão reembolsados ou fornecidas como outros comitês permanentes da Assembleia. Nós humildemente recomendamos o relatório acima, com especial apreço a todos aqueles que serviram no passado e atualmente servem em nossos comitês da Assembleia. Seu compromisso com a missão desta Igreja e vontade de trabalhar sem salário em seus respectivos comitês deve ser elogiado por este órgão (Minutas da 95ª Assembléia, 2008, p. 47, Relatório do Comitê BDP).

Nota Editorial: O Comitê de F&S analisa e estabelece o salário e os benefícios do Supervisor Geral, Presbíteros Gerais e Diretores do Ministério Executivo. Todos os outros salários indicados (translocals) e benefícios são estabelecidos pelo respectivo Diretor Executivo do Ministério.

4. Representantes oficiais e Representação de Igrejas

Quando uma matéria de negócios, processual, política ou doutrinária for apresentada em uma Assembleia, a cada nação será dado ao relatório ou documento a ser traduzido, copiados e distribuídos para cada igreja local para que eles possam vir a um acordo sobre o assunto. Sua representação seria dada ao seu respectivo pastor ou um delegado (delegado significa presbítero distrital/ estadual/ regional/ nacional), selecionados por eles que irão representá-los no solo dessa Assembleia quando o moderador pedir uma decisão. Caso a decisão não seja alcançada, uma discussão mais aprofundada será necessária, conforme determinado pelo moderador e os conselheiros da Assembleia. Isto poderia significar uma sessão especial do diálogo bíblico por todos os bispos presentes que possam ser chamados pelo moderador. Depois, a decisão final seria feita apenas pelos “representantes oficiais” presentes, de acordo com a orientação dos anciãos e a direção do Espírito Santo sobre a Assembleia (Atos 15:19, 28). Representação de membros de várias regiões pode ser feito na forma de proAdministra-

dores enviados. Cada igreja local iria apresentar uma procuração. Uma igreja pode apresentar uma procuração adicional quando chegar a 100 membros ou múltiplos de 100 depois. Os membros individuais em igrejas locais, que possam não concordar com o consenso da igreja local, seria concedido o privilégio de abster-se do processo, se assim o escolher. Deve ser entendido que a abstenção seria o de remoção de si do processo e o silenciamento da sua voz. É compreensível que alguém representando os proAdministradores para a Assembléia poderia estar carregando expressões a favor e contra o relatório. É essencial que haja um entendimento entre o representante e as igrejas que representa seria de esperar seguir a liderança do Espírito Santo, a sabedoria dos conselheiros da Assembléia, e a expressão de um acordo comum da Assembleia. Isto poderia significar um resultado diferente do que inicialmente previsto pelos proAdministradores. Uma vez que uma decisão for tomada, seria entendido que a comunidade global Igreja iria ratificá-lo. Conforme observado em Atos 15, o decreto que trouxe harmonia entre as igrejas não era visto como sendo imposto ou desafiado, mas sim, foi aceito como estabelecidos pelos apóstolos e anciãos em Jerusalém .

Recomendações

Em termos de políticas e procedimentos para as Assembléias Gerais internacionais, parece imperativo fazer vários alinhamentos práticos que facilitem a colheita de muitas nações que fluem para esse corpo.

1. Uma política de “representante oficial” para a Assembléia para trazer a igualdade a nossa representação nas sessões de negócios.
2. Um sistema de procuração, como definido no documento, segundo o qual os membros ausentes de todas as nações possam ser representados na Assembleia. À medida que avançamos para a implementação deste novo processo, temos de ser sensíveis a quaisquer ajustes que possam ser justificados.
3. Avaliar e adaptar o programa da Assembleia foi para permitir mais tempo para sessões de negócios e necessária reflexão sobre assuntos vitais trazidos por comitês.
4. Permitir que as vozes, tanto prós e contras, sobre questões ante a Assembléia terem o mesmo tempo e oportunidade para perguntas, comentários e diálogos bíblicamente baseados.
5. Enfatizar a importância e “autoridade bíblica” dos nossos anciãos (moderador e conselheiros da Assembleia) para determinar quando um acordo

apropriado esteja presente e também para discernir quando os indivíduos não tiverem justificação bíblica para suas objeções ou demonstrarem um espírito de discórdia e divisão.

6. Reafirmar nossa posição para a submissão bíblica.

7. Um papel mais ativo pelo moderador e conselheiros da Assembleia em discernir manifestações espirituais para garantir que eles se alinhem com o Espírito e a Palavra. Aqueles que fossem considerados fora de ordem seriam tratados de forma decisiva. Isso também inclui aqueles que expressam atitudes de desrespeito e desprezo pelo moderador, Assembleia Internacional e de seus comitês oficiais. Isso pode significar a sua voz seja removida do processo.

8. A fim de trazer mais esclarecimentos para o nosso processo de tomada de decisão, recomendamos que os relatórios sobre as políticas, procedimentos e finanças apresentadas por comitês permanentes da Assembleia sejam aceitos por consenso esmagador. Todos os assuntos de natureza doutrinária deve ser aceito por “comum acordo.”

9. Logística de Implementação-Como já foi dito no documento, a cada igreja seria permitido um procurador. ProAdministradores adicionais são permitidos como referido no documento. Seria bom o pastor e seus líderes locais envolverem sua congregação quanto ao método utilizado para determinar e registrar seu procurador ou proAdministradores. Cada igreja local deve se esforçar para chegar a um acordo sobre um determinado assunto que está sendo considerado. Se uma igreja local tem mais de um procurador e se os proAdministradores divergirem, os proAdministradores divergentes se anulam mutuamente. Antes da Assembleia, proAdministradores podem se registrar por correio, e-mail, fax, ou pessoalmente com o Escritório do Supervisor Geral. Ou os proAdministradores podem ser trazido para a Assembleia Internacional pelo pastor, supervisor, ou pessoa designada por eles. Caso seja determinado que os métodos fraudulentos foram usados em registrar e/ou ser proAdministradores, estes serão automaticamente desqualificados.

Quando as expressões são solicitados na Assembleia, cada representação iria apresentar seus representantes na ordem correta. obreiros localizados em vários locais da área da reunião os classificarão. Cada “representante oficial” receberá uma identificação com código de cor apropriada, que significa não só o seu nome, mas também o número de proAdministradores e da igreja ou área que representam.

A intenção deste processo seria o de que em cada Assembleia, haveria

relatório(s) apresentado para decisão e documento(s) preparado para distribuição e estudo até a próxima Assembléia, quando seria apresentado para decisão.

Caso seja necessário mais detalhes específicos, isto seria deixado ao critério do Escritório do Supervisor Geral. Esta será uma experiência de aprendizagem. Com base em seu trabalho processual e de entrada constituinte de nossa Igreja, uma avaliação será feita pelo Comitê doutrina e Política bíblicas para determinar se ajustes são necessários.

As seguintes alterações ao sistema de representação foram divulgados pelo Comitê BDP em 31 de outubro de 2008:

As alterações pendentes abaixo, serão inseridas na página 110, entre as seções 2 e 3 de acordo com as recomendações da 93ª Assembléia de 2004. Estas breves alterações são o resultado de sua entrada após a última Assembléia Internacional e de diálogo com o Comitê BDP .

Recomendamos que cada Igreja local se registre com o supervisor estadual/regional/nacional. A igreja local não precisa registrar-se diretamente com o Escritório Internacional. O supervisor estadual/regional/nacional vai enviar todas as informações de registro de representação para o Escritório Internacional para ser verificado e registrado. Quando o representante da igreja chegar à Assembleia Internacional, ele/ela fará check-in com funcionários de representação para obter código de barras da igreja para o processo de expressão. Cada igreja local deve ser atribuído um representante para os primeiros 100 membros. A cada 100 membros posteriores receberá um representante adicional a um máximo de dez representantes. [Por exemplo: 0-100: 1; 101-200: 2; 201-300: 3 etc.]

Quando os documentos da Assembleia pendentes são enviados à consideração do campo cada documento deve observar se ele vai ser considerado por “consenso esmagador” ou por princípio de “comum acordo”.

As sugestões a seguir foram liberadas pelo Comitê BDP em 30 de outubro de 2008:

1 Aulas da Escola Dominical. Usando uma série de três a quatro aulas eletivas da Escola Dominical para apresentar, discutir e trazem uma resolução, se possível, do documento de procuração pendente.

2 Hora informal do café. Uma sessão da noite de uma discussão informal dos documentos pendentes que serão trazidas na próxima Assembléia. [Isso poderia ser feito enquanto se serve refresco num ambiente descontraído].

3 Grupos Pequenos. Isto pode ser feito através dos grupos pequenos

com uma apresentação do pastor ou do seu representante designado. Um tempo de Perguntas e Respostas, logo após a apresentação e concluindo com uma manifestação pelo grupo pequeno. Essas manifestações podem ser compiladas pelo pastor e os anciãos da congregação local e a manifestação final da igreja local enviado para o escritório estadual/regional/nacional.

- 4 **Conferência da Igreja.** Outra maneira isso pode ser feito é através de uma chamada formal de conferência regular de negócios da igreja para apresentar, discutir e decidir a questão.
- 5 **Reunião Geral da Igreja.** A reunião geral realizada com a finalidade de discutir os documentos da Assembléia em que uma decisão pode ser alcançado sem moções formais, sem excluir os não-membros. Embora isso possa ampliar a participação, um pastor e sua equipe de liderança deve usar esse processo apenas quando eles sabem que é propício para a unidade global da Igreja.
- 6 **Por carta/documentação formal.** Segundo este método, um pastor iria preparar uma cópia dos documentos da Assembléia pendentes para ser enviado a cada família de membros que irá incluir um formulário de resposta quanto à sua manifestação sobre os documentos pendentes. Quando o pastor receber esses formulários de resposta, este e a equipe de presbíteros/líderes responsável deve compilar os resultados e enviar o resultado final para o escritório estadual/regional/nacional.

Nota: Não importa qual dos métodos acima seja usado, alguém deve ser escolhido para representá-la na Assembleia Internacional. Lembre-se que sua manifestação da igreja será contado na Assembléia e seu representante deve estar preparado para submeter-se ao Espírito Santo à medida que Ele se move no corpo da Assembléia. Estas são apenas algumas sugestões destinadas a facilitar uma melhor cooperação e envolvimento de nossas igrejas e de pessoas no sistema de representação. Obrigado por sua enorme colaboração e orações.

Foi divulgado o seguinte pelo Comitê BDP em 30 de outubro de 2008:

Introdução

O Comitê de Doutrina e Política bíblica deseja expressar graças a Deus e ao nosso Supervisor Geral pela moderação eficaz de nossa última assembléia internacional em Nashville, Tennessee, em agosto de 2008 e todo o pessoal da assembléia por sua introdução e participação no sistema de

representação. Desejamos, em particular, expressar nossa gratidão a todas as igrejas locais, pastores e ministros que participaram no processo e para todos os que assistiram à sessão de feedback e revisão durante a última Assembléia .

Nossas sessões de negócios durante nossas Assembléias historicamente tem colocado desafios no que diz respeito a alcançar uma maior inclusão e reflexão acurada das decisões da assembleia de nossos constituintes globais em nosso processo de tomada de decisão. A introdução do sistema de representação potencialmente ofereceu uma solução para esses desafios. Nós pensamos e sentimos que os esforços combinados de treinamento e preparação de pessoal-chave da igreja, para a introdução deste processo à Assembleia provou ser um grande sucesso, à medida em que os resultados e comentários dos delegados da Assembléia Internacional e por presbíteros internacionais depois que eles haviam retornado para o campo. Há no entanto uma necessidade de fazer pequenas alterações ao sistema no que diz respeito ao processo de inscrição e o número máximo de representantes de uma igreja local. A autoridade para fazer ajustes foi dada pela Assembleia Internacional no relatório de Políticas e procedimentos de assembleia de 2004.

Máximo de representantes de uma igreja local

Tornou-se claro em nossa análise e discussões que é possível para uma ou duas igrejas locais com grande adesão de qualquer parte do nosso mundo igreja afetarem desproporcionalmente os resultados das expressões em nossas discussões durante a assembleia. Um exemplo disso seria uma situação em que uma igreja local de 5.000 membros poderia trazer 50 representantes para o processo e uma nação de 3000 membros só pode trazer 30. Com efeito duas ou três grandes igrejas locais em uma parte da nossa comunidade da igreja pode ter influência indevida sobre o processo de tomada de decisão. Após reflexão nós determinamos que haja um máximo de dez representantes de qualquer igreja local.

Destaques e explicações de implementação

1 Tomada de decisão deve ser firmemente estabelecida na Palavra de Deus

2 Papel dos anciãos deve ser observado e honrado

3 Ordem de itens da agenda: negócios, processual, política, ou doutrinária. Os principais temas da agenda de discussão e decisão a ser publicado o mais rápido possível após a Assembleia anterior.

4 Procedimento:

Relatório ou documento a ser traduzido, copiado e distribuído para cada igreja local para que possam chegar a um acordo ou chegar a um consenso sobre o assunto. Um fórum apropriado para tais discussões da igreja local poderia ser o padrão de conferências trimestrais, ou uma reunião especialmente convocada para o propósito.

Acordo ou decisão a ser dada ao seu pastor ou um designado da Igreja (designar, para fins destes procedimentos, significa presbítero-supervisor distrital, estadual, nacional, regional, ou presbítero geral) selecionado ou nomeado como um representante para a Assembleia para este propósito.

Se quando o moderador da Assembléia Internacional apela para uma decisão sobre um item da agenda não se chegar a decisão apropriada, uma discussão mais aprofundada (em Assembléia aberta) será necessária, conforme determinado pelo moderador e os conselheiros da Assembléia. Isto poderia significar uma sessão especial de diálogo bíblico, por todos os bispos e presbíteros presentes na Assembleia - os que trabalham na oração e na Palavra, como pode ser solicitado pelo moderador (Manual de Políticas do Ministério atual, p 8; Ver também Minutas da 92ª Assembléia, 2002, p. 279).

Após essa discussão ou diálogo, uma decisão final seria feita pelos “representantes oficiais” das igrejas, de acordo com a orientação dos anciãos (conselheiros de assembleia) e a liderança a mais do Espírito Santo sobre a Assembléia.

5. Representação e Participação

a. Representação dos membros (igrejas) e sua decisão sobre um assunto(s) pode ser feito na forma de um representante ou representantes submetidos. “Representante”, usado pelo Comitê de Doutrina e Política bíblica (ACBDP) da Assembleia, significa “um documento de uma igreja local autorizando alguém (uma pessoa designada como em (b) acima) para o exercício de manifestação da Igreja sobre um determinado assunto(s) perante a Assembleia Internacional da Igreja de Deus da Profecia, e, se necessário, mudar essa manifestação no contexto da

Assembleia sob a superior liderança do Espírito Santo, a sabedoria dos conselheiros da Assembléia, e/ou a uma manifestação de comum acordo da Assembléia.”

Os membros individuais das igrejas locais que possam não concordar com o consenso geral de sua igreja local pode se abster do processo. Ao fazê-lo eles iriam permitir que o processo avançar sem a sua voz, mas, é claro, com o seu apoio em oração para a orientação de Deus para a igreja local e para a Assembleia Internacional.

É essencial que haja um entendimento entre o representante e as igrejas representadas que esperaram (e autorizaram) a seguir qualquer direção do Espírito Santo (no contexto da Assembleia), a sabedoria dos conselheiros da Assembléia e a manifestação de comum acordo da Assembleia. Isto poderia significar um resultado diferente do que inicialmente previsto ou esperado. Uma vez que uma decisão é tomada na Assembleia, seria entendido que a comunidade da igreja global (todas as igrejas Igreja de Deus da Profecia) iria recebê-lo com base no modelo de Atos 15. O decreto, que trouxe harmonia entre as igrejas, não era visto como sendo imposto nem desafiado, mas sim, recebido como estabelecidos pelos apóstolos e anciãos em Jerusalém.

Com base na prática padrão da Assembléia de ter os documentos em forma de apresentação final, 90 dias antes da Assembleia, os comitês da Assembleia convidam ao diálogo habitual, cartas e outra entrada sobre qualquer documento, tópico ou proposta em discussão. Quando as questões e recomendações são publicados na forma final da apresentação 90 dias antes da Assembleia, que seria o período adequado para que as igrejas formulassem e decidissem o seu representante ou representantes. No período anterior (ou seja, o período entre Assembléias que antecederam os 90 dias antes da Assembléia) pastores, supervisores distritais, estaduais, nacionais e regionais, presbíteros gerais, o supervisor geral, diretores de ministérios internacionais e outros líderes translocais são encorajados a analisar e discutir a agenda da Assembleia (documentos propostos etc) em fóruns regulares da igreja, como conferências trimestrais de negócios da igreja local, nacionais, regionais, convenções estaduais, conferências de liderança, reuniões de ministros, e todos os outros fóruns que possam ser adequados para esse fim. Estas revisões e discussões vão ajudar a criar consenso sobre as questões entre a liderança, igrejas e membros de uma determinada área.

Estas diretrizes são para maior clareza e para ajudar, se necessário, na implementação. A Assembleia autorizou o Escritório do Supervisor-Geral

apresentar esses tipos de explicações detalhadas para ajudar a iniciar este novo processo.

Recomendações como Portarias Oficiais

Sempre que as comissões designadas para fazê-lo apresentam relatórios à Assembléia Geral, uma recomendação e/ou recomendações são dadas para a consideração da referida Assembléia. Gostaríamos que esta assembléia internacional dê a seguinte consideração declaração para os nossos registros oficiais:

“Quando uma recomendação e/ou recomendações são apresentadas em ordem pelos Comitês designados da Assembléia internacional para tal, a referida recomendação e/ou recomendações, quando aceita pela Assembléia Internacional, tornam-se os regra/regras oficiais deste órgão da Igreja. Além disso, consideramos apenas as recomendações, que foram devidamente apresentados e aceitas pelas Assembléias Internacionais do passado, como regra/regras oficiais deste órgão da Igreja, exceto nos casos em que tenham sido posteriormente alteradas. “

Dinâmica do Governo teocrático e hierárquico

O Comitê de Doutrina e Política bíblica foi solicitado pelos presbíteros gerais para fazer uma declaração de esclarecimento a respeito de nossa posição no governo da Igreja. Reconhecemos o delicado equilíbrio entre a nossa teologia eclesíastica e da estrutura empresarial que devemos manter para fins legais.

Desde o início deste corpo da Igreja no início do século XX, os nossos pais pioneiros perceberam a dinâmica poderosa de reconhecer que em todas as operações ministeriais e espirituais que fôssemos nós mesmos padronizados segundo os princípios teocráticos da Bíblia. Ao mesmo tempo, a sabedoria das Assembléias da igreja primitiva que também perceberam a necessidade crítica de desenvolver um sistema de governo hierárquico em todos os assuntos de negócios relativos à propriedade, as operações monetárias e questões jurídicas. Esta dinâmica exige de nós, como ministros e membros, confessar que este equilíbrio importante seria necessário para funcionar em uma sociedade secularizada que não refletem muitas vezes uma crença em um “comando direto de Deus através de líderes cheios do Espírito.”

Declaramos ser esta Igreja um corpo que se esforça para operar sob princípios teocráticos em todas as áreas espirituais, ministeriais e inspiracionais, mas reconhece que também funcionam como um governo hierárquico para manter a ordem e a disciplina adequadas em todas as áreas relacionadas a negócios e

gestão de nossa organização. Embora esta afirmação está sendo dada para esclarecer o nosso tipo de presente do governo, essa posição tem-se refletido pelas decisões da Assembléia passadas e decisões judiciais em toda a nossa história (BDP Report, ver Minutas da 94ª Assembleia, 2006, p. 152) .

II. PRESBITÉRIO INTERNATIONAL

O Presbitério Internacional consiste no supervisor geral, presbíteros gerais, todos os supervisores nacionais/regionais/estaduais sob consulta geral e todos os bispos aprovados servindo no pessoal dos Escritórios internacionais. Os bispos que servem nos escritórios internacionais em um ministério de pregação/ ensino translocal podem ser recomendados pelo seu diretor ministerial para ser incluído no Presbitério Internacional com a aprovação específica do supervisor geral. As funções do Presbitério Internacional, de tal forma que as três dimensões da liderança geral, de área e estadual/ nacional/ regional são realizados. A estrutura específica continua a ser flexível para mudanças como o tempo, o crescimento e a necessidade podem justificar. Licenciamento ministerial e disciplina ficam nas mãos do presbitério International.

Entre as responsabilidades dos supervisores servindo no Presbitério Internacional estão os seguintes:

- Licenciamento e ordenação de ministros (minutas da 36ª Assembléia de 1941, p 92;.. minutas da 88ª Assembléia, 1994, p 153)
- Disciplina de ministros (Minutas da 82ª Assembleia, 1987, p 56; Minutas da 54ª Assembléia, 1959, pp 128, 256; Minutas da 58ª Assembléia, 1963, pp 126, 256)
- Dissolução de Igrejas (Minutas da 71ª Assembleia, 1976, p. 134)
- Restauração de ministros (Minutas da 82ª Assembleia, 1987, p. 47)
- Lidar com os ministros que pregam doutrina contrária (Minutas da 54ª Assembléia, 1959, p. 128)
- Lidar com os ministros que usurpam autoridade (Minutas da 58ª Assembléia, de 1963, p. 126)
- Manipulação de certos assuntos relativos ao casamento (Minutas da 78ª Assembléia, 1983, p 137; Minutas da 80ª Assembléia, 1985, p. 139)
- Estabelecer procedimentos e políticas de licença ministerial (Minutas da 88ª Assembléia, 1994, p. 153)

Aqueles que servem como supervisores são responsáveis pela nomeação de pastores. Supervisores que têm essa responsabilidade deve considerar plenamente as necessidades e desejos tanto do pastor e da igreja local para garantir o seu amadurecimento e crescimento. Cada supervisor, em conjunto com o conselho de revisão ministerial da nação/ região/ estado (ou grupo de nações/ regiões/ estados onde necessário), deve desenvolver um processo de avaliação pastoral apropriado que é justo, ordenado e eficaz. As avaliações podem ser um meio de auto-aperfeiçoamento e prestação de contas, e oferecer oportunidades tanto para elogios e admoestação. Tê-los periodicamente e de forma consistente constrói confiança, dá garantias, e mantém os participantes e aqueles que servem bem informados. Este conhecimento irá fornecer uma base para efetivamente fazer a avaliação de quatro anos. A exigência do ministério para equipar os santos é tal que o tempo suficiente deve ser gasto para a maturidade tanto do ministro como da congregação.

III. PRESBÍTEROS GERAIS/ PLURALIDADE DE LIDERANÇA

Um movimento em direção à “pluralidade de liderança” foi aprovado em Assembléia Geral de 1994. Essa pluralidade do Escritório do Supervisor Geral é representada pelos presbíteros gerais, um dos quais é reconhecido como o supervisor geral. O supervisor geral é selecionado por recomendação do Presbitério Geral (hoje Presbitério Internacional) à Assembléia Internacional para aprovação da Assembléia (Minutas da 88ª Assembleia, 1994, p. 154), enquanto que os restantes presbíteros gerais são selecionados e aprovados apenas pelo Presbitério Internacional (Minutas da 88ª Assembleia, 1994, p. 155). Em ambos os casos, presbíteros gerais são escolhidos de acordo com seus dons por Deus para fornecer orientação para a Igreja em todo o mundo no cumprimento de sua missão.

Presbíteros gerais são selecionados, mas não se limitando, por pessoas do Presbitério Internacional como dotados por Deus para a liderança da Igreja em todo o mundo no cumprimento de sua missão ordenada por Cristo. Eles trabalham com o supervisor geral para fornecer responsabilidade de liderança compartilhada na realização das funções do supervisor geral, através do desenvolvimento de visão, processos e planos em realizar a missão da Igreja. A pluralidade de liderança é para ficar a par das necessidades internacionais da Igreja, a fim de facilitar o seu mandato de evangelizar o mundo:

O Presbitério Geral será composto pelo supervisor geral e os presbíteros gerais (escolhidos pelo Presbitério Internacional) atribuído a áreas específicas

do mundo. Se o supervisor geral, em consulta com os presbíteros gerais determina que presbíteros gerais adicionais são necessárias para áreas específicas do trabalho global em expansão, o Presbitério Internacional teria que aprovar esta decisão.

O supervisor geral e todos os presbíteros gerais... exercem as funções de supervisão geral para a Igreja em todo o mundo e para determinadas divisões ou regiões mundiais da Igreja. Neste contexto, o supervisor geral seria presidente do Presbitério Geral, com os dois vice-presidentes (aqueles escolhidos entre os presbíteros gerais para servir em questões do dia-a-dia com o supervisor geral), que também pode moderar as sessões de não-negócio da Assembleia, a critério do supervisor geral.

O supervisor geral e o Presbitério Geral... são responsáveis perante o Presbitério Internacional e a Assembleia Internacional, tanto para a sua função quanto trabalho. Eles se reunirá duas vezes por ano ou sempre que surgir necessidade de lidar com o trabalho administrativo e estratégico. Embora os presbíteros gerais podem ter supervisão por visão e ordem, não devem ver uma área específica como seu próprio domínio para governar, mas procurar consulta com o supervisor geral e os outros presbíteros gerais em caso de necessidade” (The Governança do Presbitério, 2008, p. 4).

IV. ESCRITÓRIOS INTERNACIONAIS

A missão dos Escritórios Internacionais da Igreja é “Fortalecidos pelo Espírito Santo através da oração, vamos plantar igrejas e equipar líderes para cumprir o mandato bíblico para fazer autênticos discípulos de todos os povos do mundo, para a glória de Cristo, nosso Senhor, Cabeça da igreja.” O pessoal dos Escritórios Internacionais também é selecionado pelo Presbitério Geral e trabalha com eles para cumprir o mandato mundial do ministério dado por Deus à Igreja. Alguns dos departamentos dirigidos por esses funcionários são brevemente descritos em uma seção subsequente.

Em vez de ser dividida em vários departamentos diferentes com agendas distintas, o trabalho nos Escritórios Internacionais é realizado por três divisões ministeriais inter-relacionados. Esses ministérios trabalham juntos em todas as linhas de organização para melhor servir as necessidades da Igreja em geral. Cada área é liderada por um director executivo do ministério que seleciona e emprega pessoal de gestão de meio apropriado e pessoal de apoio.

As divisões de ministério e suas responsabilidades são as seguintes:

A. Liderança Inspiracional

Esta área ministerial fornece supervisão espiritual, visão e direção para a Igreja como um todo. A responsabilidade pelo credenciamento e disciplina ministerial fica com este ministério. É também para fornecer as medidas necessárias para a realização da Assembléia Internacional. Esta área é constituída do supervisor geral e os presbíteros gerais.

O escritório do supervisor geral é reconhecido dentro da Igreja de Deus da Profecia como um que fornece, para os membros em geral e liderança em particular, a direção dada por Deus para cumprir a Grande Comissão (Mateus 28:18-20) dada pelo Senhor Jesus Cristo. O supervisor geral, selecionado (sem preferência étnica) pela e sob responsabilidade da Assembleia Internacional, deve ter liberdade para exercer seus dons espirituais e perceber o potencial para ministrar como o Espírito Santo dirigir. Sua seleção é de acordo com o princípio de um acordo comum. Ele é responsável, em conjunto com os presbíteros gerais, de realizar as seguintes funções:

1. Inspiracional - planejamento de curto e de longo prazo
 - a. Evangelismo de alcance mundial
 - b. Representação entre outros envolvidos no reino de Deus
 - c. O desenvolvimento da liderança
 - d. Eventos Especiais/ reuniões 1) Assembléia Internacional 2) reuniões de Presbitério 3) Outros

2. Administrativo/ Executivo
 - a. Nomeação de liderança geral e de área
 - b. Estabelecimento de requisitos e procedimentos de licenciamento e ordenação em conjunto com o Presbitério Internacional
 - c. Comitês dos Escritórios Internacionais servem como membros ex-officio
 - d. Mordomia- orçamento e planejamento internacional
 - e. Representação da Assembleia Internacional em questões jurídicas
 - f. Elaboração de planos de infra-estrutura para atender às necessidades de mudança do corpo
 - g. Gestão e implementação de mudanças de infra-estrutura

3. Supervisão do Ministério

- Supervisão pastoral
- Disciplina
- Aconselhamento
- Educação

4. Comunicações

- a. Mensageiro Asa Branca: (Inglês, Espanhol, Francês, etc)
- b. Ministérios Mundial de Linguagens
- c. Literatura Gratuita (folhetos, panfletos, etc)
- d. Serviços Editorial e de Arte
- e. Produção de Mídia
- f. Gestão do sistema de representação
- g. Relações públicas

5. Prestação de contas para Supervisão Geral e da Implementação das Recomendações Assembléia Internacional

- Para Assembléia Internacional através do Comité Administrativo
- Para Presbitério Internacional através do reconhecimento/ confirmação espiritual

Nota: Para maiores detalhes sobre os deveres do supervisor geral dos presbíteros gerais, conforme descrito no documento Governança do Presbitério, ver apêndice 2, pp 195, 196 e 201-204, respectivamente.

B. Ministérios de Desenvolvimento de Liderança e Discipulado

Esta área é responsável pelo desenvolvimento da educação continuada de todos os níveis de liderança e discipulado da Igreja. As suas tarefas incluem equipar novos líderes e trabalhadores e incentivar os atuais. Sua ênfase está na aprendizagem ao longo da vida. A seção de discipulado abrange e desenvolve recursos para treinamento de discipulado. Discipulado se concentra em atender as necessidades de crescimento espiritual dos crentes, em geral, bem como visando jovens e crianças.

1. Desenvolvimento de Liderança

Centro de Liderança Bíblica

- a. Curso Fundamental
- b. Escola de Estudos Práticos e Avançado (nacional/ regionais/ estaduais)
- c. Consórcio Gordon-Conwell/Igreja de Deus da Profecia (ATS-Associação das Escolas Teológicas credenciados nos Estados Unidos e no Canadá)
- d. Programa de Liderança Cristã (para bispos presidentes)
- e. Registros: transcrições do BTI/ Tomlinson faculdade

2. Centro Tomlinson

- a. Instituto de Desenvolvimento de Liderança
- b. Credenciada (SACS- Associação de Faculdades e Escolas do Sul) cursos online (ver TomlinsonCenter.com)
- c. Oportunidades de formação Desenvolvimento de Liderança não-credenciados

3. Ministérios de Discipulado

- a. Ministérios de Criança
- b. Ministérios da Juventude

C. Ministérios de Finanças e Administração

Esta área é responsável pelo gerenciamento das funções financeiras, administrativas e de publicação. E integra os serviços e ministérios administrativos nas seguintes categorias:

1. Ministérios de Finanças e Publicações

- a. Processos de Contabilidade e Orçamento
- b. Serviços Administrativos
- c. Campos dos bosques etc
- d. Serviços Financeiros
- e. Propriedades gerais
- f. Ministérios de Patrimônio
- g. Serviços de Tecnologia e Informação
- h. Contabilidade Internacional
- i. Força Tarefa da Assembléia Internacional

- j. Operações de Correio
- k. Manutenção
- l. Curriculum One Accord
- m. Impressão
- n. Registros
- o. White Wing Bookstore
- p. Casa Publicadora White Wing

Ministério Nacional/ Regional/ Estadual

I. MINISTÉRIO TRANS-LOCAL

A Assembleia concordou que há um ministério apostólico funcional nestes últimos dias, e este ministério não funciona como os apóstolos fundadores originais. Os Ministérios dos Escritórios internacionais, Escritórios do Presbítero Geral, e os supervisores nacionais/ regionais/ estaduais são expressões de um ministério contínuo do tipo apostólico que ainda é necessário na Igreja. Pessoas que preenchem esse papel deve ser indivíduos que têm um chamado em sua vida para cumprir este tipo de ministério. Eles devem ser pessoas experientes, que têm mandato de campo longo e tenha manifestado a unção e dons para um ministério trans-local, antes de serem nomeados para tal responsabilidade. Isto não significa limitar o Espírito Santo de chamar e levantar quem quer que Ele escolha.

Sua função ministerial poderá ser alterada quando se tornar evidente que o sentido da unção partiu e que foram liberados do fardo do trabalho trans-local. A rotatividade de trabalhadores talentosos, trans-locais não deve ser baseada exclusivamente em anos de serviço ou idade, mas em questões de dons, capacidade, competência e unção. Os responsáveis pela nomeação do ministério trans-local deve estar em consulta fraternal com a pessoa bem antes de qualquer decisão de mudar o papel do ministério. Se possível, deve ser alcançado um acordo mútuo entre aqueles que fazem tais nomeações e os nomeados sobre o seu futuro papel do ministério. Revisões gerais sobre os nomeados devem ser de quatro em quatro anos, começando com a Assembleia Internacional de 2002.

Para aqueles servindo como supervisores nacionais/ regionais/ estaduais, uma comissão especial deve realizar a avaliação. O supervisor deve selecionar não mais de 1/3 dos membros do comitê. Os ministros licenciados nesse país/ região/ estado escolherão os outros membros restantes. Os resultados da avaliação devem ser submetidos ao presbítero geral apropriado para consulta e discussão com o supervisor. A vacância de um nomeado geral poderia ocorrer a qualquer momento por renúncia, razões pessoais, problemas de saúde, negligência grave, ou imoralidade. Alguns escritórios podem ser alteradas devido a razões estruturais ou de reorganização, conforme determinado ao longo do tempo pelos órgãos responsáveis da igreja e/ ou autoridades. Devida consideração deve ser dada aos indivíduos afetados por essas mudanças.

Nota: Isto substitui as regras da decisão da Assembleia Internacional de 1990, relativa à rotatividade (Minutas da 85ª Assembléia 1990, p 45.); Ver (J) “Processo de Avaliação de Supervisor”, na seção seguinte.

II. O PAPEL DO SUPERVISOR

“...se alguém deseja o episcopado, excelente obra deseja.” 1 Timóteo 3:1).

A responsabilidade de ser um Supervisor

O ofício de um “líder-servo” (supervisor) é uma função na igreja baseada bíblicamente. Para cumprir o cargo de supervisor é uma tremenda responsabilidade. Há muitos desafios de liderança supervisora, mas nenhum supera o do compromisso total com cuidar, nutrir, proteger e liderar o ministério de toda uma nação/ região/ estado.

O supervisor cuidadoso deve sempre fazer-se disponível para o conselho pessoal com qualquer ministro ou representante da igreja local em sua área designada. Isso não quer dizer que o supervisor deve abordar todas as situações, mas sim, quando possível, os vários níveis de liderança devem funcionar de forma a permitir que os ministérios do corpo possam funcionar plenamente. O supervisor deve incentivar delegação de todas as funções ministeriais, incluindo o seu trabalho, mas deve permanecer sempre pronto a apoiar e embasar todo e qualquer trabalho da igreja sob o seu “serviço-liderança”.

É muito importante ao supervisor dedicar tempo prioridade na oração, estudos bíblicos, planejamento, promoção e avaliação desses ministérios, que vão servir às necessidades espirituais e potencialidades das igrejas. O supervisor deve sentir um profundo compromisso com os princípios do Novo Testamento, equipando os ministros e leigos.

O supervisor deve desejar dar uma atenção especial ao desenvolvimento de um programa ministerial, educacional para melhor equipar o ministério, como este é um dom bíblico com o objetivo de equipar os santos para o ministério do corpo. O Centro de Liderança Bíblica (CBL) ajudará o supervisor no desenvolvimento deste programa educacional.

O cargo de supervisor tem uma ampla base de responsabilidade e autoridade dentro da nação/ região/ estado atribuído pela nomeação. O “líder-servo” (supervisor) devem usar poder e autoridade com moderação e ter muito cuidado para não abusar da autoridade ou da influência de seu ofício. Além disso, ele deve ter cuidado para não prometer às pessoas mais do que ele pode oferecer.

O supervisor deve esforçar-se para construir o caráter que reflete abertura, honestidade, justiça e piedade firme em todos os seus relacionamentos. É muito importante nunca trair a confiança do ministério ou leigos na sua nação, região ou estado.

O papel do supervisor constitui um desafio para o desenvolvimento e crescimento das igrejas. Ele pode desencadear avivamento em sua área designada, dando-se à oração e ministrando a Palavra. Ele pode afetar a mobilização de todas as energias comprometidos com a Igreja, resultando em crescimento espiritual e numérico das igrejas organizadas, bem como estabelecer igrejas em novas comunidades. Ele pode equipar e desenvolver líderes espirituais, dando-se a alegria do discipulado.

III. Supervisor da Igreja de Deus da Profecia

A. Função principal

O supervisor é responsável pela estrutura organizacional, implementação e administração dos ministérios totais da Igreja de Deus da Profecia em um determinado país, região ou estado, bem como a supervisão dos ministros e do pessoal envolvidos nesses programas e ministérios .

B. Nomeação

1. O presbítero geral inicia avaliações dos supervisores nacionais/ regionais/ estaduais em sua área específica por recomendação da Assembléia (A governança do Presbitério, 2008, p. 14).
2. O supervisor nacional/ regional/ estadual é nomeado pelo presbítero geral, em consulta com o supervisor geral.
3. Ele deve residir no país/ região/ estado sobre o qual ele é feito supervisor (quando possível).
4. Como regra normal, o supervisor será notificado dois ou três meses antes da assembléia internacional se o seu ministério está para ser alterado. O supervisor será contatado por seu presbítero em geral através de uma comunicação oficial antes deste tempo.

C. Relacionamentos

1. O supervisor é diretamente responsável pelo presbítero geral na área em que ele atua.
2. O supervisor deve manter uma relação de “servo”, enquanto ele supervisiona diretamente a equipe do escritório nacional/ regional/ estadual, programas e ministros.
3. O supervisor é responsável por nomear a liderança pastoral para cada igreja local, e em certo sentido, ele é o pastor de todo o ministério em sua área.

4. O supervisor geral, os presbíteros gerais, e os membros da equipe dos Escritórios internacionais, estão sempre disponíveis para o supervisor para conselho e apoio.

D. Qualificações

(Estas são as qualificações de base ampla.)

1. Um ministro ordenado
2. Um homem de comprovada capacidade e experiência (não é um novato) -1 Timóteo 3:6
3. Um ministro fiel da Igreja de Deus da Profecia e comprometido com a missão bíblica da igreja (Veja competências para Supervisores Nacional/ Regional/ Estadual etc, p. 66.)

E. Deveres administrativos

(Para ser realizado em conjunto com a pluralidade deste escritório)

1. Criar e manter todos os registros relativos ao trabalho, tais como os relatórios do ministro, relatórios secretário da igreja, livros, registros financeiros, registros do Comitê de Finanças e Administração, bem como todos e quaisquer outros arquivos nacional/ regional/ estadual.
2. Relatar a organização de novas igrejas para o escritório do presbitério geral para manutenção de registros e para encaminhar ao Escritório do Supervisor Geral.
3. Fazer relatórios mensais de prestação de contas para os escritórios apropriados em formulários preparados para tal.
4. Oficiar em todos os serviços de ordenação em seu país/ região/ estado, processar os pedidos de novos ministros, assinar as credenciais de todos os ministros em sua área, que tenham sido aprovados pelo Presbitério, e servir junto com o supervisor geral/ presbíteros gerais como um membro do presbitério em aconselhamento, disciplina, e/ ou revogação de credenciais ministeriais.
5. Decidir os limites geográficos de cada distrito em sua área designada.
6. Debandar ou dissolver igrejas e relatar o mesmo ao Escritório do Presbitério Geral em formulários preparadas para tais relatórios; transferir membros de igrejas dissolvidas para uma igreja mais conveniente para o membro.

7. Implementar as resoluções e diretrizes devidamente aprovadas pela Assembleia Internacional.

F. Deveres de supervisão

1. Supervisionar, com o Comitê de Finanças e Mordomia, todos os fundos recebidos e desembolsados pelo tesoureiro nacional/ regional/ estadual.
2. Ver que o sistema de relatórios da Igreja funciona com rapidez e precisão.
3. Avaliar todos os relatórios e pesquisas nacionais/ regionais/ estaduais como um meio de medir o desempenho no trabalho e projetar objetivos futuros.
4. Delegar responsabilidades aos outros para a administração mais eficaz.
5. Aprovar os ajustes de novas igrejas antes organização é efetuada.
6. Entrar em contato com igrejas cujos obreiros estão inadimplentes em relatórios.
7. Supervisionar e/ ou delegar o cuidado e manutenção de todas as propriedades nacionais/ regionais/ estaduais.
8. Supervisionar todas as funções administrativas necessárias para assegurar uma supervisão adequada da obra atribuída ao supervisor.

G. Deveres promocionais

1. Desenvolvimento Liderança -Marcos escreve em seu evangelho o seguinte chamdo de liderança de Jesus: ***“E nomeou doze para que estivessem com ele, e que os enviasse a pregar”*** (Mc 3:14). A frase “para que estivessem com ele” é uma indicação da importância de desenvolver a próxima geração de líderes. Embora a sua função seja grande e abranja uma vasta área geográfica, é necessário que você possa encontrar maneiras para orientar um pequeno grupo de futuros líderes - os que poderiam substituí-lo no futuro.
2. Evangelismo e missões (nacionais e estrangeiros) são a chave para o desafio ordenado à igreja. Por isso, o supervisor deve dar promocional prioridade em evangelismo e missões. Ele deve providenciar e auxiliar na realização de uma campanha de evangelismo em geral ao longo de sua nação/ região/ estado. Missões domésticas e globais deve ser promovidas em uma base regular.

3. Promover, através do supervisor de distrito, atividades distritais. Promover também uma convenção nacional/ regional/ estadual ou reunião em que o supervisor vai dar instruções gerais relativas ao crescimento e desenvolvimento do ministério e igrejas.
4. Promover encontros nacionais/ regionais/ estaduais ou distritais para apresentar e lançar programas .
5. Promover todos os ministérios departamentais da Igreja. Na maioria dos casos, o supervisor nomeará liderança nacional/ regional/ estadual para os ministérios departamentais, mas o supervisor deve sentir-se responsável por sempre dar instruções promocionais quando a oportunidade surgir.
6. Promover a circulação do Mensageiro Asa Branca, bem como outros periódicos e publicações produzidos pela igreja.

H. Deveres de nomeação

1. Nomear os pastores, em consulta com a igreja local e ministério.
2. Nomear a equipe nacional/ regional/ Estadual.
3. Nomear um conselho de revisão ministerial nacional/ regional/ estadual.
4. Nomear conselhos e comitês nacionais/ regionais/ estaduais, conforme necessário.
5. Nomear supervisors distritais e qualquer outro pessoal necessário para administrar os programas nacionais/ regionais/ estaduais.

I. Regra de advertência

1. Antes de lançar grandes projetos financeiros, o supervisor deve procurar o conselho do presbitério geral. O supervisor deve ter o consentimento dos Administradores Gerais antes de comprar, vender ou onerar propriedades.
2. Para efeitos de emergência ou de economia, o Comitê de Finanças e Mordomia Nacional/ Regional/ Estadual pode aprovar uma medida que dá ao supervisor autoridade de fazer gastos que não excedam um montante razoável. Nenhuma ação ou quaisquer desembolsos de fundos podem ser tomadas unilateralmente por qualquer supervisor ou Comitê de Finanças e Mordomia.

J. Processo de Avaliação do Supervisor -2008

Propósito

Desde o início deste esforço para introduzir um meio satisfatório de avaliação e subsequente aplicação deste processo, esta comissão tem observado e outros têm injetado em nosso trabalho a necessidade de rever este assunto. As avaliações nunca foram destinados a serem usadas apenas para fins de mudança de pastores ou supervisores; em vez disso, é hora de termos a graça e compreensão para melhor treinar ou qualificar nossos líderes. Nós encorajamos nossas igrejas locais e a liderança em todos os níveis para tomar a iniciativa de fornecer avaliações que promovam um melhor desenvolvimento ministerial e substituir a mentalidade remoção simplesmente como a única solução.

As avaliações são uma parte integrante da vida cotidiana e deve ser um meio de auto-aperfeiçoamento e responsabilidade, proporcionando oportunidade tanto para louvor quanto admoestação. Tê-los periodicamente e de forma consistente constrói confiança, dá garantia, e mantém os participantes e aqueles a quem servem bem informado (Minutas da 91ª Assembléia de 2000, Comitê de Doutrina e Políticas bíblicas da Assembléia, p. 104). Além disso, tem a finalidade de ajudar a identificar os pontos fracos para que possam ser abordados, ao realçar os pontos fortes no ministério. Hoje, pastores estão servindo em uma base de longo prazo, e dado o fato de que há uma crise de liderança mundial, precisamos de ministros bem equipados. Uma avaliação é uma ferramenta valiosa na tentativa de chegar a esse fim. Deve ser lembrado que o objetivo final desse processo é fortalecer o ministério. Qualquer alteração ou mudança no ministério não seria necessariamente relacionado com as avaliações, mas poderia ser realizada a critério do respectivo supervisor ou o presbítero geral em qualquer momento considerado necessário ou apropriado. Sabemos que as diretrizes a seguir podem não ser sempre o caso em todos os países onde o pessoal disponível ou logística possam exigir algumas modificações para este procedimento.

Processo

Dado o fato de que os supervisores nacionais/ regionais/ estaduais são avaliados a cada quatro anos (por exemplo, 2008), a próxima avaliação está prevista para 2012. Depois disso, as avaliações serão realizadas a cada quatro anos. Isso substitui as decisões anteriores. Uma Força-Tarefa de Avaliação de não mais de seis ministros licenciados em plena

função deve ser selecionada, um terço pelo supervisor e dois terços pelo ministério na região, para verificar que o processo é realizado apropriadamente. Os selecionados irão servir por quatro anos. Para efeitos de isenção, o supervisor não deve participar da reunião para seleção de dois terços do Força-Tarefa de Avaliação ou a seleção do moderador para essa reunião. A Força-Tarefa de Avaliação escolherá um presidente e um secretário dentre si. Suas responsabilidades incluem consulta com o ministério da região e com o presbitério geral, assimilando as informações e fornecendo um relatório por escrito. O presidente e secretário (ou outro membro selecionado da Força-Tarefa de Avaliação) dará uma cópia assinada do relatório para o supervisor que está sendo avaliado. Se este supervisor assim o desejar, ele poderia solicitar uma reunião de toda a Força-Tarefa de Avaliação. O supervisor deve ser honrado onde ele tem se destacado, encorajado a tomar ações objetivas de melhoria nas áreas de fraqueza, e para continuar a desenvolver em áreas que ele tem demonstrado força.

O relatório de avaliação será submetido ao presbítero general que tratará com isso que julgar pertinente (Minutas da 95ª Assembléia, 2008, p. 51).

Processo de Responsabilidade e Crescimento da Liderança de Supervisores e Pastores -2008

I. Áreas Específicas de Foco

1. Vida Pessoal

Exemplo como um líder espiritual no estilo de vida

Manipulação de finanças pessoais (seguro, plano de aposentadoria, a provisão para a família, conselheiro financeiro, educação continuada, vida livre de dívidas)

Dê exemplos das disciplinas espirituais (estudo, meditação e solidão, oração, jejum, serviço, simplicidade, mordomia, confissão, celebração.)

Dá-nos uma visão geral de sua vida familiar (tempo para a família, as conquistas, férias, planos para o futuro).

2. Ministério da Igreja Local (Função Pastoral)

Visitação (Igrejas)

Visitação (casa pastoral, escritório, restaurante)

Guarda confidências

É sensível às necessidades da igreja local

Demonstra uma atitude acolhedora e solidária

Relacionamento com ministros no estado

Relacionamento com igrejas locais/ membros

A disponibilidade e sensibilidade em situações problemáticas

3. Liderança (Administrativo) (Se eu lidero, eu sigo os que me lideram?)

Apoia missões internacionais/ estaduais

Lida com ministros divisores e/ ou igrejas

Proporciona liderança quando a disciplina ministerial é necessária

Suporta a sã doutrina bíblica

Usa o bom senso na tomada de decisões

Demonstra competência para resolver problemas

Mostra consideração para diferentes opiniões e idéias

É flexível o suficiente para mudar à medida que a situação exige

Persegue tarefas para conclusão

Estabelece um clima construtivo em todas as reuniões

Habilidade como administrador, planejamento e realização de encontros estaduais

Prontidão em responder cartas, ligações telefônicas e e-mails

Imagem global como um líder

Boa relação de trabalho com os supervisores distritais, comitês e obreiros

Uma comunicação eficaz (calendários, e-mail, web)

4. Fiscalização Financeira

Monitorando/ dando boa supervisão ao orçamento

5. Visão e Metas para o futuro. (Processo de Crescimento-cumprindo a Grande Comissão)

Coopera com os outros para promover os objetivos da Igreja no estado

Os esforços para o evangelismo e plantação de igrejas

II. Áreas gerais de Foco

Existem pontos fracos, problemas, situações que precisam ser abordadas? (Minutas da 95^a Assembléia, 2008, p. 56).

Avaliação do Supervisor Nacional/ Regional/ Estadual -2006

Esta avaliação é a sua oportunidade de participar na avaliação do ministério do seu supervisor. A única maneira deste instrumento poder ajudar o supervisor é você responder cada questão com oração e cuidado. As respostas individuais permanecerão anônimas. Um resumo das informações serão compartilhadas com o supervisor. Se isto for feito no momento de uma avaliação, um resumo vai ser também enviado para o presbitério geral. Obrigado por suas orações e contribuição neste processo.

Caráter Pessoal/ Integridade	Maior	Menor
Como você vê o caráter pessoal do seu supervisor?	5	4 3 2 1
Como as pessoas em sua igreja veem a integridade dele?	5	4 3 2 1
Você sente que ele é honesto em seus compromissos com você?	5	4 3 2 1
Gostaria de acrescentar quaisquer observações ou comentários?		

Espiritualidade e Adoração	Maior	Menor
É o supervisor um bom exemplo de adoração?	5	4 3 2 1
É o supervisor um bom exemplo de oração?	5	4 3 2 1
A sua pregação/ ensino inspira você?	5	4 3 2 1
Gostaria de acrescentar quaisquer observações ou comentários?		

Evangelismo e Alcance	Maior	Menor
Você acredita que ele promove a evangelização em sua região?	5	4 3 2 1
Você acha que temos um alcance efetivo na região?	5	4 3 2 1
Gostaria de acrescentar quaisquer observações ou comentários?		

Pastoral/ Supervisão Igreja	Maior	Menor
O supervisor ter interesse em sua igreja local?	5	4 3 2 1
Como ministro, ele dá cuidado pastoral a você?	5	4 3 2 1
Em uma crise, ele apoia sua posição ministerial?	5	4 3 2 1
Gostaria de acrescentar quaisquer observações ou comentários?		

Trabalho em equipe e Moral**Maior Menor**

O supervisor pede a sua contribuição no planejamento? 5 4 3 2 1

Ele funciona bem como um parte da equipe com outros líderes? 5 4 3 2 1

Você acha que o supervisor é um incentivo para você? 5 4 3 2 1

Gostaria de acrescentar quaisquer observações ou comentários?

Vida familiar e Aparência Pessoal**Maior Menor**

O supervisor passa o tempo nutrindo sua família? 5 4 3 2 1

Como você vê a liderança dele em família? 5 4 3 2 1

A sua aparência em público traz respeito ao seu ofício? 5 4 3 2 1

Gostaria de acrescentar quaisquer observações ou comentários ?

Comentários Gerais:

Por favor, diga em poucas palavras como você se sente sobre o nosso supervisor continuar em sua posição atual como Supervisor Nacional/ Regional/ Estadual.

Obrigado por suas respostas, e eles serão mantidos em estrita confidencialidade.

Por favor, envie esta enquete de volta para o seguinte endereço:

(Manual de Políticas do Ministério, 2006, p. 382)

Ministério da Igreja Local

Ministério Igreja Local

I. ORGANIZANDO UMA NOVA IGREJA LOCAL

Depois que uma nova área foi evangelizada, e as pessoas foram familiarizadas com a igreja através de suas doutrinas proeminentes da Bíblia, ensinamentos e padrões bíblicos de elegibilidade da filiação, o ministro responsável deve chegar a uma conclusão sobre a conveniência de organizar uma congregação local. Nenhuma igreja deve ser organizada sem a aprovação do supervisor nacional/ regional/ estadual.

A. Considerações que devem ser incluídas :

- 1 A força ou a fraqueza da nova igreja organizada com os membros potenciais, incluindo qualquer um que possa se transferir de uma igreja já organizada.
- 2 As perspectivas de crescimento futuro, tendo em vista a estabilidade da população da comunidade e a atitude da comunidade para com a igreja.
- 3 A disponibilidade de um edifício ou lugar regular para manter os cultos.
- 4 O conselho do supervisor nacional/regional/ estadual.

Sendo todos os itens acima favoráveis, o supervisor ou ministro autorizado-bispo ou ministro licenciados - atuando como moderador pode prosseguir com o negócio de criação da nova igreja.

B. Procedimentos de Organização

Os seguintes procedimentos devem ser utilizados na organização de uma nova igreja:

1. Certifique-se de que alguém capaz vai registrar as atas da organização da nova igreja.
2. O moderador deve começar com uma declaração clara para a congregação sobre a intenção de organizar e explicar o propósito dessa organização, segundo as Escrituras.
3. Os ensinamentos importantes da Bíblia devem ser cuidadosamente lidos e explicados.
4. O moderador deve dar oportunidade para qualquer que deseja ser membro a apresentar-se e, em seguida, administrar o pacto da igreja com eles.

5. O moderador irá nomear um obreiro e tesoureiro, e outros oficiais da igreja, de acordo com a situação local e a disposição dessas pessoas para servir.
6. Se o supervisor não estiver presente, ele deve ser notificado da nova igreja imediatamente para que ele possa nomear um pastor.

C. Diretoria da Igreja Local

O papel dos administradores de igrejas locais indicados abaixo é composto de citações diretas de decisões da Assembléia em relação à sua autoridade e seleção.

Autoridade

Uma vez que certas necessidades relativas à escritura de nossas propriedades da igreja estão aumentando em algumas localidades, recomendamos que esta Assembléia adote a seguinte resolução: CONSIDERANDO que tem sido aconselhado por advogados competentes que se faça a menção específica aos órgãos competentes, em um esforço para aliviar as complicações surgidas em nossos esforços de ser reconhecidos pelos tribunais, e para facilitar o manuseio de obras para nossas propriedades da igreja, FICA RESOLVIDO que administradores para manter título de propriedade da igreja local para a Igreja de Deus da Profecia, com sede internacional em Cleveland, Tennessee, ser escolhido pela igreja local ou em uma reunião de negócios regular ou convocada, ditos administradores serão investidos de autoridade para negociar, comprar, vender, transmitir ou onerar tais bens por hipoteca ou outra forma somente quando autorizado a fazê-lo pela igreja local, em reunião de negócios regular ou convocada, e com o consentimento dos Administradores gerais.

FICA AINDA RESOLVIDO que dito consentimento dos administradores gerais será comprovado por um documento separado ou pela assinatura do secretário-chefe dos referidos, tais documentos serão autenticados (Minutas da 58ª Assembléia, 1963, p. 125).

Seleção e Manutenção

Diligência deve ser dada à seleção e manutenção de administradores da igreja local para a manutenção de propriedades da igreja. Embora mudança nos administradores nem sempre seja necessária para registrar títulos de propriedade, qualquer mudança deve ser cuidadosamente re-

gistada em ata da conferência da igreja local em que a seleção foi feita, e esse registro deve conter a assinatura dos obreiros da seção de negócios e do moderador.

Recomendamos que seja dada atenção a este assunto, anualmente na conferência do mês de setembro (ver Manual de Políticas do Ministério de 2004, p. 363) para ter certeza de que as vagas que possam ter ocorrido foram devidamente preenchidos.

Nesses estados ou nações, que exigem que as escrituras sejam atualizadas sempre, isso poderia ser cuidado ao mesmo tempo (Minutas da 77ª Assembléia, 1982, p. 83).

D. Escrituras para propriedades da Igreja

(Citado nas Minutas de 89ª Assembléia, 1996, pp 161, 162) A seguinte resolução foi aprovada pela 58ª Assembléia Anual da Igreja de Deus da Profecia, realizada em Cleveland, Tennessee, 10-16 setembro de 1963:

CONSIDERANDO que tem sido aconselhado por advogados competentes que se faça a menção específica aos órgãos competentes, em um esforço para aliviar as complicações surgidas em nossos esforços de ser reconhecidos pelos tribunais, e para facilitar o manuseio de obras para nossas propriedades da igreja,

FICA RESOLVIDO que administradores para manter título de propriedade da igreja local para a Igreja de Deus da Profecia, com sede internacional em Cleveland, Tennessee, sejam escolhidos pela igreja local ou em uma reunião de negócios regular ou convocada, e que ditos administradores serão investidos de autoridade para negociar, comprar, vender, transmitir ou onerar tais bens por hipoteca ou outra forma somente quando autorizado a fazê-lo pela igreja local, em reunião de negócios regular ou convocada, e com o consentimento dos Administradores gerais.

FICA AINDA RESOLVIDO que dito consentimento dos administradores gerais será comprovado por um documento separado ou pela assinatura do secretário-chefe dos referidos, tais documentos serão autenticados

FICA RESOLVIDO que os administradores estaduais da igreja nomeados pelo supervisor estadual para manter os títulos de propriedade da Igreja de Deus da Profecia com os Escritórios Internacionais em Cleveland, Tennessee, sejam investido de autoridade para negociar, comprar, vender, transmitir ou onerar tais bens por hipoteca com o consentimento dos Administradores gerais. Isso se aplica à propriedade que está sendo mantida por administradores estaduais onde as igrejas tenham sido desativados

ou são demasiado fracos para função e à propriedade que tem sido dado ao estado. Todos os outros direitos de propriedade com o título nas administrações estaduais ou uma Associação de Administração estadual podem ser eliminados ou hipotecado apenas pelo consentimento da convenção estadual em sessão (modificado em 1981).

Notas:

1. Os pedidos de Cartas de Anuência dos Administradores Geral devem ser enviadas através do Escritório do Supervisor Estadual/ Nacional/ Regional e não diretamente à Administração Geral.
2. O seguinte formulário Garantia de Escritura foi elaborado pela Administração Geral e deve ser utilizado quando for possível fazê-lo. Formulários em branco pode ser mantidos com os Administradores Gerais.

GARANTIA DE ESCRITURA

PARA e tendo em consideração a soma de R\$ _____, (_____

_____ Reais) paga em espécie e outra forma, o recebimento de que é aqui reconhecidos, Nós, _____

_____, hoje, pelo presente documento, tendo negociado e vendido transferimos transmitimos a _____

_____ Administradores locais para a Igreja de Deus da Profecia, em _____, para o uso e benefício da Igreja de Deus da Profecia, com escritórios internacionais em 3720 Keith Street NW, Cleveland, Tennessee, e seus sucessores e cessionários, os seguintes imóveis descritos, a saber :

(Adicionar descrição dos imóveis aqui.)

Para ter e manter dito imobiliário aos referidas _____ administradores locais, para o uso e benefício da Igreja de Deus da Profecia, com escritórios internacionais em 3720 Keith Street NW, Cleveland, Tennessee, e os seus sucessores e cessionários para sempre, desde que, no entanto, que nem eles nem seus sucessores no cargo, como tal, administradores locais podem vender, transmitir ou onerar o referido imóvel, sem o consentimento por escrito dos Administradores gerais da referida igreja em Cleveland, Tennessee, que o consentimento pode ser comprovado por um documento separado ou pelo secretário-chefe dos referidos administradores gerais unindo-se a execução de uma ação dos administradores acima nomeados ou seus sucessores no cargo com o objetivo de certificar o consentimento dos administradores gerais para a execução de tal mudança.

Acordamos que estamos legalmente em posse dos referidos imóveis; que temos um bom e legítimo direito de vender e, assim, transmitir a mesma, que a titularidade é claro, livres e desembaraçadas, e que para sempre justificar e defender, dito título contra as reivindicações legítimas de todas as pessoas. Por ser verdade, assinamos, na data de _____ de _____, 20 ____ .

E. Contrato Social

Em conexão com a questão de Contrato Social da Igreja Local, temos o seguinte registro.

“Em muitos casos, simplifica transações de negócios para as igrejas e estados o terem um Contrato Social local. Foi trazido ao nosso conhecimento que algumas igrejas locais estão fazendo Contrato Social sem o conhecimento do escritório estadual, possivelmente estão tornando-se mais independente em suas operações locais”. Assim, a seguinte resolução foi aprovada: “Igrejas locais devem ter o consentimento do supervisor estadual para fazer um Contrato Social. O supervisor estadual deve trabalhar com a igreja local na elaboração dos atos constitutivos, sem que haja violação das resoluções de Assembléia anteriores no que diz respeito à exploração, venda ou compra de propriedade da igreja. Recomendamos, ainda, que os administradores da propriedade em geral elaborem um conjunto padrão de artigos de Contrato Social, que poderia ser usado por estados e igrejas locais “(minutas da 83ª Assembléia, 1988, p. 45).

Justificativa

Na medida em que a recomendação acima permite o contrato social, parece importante ter uma abordagem consistente em tomar esta ação. Desde o mundo dos negócios em que vivemos hoje está se tornando cada vez mais sofisticados, e o fato de que nem sempre é possível realizar o negócio da igreja sem o reconhecimento formal, legal, parece apropriado auxiliar adequadamente nossas igrejas locais, e nações/ regiões/ estados neste processo como for necessário.

Recomendação

Em um esforço para garantir a consistência e para oferecer um grau de proteção na busca e implementação de contrato social, recomendamos os seguintes procedimentos que devem ser seguidos de perto:

1. As igrejas locais devem ter o consentimento por escrito do supervisor nacional/regional/ estadual para perseguir. Este consentimento deve ser mantido como parte dos registros oficiais da igreja em relação a este assunto. No caso da igreja local, uma cópia do contrato social deve ser enviada para os administradores da Igreja de Deus da Profecia nos escritórios internacionais em Cleveland, Tennessee.

2. O supervisor nacional/ regional/ estadual deve trabalhar com as igrejas locais na elaboração do Contrato Social e Estatuto Social. Em nenhum caso estes documentos podem violar as atuais decisões Assembléia Internacional e orientações no que diz respeito à explorar, onerar, vender ou de comprar propriedades da igreja ou sobre a doutrina e governo da igreja.

3. No caso de um Contrato Social para a nação/ região/ estado, o consentimento deve vir do supervisor/ presbitério geral atribuídos dessa responsabilidade. A mesma disposição de adesão às decisões da Assembléia Internacional e orientações aplicam-se, e uma cópia do projecto final e/ ou documento de Contrato Social aprovado será enviado para os Administradores da Igreja de Deus da Profecia nos escritórios internacionais em Cleveland, Tennessee. Uma amostra do modelo utilizado pelos escritórios internacionais podem ser obtidas pelos Administradores para ser usado como um guia para o Contrato Social. Deve ser entendido, no entanto, que o documento de Contrato Social desenvolvidos devem cumprir com as leis estaduais ou nacionais competentes, bem como as decisões da Assembléia Internacional. Um conselho jurídico deve ser buscado para elaborar corretamente os documentos em conformidade com as leis aplicáveis .

4. Recomendamos, ainda, que os escritórios internacionais da Igreja sejam mencionados como a Igreja de Deus da Profecia localizado na 3720 Keith Street NW, Cleveland, Tennessee, como uma Corporação sem Fins Lucrativos, Religiosa e de utilidade pública dentro do significado da Seção 501 (c) (3) do Código da Receita Federal, e que a Associação holding da contrato social da Igreja da Profecia serem incorporadas pela Contrato Social da Igreja de Deus da Profecia. Uma cópia da estatuto Social e os Artigos do contrato social da Igreja da Profecia será colocado na Ata da 90ª Assembléia (Ver também minutas da 91ª Assembléia, 2000).

Estatutos dos Escritórios Internacionais

O Comitê Administrativo vem trabalhando para atualizar o Estatuto Social para trazer esses documentos de acordo com as decisões Assembléia recentes. As alterações foi arquivado com o secretário do escritório do estado do Tennessee (Minutas da 95ª Assembléia, 2008, p. 46).

Nota: A Carta Alterada e Consolidada, que segue é atual e está no arquivo com o Secretário do Estado do Tennessee.

ESTATUTO ALTERADO E CONSOLIDADO

DA

IGREJA DE DEUS DA PROFECIA

De acordo com a Lei de Empresa sem fins lucrativos do Tennessee, a Igreja de Deus da Profecia altera e reafirma seu Estatuto da seguinte forma:

1. O nome da empresa é a Igreja de Deus da Profecia.
2. O endereço, tanto da sede social e sede da corporação é:

3720 Keith Str., N.W.
Cleveland, TN 37312
Condado de Bradley.

3. O nome do agente registrado na sede da corporação é Randall E. Howard.

4. A corporação é uma corporação de utilidade pública e é organizada exclusivamente para fins de caridade dentro do significado da Seção 501(c)(3) do Código da Receita Federal de 1986, ou a disposição correspondente de qualquer futuro Código da Receita Federal.

5. A corporação é uma corporação religiosa.

6. A corporação tem membros.

7. A declaração de visão da empresa é a seguinte:

A Igreja de Deus da Profecia será um movimento cristo-cêntrico, da santidade, cheio do Espírito, a todas-nações, fazer discípulos, de planejamento de Igrejas com uma paixão pela União Cristã

8. A declaração de missão da corporação é a seguinte:

Pelo poder do Espírito Santo, através da oração, vamos plantar igrejas e equipar líderes para fazer autênticos discípulos de todos os povos do mundo. Para a glória de Cristo, nosso Senhor, o cabeça da igreja.

9. A corporação é formada para qualquer finalidade ou fins lícitos que não sejam expressamente proibidas pelo ato de empresa sem fins lucra-

tivos do Tennessee. Não obstante o acima exposto, fins da corporação também incluem a participação limitada da sociedade em quaisquer outras atividades, incluindo atividades tributáveis, mas apenas na medida em que as atividades fossem permitidas a uma corporação isenta de impostos. mais especificamente, sem limitação, os efeitos da corporação são:

- a) Dar testemunho de Cristo e de Sua verdade e para espalhar o evangelho do Reino em toda a sua plenitude e poder, para que o governo de Deus é provocado nos corações da humanidade;
- b) Promover a religião cristã por qualquer forma adequada de expressão, dentro de qualquer meio disponível, e em qualquer local, através da formação conjunta ou separada da Corporação, de uma igreja, ministério, caridade, escola ou instituição beneficente, sem limitação;
- c) Ordenar, empregar e descarregar ministros ordenados do Evangelho, e outros, para conduzir e realizar atividades de serviços divinos no lugar de adoração da Corporação, e em outros lugares;
- d) Tratar de assuntos relativos à propriedade e outros assuntos temporais como exigido pelas autoridades civis;
- e) Coletar e distribuir todos e quaisquer recursos necessários para a manutenção da Corporação e da realização de sua finalidade dentro do Estado de Tennessee e em outros lugares, e
- f) Fazer distribuições de organizações que se qualificam como organizações isentas nos termos do Artigo 501(c)(3) do Código Tributário Federal de 1986, conforme alterada.

Esta corporação também está organizada para incentivar e promover quaisquer atividades religiosas, beneficentes e educacionais semelhantes, para aceitar, segurar, investir, reinvestir e administrar quaisquer doações, legados, dispositivos, recursos e bens de qualquer espécie ou natureza, e para usar, gastar, ou doar a renda ou o principal desta, e dedicar o mesmo para os fins anteriores da corporação, e fazer todos os atos legais e diluir o que pode ser necessário, útil, ou adequado para o cumprimento dos propósitos desta corporação.

10. Não obstante quaisquer outras disposições do presente Estatuto, a corporação não vai levar em quaisquer atividades não permitidas a ser exercida por uma das organizações isentas de imposto de renda federal, exceto

sob a seção 501(c)(3) do Código da Receita Federal, de 1986 ou o correspondente prestação de qualquer futuro Código dos Estados Unidos Receita Federal.

11. Se a empresa está sempre determinada a ser uma fundação privada, como definido na Seção 509(a) do Código da Receita Federal de 1986 e alterações posteriores, que irá cumprir com as exigências do TCA 48-51-501.

12. Após a dissolução da empresa e após o pagamento de todos os passivos, os ativos da corporação serão distribuídos a uma ou mais organizações designadas por outro conselho de Administração que estão isentos nos termos do Artigo 501(c)(3) do Código da Receita Federal de 1986, conforme alterada, e que são da fé como e ordem da Corporação.

13. Os diretores da Corporação para a indenização monetária por violação dos seus deveres fiduciários como diretores . No entanto , esta disposição não elimina a responsabilidade de qualquer diretor (i) por qualquer violação de duty do diretor de lealdade para com a empresa , (ii) por atos ou omissões que não estão em boa fé ou que envolvam má conduta intencional ou uma violação conhecimento do Direito ou (iii) nos termos do Artigo 48-58-304 da Lei Tennessee Nonprofit Corporation. Se o ato Tennessee Nonprofit Corporation está posteriormente alterada para autorizar a eliminação mais ou limitação da responsabilidade da Administração, em seguida, a responsabilidade de um Diretor da Corporação será limitado ao limite máximo permitido pela Lei alterada Tennessee Nonprofit Corporation.

14. A Corporação tem o poder de indenizar seus diretores para o limite máximo permitido pela Lei de Tennessee Nonprofit Corporation.

Datado de 22 de Março de 2012

Randall E. Howard, Presidente

Certificado exigido pelo T.C.A. 48-20-107 (d)

Randall E. Howard, presidente da Igreja de Deus da Profecia, atesta ao secretário de Estado que:

1. O Estatuto Alterado e Consolidado não contém nenhuma alteração que exija a aprovação dos membros, e

2. O Estatuto Alterado e Consolidado foi devidamente aprovado pelo Conselho de Administração da Igreja de Deus da Profecia em 20 de março, 2012

Em 22 de Março de 2012

Igreja de Deus da Profecia

por

Randall E. Howard, Presidente

II. DISSOLVENDO UMA IGREJA LOCAL

Para dissolver uma igreja local significa desorganizar ou torná-lo inexistente. Exceto em casos extremos, a igreja já terá deixado de funcionar antes que ela seja oficialmente desorganizado.

O presbitério não deve dissolver qualquer trabalho que esteja devidamente organizado e funcionando, na verdade, não é a prática de dismantelar uma igreja que está em ordem com a provável exceção de casos extremos. A única vez que é necessário dissolver uma igreja é quando os membros se afastam ou tornam-se dispersos e sem membros suficientes para os cultos. Antes de uma igreja ser dissolvida, se houver membros leais, eles devem ser transferidos para as igrejas mais próximas a eles. Se há membros que são desleais, devem ser notificados, se possível, que a igreja será dissolvida. Uma vez que eles são desleais, que não poderiam ser transferidos, e sua membresia cessaria automaticamente quando a igreja for dissolvida pela devida autoridade.

Nenhuma igreja deve ser dissolvida por qualquer pessoa que não seja o supervisor nacional/ regional/ estadual. O supervisor nacional/ regional/ estadual deve ter o consentimento do supervisor geral antes de se debandar de uma igreja. Cuidado especial deve ser dado aos membros quando se fechar uma igreja. Eles devem ser contatado com a finalidade de avaliar os seus sentimentos e observando a igreja para que eles desejam ser transferidos. Se for sabido que os membros são desleais, não devem ser transferidos para outra igreja, no entanto, deve ser dada uma atenção especial a eles (Minutas da 42ª Assembléia, 1947, p 44).

Nota: Devido a mudanças no governo da igreja desde a Assembléia de 1947, o debandar de uma igreja local por um supervisor nacional/ regional/ estadual pode ser aprovado com o consentimento do respectivo Presbitério Geral e o Supervisor Geral.

III. MEMBROS DA IGREJA

Recomenda-se o seguinte a respeito aos membros: No Novo Testamento, as pessoas receberam a mensagem do evangelho de Jesus Cristo, foram batizadas em água, e foram acrescentados à igreja (Atos 2:41-47; 3:19; Romanos 10:10). Além disso, era esperado que continuassem uma vida de discipulado (Atos 2:42). A salvação é tanto instantânea (novo nascimento, regeneração) e também um trabalho todo-inclusivo da redenção, começando com a regeneração e culminando com o corpo glorificado (Hebreus 9:28). No contexto do livro de Atos e, especialmente, nos versos que diz que eram “acrescentados à igreja”,

o aspecto instantâneo da salvação é evidente. Em relação à Igreja de Deus da Profecia, a exigência para ser membro deve ser a experiência individual de salvação (que inclui o arrependimento, confissão e abandono do pecado) e seu compromisso público com o pacto da Igreja. Ser membro da Igreja denota aceitação, que é a necessidade básica de cada novo crente. Portanto, à medida em que ministramos a essas pessoas vamos nos esforçar para dar-lhes este sentimento de pertencer.

De acordo com o padrão e princípio do Novo Testamento, uma vez que um crente foi recebido na Igreja como membro, é importante que cada pastor e igreja use de piedoso discernimento no processo de discipulado. Discipulado contínuo, carinho e disciplina pelo pastor e igreja são muito importantes para aqueles que se tornam membros (Atos 16:04, 5, 1 Coríntios 6:9-11). Daí em diante, recomendamos ainda que a Igreja de Deus da Profecia, em geral, desenvolva um programa de discipulado extenso para ajudar a todos os nossos membros amadurecerem em Cristo Jesus. Isso vai exigir uma grande sabedoria e carinho pela nossa liderança e as pessoas à medida que continuamos na colheita (Minutas da 93ª Assembléia, 2004, p. 112).

De membros da Igreja é um princípio bíblico, e aqueles que desejam juntar-se à igreja está fazendo uma decisão importante. Grande cuidado deve ser tomado tanto pelo candidato à adesão quanto o ministro que oficia o culto garantir que houve oração e aconselhamento suficiente.

A. Acrescentando membros à Igreja

É da responsabilidade do pastor que apascentará o novo membro garantir que o candidato a membro esteja familiarizado com o ensino, o governo e as práticas da igreja. A ênfase deve ser colocada sobre os seguintes pontos:

1. Os Ensinos proeminentes

Devem ser bem explicados com uma oportunidade dada a todas as perguntas que o candidato possa ter. Explicações especiais podem ser feitas sobre esses ensinamentos que têm particulares implicações públicas no clima moral de hoje, tais como: 1) a abstinência de todo licor ou bebidas fortes; 2) Sobre o tabaco, ópio, morfina etc; 3) participação em lojas e sociedades secretas e 4) casamento, divórcio e novo casamento.

2. Andar na Luz

Deve ser bem entendido que se espera de um membro salvo ir ao ba-

tismo nas águas, santificação e o batismo do Espírito Santo com a evidência inicial de falar em outras línguas. Andar na luz também inclui manter o ritmo com o programa avançando da igreja enquanto avança para a perfeição.

3. Lealdade à Assembléia Internacional

Deve ser apresentado como participar e ser leal à igreja em todo o mundo, o que significa toda a Bíblia, corretamente dividida. Isto inclui ajuda e governos (1 Coríntios 12:28).

4. Cura Divina

O candidato deverá ser encorajados a exercer fé em Deus para cura.

5. Casamento, divórcio e novo casamento

Uma vez que há tanta controvérsia sobre este assunto entre os cristãos, é importante que o ensino da Bíblia seja explicado. Para este fim, a 94ª Assembléia Internacional de 2006, considerou, mudou e passou O documento da Instituição Bíblica do Casamento (Minutas da 94ª Assembléia, 2006, p 152; Consulte o Manual de Política do Ministério de 2008, Anexo 3).

6. Dizimar e Ofertar

O plano bíblico de pagar dízimos à tesouraria da igreja local e dar ofertas para o apoio do programa da igreja deve ser explicado mostrando as bênçãos prometidas de Deus sobre aqueles que dizimam e ofertam.

7. O Pacto da Igreja

A obrigação de membro deve ser explicado.

B. Administração do Pacto

Os ensinamentos proeminentes devem ser lidos e explicados novamente antes de dar oportunidade para ser membro da igreja. Quando tudo for satisfeito, o ministro deve convidar qualquer que deseja ser membro para estar diante da congregação. Ele/Ela, então, perguntará à igreja local se eles sabem de alguma razão pela qual qualquer candidato não deva ser aceito

como membro. Se houver objeções da igreja local, o requerente deve ser solicitado a esperar para aconselhamento. Se não houver objeções, o ministro administra o seguinte pacto:

Você promete sinceramente na presença de Deus e destas testemunhas que aceita esta Bíblia como a Palavra de Deus, crer e praticar seus ensinamentos corretamente divididos – Ter o Novo Testamento como sua regra de fé e prática, governo e disciplina, e andar na luz do seu melhor conhecimento e habilidade? A resposta será: Sim!

É importante que cada membro potencial responda afirmativamente. Em seguida, o ministro pode dizer: “Pela autoridade investida em mim como ministro do evangelho de Jesus Cristo, eu declaro você(s) membro(s) da Igreja de Deus da Profecia.” É costume permitir a congregação estender a destra de companheirismo para acolher os novos membros na igreja. O secretário da igreja local deve registrar imediatamente o nome e endereço de cada novo membro.

C. Ensinos da Igreja de Deus da Profecia

A Igreja de Deus da Profecia aceita toda a Bíblia corretamente dividida e tem o Novo Testamento como a única regra de governo e disciplina. Listados abaixo estão algumas crenças básicas da Bíblia:

ARREPENDIMENTO-Marcos 1:15, Lucas 13:3, Atos 3:19.

JUSTIFICAÇÃO-Romanos 5:19, Tito 3:7.

REGENERAÇÃO/ NOVO NASCIMENTO -Tito 3:5, Efésios 2:1, 4, 5, João 3:3; 1 Pedro 1:23, 1 João 3:9.

SANTIFICAÇÃO-subsequente à Justificação. Romanos 5:2, 1 Coríntios 1:30, 1 Tessalonicenses 4:3, Hebreus 13:12; 1 João 1:9.

SANTIDADE-Lucas 1:74, 75, 1 Tessalonicenses 4:7, Hebreus 12:14.

BATISMO COM O ESPÍRITO SANTO-subsequente à santificação (limpeza), o revestimento de poder para o serviço; Mateus 3:11, Lucas 24:49-53, Atos 1:4-8.

FALAR EM OUTRAS LÍNGUAS-como a evidência do batismo com o Espírito Santo; João 15:26, Atos 2:4; 10:44-46; 19:06.

FRUTO DO ESPÍRITO-Gálatas 5:22, 23, Efésios 5:9, Filipenses 1:11.

COMPLETA RESTAURAÇÃO DOS DONS À IGREJA-1 Coríntios 12:1, 7-10,

28, 31; 14:1.

SINAIS QUE SEGUEM OS CRENTES-Marcos 16:17-20, Romanos 15:18, 19, Hebreus 2:4.

CURA DIVINA- Fornecido a todos na expiação, Salmo 103:3, Isaías 53:4, 5; Mateus 8:17, Tiago 5:14-16, 1 Pedro 2:24.

BATISMO NAS ÁGUAS-Mateus 28:19, Marcos 1:8-10; João 3:22, 23; Atos 8:36-38; 10:47, 48; 16:33; 19:3-5.

CEIA DO SENHOR-Lucas 22:17-20, 1 Coríntios 11:23-33.

LAVA-PÉS PELOS SANTOS-João 13:4-17; 1 Timóteo 5:10.

DÍZIMOS E OFERTAS-Gênesis 14:18-20; 28:20-22; Malaquias 3:10; Mateus 23:23; Lucas 11:42; 1 Coríntios 16:2; 2 Coríntios 9:6-9, Hebreus 7:1-21.

RESTITUIÇÃO QUANDO POSSÍVEL- Mateus 3:8; Lucas 19:8, 9; Romanos 13:8.

SEGUNDA VINDA PRÉ-MILENAR DE JESUS- primeiro, ressurreição dos santos mortos e arrebatamento dos santos vivos para encontrá-lo no ar; Mateus 24:27; 1 Coríntios 15:51, 52; 1 Tessalonicenses 4:15-17-segundo, reinar sobre a terra mil anos; Zacarias 14:4, 5; Lucas 1:32; 1 Tessalonicenses 4:14; 2 Tessalonicenses 1:7-10; Judas 14, 15; Apocalipse 5:10; 19:11-21, 20:4-6.

RESSURREIÇÃO-Isaías 26:19; Daniel 12:2; João 5:28, 29; Atos 24:15; Apocalipse 20:5, 6.

VIDA ETERNA PARA OS JUSTOS-Mateus 25:46; Lucas 18:30; João 10:28; Romanos 6:22; 1 João 5:11-13.

CASTIGO ETERNO PARA OS ÍMPIOS-sem libertação nem aniquilação; Mateus 25:46; 2 Tessalonicenses 1:8, 9; Apocalipse 20:10-15; 21:8.

ABSTINÊNCIA DE TODAS AS BEBIDAS DESTILADAS OU BEBIDAS FORTES Provérbios 20:1; 23:29-32, Isaías 28:7, 1 Coríntios 5:11; 6:10, Gálatas 5:21.

SOBRE TABACO, ÓPIO, MORFINA ETC-Isaías 55:2; 1 Coríntios 10:31, 32; 2 Coríntios 7:1, Efésios 5:3-8; Tiago 1:21.

SOBRE ALIMENTOS E BEBIDAS-Romanos 14:2, 3, 17; 1 Coríntios 8:8, 1 Timóteo 4:1-5.

SOBRE O SÁBADO-Romanos 14:5, 6; Colossenses 2:16, 17.

USO DE ADORNO-O uso de adorno pelo cristão deve ser guiado pelos princípios bíblicos da sobriedade, modéstia, submissão e auto-disciplina; Mateus 16:24; 1 Timóteo 2:1-10; 1 Pedro 3:17; 1 João 2:16. (Minutas da 88ª Assembléia, 1994, p 155; Relatório do Comitê de Doutrina e Políticas bíblicas) A Escritura ensina que é explicitamente proibido o uso de adorno para práticas ocultistas, lascivas e idólatras (Atos 8:9; 13:6; 19:19; 1 Coríntios 5:10; 6:9; Gálatas 5:19-21).

FILIAÇÃO EM LOJAS/ SOCIEDADES SECRETAS-Mateus 5:34; João 18:20; 2 Coríntios 6:14-17; Tiago 5:12.

LINGUAGEM SAUDÁVEL DO CRENTE-Mateus 5:34, Tiago 5:12.

CASAMENTO, DIVÓRCIO, E NOVO CASAMENTO-Gênesis 1:26, 27; 2:18-25; Deuteronômio 6:7; Mateus 5:32; 14:3, 4; 19:3-12; Marcos 10:12; Lucas 16:18; Romanos 7:2, 3; 1 Coríntios 5:1-5, 6:9-18; 7:2, 11; Colossenses 3:18-21.

Nota: Para mais informações, consulte o revisado e ampliado Princípios Bíblicos, crenças e práticas da Igreja de Deus da Profecia, com base nas alterações Assembléia Internacional, ver Manual de Política do Ministério de 2010, Apêndice 1.

D. Afirmação sobre Traduções da Bíblia

“... recomendamos que esta Assembléia dê voz à aprovação do Versão da Bíblia em Inglês King James como sendo a autoridade para a nossa doutrina e ensinamentos da Igreja” (Minutas da 56ª Assembléia, Seção 4, 18 de setembro de 1961, páginas 131, 132).

“... recomendamos que esta Assembléia dê voz à aprovação da Antiga Versão da Bíblia em espanhol de Casiodoro de Reina de 1909 AD como sendo a autoridade para nossa doutrina da Igreja e do ensino na língua espanhola” (Minutas da 66ª Assembleia, Seção 9, 13 de setembro de 1971, página 143). Essas citações são as decisões históricas da Igreja de Deus da Profecia com respeito às Traduções da Bíblia.

Nos últimos anos, tem havido um enorme avanço no trabalho acadêmico sobre traduções bíblicas que utilizam o aumento do conhecimento das línguas originais hebraico, grego e aramaico. Além disso, os entendimentos culturais do Inglês moderno, espanhol, francês e outras línguas fizeram as palavras arcaicas de traduções passadas mais difícil para o leitor médio de compreender e responder apropriadamente. Além disso, a mensagem do Evangelho está sendo traduzido para dezenas de outras línguas globais. Diariamente, somos desafiados a enfrentar a necessidade de

apresentar o Evangelho em métodos mais eficazes possíveis para chegar a todas as nações. A Igreja de Deus da Profecia tornou-se um movimento internacional que abrange muitas línguas e culturas. Como tal, devemos afirmar a diversidade de traduções adequadas necessárias para a colheita cada vez maior em todas as nações. *Toda a humanidade precisa ouvir e ler as “boas novas” na língua que fala à sua compreensão.

À luz desta necessidade urgente da colheita, nós encorajamos os nossos ministros a usarem traduções apropriadas em sua pregação que vai trazer todas as pessoas para a luz salvadora de Jesus Cristo. Enquanto nós abraçamos as traduções anteriores referenciadas nas decisões de 1961 e 1971 da Assembleia, também queremos incentivar os nossos ministros a usarem outras traduções legítimas e confiáveis para plantar a semente do Evangelho de Jesus em cada coração faminto e para inspirar uma compreensão mais profunda de Deus (Relatório ACBDP, 96ª Assembleia, 2010).

E. Afirmação – A Presença e Manifestação do Espírito Santo

Durante as últimas três décadas, o Espírito Santo foi derramado, a tal ponto que muitos acreditam que nós estamos continuando a viver no tempo do cumprimento de Atos 2:15-18, quando Deus disse: “Eu derramarei o meu Espírito sobre toda a carne.” Crentes cheios do Espírito tornam-se o maior e mais rápido crescimento do segmento do cristianismo no mundo. O mundo acadêmico está interessado, os governos estão interessados; livros estão sendo escritos e estudos estão sendo feitos sobre este movimento mundial.

Ao mesmo tempo, o cristianismo no mundo ocidental parece ter sido atrasado ou derrapado na influência de ser cheio do Espírito. Durante a última década, tem havido influência externa por equívocos retratados nos meios de comunicação, bem como influência interna de líderes cristãos para distrair, suprimir, e, em alguns casos, se oporem abertamente a qualquer ministério visível ou manifestação do Espírito Santo. Alguns têm defendido que os dons espirituais ou ministérios corporativos do Espírito Santo não tem lugar no culto público hoje.

Esta persuasão resultou não só o rápido declínio das manifestações espirituais na igreja, mas também, posteriormente, desanimou os crentes a buscarem ativamente o batismo do Espírito Santo. É este urgente assunto que recentemente levou as Igrejas pentecostais-carismáticas da América do Norte a terem uma discussão com a Sociedade Pentecostal de estudiosos sobre a forma como os bispos e pastores podem melhor res-

ponder a este desafio iminente. A conclusão entre os estudiosos e líderes eclesiásticos reunidos em março de 2009 foi que os ministérios cheios do Espírito devem se levantar com uma nova inspiração para viver e ministrar na plenitude do Pentecostes, demonstrando, assim, uma abordagem mais dinâmica e eficaz para o ministério do que aqueles que tentam diluir a atividade do Espírito, buscando a aprovação dos que procuram e dos daqueles mais liberais no cristianismo hoje. A Igreja de Deus da Profecia quer ser registrada como crente e praticante da **PRESENÇA E MANIFESTAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO**.

Embora tenha sido sempre uma necessidade entre a nossa liderança e pastores manter a ordem bíblica e comportamento decente na Casa do Senhor, como o zelo pela estrutura e o medo de falsas manifestações do Espírito Santo nunca deve ser praticado formas de “extinguir o Espírito” ou “desprezar as profecias” (1 Tessalonicenses 5:19, 20). Posteriormente, isso deve encorajar-nos a abraçar “discernimento espiritual”, que permite que os líderes da igreja tanto melhorem quanto incentivem o genuíno mover do Espírito Santo que edifica e conforta os crentes. Escrituras são abundantes em todo o Novo Testamento em que esses ministérios são um cumprimento da promessa de Jesus de enviar a nós “outro Consolador” (João 14:16, 17). Além disso, a Bíblia, inegavelmente, declara: “... Encheivos do Espírito” (Efésios 5:18). Um exame cuidadoso do verbo grego traduzido por “ser cheio” mostra que é um tempo presente, revelando que podemos experimentar agora esta bênção. O fato de que o verbo é usado no modo imperativo não deixa opção ao discípulo obediente. O verbo também está na voz passiva, não é algo que ganhamos pelo esforço humano ou a realização, mas é feito para ele ou ela à medida em que se submetem a Deus (Atos 2:38, 39).

Somando-se a essa renovação pessoal em Jesus Cristo, devemos nos perguntar: “O que acontece quando os crentes cheios do Espírito Santo vão à igreja?” Paulo responde claramente esta questão, quando escreve à igreja de Corinto. Ele detalha expressamente os vários dons do Espírito Santo que são dados “... para a edificação de todos”, ou seja, palavra de sabedoria, palavra de conhecimento, fé, dom de cura, operação de milagres, profecia, discernimento de espíritos, variedades de línguas e interpretação de línguas (1 Coríntios 12:4-11). Esses fenômenos não precisam apenas de ocorrer na congregação, mas deve ir além. À medida que Paulo desenrola a bênção dessas manifestações, ele também dá instruções unguidas sobre abusos e como lidar com tais anomalias (14:6-33). Mas em nenhum lugar do texto o apóstolo comanda ou insinua que essas manifestações do Espí-

rito Santo deve ser erradicado com a experiência de adoração coletiva pelos crentes. Em vez disso, o apóstolo, ao falar, mesmo a uma igreja repleta de abusos, ainda incentiva e dá ordens imperativas que estes ministérios são essenciais para a edificação e capacitar a igreja (1 Coríntios 12:28; 14:1-5, 39).

Ao longo de Atos dos Apóstolos, o falar em línguas em público não era visto como difamador, mas como uma fonte de interesse para os incrédulos e como um prazer, mesmo ministério, para os crentes. Vemos em várias referências tanto a atração que o falar em línguas dava aos da comunidade quanto o incentivo aos discípulos para testemunho mais ousado (Atos 2:1-8; 4:31-33; 10:44-48; 19:1-6). Em um mundo que está cada vez mais atraído para o oculto, os meios de comunicação e tralhas tecnológicas, a presença do Espírito Santo é um ingrediente-chave em nossas igrejas que podem atrair e preencher as necessidades de pessoas com fome por algo além de sua vida cotidiana de trabalho penoso. Na verdade, o Espírito aciona a bênção e a necessidade do fruto do Espírito (Gálatas 5:22, 23) para fortalecer o crente em sua experiência normal de vida.

Na Igreja de Deus da Profecia, nossas raízes encontram-se na tradição histórica Santidade-pentecostal que estava ancorado à verdade bíblica. Se não há nenhuma evidência em nossos cultos hoje para dar testemunho desta manifestação externa dos dons do Espírito Santo, nós simplesmente pareceremos impostores. Por outro lado, quando o Espírito está ativo entre nós, Sua unção é óbvia para os incrédulos e vai trabalhar fortemente em seus corações e vidas. Nós encorajamos este corpo ministerial orar, se ocupar disto e acolher genuínos milagres, curas, falar em línguas, e outras manifestações, como descrito em 1 Coríntios 12. Isto deve deixar de ser a exceção ou nunca praticado; nós recomendamos a nossos pastores e líderes pois estes dons, o próprio movimento do Espírito Santo, atrairão os homens e mulheres que estão por vir e ver o que está acontecendo dentro da comunidade dos crentes. Nós incentivamos nossos ministros e nosso povo para usar livremente os seus dons de unção para ministrar aos outros (1 Pedro 4:10, 11).

Nesta época, há uma sede espiritual entre as pessoas a experimentar Deus, e a Igreja de Deus da Profecia deve estar preparado para oferecer-lhes o Espírito que pode saciar esse desejo. Que a Igreja seja cheia do Espírito e pronta para oferecer libertação, verdade inspirada e a vitória da vida real. Estamos verdadeiramente gratos que existem áreas no mundo onde as chamas do Espírito estão acesas, e elogiamos tal fervor com uma advertência para continuar a permitir que o Espírito Santo se derrame.

Na verdade, agora temos de nos comprometer mais uma vez ser igrejas cheias das manifestações espirituais que podem atualizar e mudar a vida das pessoas (Relatório do ACBDP, 96ª Assembléia, 2010).

IV. DISCIPLINA DA IGREJA

Um membro que, por meio do engano de Satanás, tornou-se desleal ou desviado torna-se um problema desafiador para a igreja local e o pastor.

Antes de lidar com tal pessoa, as atitudes bíblicas deve ser predominantes na vida daqueles que buscam trazer a reconciliação. Tais atitudes são o amor, a paciência e a humildade.

A. Objetivos da Disciplina na Igreja

Aqueles que têm de lidar com este problema deve ter a alma do errante em seus corações, e não sua própria irregularidade ou falha (Gálatas 6:1). Se possível, estes não devem ser mencionados. Três objetivos devem ser mantidos em mente:

1. A Glória de Deus

Qualquer coisa que requeira disciplina é uma desonra a Deus. Se um pecador é reconhecido como um membro da igreja, o corpo de Cristo, isto reflete sobre a santidade de Deus, fazendo parecer que Ele aprova o pecado.

2. A pureza da Igreja

É somente através da disciplina formativa e corretiva que as igrejas locais podem avançar em pureza e perfeição. Instando a expulsão de um membro indigno, Paulo disse: "... Não sabeis que um pouco de fermento leveda toda a massa?" (1 Coríntios 5:6).

3. O Bem estar Espiritual do Membro

As pessoas que exercem a disciplina devem ter como objetivo final a salvação ou restauração do membro errante. Esta é a principal razão para a disciplina da igreja (1 Coríntios 5:3-5).

B. Tipos de ofensa

Dois tipos diferentes de infração são descritos no Novo Testamento:

1. A ofensa pessoal ou particular

Esta é uma ofensa provocada por um membro que está em conflito com outro. Em Mateus 18:15-17, o Senhor nos ensina a começar pela reconciliação por confronto privado. Assim, o primeiro passo é ir ao infrator privadamente e procurar promover a reconciliação. Isto pode resolver o conflito. Se não, o segundo passo é enfrentar a errante com uma ou duas testemunhas (de preferência amigos do agressor). Se este esforço for infrutífero, o terceiro passo é levar o assunto à igreja para o confronto. Deve ser lembrado para não dar o último passo primeiro; mas também deve ser lembrado que é o ofendido que seleciona uma ou duas testemunhas para ir com ele ao ofensor. A igreja pode optar por fazê-lo novamente mais tarde, mas primeiro o ofendido deve fazê-lo. Até este ponto, a reconciliação tem sido a meta. Quando a igreja enfrenta o infrator, então restauração torna-se o objetivo da igreja (2 Tessalonicenses 3:14, 15).

2. Ofensa Pública ou Geral

Este é um crime contra a igreja que traz opróbrio sobre o corpo de Cristo através de uma vida profana, espalhando falsa doutrina, ou trazendo divisão dentro da igreja. Esse tipo de delito é geralmente tratado sem demora. Paulo alertou Timóteo a afastar-se de quem não consente com as sãs palavras (1 Timóteo 6:3-5). Para os romanos, ele escreveu, “... que noteis os que promovem dissensões e escândalos contra a doutrina que aprendestes; desviái-vos deles”(Romanos 16:17).

Reconciliação desta magnitude requer uma abordagem diferente daquela do delito privado. O pastor, e talvez os diáconos locais, deverão confrontar o infrator sobre sua atitude e intenção. Se não houver nenhuma mudança desejável após um ou dois confrontos, a igreja pode ter de recorrer a exclusão (Tito 3:10). No entanto, a igreja tem que perceber que a disciplina não é castigo. A punição tem o passado em mente, é retribuição. A disciplina tem o futuro em mente, que diz: “Nós te amamos demais para permitir que você continue repetindo este delito.” A possibilidade de exclusão prepara o palco para a restauração, mostrando a gravidade deste tipo de ofensa.

V. A CONFERÊNCIA DA IGREJA LOCAL

A. Os Constituintes

A conferência é aberta a todos os membros do corpo local. Todos os mem-

bros têm voz em todos os assuntos de negócios; no entanto, a Assembleia informa que “as crianças tem nenhuma voz ativa... até que estejam em idade de usar sabedoria” (Minutas da 45ª Assembleia de 1950, p. 110).

B. Tipos de Conferências

Conferências da igreja local geralmente se enquadram em uma das duas categorias, regulares ou convocadas.

1. As conferências regulares trimestrais são aconselhados para a primeira noite de segunda-feira em junho, setembro, dezembro e março (para os trimestres encerrados em maio, agosto, novembro e fevereiro). O quórum é constituído por todos os membros presentes nas conferências após o devido anúncio.

2. A conferência convocada pode ser chamada pelo pastor ou bispo, a qualquer tempo necessário, mesmo no início ou perto de um culto regular. No entanto, é aconselhável que reuniões convocadas devem ser anunciadas antes do tempo, especialmente para certos assuntos-transferências por exemplo; uma conferência convocada não deve ser realizado a menos que o negócio não possa esperar até a próxima conferência regular; negócios nunca devem ser transacionados apressadamente, ou como um esforço para tratar de questões enquanto um objetor conhecido está ausente, e só o negócio que exigiu a conferência convocada deve ser posta em discussão.

Nota: Outros assuntos podem ser discutidos, mas a ação oficial não deve ser tomada a não ser que a membresia tenha sido devidamente notificada e os presentes estejam de acordo à ação oficial por consenso esmagador ou de comum acordo como pode ser o caso. Aos olhos da lei, “negócio legal” pode ser declarado ilegal se feito sem a devida informação a ser dada aos membros com antecedência.

C. Propósito e Objetivo

Há geralmente quatro propósitos da conferência regular:

1. Manter todos os membros informados sobre o andamento da igreja local, revendo o trabalho por meio de relatórios do Secretário e Tesou-

reiro, os líderes locais e ministério pastoral.

2. Receber e conceder transferência de membros.

3. Para transacionar todos os outros negócios em relação ao funcionamento eficiente da igreja local.

4. Desenvolver planos para a divulgação e desenvolvimento espiritual da igreja local.

O objetivo da conferência é obter as melhores soluções possíveis para os problemas da igreja local, dando a todos os membros igualdade de oportunidades para se expressar.

Tendo em vista os propósitos e objetivos acima, é aconselhável que os membros em geral sejam informado de quaisquer ações oficiais tomadas pela conferência. Afinal, todos os membros deverão cooperar nas ações da conferência, e eles têm o direito de saber o que foi feito.

D. Oficiais das Conferências

Três oficiais estão diretamente envolvidos em conferências da igreja local:

1. Pastor

O pastor é o moderador. Se não houver um pastor, o supervisor tem autoridade para agir ou nomear um ministro licenciado para presidir.

2. O secretário da igreja

O secretário da igreja mantém a ata da reunião, lê as minutas anteriores e todos os documentos e correspondência, conforme solicitado, e assina a ata oficialmente aceita, juntamente com o moderador.

a. As atribuições específicas do secretário da igreja é...

1) tomar e registrar as atas de todos os procedimentos de negócios;

2) enviar e receber transferências de membros;

3) escrever cartas autorizadas pela conferência;

4) responder a pedidos de informações do escritório nacional/ regional/ estadual e escritórios internacionais; e

5) preservar e apresentar todos os documentos e registros da igreja como atribuído a ele/ela.

b. Os registros do secretário devem incluir...

- 1) um rol de membros da igreja em ordem alfabética, com endereços atuais e números de telefone;
- 2) informações históricas e estatísticas sobre cada membro, como data de nascimento, data de acrescentamento à igreja, a data de transferência recebida/concedida, e a data de desligamento etc;
- 3) cópias dos movimento de entrada e saída; e
- 4) atas completas de todas as reuniões que são um registro oficial das transações de eventos importantes.

3. O Tesoureiro da Igreja

O tesoureiro da igreja lê o relatório financeiro e mantém os livros prontos para perguntas ou inspeções. Às vezes, uma pessoa serve como secretário e tesoureiro, especialmente em igrejas menores. Para a proteção dos fundos e integridade do próprio tesoureiro, todos os fundos da igreja deve ser depositado em uma conta bancária da igreja, nunca na conta pessoal do indivíduo, e não devem ser mantidos em uma pessoa ou em casa.

a. Deveres do tesoureiro incluem:

- 1) receber e guardar todos os fundos conforme autorizado pela igreja-dízimos, ofertas gerais e especiais, e os fundos do ministério;
- 2) manter em devida conta todas as verbas recebidas e desembolsados, incluindo os dízimos e contribuições para a verificação das contribuições não-tributáveis de cada indivíduo;
- 3) o arquivamento adequado de todos os recibos, comprovantes e outros documentos relativos às contas financeiras;
- 4) a realização de todos os relatórios financeiros necessários, tanto mensais quanto trimestrais;
- 5) estar totalmente familiarizado com o sistema financeiro da igreja em geral.

E. Deveres e Poderes da Conferência

A igreja local, em conferência tem certas funções, juntamente com o poder ou autoridade para realizá-los:

1. Selecionar os administradores da igreja local.
2. Direcionar a arrecadação e os gastos de todas as verbas não já designados pela Assembleia Internacional.

3. Aceitar e conceder transferência de membros.
4. Disciplinar e/ ou reconciliar os membros da congregação local, quando necessário.
5. Estabeler candidatos ao ministério, com a recomendação do supervisor.
6. Receber um relato de negócios da Assembléia Internacional na primeira conferência regular depois da Assembléia.
7. Auxiliar na definição dos dias e horários para os cultos regulares da igreja.
8. Vender, emprestar, ou executar uma hipoteca sobre a propriedade da igreja local, após o consentimento dos Administradores Gerais por meio do Secretário Chefe.

Nota: Todas as ações estão sujeitas a revisão pelos presbíteros gerais e os supervisores nacional/ regional/ estadual.

F. Ordem da Seção

Embora não seja absolutamente necessário usar as Regras Roberts Recentemente Revistas, ele fornece um guia para a condução regular de negócios. Isto, no entanto, não deve interferir com a natureza espiritual da conferência quando assuntos espirituais estão sendo decididos.

1. O seguinte é a ordem habitual de negócio:
 - a. Abertura oficial da conferência, geralmente com uma declaração semelhante à seguinte: “A igreja local em _____ está agora em conferência de negócios para tratar qualquer negócio que possam surgir diante dela” (A declaração é necessária para fazer os atos de negócio legais e vinculativo no caso das minutas serem necessário em processo legal a qualquer momento no futuro. O secretário deve incluir esta declaração para a ata de cada conferência.)
 - b. Minutas da última conferência regular devem ser lidas pelo secretário, e de todas e quaisquer conferências convocadas realizadas desde então, com a oportunidade que está sendo dada para correções e aceitação.
 - c. O relatório do tesoureiro, incluindo uma declaração detalhada de recibos, desembolsos e saldos, com discussão, correções e aceitação seguinte.
 - d. Relatórios das atividades do ministério da igreja local, que in-

cluem os dos diáconos e ministros leigos.

e. O relatório do Pastor do trabalho realizado no Ministério Pastoral.

f. Recebimento e concessão de transferência de membros.

g. Reabertura de qualquer negócio inacabado de conferências anteriores.

h. Negócios novo ou diversos.

2. Os direitos e deveres dos membros durante a conferência incluem o seguinte:

a. O direito de propor moções ou resoluções.

b. O direito de discutir ou explicar (ou pedir explicação) qualquer assunto perante a conferência.

c. O direito de ter a palavra, sem interrupção até terminar a menos que tal seja pedido pela ordem pelo moderador.

d. O dever de aguardar o reconhecimento pelo moderador quando introduzir ou discutir uma moção ou quando quiser falar de outra forma.

e. O dever de abster-se de falar sobre qualquer assunto não for devidamente apresentado, secundado e declarado pelo moderador.

f. O dever de não interromper alguém a quem foi dado a palavra, mesmo quando se opor a um assunto.

g. O dever de indicar uma escolha por um “sim” ou “não” ou “abstenção” quando “a pergunta” for colocada diante da conferência pelo moderador.

G. O Processo de Tomada de Decisão

Todas as decisões administrativas são concluídas pela conferência local quando um consenso esmagador dos membros presentes estiver de acordo. No entanto, as questões espirituais, como a criação de uma frente no ministério ou a retirada de um membro da comunhão, devem ser decididas por “comum acordo”.

H. Recomendação do Papel da Comissão de Finanças e Mordomia da Igreja local

Recomendamos que o antigo Comitê de Finanças e Apropriação seja renomeado “Comitê de Finanças e Mordomia” (ou um equivalente aceitável). O pastor, em cooperação com a conferência da igreja local, deve nomear

ou escolher os membros da Comitê de Finanças e Mordomia. Esta Comitê deve reunir-se tantas vezes quanto necessário para o apurar, monitorar e planejar os assuntos financeiros da igreja. Responsabilidades do Comitê incluem o seguinte:

1. Desenvolvimento de um plano financeiro detalhado (orçamento) que garanta as despesas e renda operacionais da Igreja local sejam equilibradas e apresentados na conferência da igreja local para aprovação. O Comitê deve trabalhar em estreita colaboração com o pastor e o tesoureiro da igreja para garantir a eficácia do plano financeiro.
2. Certificar-se de que seja dada atenção na fase de planejamento anual para o desembolso de todos os fundos, conforme descrito pela Assembleia Internacional e convenções estaduais, regionais e as nacionais.
3. O Comitê deve dar um relatório do seu trabalho, pelo menos anualmente, para a conferência da igreja local. O tesoureiro da igreja, no entanto, deve ser o responsável para dar informações financeiras detalhadas dos saldos e as contas em cada conferência trimestral.
4. As decisões de onerar bens existentes da igreja ou qualquer transação que iria aumentar o endividamento da igreja devem ser cuidadosamente avaliados pelo comitê antes de ser apresentado na conferência da igreja local para aprovação.
5. Os pastores devem ter cuidado em apresentar quaisquer questões financeiras para a conferência de negócios que não tem o apoio esmagador do Comitê. O pastor deve ser sempre um membro ativo do Comitê.
6. O Comitê deve incentivar e planejar para todo o ano a educação administrativa efetiva na igreja local, juntamente com medidas destinadas a demonstrar a responsabilidade financeira.

Gostaríamos de encorajar igrejas, grandes e pequenas, a capacitar seu Comitê de Finanças e Mordomia para realizar plenamente a função e o papel como recomendado. Esta seria uma boa oportunidade para a igreja de ampliar a participação dos membros no processo de gestão financeira. Ao garantir a diversidade e a representação equilibrada na escolha de homens e mulheres que irão servir, uma declaração clara no que diz respeito à abertura e responsabilidade podem ser feitas.

Da mesma forma que os nossos supervisores descobriram que o Comitê Nacional/ Regional/ Estadual de Finanças e Mordomia adicionou credibilidade a seu cargo, acreditamos que o comitê de Finanças e Mordomia da igreja local será da mesma forma uma bênção para os pastores.

Esta recomendação substitui todas as recomendações anteriores da As-

sembléia Internacional em relação ao comitê financeiro da igreja local.

I. Como engajar os jovens e crianças

Nota do Editor: Consulte o Relatório do Comitê de Mordomia, 92ª Assembleia de 2002.

Justificativa

Durante os últimos anos temos implementado muitas mudanças na estrutura financeira desta Igreja. Ao fazê-lo, temos falhado em dois dos grupos mais energéticos: os jovens e as crianças da Igreja. Nós sentimos que chegou o momento de liberar este recurso dinâmico para a melhoria do reino de Deus, incentivando o desenvolvimento de esforços de angariação de fundos em todo o mundo. Nós encaramos os nossos jovens e crianças que estão sendo envolvidos em projetos como ajudar a construir centros médicos nos países em desenvolvimento, conferências de jovens e de crianças fora da América do Norte, casas ou escolas para jovens e crianças em qualquer parte do mundo. Isto pode também incluir projetos como o Evangelho impresso, não só na forma de folhetos mas Bíblias também, para países e regiões como China, Índia, América Central e África. Isso pode incluir qualquer outro projeto de valor que possa surgir. Quando um projeto for concluído, um novo projeto deve ser implementado. Esta é uma oportunidade para os jovens e crianças da Igreja participarem de um projeto de ministério que os conecta com o Deus da colheita que está nos guiando para alcançá-los.

Recomendação

Recomendamos, portanto, que um processo seja implementado que vai ligar a juventude de nossa Igreja a projetos especializados, como os indicados na justificativa. Isto pretende ser um curso de ação contínua composta de projetos de curto prazo.

Recomendamos ainda o diretor do Departamento de Desenvolvimento de Liderança e Discipulado ser o facilitador desta oportunidade de ministério.

J. Recomendação para Dízimo Corporativo

Nota do Editor: Consulte o relatório da Comissão de Doutrina e Política bíblica da Assembleia, 92ª Assembleia de 2002. Embora devemos evitar

demandas legalistas, a própria estrutura da criação de Deus contém o princípio do dízimo e ofertas. No Novo Testamento, as igrejas foram ensinados a importância de compartilhar os seus recursos para atender às necessidades de seus irmãos, além de suas igrejas locais. O apóstolo Paulo direciona os coríntios a seguirem na prática das igrejas da Galácia, compartilhando os recursos ou dons para ajudar a igreja mãe em Jerusalém (1 Coríntios 16:1-3). Ele convidou-os a entrar em submissão amorosa à sua autoridade e partilhar as suas bênçãos financeiras com o corpo maior. Da mesma forma, a nossa Assembleia deu diretrizes para as nossas igrejas praticarem hoje o compartilhamento de seus dízimos e ofertas para abençoar a Igreja global. À medida que as igrejas mantêm com seus dons a essa autoridade ordenada por Deus, eles também prosperam por tal obediência no amor. Em nossa própria história da Igreja tem sido a nossa prática apoiar os ministérios globais deste corpo global através da partilha de dez por cento do dízimo de nossas igrejas locais para os Escritórios Internacionais, e através de doações de missões, Parceiros na Colheita, e Mãos que Ajudam, como adotadas pela Assembleia Internacional. Esta é uma prática bíblica, e, portanto, recomendamos que nossas dedicadas congregações continuem nestas fiéis e caridosas práticas.

Políticas Ministeriais

I. COMPETÊNCIAS MINISTERIAIS DO MANUAL POLÍTICA MINISTERIAL DA IGREJA DE DEUS DA PROFECIA

As competências abaixo são divididas em três grandes categorias. Primeiro são competências ministeriais gerais, que são aplicáveis a todos os níveis de liderança na igreja (Note-se que “ministerial”, neste caso, inclui ministros leigos e outros líderes locais, bem como ministros licenciados). Em segundo lugar estão as competências pastorais que são aplicáveis especificamente para aqueles dotados, chamado para ou inseridos no ministério de pastoreio, e em terceiro lugar, as competências para os supervisors nacional/ regional/ estadual, presbíteros gerais e diretores e pessoal trans-local dos Escritórios Internacionais conforme suas funções.

É importante notar que essas competências formam diretrizes de desenvolvimento e não necessariamente listas de verificação prescritas. Com a exceção de nosso Senhor, ninguém, nem mesmo os apóstolos, possuía todas essas habilidades, capacidades e conhecimento funcional. Portanto, estes devem ser utilizados como motivação para o crescimento contínuo, e não como barreiras para o ministério. Além disso, deve-se enfatizar que a mera exposição de todas essas competências nunca iria garantir o sucesso no ministério. Além do chamado, unção e uma grande dependência no Espírito Santo, a realização desses itens por um indivíduo é de pouco valor real.

Estas competências podem ser modificados a fim de melhor refletir os resultados desejados e os objetivos de liderança regional e atender as necessidades dos ministérios da região e da Igreja de local. Estes também podem servir, em todos os níveis, como base para os critérios segundo os quais as avaliações possam ser feitas.

A. Competências Gerais ministeriais

Para ser totalmente equipado para a obra do ministério, uma pessoa deve saber ou ser capaz de fazer o seguinte:

1. Aprender e praticar o processo de formação espiritual e de caráter pessoal no desenvolvimento de um relacionamento pessoal com Jesus Cristo e, ao fazê-lo, tornar-se conforme à Sua imagem.
2. Ter um conhecimento geral da natureza, história, importância, histórico de fundo e conteúdo da Bíblia.
3. Ter um conhecimento prático dos vários métodos de estudo da Bíblia e ser capaz de utilizar esses métodos em seu crescimento e trabalho ministerial.
4. Familiarizar-se com os vários tipos de evangelismo (pessoais, de

massa, inter-culturais etc), a fim de ser pessoalmente equipado para compartilhar eficazmente o evangelho.

5. Desenvolver habilidades de comunicação que permitam a efetiva interação com outras pessoas, (ou seja, ler, escrever, falar, ouvir).

6. Desenvolver competências relacionais que lhes permitam trabalhar de forma eficaz com aqueles a quem e com quem eles ministram.

7. Entender e praticar os princípios bíblicos de administração em relação ao tempo, dinheiro, e serviço, e ensinar os outros a estarem comprometidos com esses princípios.

8. Desenvolver e utilizar as habilidades básicas de aconselhamento para que um amplo espectro de pessoas possam ser ajudadas.

9. Ter um conhecimento funcional da história do cristianismo, incluindo os principais acontecimentos, pessoas e movimentos que levaram o cristianismo a seu estado atual.

10. Ter um conhecimento funcional da história, política, organização e doutrina da Igreja de Deus da Profecia.

11. Entender as principais questões da ética cristã e como essas questões impactam a vida diária do cristão.

12. Estar ciente das maneiras em que a fé cristã pode ser vivida na prática, e não apenas teoricamente, através de desenvolver e participar de ministérios práticos que se relacionam com as situações da vida real das pessoas.

13. Aprender e praticar as habilidades necessárias para ser um eterno aprendiz, para que o processo de desenvolvimento pessoal possa continuar.

14. Ser conhecedor das principais questões da teologia sistemática e relacioná-los com a vida daqueles a quem eles ministram.

15. Desenvolver a liderança e as habilidades administrativas adequadas necessárias para levar a cabo o ministério na igreja e no mundo. Estas competências são consideradas de tal importância vital que todos os que têm uma reconhecida chamada, ou dotado para, qualquer área do ministério, leigo ou profissional, deve se esforçar para desenvolvê-las.

B. Competências para os Pastores

Além das competências gerais para todos os ministros, aqueles que ser-

vem como pastores devem saber ou ser capazes de fazerem o seguinte:

1. Desenvolver e modelar disciplinas espirituais pessoais (por exemplo, oração, jejum, meditação, estudo da Palavra, serviço, submissão, simplicidade, confissão etc.)
2. Realizar os princípios bíblicos de pastorear e cuidar das necessidades espirituais dos membros e amigos da igreja local.
3. Compreender e utilizar uma variedade de estilos de liderança apropriados para diferentes circunstâncias.
4. Desenvolver e utilizar as habilidades de resolução de problemas.
5. Desenvolver e utilizar as habilidades em aconselhamento pessoal e relações humanas.
6. Exibir habilidades em desenvolver o potencial de liderança dos membros locais.
7. Compreender e ser sensível ao papel da igreja nacional/ regional/ estadual e internacional e seus diversos ministérios.
8. Utilizar os princípios e procedimentos bíblicos para disciplinar e restaurar membros caídos (errantes).
9. Manter relações positivas intra-igreja através de comunicação constante, aberta e eficaz com os membros, colegas de trabalho, colegas e os responsáveis pela supervisão geral das igrejas.
10. Mostrar integridade e ética bíblica em áreas como tratamento de outros, imparcialidade, confidencialidade, confiabilidade etc
11. Entender e praticar as normas adequadas para a gestão da propriedade da igreja, instalações, equipamentos e tecnologia.
12. Entender e praticar princípios de boa gestão financeira.
13. Entender e praticar princípios sólidos em questões legais .
14. Trabalhar com o supervisor para iniciar e executar projetos de plantação de igrejas e novo campo de evangelismo.
15. Estar familiarizado com, e ser capaz de usar, técnicas apropriadas para moderar serviços e sessões de negócios.
16. Exibir técnicas eficazes para o planejamento do programa/ calendário, tendo em conta as diversas atividades da igreja nacional/ regional/ estadual e internacional, a comunidade local, e as famílias.
17. Liderar a igreja local no processo de discipulado e assimilação de novos participantes/ membros.
18. Agir com graça e etiqueta ministerial adequada em todas as situa-

ções que possam surgir na congregação, comunidade e no lar.

19. Conduzir ministério pessoal através de visitas de ambos membros e não-membros em residências, instalações médicas, locais de trabalho etc

20. Realizar com a dignidade adequada os vários deveres ministeriais necessários em ocasiões especiais, como dedicatórias do bebê, casamentos e funerais.

21. Preparar e pregar sermões doutrinariamente sadios e eficazes com base na Palavra de Deus, sob a inspiração do Espírito Santo.

22. Fornecer uma liderança visionária, claramente demonstrando unção dada por Deus e visão para os ministérios e futuro da igreja local.

23. Levar a vida de adoração da igreja local, tanto em termos de público, culto corporativo, e estilo de vida de adoração. *

24. Liderar a igreja local no cumprimento da Grande Comissão no seio da comunidade local.

25. Conduzir a congregação no desenvolvimento de uma visão global da responsabilidade da igreja local em expandir os esforços de missão mundo através de atividades como o enviar, doar e apoio pessoal dos missionários.

26. Ter cuidado, e ministrar as necessidades exclusivas de famílias, tanto a sua própria e daqueles dentro da congregação local.

27. Liderar a igreja, ou fornecer outras lideranças para, atividades educativas baseadas na Bíblia.

28. Liderar a igreja, quando necessário, através do processo de mudança e transformação.

29. Gerenciar as variadas demandas colocadas sobre os recursos espirituais, físicas e emocionais de um pastor através de equilibradas temporadas de retiro pessoal, restauração e lazer.

30. Incentivar e modelar os hábitos de aprendizagem ao longo da vida.

*Nota: O termo “levar” inclui fazer provisão adequada para, através de delegação eficaz.

C. Competências para Supervisors Nacional/ Regional/ Estadual, presbíteros gerais, diretores do Ministério Internacional e pessoal Trans-local
Além das competências gerais para todos os ministros, aqueles que ser-

vem como supervisores nacional/ regional/ estadual, presbíteros gerais, diretores de ministérios internacionais e pessoal trans-local, deveria saber ou ser capaz de fazer o seguinte:

1. Desenvolver e modelar disciplinas espirituais pessoais (por exemplo, oração, jejum, meditação, estudo da Palavra, serviço, submissão, simplicidade, confissão, etc.)
2. Realizar os princípios bíblicos pastoreando e incentivando supervisores, pastores e outros ministros.
3. Compreender e utilizar uma variedade de estilos de liderança apropriados para diferentes circunstâncias.
4. Desenvolver e utilizar as habilidades de resolução de problemas.
5. Desenvolver e utilizar as habilidades em aconselhamento pessoal e relações humanas.
6. Exibir habilidades em desenvolver o potencial de liderança de outros ministros.
7. Compreender e ser sensível ao papel bíblico da igreja local e seus diversos ministérios, bem como de toda a Igreja e seus ministérios e propósitos nacionais e internacionais.
8. Utilizar os princípios e procedimentos bíblicos para disciplinar e restaurar ministros caídos (errantes).
9. Executar o papel prescrito para o supervisor no processo de credenciamento ministerial.
10. Manter relações positivas intra-igreja através de comunicações constantes, abertas e eficazes com os oficiais da igreja, colegas de trabalho, pastores etc em todos os níveis da igreja.
11. Mostrar integridade e ética bíblicas em áreas como tratamento de outros, imparcialidade, confidencialidade, confiabilidade etc.
12. Entender e praticar as normas adequadas para a gestão da propriedade da igreja, instalações, equipamentos e tecnologia.
13. Entender e praticar princípios de boa gestão financeira.
14. Entender e praticar princípios sólidos em questões legais.
15. Promover, incentivar e modelar os princípios de plantação de igrejas e evangelismo de campo novo.
16. Estar familiarizado com, e ser capaz de usar, técnicas adequadas de serviços de moderação, conferências, convenções e sessões de negócios.

17. Exibir técnicas eficazes para o planejamento do programa/ calendário, tendo em conta as diversas atividades das igrejas locais e outras agências da igreja.
18. Incentivar e modelar os hábitos de aprendizagem ao longo da vida.
19. Desenvolver, promover, incentivar e proporcionar um desenvolvimento de programas de educação de liderança ministerial no país/ região/ estado e internacional, conforme apropriado.

Aviso Ministerial Geral

O ministério é um chamado alto e santo e não deve ser assumido levemente. A profunda reverência e sinceridade para com Deus, que chamou o candidato, deve estar sempre em primeiro lugar na prioridade, enquanto se prepara para entrar no ministério. Não é a igreja que se chama, mas Deus. Portanto, a lealdade deve ser para Deus. O candidato deve atender a alguns requisitos e qualificações fundamentais antes que seja licenciado ou ordenado. A obra de Deus não opera no vácuo, mas no mundo real, onde são necessários deveres cívicos, bem como espiritual. O apóstolo Paulo instruiu Timóteo a “Procura apresentar-te a Deus aprovado, um obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade” (2 Timóteo 2:15). “Mas tu, sê sóbrio em todas as coisas, suporta as aflições, faz o trabalho de um evangelista, cumpre cabalmente o teu ministério” (4:5).

II. RECOMENDANDO UM MEMBRO PARA O MINISTÉRIO DA IGREJA

A. Responsabilidade da Igreja local

A responsabilidade da igreja local em matéria de recomendações ministeriais não é menos impressionante do que a declaração individual da chamada. É um negócio muito sóbrio para permitir que sentimentos ou relações pessoais influenciem a recomendação. O candidato deve estar ciente disso desde o início, de modo que não haverá nenhum sentimento de ofensa se a conferência local não vê o ajuste para conceder a recomendação ou se mais tempo for solicitado.

B. A Necessidade de Exame

O bem-estar da igreja e seu mandato para cumprir a Grande Comissão

exige que os homens e as mulheres que entram no ministério sejam examinados quanto às suas qualificações, a fim de que o ministério não seja degradado por estar comprometido com pessoas indignas. Espera-se que os candidatos sejam de estatura espiritual madura e possuam necessários dons e habilidades suficientes para conduzir e instruir o povo de Deus.

Por esta razão, nenhum novo ministro deve ser licenciado ou ordenado sem antes ter servido um momento de aprendizado com experiência na pregação e no ministério sob a supervisão de um ministro experimentado na igreja. Desta forma, a igreja terá oportunidade de observar e avaliar o potencial do candidato para o ministério.

As áreas de prova para a igreja local irão incluir o seguinte:

1. Evidências das experiências espirituais de justificação, santificação, e batismo com o Espírito Santo na condução diária da vida, depois de ter sido batizado por imersão.
2. Evidências do chamado de Deus.
3. Evidências de aptidões e habilidades por meio de resposta positiva às exigências .
4. Evidências de conhecimento de um novato da Palavra de Deus e dos ensinamentos e práticas da igreja .
5. Evidência de estudo consistente e persistente das Escrituras.
6. Um interesse no programa geral, em curso da igreja.
7. Evidências da capacidade de pregar com uma dependência e unção do Espírito Santo.

Desde que o licenciamento é um endosso formal, a igreja tem a responsabilidade de exigir que o candidato atenda aos padrões mínimos de qualificação antes de conceder o privilégio e autoridade ministerial. Isto deve ajudar o candidato no sentido de cumprir essas exigências. O Presbitério prescreveu a conclusão do Curso Fundamental antes do candidato poder solicitar o licenciamento ministerial. O candidato deve estar ciente desta forma que ele/ ela pode começar imediatamente a aplicar a si mesmos, em preparação para ser apresentado como um ministro. Em alguns casos, o supervisor pode ajudar o candidato na conclusão do curso, quando as circunstâncias exigirem.

C. Recomendação Oficial

É a igreja local na conferência que faz a recomendação de pessoas que entram no ministério. Se não houver razão para crer que o requerente

ainda não está pronto para o ministério, por razões de que o supervisor pode não estar plenamente consciente, existem duas possibilidades: 1) comunicação explicativa entre a igreja e o supervisor ou 2) uma aplicação e endosso, refletem claramente a situação, de modo a que o Presbitério pode alcançar a decisão correcta.

Por uma questão de registro nas atas da igreja local, que seria, a fim de rescindir a recomendação de um candidato para o ministério, se a recomendação não resultar em aceitação e licenciamento pela autoridade competente. Isso pode incluir recomendações para ministros leigos, ministros e bispos.

III. MINISTÉRIO LEIGO

Quando uma pessoa (salva, santificada, cheia do Espírito Santo, e batizada por imersão) começa a reconhecer que ela tem sido chamada por Deus para o ministério, é necessário que ela tenha um tempo de preparação e estudar para preparar a si mesma para o ministério. O período de ministério leigo é um momento em que um candidato ministerial pode provar a si mesmo ser merecedor de ser recomendado para o ministério pela igreja local, examinado pelo Presbitério, e licenciado pela igreja. O Certificado do ministro leigo é projetado para dar ao candidato ministerial o reconhecimento necessário, enquanto ganha experiência e é provado. Este certificado deve ser aprovada pelo supervisor da nação/ região/ estado em que o ministro leigo está funcionando. É necessário que a igreja local, onde é membro recomendar quem deseja trabalhar para o Senhor ao supervisor, e se no seu julgamento o candidato é digno de receber este certificado, pode ser concedido (Minutas da 55ª Assembleia, 1960, p. 134).

A. Procedimento de Certificação para o Ministério Leigo

A seguir estão os passos formais que serão tomadas pela igreja local para preparar o candidato a ser licenciado:

1. O candidato ministerial será recomendada inicialmente para o cargo de ministro leigo pela igreja local em conferência regular ou convocada, depois de ter sido formalmente recomendado para a igreja pelo pastor.
2. Após a igreja local aprovar a recomendação do pastor, a Aplicação do Ministro da Leigo será concluído pelo candidato. O pastor e o secretário da igreja vai preencher e assinar seção de endosso do Ministro da Leigo do formulário de candidatura. O formulário preenchido (duas secções) será enviado para o supervisor.

3. O supervisor irá aprovar ou rejeitar o pedido. Se ele rejeita, ele irá notificar o pastor e o candidato de sua razão(s) e aconselhá-los quais os requisitos precisam ser cumpridas. Se o pedido for aprovado, o supervisor emitirá certificado oficial do ministro Leigo para o ano civil em curso e enviá-lo para o pastor com as instruções que devem ser apresentados para o candidato em uma cerimônia pública de instalação e consagração. O supervisor vai escrever para elogiar e instruir o candidato a respeito do exercício do ministério, sob a orientação do pastor, bem como o dever de informar trimestralmente a conferência da igreja local pelo formulário adequado.

B. Autorização

Certificado do Ministro Laigo autoriza o ministro leigo publicar, pregar e defender o evangelho de Jesus Cristo, realizar reuniões de oração, e para dirigir avivamentos. Ele não pode receber membros, batizar, administrar a Ceia do Senhor, realizar reuniões de negócios ou realizar casamentos.

C. Políticas

1. O ministro leigo deve manter um registro cuidadoso de todas as atividades ministeriais para que um relatório preciso trimestral possa ser dado na conferência da igreja local nos formulários previstos nas Minutas da Assembléia. Este relatório deve ser feita em duplicata. Uma cópia será enviada para o supervisor para que as atividades possam ser observados a partir do escritório, e a segunda cópia será mantida em arquivo no escritório da igreja local.

2. Quando a igreja local conclui que um ministro leigo foi preparado satisfatoriamente para se tornar um ministro da igreja, poderia dar a conhecer os seus sentimentos para o supervisor, que poderia fazer a recomendação, a seu critério, que o candidato deve ser estabelecido na conferência regular (Minutas da 78ª Assembleia, 1983, p. 135).

3. O endosso da igreja local ao ministro leigo é limitada a apenas aquele ministério e não autoriza maior avanço no ministério sem a aprovação do supervisor e mais ação por parte da igreja local em conferência “regular” ou “convocada”.

4. O Certificado do ministro leigo deve ser renovado no início de cada ano civil, se o ministro leigo quer continuar seguindo o ministério. O pedido de renovação deve ser feita para o supervisor.

5. Quando um ministro leigo se muda para um novo local, sua membresia deve ser imediatamente transferida para uma igreja naquela área. A preparação para se tornar licenciado pode então continuar entre o ministro leigo, a igreja local, e o supervisor. É preciso entender que esta nova igreja local daria sua consideração [recomendação] no final do ano, sobre a dignidade da pessoa de continuar como ministro leigo. Se a igreja local considera sábio, o ministro leigo seria estabelecido na conferência de forma regular, como foi feito inicialmente pela igreja da qual o ministro leigo transferido (Minutas da 77ª Assembléia, 1982, p. 83).

IV. MINISTROS LICENCIADOS

Todos os que são chamados por Deus para o ministério de pregação devem ser licenciados com uma licença de ministro após a conclusão dos requisitos, conforme estabelecido pelo supervisor geral em conjunto com o Presbitério Internacional.

A. Ministério Pastoral

Aqueles que experimentam um chamado para o ministério pastoral devem ser estabelecidas pela igreja local. Depois de atender aos requisitos especificados, durante um certo período de tempo, eles devem ser examinados e licenciados pelo Escritório Nacional/ Regional/ Estadual e internacionais. Responsabilidades pastorais incluem o seguinte:

1. A supervisão da igreja local (1 Pedro 5:2).
2. Administração da disciplina (Tito 1:13; 3:10).
3. Resolução de disputas entre cristãos (1 Coríntios 1:10).
4. Realização culto público (1 Coríntios 14:26).
5. Pregador e ensinar a Palavra (2 Timóteo 4:2).
6. A administração de ordenanças (Mateus 28:19, João 13:15, 1 Coríntios 11:23-34). Aqueles homens neste ministério que provar-se digno de ser um presbítero poderia tornar-se ordenado como bispo.

B. Mandato Pastoral

1. Recomendações

Sempre que possível, um candidato pastoral deve servir uma exigência de estágio no sob um pastor experiente ou ministro que irá trabalhar em conjunto com o supervisor nacional/regional/ estadual. O supervisor nacional/ regional/ estadual ou um pastor que tem demonstrado ca-

pacidade pastoral e qualificações para ensinar pode desenvolver uma formação pastoral e programa educativo. Cada supervisor, em conjunto com o conselho de revisão ministerial da nação/ região/ estado (ou grupo de nações/ regiões/ estados onde necessário), deve desenvolver um processo de avaliação pastoral apropriado que seja justo, ordenado e eficaz. As avaliações podem ser um meio de auto-aperfeiçoamento e prestação de contas, e oferecer oportunidades tanto para elogios e admoestação. Tê-los periodicamente e de forma consistente constrói confiança, dá garantias, e mantém os participantes e aqueles que servem bem informado. Este conhecimento irá fornecer uma base para efetivamente fazer a avaliação/ revisão de quatro anos.

O mandato de um pastor pode ser revisto a qualquer momento em que imoralidade, comportamento calunioso, incompetência, incapacidade, invalidez ou conduta imprópria for desenvolvida (Gálatas 5:19-21). Se possível, deve ser alcançado um acordo mútuo entre o supervisor, pastor e da igreja local sobre a nomeação pastoral ou mudança. Enquanto o supervisor está para ver que cada igreja seja suprida com um pastor, entende-se que todos os pastores e/ ou ministros sob consideração deve estar em harmonia com os princípios da ética ministeriais articulados neste Manual de Política do Ministério (Minutas da 91^a Assembléia, 2000 p. 104).

2. Processo de Avaliação Pastoral

Dado o fato de que uma avaliação pastoral foi programada (por exemplo, 2007), a próxima avaliação pastoral está prevista para 2011. Depois disso, as avaliações serão realizadas a cada quatro anos. Isso substitui as decisões anteriores. Haverá uma Força Tarefa de Avaliação composta por não mais de seis líderes-presbíteros em pleno gozo de cada igreja local: um terço escolhido pelo pastor e dois terços pela congregação, para ver que o processo é realizado devidamente. A Força-Tarefa de Avaliação escolherá um presidente e um secretário dentre si. O pastor não participa da seleção de dois terços do Força-Tarefa de Avaliação ou do presidente e do secretário. As responsabilidades deles inclui consulta com a congregação da igreja local e o supervisor para adquirir informações necessárias. O presidente e secretário (ou outro membro da Força-Tarefa de Avaliação selecionado) dará uma cópia escrita e assinada do relatório ao pastor que está sendo avaliado e ao supervisor. Se o pastor assim o desejar, ele poderia solicitar uma reunião com toda a Força-Tarefa de Avaliação Pastoral. O pastor deve

ser dado elogiado onde se destacou, encorajado a tomar ações objetivas de melhoria nas áreas de fraqueza, e desenvolver ainda mais em áreas onde demonstrou força. O supervisor em consulta com seu respectivo Conselho Administrativo (composto por pelo menos três pastores da nação/ região/ estado) iria lidar com o relatório, conforme apropriado.

3. Avaliação do Ministério da Igreja

Em coerência com a própria avaliação pastoral, um processo deve ser desenvolvido para avaliar o ministério, visão e direção da igreja local. Este processo deve ser realizado a cada quatro anos. Opiniões ministros de fora são bem vindas para ajudar em uma avaliação não-tendenciosa. Este processo estaria, sob a direção da Força-Tarefa de Avaliação. Deve ser entendido que todas as avaliações devem ser conduzidas de forma oportuna e ordenada. Recomendamos que cada igreja local desenvolva um processo semelhante para avaliar a liderança de suas igrejas locais, incluindo os seus diretores de ministérios.

4. Deveres e Responsabilidades Força-Tarefa de Avaliação

Compete aos membros da Força Tarefa de Avaliação não expressar seus próprios sentimentos, mas relatar os resultados reais resultantes do processo de avaliação. As diretrizes a seguir irão ajudar a dar sentido às Forças tarefa de avaliação, bem como o fornecimento de uma medida de qualificação e integridade de uma pessoa para servir nessa capacidade vital:

- Atendimento - Disposição para participar de todas as reuniões da Força-Tarefa de Avaliação
- Confidencialidade - A falta desta desqualificaria qualquer um de servir neste grupo
- Diligência - vontade de participar ativamente fazendo funcionar o que for necessário
- Oração- Comprometer-se a sessões de grupo de oração de qualidade
- Amor -Saber demonstrar amor para a pessoa que está sendo avaliada
- Compaixão - Mostrar verdadeira preocupação e desejo de ajudar a pessoa a melhorar
- Objetividade - Possuir capacidade de ver todas as coisas sem parcialidade

- Visão - Demonstrar conhecimento e apoio aos objetivos do indivíduo

5. O Processo de Avaliação – Necessidades de Educação/Treinamento

Tem havido muita preocupação e confusão na tentativa de implementar o processo de avaliação, que foi apresentado à Assembleia em 2000. Este processo parece ter infligido muito medo na pessoa avaliada e, por vezes, justamente por isso, tem sido usado como uma ferramenta de crítica injusta. Talvez, parte do medo é que a avaliação foi feita com nada fixo no lugar para lidar com as observações, tanto em termos de melhoria que estão sendo avaliadas quanto em educar os avaliadores com objetividade. Como corpo da Igreja, cabe-nos lidar com este dilema de forma adequada e implementar procedimentos que vão nos fazer melhor instrumento, avaliadores e ministros. É importante que os ministros e os membros envolvidos no processo de avaliação estejam bem informados a respeito de sua função. Este não é um tempo para simplesmente encontrar falhas, mas para avaliar objetivamente o ministério para o seu aprimoramento. Aqueles que participam neste trabalho devem familiarizar-se com o conteúdo deste documento antes do início do processo. No início da reunião para escolher os membros da Força-Tarefa de Avaliação, haverá uma leitura das funções e qualificações daqueles que gostariam de servir na Força-Tarefa de Avaliação como aparece neste documento. Educação inclui oração suficiente pela igreja.

Quando a avaliação tiver sido concluída, os pontos fortes e fracos do ministro terão sido observados. Passos devem ser tomados para resolver os pontos fracos e os pontos fortes elogiados. A igreja deve tomar medidas ativas para oferecer oportunidade e finanças para melhorar seu potencial para superar as fraquezas. Avaliações subsequentes incluiriam uma avaliação para saber se as melhorias consideradas necessárias são significativas (As etapas acima também devem aplicar-se à avaliação de supervisores.).

Às vezes, uma mudança de liderança pode ser necessária por causa de dons, estilos de liderança, necessidades da congregação etc, no entanto, simplesmente indicar a liderança para outra igreja/ região necessariamente não responde a necessidade de melhoria. Se a formação/ desenvolvimento adequado não acontecer, os problemas vão ressurgir. Nosso objetivo deve ser o de desenvolver e ter melhores ministros possíveis.

Mandatos curtos no ministério pastoral/ bispo, sem dúvida, dificultam o

trabalho. Como o Dr. Rick Warren notavelmente observa em seu livro *A Igreja com Propósitos* “Um pastorado de longo prazo não garante que uma igreja vai crescer, mas mudar os pastores a cada poucos anos garante que uma igreja não vai crescer “ (Warren 1995: p.66). Até poucos anos atrás, os pastores mudavam a cada dois anos. À medida que avançamos para a liderança de longo prazo pastorais e de supervisores, queremos iniciar um processo para tratar objetivamente as causas que muitas vezes resultaram em mudança de liderança e frustram o crescimento da igreja .

Há também uma grande necessidade de igrejas examinarem suas próprias estruturas de liderança e poder confrontar razões internas para a falta de crescimento da igreja e fracassos pastorais constantes em sua localidade específica. Frequentemente, os supervisores e pastores têm lamentado o fato de que algumas igrejas desenvolveram uma mentalidade que funciona sob a sua própria ponto de vista sem levar em conta a visão e direção de um ministro que se sente inspirado por Deus. Nesses casos, pode não ser a liderança pastoral que exige mudança ou ajuste, mas o núcleo de pensamento e estrutura de poder daquela igreja local. Nós encorajamos durante as avaliações que cada Força-Tarefa de Avaliação também examinar as atitudes e obstáculos subjacentes dentro da própria congregação que impede a eficácia de qualquer ministro para pastorear o seu rebanho corretamente.

A seguir estão alguns cursos de ação sugeridos que poderia ser considerados sempre que necessário para os pastores. O mesmo princípio pode ser aplicado a um supervisor ou igreja local, embora a aplicação prática possa ser diferente.

- a. O pastor poderia consultar com a Força-Tarefa de Avaliação da igreja local e trabalhar em conjunto com eles no atendimento das necessidades de melhoria. Os membros da Força-Tarefa de Avaliação devem ser qualificados para ajudar objetivamente o pastor onde são necessárias melhorias. Eles devem estar dispostos a buscar os recursos externos que possam auxiliar o processo. Deverá também ser dada a um pastor a seleção de um pequeno grupo de indivíduos a quem ele pode ter confiança. É também óbvio que os escolhidos devem ser cristãos maduros estáveis que possam objetivamente avaliar e resolver os problemas e buscar os recursos necessários para trazer resolução.
- b. Se o pastor e igreja local não podem chegar a um acordo amigável sobre a qual será a abordagem utilizada, em seguida, o supervisor deve ser chamado para auxiliar no processo de ensino/mentoreamento.
- c. O pastor poderia ser incentivado a procurar uma boa instituição de

ensino de sua região para o ajudar ainda mais. Caso tal instituição não esteja prontamente disponível, há uma abundância de cursos on-line e por correspondência disponíveis.

d. Poderá ser ponderada a escolha de um grupo de pastores em uma área (por exemplo, a Europa/ CIS/ Oriente Médio), que são qualificados e sentem o peso para treinar ministros e pode ajudar as igrejas locais a se tornarem vibrantes. É evidente que temos pessoas entre nós chamados por Deus para este fim, e também é óbvio que há uma grande necessidade para este tipo de ministério. Esta tarefa seria melhor realizado por aqueles que têm um fardo para a formação pastoral e que são pastores chamados por Deus.

e. Poderá ser ponderada a criação de uma escola/ faculdade da Igreja que iria operar em uma base contínua para treinar, especialmente aqueles que desejam entrar no ministério. Isto, obviamente, seria aberta a todos os ministros, no entanto, é lógico que nem todos têm tempo ou recursos para fazer isso. Pode haver a necessidade de estabelecer escolas regionais como uma extensão dessa escola/ faculdade da Igreja para resolver a situação.

f. À luz do presente convite para mais ênfase na formação e equipamento dos nossos ministros, também deve haver uma implementação de um processo de apelação para eles. Enquanto o processo de avaliação pode, por vezes, revelar e fornecer treinamento para ajudar a aliviar os pontos fracos em qualificações de um ministro ou o estilo de liderança, também pode haver situações que o expõem a críticas injustas ou acusações injustas que atentam contra sua liderança. Portanto, um processo de recurso ministerial deve ser implementado para fornecer garantias e responsabilidade razoáveis.

6. Processo de Apelo Ministerial

Durante a última década, à medida que se mudou para o desenvolvimento de igrejas locais fortes e vibrantes, que também foi revelado que deve haver algum tipo de “processo de apelação ministerial” que daria o nosso ministério uma sensação de proteção contra acusações falsas e/ ou abuso por aqueles que têm autoridade sobre eles ou por um grupo de indivíduos descontentes que simplesmente querem controlar um ministro. Precisamos dar sempre o amor e respeito próprios para aqueles que são chamados para o ministério.

Por isso, recomendamos que, quando não há conhecimento público de fa-

lha moral ou ética por parte de um ministro servindo na posição de pastor ou supervisor, que, antes de remoção de seu presente ofício, deva ser dado um “direito de apelo” a um Conselho Ministerial de recurso. Isso é fundamental, se ele acredita que a remoção de seu ofício pastoral ou administrativa não se justificava. O Processo de Recurso Ministerial não foi concebido para as decisões normais de nomeação, ou mandato, pastoral ou supervisor.

Este Conselho Ministerial de Recurso seria composto por três de seus colegas que servem no mesmo ofício ministerial (pastores/ supervisores) e escolhido por um ou outro seu respectivo presbitério geral ou o supervisor geral que examinará a(s) ofensa(s) pelo ministro que está a ser apresentado por sua igreja local, seu supervisor, ou seu presbítero geral como base para a destituição do cargo. Se o ministro é um pastor, seus colegas devem vir de pastores do estado ou região. Se um supervisor, será composto por seus colegas (supervisores) dentro da área de seu presbitério geral.

O processo de Conselho Ministerial de Recurso deve ser a seguinte: Qualquer ministro ao saber da sua remoção iminente do cargo terá o “direito de recurso” por um período de dez dias após a comunicação por escrito (obrigatória) pelo seu supervisor ou presbitério geral. Este recurso deve ser enviado pelo ministro por escrito (e-mails são aceitáveis), tanto para o presbitério geral quanto ao escritório do supervisor geral. Neste ponto, o presbitério geral (no caso de um pastor) ou o supervisor geral (no caso de um supervisor) deve nomear imediatamente um Conselho Ministerial de Recurso de três de seus colegas do ministério. Esta não é uma comissão permanente, mas simplesmente um grupo para este apelo específico. Como árbitros piedosos, este Conselho deve presumir nenhuma culpa antes até que tenham avaliado cuidadosamente todas as informações recolhidas a partir de uma reunião conjunta de todas as partes envolvidas. Este grupo deverá em seguida, organizar-se dentro de duas semanas para se reunir com o pastor e igreja, pastor e supervisor, ou o supervisor e presbitério geral, o que for apropriado para averiguar qual seja a natureza do delito e ouvir de cada uma das partes a explicação de suas ações (teleconferência são aceitáveis pelo Conselho). Depois que eles se encontraram, se o Conselho Ministerial de Recurso não encontrou provas para anular a ação do supervisor ou presbitério geral na remoção de um ministro de seu ofício, eles vão simplesmente enviar uma carta a todas as partes envolvidas (prazo de cinco dias), indicando que o apelo do ministro falhou e se justificava a ação tomada contra ele.

Após consulta do Conselho Ministerial de Recurso, se uma ação contra

um pastor for achada injustificada, em seguida, uma carta deve ser enviada (prazo de cinco dias) para seu presbitério geral aconselhando-o que encontraram motivos para questionar a validade das acusações contra o ministro e incentivar sua reintegração à sua posição pastoral. Uma cópia da carta deve ser enviada para o pastor também. A decisão final caberá ao Conselho Ministerial de Recurso, a menos que o presbitério geral/supervisor geral, juntamente com o seu grupo de aconselhamento, pode produzir qualquer elemento de prova em contrário.

Se a ação contra a remoção de um supervisor for considerada justificada, o Conselho Ministerial de Recurso deve enviar uma carta (prazo de cinco dias) para o supervisor geral (e o supervisor que fez o apelo) que o apelo do supervisor falhou e as medidas tomadas contra ele foram justificadas. Se as acusações contra um supervisor são injustificadas, o Conselho Ministerial de Recurso deve enviar uma carta (prazo de cinco dias) avisando o supervisor geral que encontraram motivos para questionar a validade das acusações contra o supervisor e incentivar a sua reintegração a sua posição supervisor. Uma cópia da sua carta deve ser enviada para o presbitério geral também. A decisão final vai descansar com o supervisor geral, que decidirá se apoia as suas conclusões restabelecendo o supervisor ou se anula a sua decisão somente após consulta com os dois vice-presidentes do Presbitério Geral.

Anular a ação de qualquer supervisor ou presbítero geral é um assunto sério e deve ser feito apenas quando não há razão justificável porque a remoção de um ministro de seu ofício era absolutamente essencial. O Conselho Ministerial de Recurso deve ser composto por ministros que mostram maturidade e bom caráter. Além disso, todas os assuntos dados a eles sobre o caso deve ser mantido extremamente confidenciais, e sua incapacidade de fazer isso constituiria a sua imediata remoção deste grupo de aconselhamento.

7. Instrumentos para Avaliação

Temos o prazer de apresentar os instrumentos de avaliação para os supervisores, pastores e ministérios da igreja. Confiamos que isso vai nos mover em direção a um processo consistente. À medida em que o instrumento é usado, gostaríamos de receber sugestões para a sua melhoria. Gostaríamos de elogiar aqueles estados/ regiões/ países que já projetaram um instrumento e implementaram o processo de avaliação. Nós também gostaríamos de incentivá-los a continuar a usar os instrumentos, que provaram ser bem sucedidos em seu estado/ região/ país. No entanto, quere-

mos lembrar a todos os estados/ regiões/ países que a seção que trata de processo de apelação ministerial se aplica a todas as áreas do mundo e de todos os níveis de liderança ministerial, como definido no documento.

Pensamentos adicionais

Confiamos que estas recomendações serão uma bênção e ajudarão à medida que continuamos a colheita. Como dissemos anteriormente, sabemos que estas diretrizes estabelecidas nem sempre podem ser aplicáveis em todos os países onde o pessoal disponível ou logística pode exigir algumas modificações para este procedimento. Nós incluímos com este Relatório um novo instrumento para a sua Força Tarefa de avaliação considerar o uso em seu processo de avaliação. Pesquisas não são para serem distribuídos aos membros ou ministério, mas sua Força-Tarefa de Avaliação pode adaptar ou modificar a seguinte ou usar outro, como o instrumento encontrado no Manual de Políticas do Ministério de 2006; “ Avaliação de Ministérios e Pastores da Igreja -2006 “, pp. 80-84.

Nós humildemente recomendamos este relatório com especial apreço a todos os nossos pastores dedicados e supervisores que atuam de modo fiel e diligentemente.

Processo de Crescimento e Responsabilidade de Liderança dos Supervisores e Pastores -2008

I. Áreas Específicas de Foco

A. A vida pessoal:

- Exemplo como um líder espiritual no estilo de vida
- Manipulação de finanças pessoais (seguro, carteira de aposentadoria, a provisão para a família, conselheiro financeiro, de educação continuada, de vida livre de dívidas)
- Dá exemplos das disciplinas espirituais (estudo, meditação e solidão, oração, jejum, serviço, simplicidade, mordomia, confissão, celebração).
- Dá uma visão geral de sua vida familiar (tempo para a família, as conquistas, férias, planos para o futuro).

B. Ministério da Igreja Local (Papel Pastoral):

- Visitação (Igrejas)
- Visitação (casa do pastor, escritório, restaurante)

- Mantém qualquer confissão
- É sensível às necessidades da igreja local
- Demonstra uma atitude acolhedora e solidária
- Relacionamento com ministros no estado
- Relacionamento com igrejas locais/ membros
- Disponibilidade e sensibilidade em situações problemáticas

C. Liderança (Administrativo) (Se eu lidero, eu sigo quem me lidera?)

- Apoiar missões internacionais/ estaduais
- Lida com ministros divisores e/ ou igrejas
- Proporciona liderança quando a disciplina ministerial é necessária
- Apoiar a sã doutrina bíblica
- Usa o bom senso na tomada de decisões
- Demonstra competência e habilidade para resolver problemas
- Mostra consideração para diferentes opiniões e idéias
- É flexível o suficiente para mudar à medida que a situação exige
- Persegue tarefas para conclusão
- Estabelece um clima construtivo em todas as reuniões
- Habilidade como administrador, planejamento e realização de encontros estaduais
- Prontidão em responder cartas, ligações telefônicas e e-mails
- Imagem geral como um líder
- Bom relacionamento com os supervisores distritais, comitês e equipe
- Uma comunicação eficaz (calendários, e-mail, web)

D. Fiscalização Financeira Monitoramento/ dando boa supervisão ao Orçamento de Estado

E. Visão e Metas para o Futuro (Processo de crescimento-Cumprindo a Grande Comissão)

- Cooperar com os outros para promover os objetivos da igreja no estado
- Os esforços para o evangelismo e plantação de igrejas

II. Áreas gerais de Foco

Existem pontos fracos, problemas, situações que precisam ser abordadas? (Minutas da 95a Assembleia, 2008, p. 52).

Avaliação do Pastor e Ministérios da Igreja - 2006

Esta avaliação é a sua oportunidade de participar na apreciação das áreas do ministério em sua igreja local. Este instrumento é dividido em três seções: **MINISTÉRIOS DA IGREJA, OS MINISTÉRIOS PASTORAL E COMENTÁRIOS GERAIS** .

A única maneira deste instrumento poder ajudar o pastor e a igreja a satisfazer as necessidades daqueles a quem encontramos como um corpo é responder a cada pergunta cuidadosa e honestamente. As respostas individuais permanecerão anônimas. Um resumo das informações serão compartilhadas com o pastor. Se isso for feito, no momento de uma revisão, o resumo também será enviado para o supervisor estadual, regional, ou nacional. Obrigado por suas orações e contribuição neste processo.

Parte Um: Ministérios da Igreja local

Por favor, avalie os seguintes ministérios da igreja, sendo a mais alta classificação cinco e um a mais baixa.

	Maior			Menor	
Instalações/ edifício da igreja	5	4	3	2	1
Comunhão	5	4	3	2	1
O trabalho dos dons espirituais	5	4	3	2	1
Alcance/ evangelismo	5	4	3	2	1
Ensino/ pregação	5	4	3	2	1
Culto/ música	5	4	3	2	1
A igreja faz os visitantes se sentirem bem-vindos?	5	4	3	2	1
A igreja sempre mostra amor verdadeiro por todas as pessoas-membros/não-membros, cristão/não-cristão?	5	4	3	2	1
A igreja tem uma liderança que trabalha em conjunto como uma equipe?	5	4	3	2	1
A igreja tem ministérios eficazes de Jovens?	5	4	3	2	1
A igreja tem ministérios eficazes para crianças?	5	4	3	2	1
É a Igreja comprometida com o crescimento?	5	4	3	2	1
A igreja tem um equilíbrio entre o louvor e adoração e pregação da Palavra de Deus?	5	4	3	2	1
A igreja atende às suas necessidades espirituais?	5	4	3	2	1
É a igreja doutrinariamente sã?	5	4	3	2	1
Os horários de culto atendem às suas necessidades?	5	4	3	2	1

Informações subjetivas

1. Se você classificou algumas áreas como fracas, quais são algumas idéias ou programas que possam fortalecer essas áreas?

Espiritualidade e Adoração**Maior** **Menor**

É o pastor um bom exemplo de adoração? 5 4 3 2 1

É o pastor um bom exemplo de oração? 5 4 3 2 1

Sua pregação e ensino o inspiram? 5 4 3 2 1

Gostaria de acrescentar quaisquer observações ou comentários? _____

Evangelismo e Alcance**Maior** **Menor**

Você crê que ele promove evangelismo em sua região? 5 4 3 2 1

Você acha que temos um alcance eficaz nesta igreja? 5 4 3 2 1

Gostaria de acrescentar quaisquer observações ou comentários? _____

Supervisão Pastoral/ Igreja**Maior** **Menor**

O pastor se interessa em sua igreja local? 5 4 3 2 1

Como ministro, ele lhe fornece cuidados pastorais? 5 4 3 2 1

Em uma crise, ele é solidário com você? 5 4 3 2 1

Gostaria de acrescentar quaisquer observações ou comentários? _____

Trabalho em equipe e Moral**Maior** **Menor**

O pastor pede sua opinião no planejamento? 5 4 3 2 1

Ele funciona bem como em equipe com outros líderes? 5 4 3 2 1

Você sente que o pastor é um incentivo para você? 5 4 3 2 1

Gostaria de acrescentar quaisquer observações ou comentários? _____

Resolução de Problemas e Gestão de Conflitos **Maior** **Menor**

Como você sente que o pastor trabalha através de conflitos? 5 4 3 2 1

Como ele trata os outros que não concordam com ele? 5 4 3 2 1

Ele aceita aviso ou o conselho de outros líderes? 5 4 3 2 1

Gostaria de acrescentar quaisquer observações ou comentários? _____

Vida familiar e Aparência Pessoal **Maior** **Menor**

O pastor gasta tempo nutrindo sua família? 5 4 3 2 1

Como você vê sua liderança na família dele? 5 4 3 2 1

Sua aparência em público traz respeito ao seu ofício? 5 4 3 2 1

Gostaria de acrescentar quaisquer observações ou comentários? _____

Comentários Gerais: Por favor, diga em poucas palavras como você se sente sobre o nosso pastor continuar em sua atual posição como pastor sênior da igreja local.

Obrigado por suas respostas, e eles serão guardados em estrita confiança. Por favor, envie esta pesquisa de volta para o seguinte endereço:

C. Ministério Evangelístico

Aqueles que se sentem chamados a ser evangelistas estão para pregar o Evangelho, levar os pecadores a Cristo, e batizar. Muito de seu trabalho será itinerante, no entanto, a natureza do seu trabalho não deve desculpá-los de estar enraizado em uma igreja local onde possa receber instruções, cuidados e disciplina.

Aqueles com um ministério evangelístico estão para ser reconhecido (previsto) por uma igreja local e licenciado tanto pelos Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual e internacionais. Eles receberão uma licença de ministro. Aqueles homens neste ministério que provar-se dignos de ser um presbítero poderia ser ordenado como bispo. O evangelista deve ter a responsabilidade de um pastor e da igreja local. Igrejas devem considerar sustentar um evangelista como missionário e contribuir para seu ministério. O evangelista deve retornar periodicamente à igreja patrocinadora para trabalhar na divulgação e instruir outros em ganhar almas.

D. Mulheres/ diaconisas

1. As mulheres são reconhecidas nos ministérios de pregação da igreja. Aquelas que sentem um chamado em sua vida serão estabelecidas por uma igreja local e, depois de cumprir os requisitos ministeriais habituais dentro de um período de tempo especificado, ser examinada pelos Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual e internacionais para a emissão de uma licença de ministro. A Liderança nacional/ região/ estadual pode colocar restrições temporárias relativas às suas funções ministeriais com base na consideração cultural que iria dificultar o trabalho do Evangelho até a plena implementação possa ser alcançada. As únicas restrições que parecem ser consistentes com o Novo Testamento é sobre as mulheres que servem em papéis apostólicos (bispado) ou de presbitérios, como anciãos ordenados. Portanto, elas não poderiam ser ordenadas bispos (episcopisas).

2. Diaconisas. O tema da “diaconisas” foi abordado pela primeira vez nesta igreja na 3ª Assembleia Internacional da seguinte forma:

“Foi decidido que as mulheres qualificadas e que sentem a chamada para trabalhar como em Romanos 16:2 em conexão com Atos 6:3, o que indica que ela é uma diáconisa e seu trabalho semelhante a um diácono, deve ser nomeada pela igreja para ministrar. Além disso, recomendamos como a mulher mencionada em Tito 2:3-5, que

ela tem o dever de exercer como dirigido pelo Espírito. Ela também pode, junto com os presbíteros, tomar sua parte de 1 Pedro 5:1-4” (Minutas da 3ª Assembléia, 1908, p.28).

A 4ª Assembleia retomou este assunto da seguinte maneira:

“Foi decidido que os ministros do sexo feminino tiveram seu lugar na vinha do Senhor, nos dias dos apóstolos e deve ser reconhecido nestes dias, mas por falta de preceito e exemplo para a ordenação no Novo Testamento, a Assembleia recomenda para o presente que a esposas de diáconos sejam consideradas diaconisas em virtude da posição e ordenação de seus maridos “(Minutas da 4ª Assembleia, 1909, p. 33). Sob um exame mais aprofundado, nós não encontramos nenhuma evidência nas Escrituras de uma mulher que está sendo dado um título ministerial com base no ministério do marido.

Quanto ao diácono, a 84ª Assembleia afirmou que “Ele deve ser um macho e ter pelo menos 30 anos de idade” (Minutas da 84ª Assembléia, 1989, p. 35). Um exame cuidadoso de 1 Timóteo 3:8-13 identifica três grupos de pessoas. Nos versículos 8-10, refere-se diáconos, versículo 11 refere-se a diaconisas, e versículo 12 menciona as esposas de diáconos. No versículo 11, a frase “assim importa que suas esposas” (KJV), no grego simplesmente diz que “as mulheres.” No contexto da passagem, versículos 8-10 nos dá as qualificações do diácono masculino. No entanto, uma vez que a palavra diácono em grego é “diakonos” é o mesmo para o sexo masculino e feminino, Paulo está usando o termo “mulheres” para se referir a diaconisa. Isso não poderia ser uma referência para a esposa de um diácono masculino, pelas seguintes razões:

- a. Se Paulo julgou necessário dar as qualificações de esposa de um diácono, ele também teria dado as qualificações de esposa de um bispo.
- b. Mesmo que Paulo escolheu dar apenas as qualificações de esposa de um diácono, ele teria feito isso após o versículo 12, onde ele especificamente faz menção da esposa de um diácono.

Em Romanos 16:1, faz-se menção de Febe, que é referido como “diakonos” no grego. No na versão King James, este é apresentado como “serva.” Mesmo que a palavra “diakonos” não comporta o significado de servo, o significado principal é diácono, o que também pode significar diaconisa. “Recomendo-vos a nossa irmã Febe, um diácono da igreja em Cencreia” (The New Revised Standard, NLT).

Além disso a pesquisa mostra que a Enciclopédia Bíblica Padrão Internacional também versa a palavra “serva” em Romanos 16:1 como “diaconi-

sa”. Barnes afirma ainda em suas notas sobre o Novo Testamento (Romanos 16:1), que a frase, “que é uma serva”, no grego é “Quem é diaconisa.” Ele também afirma: “é evidente a partir do Novo Testamento que havia uma ordem de mulheres na igreja conhecida como diaconisas” (Barnes Notas sobre o Novo Testamento, Quick Verse 7, CD-Rom).

Philip Schaff reconhece que houve diaconisas na igreja primitiva e, especialmente, nas igrejas orientais, que continuaram até o final do século 12 (História da Igreja Cristã, Quick Verse 7, CD-Rom).

Dada há evidência bíblica que suporta ter “diaconisas”, chamadas de “diaconisas”, recomendamos as mulheres que se qualificam como “diaconisas,” sejam estabelecidas pela igreja local, do mesmo modo e de acordo com os mesmos requisitos que os seus homólogos masculinos. Além disso, após um exame cuidadoso e em oração da idade limite atualmente posta nos diáconos de ser de “pelo menos 30 anos de idade”, achamos não ter apoio bíblico e é inconsistente com as nossas decisões atuais que permitem que um ministro licenciado ser estabelecido em qualquer que seja a idade que a igreja local e o pastor determinarem ser apropriada. Portanto, recomendamos que a idade dos diáconos e diaconisas seja deixada a critério da igreja local e pastor com consulta com seu supervisor nacional/ regional/ estadual. Estes candidatos devem ser pessoas maduras que provaram-se fiéis.

O Comitê da Assembleia de Doutrina e política bíblica para a Igreja de Deus da Profecia humildemente submete este documento com profunda oração para sua análise e consideração para a 94^a Assembléia Internacional.

E. Procedimentos para o licenciamento

A seguir descrevemos o processo necessário para licenciar uma pessoa como um ministro:

1. Após o candidato ao licenciamento concluir, no mínimo, um ano como ministro leigo e demonstrar competência como ministro, o pastor pode recomendar, com a aprovação do supervisor, à igreja local que será estabelecido para o ministério em um conferência regular ou convocada da igreja local.
2. Uma vez que a igreja local estabeleceu o candidato ao ministério e o secretário da igreja registrou a ação nas atas da conferência da igreja, o pastor e secretário da igreja irão completar o Endosso da Igreja e do Pas-

tor. O secretário irá encaminhá-lo para o supervisor.

3. Quando o supervisor receber e aprovar o formulário de Endosso da Igreja e do pastor, ele vai garantir que o candidato está registrado ou tenha concluído o Curso Fundamental, elaborado pelo Centro de Liderança bíblica.

Para completar o Curso Fundamental, as seguintes etapas são necessárias:

a. O candidato ministerial deve comprar os quatro cursos e o Manual de Política de Ministério que constitui o Curso Fundamental. Cada um dos cursos contém exames no final que devem ser preenchidos pelo candidato ministerial. O Curso Fundamental pode ser feita pelo candidato em qualquer um grupo de estudo ou como um estudo individual (consulte a descrição que acompanha o Curso Fundamental).

1. A Bíblia- Sp, Fr,.. Introdução à Bíblia - Inglês.

2. Formação Espiritual

3. História do Cristianismo

4. Igreja de Deus da Profecia-História Concisa, Política, Doutrina e Futuro

5. Manual de Políticas do Ministério

. O candidato que faz o Curso Fundamental, como parte de um grupo de estudo deve ter o instrutor encaminhando as notas para seu supervisor.

a. Uma vez que os exames sejam concluídos, eles devem ser enviados ao supervisor do candidato ministerial para a classificação. Após a classificação, a folha de grau devem ser enviados para o escritório do Presbítero geral adequado, que emitirá o certificado de Curso Fundamental numerado que é necessário para o Pedido de Licença Ministerial.

b. Depois de concluir o Curso Fundamental e receber o certificado de conclusão numerado, o candidato deve preencher o Pedido de Licença Ministerial e apresentá-lo ao supervisor nacional/ regional/ estadual.

c. Quando o candidato tenha concluído o pedido, o supervisor vai mandar o candidato comparecer perante um conselho de revisão de três ou cinco ministros capazes, incluindo o supervisor, que examinará o candidato sobre seu conhecimento das Escrituras, doutrina, história da igreja, política, vida devocional pessoal e familiar, vida familiar, negócios pessoais, situação financeira e posição pessoal com aqueles que estão fora da igreja.

d. O conselho de revisão pode desejar uma reunião antes da reunião oficial para se familiarizar com o requerente. A reunião oficial com o conselho de revisão deve ser aberta com oração, após o que, o supervisor moderador vai ler uma escritura adequada e falar sobre o propósito da reunião, o significado profundo da vocação sagrada para o ministério, e por que uma preparação adequada é importante. Após isso, as questões gerais podem ser feitas por membros do conselho de revisão nas áreas citadas acima. O candidato será aconselhado à medida em que a situação exigir ou como o Espírito do Senhor dirigir.

e. Quando o conselho de revisão estiver convencido de que o candidato está pronto para o licenciamento ou ordenação, deverá recomendar que o candidato seja licenciado ou ordenado pelo Presbitério. Se o conselho de revisão decidir que o candidato não está pronto para ser licenciado, ele vai fazer tal recomendação, ou poderá ser dado mais tempo ao candidato para se preparar.

f. Quando mais tempo for necessário, uma data será definida, com o consentimento do candidato, para uma segunda reunião com o conselho de revisão. Se ele não for aprovado após a terceira aparição diante do conselho, o Presbitério pode concluir que ele não deve ser reconsiderado pelo menos durante um ano inteiro, momento em que o candidato será obrigado a reiniciar do começo .

g. A autoridade de licenciamento é limitada ao presbitério, composto pelo supervisor/ presbitério geral e supervisores nacional/ regional/ estadual. Conselhos de revisão servem como conselheiros. Após a aprovação pelo conselho de revisão, uma carta de recomendação será escrita pelo supervisor para ser colocado no arquivo do candidato no Escritório Nacional/ Regional/ Estadual, que também irá ficar uma cópia junto com o endosso da Igreja e Pastor e o formulário preenchido para o Escritório do Presbitério Geral. Após a recepção da carta de recomendação e de outras formas específicas, o supervisor/ presbitério geral irá, após a sua aprovação, emitir uma licença ou certificado de ordenação e enviá-lo para o supervisor para sua assinatura.

h. O ministro recém-licenciado devem ser encorajado a continuar a se preparar para o ministério com programas de certificação do CBL e/ ou um colégio de sua escolha.

F. Ministros vindo à Igreja de outras organizações

Quando os ministros vêm de uma outra organização, eles podem ser li-

cenciados ou ordenados depois de terem sido examinados para determinar as suas qualificações e sua pureza espiritual e doutrinal. Em casos excepcionais, com ordem específica do supervisor geral/ presbitério geral, algumas das disposições padrão para examinar os candidatos pode ser dispensada.

G. Autorização

Ministros licenciados estão autorizados a pregar e defender o Evangelho de Jesus Cristo, estabelecer igrejas, batizar, administrar a Ceia do Senhor e o lava-pés dos santos. Aqueles que são pastores têm a autoridade para realizar conferências de negócios locais e solenizar os ritos do matrimônio em casamentos legais. Ministros que não estão atualmente pastoreando uma igreja receberão permissão de seu supervisor para solenizar os ritos do matrimônio em casamentos legais que são bíblicamente válidos de acordo com o entendimento da Igreja. Quando o Escritório do Supervisor Geral recebe aprovação do escritório do supervisor, uma autorização especial será emitida e enviada diretamente para o ministro.

H. Ordenação de Ministros [licenciados]

Nota do Editor: Consulte o Relatório de Comitê de Doutrina e Política bíblica da Assembleia, da 92ª Assembleia, de 2002. Nossos pastores são muitas vezes confrontados com a questão (seja em forma escrita ou oral), “Você é um ministro ordenado?” Ou “Você foi ordenado?” Para os nossos ministros que não são bispos ou diáconos, a resposta geralmente é: “Não.” De agora em diante, temos que reconhecer que em muitos círculos da comunidade cristã isso levanta questões sobre suas credenciais ministeriais. Para muitas autoridades civis e religiosas tais, se os ministros não são “ordenados”, eles não têm nenhuma autoridade em áreas pastorais ou outros de ministério. Uma vez que uma definição simples de ordenação é “nomeação ou admissão ao ministério cristão”, em um sentido muito real, todos os nossos ministros licenciados são ordenados, especialmente quando consideramos que a ordenação também é entendida como a “imposição de mãos” com oração. Assim, de um ponto de vista prático, todos os nossos ministros licenciados têm o direito de dizer que eles são ordenados sem necessariamente referir-se à ordenação distinta de bispos ou diáconos.

Para manter a consistência e conformidade com o princípio bíblico, recomendamos que quando as pessoas receberem sua licença ministerial esta seja acompanhada pela “imposição das mãos” com oração. Recomenda-se

também que a ordenação de irmãos como bispos ou diáconos permaneçam, uma cerimônia e certificação únicas e distintas, como tem sido a nossa prática.

Depois do licenciamento, o ministro continua a ser um membro da igreja local e está sujeito a seu governo e disciplina, conforme prescrito pela Assembleia Internacional. No entanto, em matéria de seu ministério, o ministro está sob a supervisão do Presbitério. A igreja local não pode tomar qualquer ação em relação ao término da licença de um ministro.

O mesmo se aplica no caso de diáconos/ diaconisas ordenados sob novos procedimentos da Igreja. As queixas podem ser apresentadas com o Escritório do Supervisor Nacional/ Estadual/ Regional, mas qualquer revogação de licenças dos ministros deve ser iniciado pelo supervisor da maneira usual.

I. Jurisdição do Supervisor:

A prática geral tem sido de que a jurisdição sobre um ministro (carteira de ministro), sob compromisso é com o seu supervisor. Para os ministros que não estão sob nomeação, a competência segue o seu atual local de residência-onde ele realmente vive-e não necessariamente onde sua participação é registrada.

J. Mudança de situação

No que diz respeito “Mudança de situação” (isto é, a partir de um tipo de licença para outro), este não é feito mais automaticamente. Candidatos para mudar sua posição ministerial devem ser definido da maneira usual partindo do supervisor para a igreja local, exceto que os requisitos do estudo de qualificação, já cumpridas, não teriam de ser repetidos.

V. PRESBITÉRO

O princípio do presbitério serve como um quadro para a compreensão de como a liderança é selecionada e reconhecida dentro da igreja. A liderança deve ser escolhida dentre aqueles cuja experiência, a vida moral, e as habilidades se manifestam de tal forma que a mão de Deus é evidenciada sobre eles. Tal liderança é necessária em todas as dimensões da vida da Igreja. Este princípio se aplica para aqueles que vão liderar a “oração e palavra” (bispo) e aqueles que prestam cuidados às necessidades temporais da Igreja (diácono). Isto não deve, contudo, ser interpretado que o presbitério sempre requer uma licença dentro

da igreja. Alguns agirão como presbíteros por causa de sua qualidade de vida e não por causa de uma licença na igreja. Ao mesmo tempo, é evidente que aqueles que servem em cargos de liderança devem possuir caráter presbitérico.

O estudo apresentado na 89ª Assembléia Internacional de 1996, afirmaram os entendimentos de presbíteros como aprovada em duas Assembleias anteriores. Na 18ª Assembléia Internacional de 1923, afirmou-se: “Nós recomendamos que o pedido do supervisor geral, de fazer de todos os bispos e diáconos presbíteros, seja aceite pela Assembleia...” (Minutas da 18ª Assembléia, 1923, p.24). A 78ª Assembléia de 1983 concluiu: “Nós recomendamos que a idade mínima para bispo seja fixada em 30 anos de idade” (Minutas da 78ª Assembléia, 1983, p. 137).

A. Os diáconos/ diaconisas (conforme o caso)

Ambos os registros bíblico e histórico sobre as atividades dos diáconos confirmam que eles serviram ao lado e em harmonia com o bispo ou pastor como servos da congregação. Eles receberam responsabilidades que contribuíram para o bem-estar espiritual e social da congregação. Este ofício funciona para...

1. complementar o ofício do bispo ou pastor (Atos 6:1-7);
2. servir mais nas necessidades temporais da obra de Deus, como a coordenação da ajuda aos pobres e necessitados (Atos 6:1-5);
3. conduzir os assuntos de negócios e conferências da igreja quando oficialmente autorizado pelo pastor ou supervisor;
4. ensinar e defender o Evangelho de Jesus Cristo; e
5. batizar e administrar a Ceia do Senhor e o lava-pés dos santos.

Eles constituem uma parte vital do governo da igreja local (Filipenses 1:1). As qualificações de um diácono são semelhantes a um bispo, exceto para os requisitos de idade e de ensino e supervisão direta do rebanho. Suas qualificações são tomadas a partir das referências bíblicas de 1 Timóteo 3:8-12 e Atos 6:4 (como um protótipo). O relato do Novo Testamento sobre o ofício e função de diáconos/ diaconisas dá entendimento muito claro que suas atividades são geralmente confinadas e realizadas na congregação local. Este ministério é local, em vez de translocal.

Desde que diáconos/ diaconisas funcionar na arena de uma igreja local, eles estão para ser reconhecido (definido) pela congregação e com a recomendação pastoral. Eles servem primeiro como diáconos/ diaconisas, em teste por um período não inferior a um ano, após o qual serão recomendados para o supervisor nacional/ regional/ estadual de suas respectivas

áreas, para aprovação e licenciamento. Porque o seu serviço e ministério se baseia mais em uma área local, não há necessidade para que sejam licenciados através dos Escritórios Internacionais.

Diáconos/ diaconisas são ordenados na igreja local ou convenção nacional/ regional/ estadual pelo supervisor, pastor (se um bispo), e outros diáconos de sua igreja local. O diácono/ diaconisa deve informar trimestralmente em sua conferência local e anualmente ao supervisor nacional/ regional/ estadual. Havendo necessidade de disciplina, a igreja local iria trabalhar em conjunto com o Escritório Nacional/ Regional/ Estadual para resolver a situação. Ao se mudar para um novo local, o status de um diácono iria continuar, mas precisaria de reafirmação da nova congregação depois de um tempo apropriado. O diácono/ diaconisa nunca deve tratar de assuntos de negócios etc sobre o desejo do pastor ou a igreja local, nem usurpar a autoridade do pastor ou igreja local (Minutas da 66ª Assembleia, 1971, p. 44).

B. Bispos

É importante perceber os indivíduos funcionando de acordo com seus dons dentro de um ofício. O bispo é um dos ofícios de presbítero que fornece liderança de supervisão para a igreja. Um bispo poderia funcionar como um nomeado geral, supervisor nacional/ regional/ estado, supervisor de distrito, um evangelista ou como um pastor. Bispos servem tanto em nível local quanto translocais. Seja qual for o nível, os bispos estão a liderar “entre” aqueles que servem, em vez de “sobre” aqueles que servem. Eles são responsáveis pela supervisão diligente do rebanho em sua área específica de trabalho. Algumas das funções do bispo incluem o seguinte...

1. cuidar adequadamente do rebanho (1 Pedro 5:2);
2. pastoreio de uma forma semelhante à de Cristo;
3. declarando o conselho de Deus;
4. proteger o rebanho contra lobos cruéis;
5. apoio em assuntos espirituais; e
6. cuidar dos fracos e necessitados (Atos 20:28-35).

Biblicamente, como um presbítero, um bispo não deve ser um novato, mas deve exibir um estilo de vida cristão maduro. Ele é um homem e, tem pelo menos, 30 anos de idade. Ele deve reunir os requisitos, conforme descrito em 1 Timóteo 3:1-7 e Tito 1:6-9. Antes de receber a licença de um bispo, ele deverá ter cumprido anos significativos de serviço ministerial fiel, sem

censura, fazendo prova plena de seu ministério. Aqueles que devem ser considerados para a ordenação como bispo deve ser envolvido em um programa de desenvolvimento ministerial. A natureza de seu serviço ministerial deve indicar que ele é digno de ser reconhecido como um presbítero bíblico na manutenção da integridade dos requisitos das escrituras. À luz dos ensinamentos de nosso Senhor Jesus Cristo (Mateus 19:12) sobre alguns homens dotados de celibato/ solteiro, nós ainda recomendamos que os bispos também podem ser indivíduos que têm um chamado por Deus compromissados com o celibato por causa do seu ministério no reino. (Veja Relatório BDP, Minutos da 94ª Assembléia, p. 152.)

Por causa de funções locais e trans-locais, os bispos devem ser reconhecidos (previsto) por uma igreja local e licenciado pelo tanto escritórios Nacional/ Regional/ Estadual e internacionais. Bispos que não estão mais sob nomeação específica deve funcionar sob a autoridade de sua igreja local, pois continuam a fazer uma prova completa de seu ministério. O Presbitério internacional deve tomar disposições para garantir que a qualidade do ministério seja mantido por meio de uma revisão periódica. Durante este tempo de transição, liderança nacional/regional/ estadual deve reconhecer pastores titulares como presbíteros no processo de tornar-se ordenado como bispos.

1. Recomendação

Que a Assembléia Internacional instrua que um indivíduo não deve ser estabelecido pela igreja local para a licença de um bispo, exceto a pedido do supervisor nacional/regional/ estadual (Minutas da 55ª Assembleia, 1960, p. 135).

2. Autorização

O bispo está autorizada a publicar, pregar e defender o evangelho de Jesus Cristo, batizar, estabelecer igrejas, administrar a Ceia do Senhor eo lava-pés dos santos, auxiliar na ordenação de presbíteros por nomeação especial, e solenizar os ritos de matrimônio em casamento legal, conforme descrito no Novo Testamento e interpretada pela Assembleia Internacional. O bispo que está pastoreando tem a autoridade para realizar todas as conferências de negócios da igreja local.

3. Procedimento para Ordenação

O processo para obter a licença do ministro também é usado para o licenciamento do bispo, exceto que o supervisor deve primeiro fazer uma recomendação à igreja local e o ministro deve estar envolvido em um programa de desenvolvimento ministerial antes de comparecer perante o conselho de revisão ministerial. Na ausência dos apóstolos, foi de-

terminado que a autoridade para ordenar deve estar na Assembleia e aqueles da Assembléia investidos com tal autoridade. Os supervisores agirão como um Presbitério em colaboração com os supervisor/ presbíteros gerais. É também aconselhado que o Presbitério jejue antes da imposição das mãos na ordenação (Atos 13:03 ; 14:23; 1 Timóteo 4:14; [Minutas da 7ª Assembléia, 1912, p. 63], [Minutas da 8ª Assembleia de 1913, p. 120]). Quando um bispo está para ser ordenado, é necessário que tanto o supervisor/ presbítero geral, ou um bispo autorizado a representá-lo, estar presente e participar do culto de ordenação. Depois da ordenação, o bispo continua a ser um membro particular da igreja local e está sujeito ao governo e disciplina da igreja local como prescrito pela Assembleia Internacional. No entanto, em matéria de seu ministério, ele está sob a supervisão do Presbitério. A igreja local não pode tomar qualquer ação sobre o encerramento de um bispo ordenado .

Depois da ordenação, o Presbitério deverá continuar a mostrar preocupação constante e pessoal para o crescimento e valorização do ministro e sua obra.

4. Ordenação

Presbíteros são ordenados pela imposição das mãos dos membro(s) do Presbitério Internacional na primeira oportunidade após a emissão da licença do bispo.

Nota: A ordenação geralmente é feito na Assembleia Internacional. No entanto, nem sempre é possível para o bispo recém-licenciado participar da Assembléia. O supervisor geral/ presbíteros gerais poderão autorizar outro (possivelmente um representante dos Escritórios Internacionais) para representá-lo como um membro do Presbitério e juntar-se ao supervisor no ato de ordenação em uma convenção nacional/ regional/ estadual ou outros cultos especiais.

VI. INSTRUÇÕES GERAIS

A. Diretrizes para a Despesa Ministerial

(Desenvolvido pelo Comitê Executivo e aprovado pela 79ª Assembléia.)
Primeiro de tudo, cada ministro deve olhar para o dízimo como um privilégio e responsabilidade. A Palavra de Deus é muito explícita a respeito do dízimo. Ministros deve ver que o dízimo é de tal forma e maneira como que para ter o favor de Deus sobre si e não para tirar proveito do Se-

nhor a este respeito. Cada ministro deve distinguir entre o custo de vida e despesas ministeriais. Todo mundo tem custo de vida, que consiste em alimentação, vestuário, abrigo etc. No entanto, há certos profissionais, incluindo ministros, que têm despesas no decurso do seu trabalho, que a média assalariada não tem.

Em nenhum caso o custo de vida, como aluguel de casa, água, luz, supermercado etc, devem ser pagas antes de pagar seus dízimos, todos estes devem ser pagos a partir dos restantes nove décimos (Minutas da 13^a Assembleia, 1917, pp. 294, 295, ver também Guia de Negócios, Seção VII Apoio ao ministro, Despesa do Pastor, p. 111).

Uma vez que a alguns ministros são fornecidas casas pastorais, outros sem tais benefícios têm sentido que seu custo de habitação deve ser considerado como despesa no ministério. A abordagem mais realista seria para aqueles que são fornecidos habitação a considerar isso como renda suplementar em que eles iriam pagar o dízimo, assim como eles fazem em compras de supermercado e outras coisas que eles recebem como um meio de apoio adicional. Afinal de contas, comida, roupas e abrigo são despesas básicas que todo mundo tem.

Automóvel de um ministro em muitos lugares é quase indispensável no exercício da seu trabalho e, portanto, parece adequado para pagar as despesas do automóvel proporcional à quantidade que é usado no trabalho ministerial. Isto relaciona-se com o custo do veículo e os seus custos operacionais. Consideração também pode ser dado a outros tipos de viagem, avião, trem, ônibus etc.

Para fins de imposto de renda, alguns ministros mantém um registro das despesas reais de cada viagem em função do ministério. Para estas pessoas, a despesa de automóvel não é um problema no cálculo sua renda que está dizimando.

Outros ministros, especialmente nos EUA, podem preferir manter um registro rigoroso de quilômetros percorridos no ministério e levar o crédito por esta quilometragem, conforme descrito pela Receita Federal. Nos países em que isso não se aplica, os ministros poderão utilizar uma quantidade razoável por milha percorrida no ministério para o cálculo de sua despesa.

Lamentavelmente, muitos ministros ainda devem recorrer a empregos seculares para complementar sua renda, e eles usam seus automóveis para ir ao emprego. Claro, isso não é despesa no ministério, uma vez que nem seria outros usos pessoais destes veículos, tais como fazer compras, visitar parentes etc.

Consideração também pode ser dada a chamadas telefônicas de longa distância ministeriais. A compra de livros para estudo em preparação sermão e para a preparação de outras facetas de seu trabalho ministerial seria exigível como despesa no ministério, como seria despesas participar de programas ministeriais de treinamento, convenções e Assembleias Gerais.

Essas diretrizes não são destinadas a ser exautiva, mas para servir como marcadores que orientam a consciência individual e um desejo de adorar o Senhor através do dízimo e ofertas. Em relação ao cálculo do dízimo, parece que aquele que é capaz de aconselhar os outros na separação profissional do custo de vida também é capaz de fazer corretamente tais decisões em relação aos suas próprias despesas. Uma boa regra de ouro a seguir o ministro dar o dízimo de renda pessoal da mesma maneira que outros seriam aconselhados a dar o dízimo. Basicamente, a despesa no ministério é o que é incorrido no exercício das funções ministeriais que não teria existiram de outra forma.

O dízimo é uma forma de adoração, e os ministros devem ser exemplos para os outros cristãos em honrar a Deus.

B. O dízimo pelos Ministros

Um ministro não deve ser permitido manter a licença se não dá o dízimo sobre a renda pessoal. As instruções de Paulo a Timóteo são oportunas em referência a esta questão: "... sê o exemplo dos fiéis, na palavra, no trato, no amor, no espírito, na fé, na pureza" (1 Timóteo 4:12). O dízimo é um ensino de destaque pela Assembleia. Cada ministro, ao ser examinado para o ministério, afirmou que pagou dízimos fielmente em toda a renda pessoal. Quando um ministro licenciado na Igreja deixa de ser um exemplo nessa questão de mordomia, isso indica um problema espiritual. É de responsabilidade do Presbitério investigar e, se possível, ajudar o ministro a superar este problema. Se um ministro não responde a tais tentativas de ajuda arrependendo-se e retomando a fidelidade em ser um exemplo para os fiéis, o Presbitério não tem recurso, pois seu ministério está terminado (Minutas da 81ª Assembleia, 1986, p. 35).

C. Ministros devem respeitar a Orientação da Assembleia em Doutrina

Um ministro não deve ser autorizado a pregar qualquer coisa que traz confusão e conflitos com a doutrina da Igreja. Se isso for feito, a atenção do supervisor nacional/ regional/ estadual deve ser chamado para isso. O indivíduo deve ser admoestado e citado pelo supervisor para as conclusões

e decisões da Assembleia Internacional. Se tal pessoa persiste e continua na prática, em seguida, o ministro deve ser trazido e tratado pelo Presbitério (Minutas da 54ª Assembleia, 1959, p. 128) .

D. Cartão de Identificação

Em alguns casos, um pastor precisa identificação para certificar que é um pastor devidamente nomeado. Portanto, foi recomendado pela Assembleia que um cartão de identificação uniforme ser disponibilizados pelos Serviços Internacionais e emitido pelas supervisores nacionais/ regionais/ estaduais em caso de necessidade (Minutas da 75ª Assembleia, 1980, p. 165).

E. Trabalho Secular

Supervisores devem desencorajar ministros de trabalhar secularmente, onde os dízimos são suficientes para o seu apoio (Minutas da 48ª Assembleia, 1953, p. 107).

F. Observando as Ordenanças

O pastor da igreja local deve garantir que as ordenanças da Ceia e lavapés do Senhor são realizadas ao menos trimestralmente (Minutas da 57ª Assembleia, 1962, p. 134).

G. Ministrando Estado-a-Estado/Nação-a-Nação/Região-a-Região

Ministros licenciados e ordenados foram examinados e aprovados pelo Presbitério como estando devidamente autorizado a pregar na Igreja de Deus da Profecia. Se por algum motivo um supervisor objetar a um ministro em particular que deseja ministrar dentro de sua área de supervisão, a base para sua objeção deve ser comunicada diretamente e pessoalmente com o ministro em particular. Se isso for feito, não seria, então, necessário que cada ministro em boa posição para garantir a aprovação antes de pregar em outra nação, região ou estado .

Quando um ministro sente que as objeções de um supervisor são injustas, o assunto pode ser levado ao presbitério geral que vai julgar o caso ou se nomear uma comitê selecionado para ajudar a resolver a situação. Devemos esforçar-nos sempre e em qualquer forma de aliviar as tensões entre os ministros licenciados - companheiros, procurando guardar a unidade do Espírito no vínculo da paz (Minutas da 82ª Assembleia, 1987, p. 51).

H. Realizando Casamentos

O ministro deve familiarizar-se a si mesmo profundamente com o ensinamen-

to da Igreja sobre casamento, divórcio e novo casamento (A Instituição bíblica do matrimônio e Recomendações), como apresentado, alterado e aprovado pela 94ª Assembléia Internacional de 2006 e ser guiado por suas disposições e quaisquer orientações estabelecidas ou autorizadas pelo Presbitério Geral para a sua implementação (Minutas da 94ª Assembléia, 2006, pp 152-177; Consulte o Manual de Política do Ministério de 2008, Anexo 3).

O ministro deve saber de ambas as partes que vão se casar se têm idade de acordo com os requisitos da área específica em que residem. Se qualquer um do casal for menor de idade, a investigação deve ser feita para determinar se os pais deram consentimento ao casamento. Se não deram consentimento, não é aconselhável realizar a cerimônia até que os pais o façam. Cerimônias de casamento deve ser realizadas em harmonia com os ensinamentos da Bíblia. Se, em alguns casos, o ministro precisa de conselhos adicionais, ele pode consultar o supervisor.

Pastores, credenciados com a licença de um ministro, e os bispos estão autorizados a realizar casamentos em virtude de suas funções e ofícios (Minutas da 95ª Assembléia, 2008, p. 13). No entanto, aqueles que são novos, como pastores, ou não capaz de fornecer aconselhamento matrimonial, deve procurar a permissão de seu supervisor antes de realizar casamentos. A autorização especial para realizar casamentos pode ser concedida pelo Escritório do Supervisor Geral a pedido do supervisor nacional/ regional/ estadual para ministros licenciados que não estão pastoreando. Todas as licenças especiais estão sujeitos à aprovação do presbitério geral e podem ser chamados a qualquer momento por qualquer presbítero geral ou o supervisor geral. Nem esta autorização nem a licença do ministro toma o lugar da lei do país ou estado. Um ministro deve atender a todos os requisitos do estado ou país em que a cerimônia de casamento será realizada.

VII. SISTEMA DE RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO

Em 1 de outubro de 1996, ministros licenciados e pastores devem enviar os dízimos ministeriais com os relatórios mensais ao Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual.

Nota: Os formulários de relatório estão na parte de trás do Manual de Normas.

A. Bispos

1. Relatório mensal para o Escritório Nacional/ Regional/ Estadual.

B. Ministros Licenciados

1. Relatório mensal para o Escritório Nacional/ Regional/ Estadual.

C. Diáconos/ Diaconisas

1. Relatório trimestral para a Conferência da Igreja local e, anualmente, o Escritório Nacional/ Regional/ Estadual.

D. Diáconos/ Diaconisas em Teste

1. Relatório trimestral para a Conferência da Igreja local em duplicata.
2. Duplicado relatório a ser encaminhado para o supervisor nacional/ regional/ estadual pelo secretário da igreja.

E. Ministros Leigos

1. Relatório trimestral para a Conferência da Igreja local em duplicado ou, se pastores, mensais para Escritório Nacional/ Regional/ Estadual.
2. relatório duplicado a ser encaminhado para o supervisor nacional/ regional/ estadual pelo secretário da igreja.

Nota: Dízimos de ministro leigo são para a igreja local, a menos que ele seja um pastor nomeado, caso em que ele deve dar o dízimo ao Escritório Nacional/ Regional/ Estadual como outros pastores fazem. Licenças de ministro leigo deve ser renovado no primeiro dia de cada ano civil no Escritório Nacional/ Regional/ Estadual.

F. Ministros aposentados

1. Relatório mensal e pagar o dízimo do ministério para o Escritório Nacional/ Regional/ Estadual.
2. Relatório anual ao Escritório Nacional/ Regional/ Estadual se não há dízimos ministeriais.

G. Ministros impedidos

Não é necessário que informe Escritórios estaduais ou internacionais. Deve informar os escritórios de uma mudança de endereço.

Nota: Aqueles que recebem uma cota mensal de Serviços Ministeriais vai continuar a pagar seus dízimos para o Escritório Nacional/ Regional/ Estadual.

VIII. DISCIPLINA MINISTERIAL

A. A natureza e propósito da Disciplina

Disciplina é o exercício de autoridade da igreja dada por Cristo através das Escrituras: “Em verdade eu vos digo: tudo o que ligardes na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligardes na terra será desligado nos céus” (Mateus 18:18). Os objetivos da disciplina são que Deus seja honrado, que aqueles que caem em erro possam ser levados ao arrependimento e restauração, e que a pureza, integridade e bem-estar geral da Igreja possa ser mantido.

O propósito da disciplina é para a correção e edificação, e não para a destruição. Sendo redentiva, bem como corretiva, ela deve sempre ser exercida com misericórdia e humildade, no espírito de Gálatas 6:1, 2: “Irmãos, se algum homem chegar a ser surpreendido nalguma ofensa, vós, que sois espirituais, encaminhai o tal com espírito de mansidão, olhando por ti mesmo, para que não sejas também tentado. Levai as cargas uns dos outros e assim cumprireis a lei de Cristo.”

B. Ofensas que requerem ação disciplinar

Ofensas, tanto privados quanto públicas, sendo pecados contra Deus, são motivos para a disciplina. No entanto, existem níveis de disciplina que são determinados pela natureza do delito e da atitude e restituição do ofensor. Alguns assuntos particulares podem ser resolvidos para a satisfação de ambos, ofendido e ofensor, seguindo o princípio de Mateus 18:15: “Ora, se teu irmão pecar contra ti, vai e repreende-o entre ti e ele só; se te ouvir, ganhaste a teu irmão”. Ou o infrator pode tomar a iniciativa pessoal e o assunto ser resolvido de acordo com o princípio de Mateus 5:23, 24: “Portanto, se trouxeres a tua oferta ao altar e aí te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa ali diante do altar a tua oferta, e vai reconciliar-te primeiro com teu irmão, e depois vem, e apresenta a tua oferta”.

1. A ofensa privada é definida como sendo algo que o ministro comete contra alguém, ou algumas poucas pessoas, e que viola a lei divina e erra ou fere pessoas.

Seguindo o princípio de Mateus 18:15, o ofendido deve ir ao infrator, no espírito de mansidão e dizer a ele a sua culpa e suplicar a restituição. Se ele faz restituição e se reconcilia, deve ser o fim da questão.

Se o infrator é controverso e não cooperativo e se recusa a reconciliar, então o ofendido deve selecionar uma ou duas pessoas de reputação para ir com ele com a finalidade de efetuar uma reconciliação (Mateus 18:16). Se ele ainda se recusa a se reconciliar, em seguida, o infra-

tor deve ser submetido ao supervisor desde que a igreja local não está autorizada a disciplinar um ministro licenciado ou ordenado. No caso do infrator for um supervisor, o assunto pode ser levado perante o supervisor geral/ presbitério geral e seguido de acordo com os princípios gerais descritos abaixo .

Na maioria dos casos de ofensas particulares, o supervisor deve tentar trazer uma restauração quando o caso é levado à sua atenção. Ele deve esforçar-se para levar o infrator ao arrependimento e à restauração antes de qualquer outra ação disciplinar seja tomada. O princípio é estabelecido em 2 Timóteo 2:24-26: “E ao servo do Senhor não convém contender, mas, sim, ser manso para com todos, apto para ensinar, sofredor; instruindo com mansidão os que resistem, a ver se, porventura, Deus lhes dará arrependimento para conhecerem a verdade e tornarem a despertar, desprendendo-se dos laços do diabo, em cuja vontade estão presos.”

Quaisquer acusações feitas contra um ministro deve ser verificada por duas ou mais testemunhas (1 Timóteo 5:19).

2. A ofensa pública é mais notória na natureza e menos pessoal em seu foco. Alguns exemplos de ofensas públicas que exijam uma ação disciplinar são os seguintes: indiscrições morais, incompetência e/ ou negligência grave que tornaria o ministro incapaz de representar a Igreja de forma adequada; insubordinação, a manifestação de um espírito contencioso, recusando-se a submeter ao conselho daqueles sobre ele no Senhor, recusa ou impossibilidade do ministro de estar em harmonia com os ensinamentos e política da Igreja na palavra ou conduta, a suposição de uma cruel e ditatorial autoridade para com aqueles com quem ele trabalha, o que poderia ser descrito como se assenhorar sobre a herança de Deus (1 Pedro 5:2); uma perversão deliberada e grave da sã doutrina; falha habitual para gerenciar finanças pessoais, de modo que as dívidas inadimplentes são opróbrio para a igreja, qualquer violação dos ensinamentos da Igreja sobre o casamento, divórcio e novo casamento; ministério sem aprovação prévia em outra igreja ou instituição numa ampla base e negligência consistente do dízimo e ofertas como um mordomo fiel do Senhor.

C. Procedimentos de Disciplina

Esses procedimentos foram desenvolvidos de acordo com a resolução da 84ª Assembléia Anual (minutas da 84ª Assembléia, 1989, p. 133):

1. O Presbitério tem poderes para analisar candidatos para o ministério, emitir licenças, ordenar, e cancelar o endosso de um ministro quando houver qualquer infração considerada grave o suficiente para justificar tal disciplina
2. Grande cuidado deve ser exercido em receber acusações contra um ministro. De acordo com o princípio dado em 1 Timóteo 5:19, nenhuma acusação deve ser recebido pelo Presbitério contra um ministro a menos que haja duas ou três testemunhas confiáveis que apresentaram ao supervisor provas suficientes do erro. 1 Timóteo 5:19 diz: “ Não aceites acusação contra presbítero, senão com duas ou três testemunhas” Nenhuma testemunha deve ser aceita se for conhecida por ter má vontade para com o acusado, que não é de são caráter, que está sob censura, que pode ter segundas intenções do acusado ser disciplinado, ou que é conhecido por ser polêmico e imprudente.
3. Em todos os casos de acusação, o acusador deve ser avisado que, se ele não mostrar motivos razoáveis para as acusações feitas, o acusador deve ser censurado como um caluniador dos irmãos e deverá ser disciplinado na proporção do peso da acusação contra o ministro. Quando o acusador malicioso for um membro leigo, a disciplina será exercida pela igreja local. Quando o falso acusador for um ministro, a disciplina será dirigido pelo Presbitério .
4. Em todas as investigações de ofensores, é preciso lembrar que a admoestação de Gálatas 6:1 comanda.
5. Quaisquer acusações feitas contra um ministro devem ser feitas por duas ou três pessoas responsáveis que estão convencidos de que a prova merece investigação. O acusado deve ser informado das acusações. Em um momento pré-anunciado, as acusações devem ser claramente definidas diante do supervisor. O acusado deve estar presente, se possível, para ouvir as acusações que são formalmente apresentado ao supervisor. Se o acusado confessa, o supervisor pode lidar com a pessoa de acordo com seu critério. Se rejeita a acusação e deseja uma nova audiência, uma audiência formal do caso deve ocorrer no prazo de trinta dias a contar do momento em que as acusações são formalmente apresentados ante o conselho de revisão ministerial.
6. Antes do início da audiência, o supervisor/ presbitério geral deverão ser informados sobre as acusações contra o ofensor para que ele possa acompanhar o caso e participar se julgar necessário.
7. O supervisor deve nomear um painel (júri) de cinco ministros de sua

região. Se os membros do painel são limitados, pode ser necessário o uso de apenas três ministros no conselho. Ao acusado deve ser dada a devida notificação informando a ele da audiência. Caso a pessoa não apareça para a audiência (a menos que providencialmente impossibilitado, caso em que o painel deve ser devidamente notificados), como falta de resposta deve ser inserido nos registros, junto com um relato escrito das acusações, e seu ministério deve ser tratado como o Presbitério julgar apropriado.

8. Quando a audiência estiver prestes a começar, o supervisor/ moderador deve lembrar solenemente o painel de sua enorme responsabilidade como representantes de Jesus Cristo, para ouvir as acusações contra um ministro companheiro e alienar o caso de uma maneira que seria aceitável ante a alta Corte dos Céus. O moderador deve neste momento alertar os participantes na audiência para manter estrita confidencialidade do processo.

9. A substituição de um membro do painel é permitida, se por um bom motivo o membro deseja ser removido de uma audiência particular, ou se o acusado ou o acusador der razões ao moderador aceitáveis para substituir outra pessoa naquele lugar no painel.

10. Antes e durante a audiência de um caso, qualquer membro do painel que expressa uma opinião sobre o mérito do caso para qualquer das partes, ou qualquer outra pessoa que não seja membro do painel, ou um membro do painel que estiver ausente sem a permissão do moderador ou por motivos satisfatórios devem ser excluídos da participação neste e em processos subsequentes. O membro será substituído por uma pessoa qualificada e responsável.

11. Se uma das partes insiste, nenhuma testemunha, que deve ser examinada mais tarde, deve estar presente durante o exame de uma outra testemunha do mesmo caso.

12. A ordem da audiência será a seguinte: O moderador deve cobrar o painel. A acusação deve ser lida, e a resposta do acusado ouvida. Se as acusações forem negadas, o acusador(es) deve ser ouvido e analisado, em seguida, as testemunhas do acusado serão ouvidas e examinadas. Após as testemunhas serem ouvidas e analisadas, ambas as partes e suas testemunhas serão dispensados do recinto, e os membros do painel deverão expressar suas opiniões no caso. Quando for feita uma decisão unânime, tanto o acusador quanto o acusado devem ser chamados de volta para a recomendação do conselho de revisão ministerial ao Presbitério .

A recomendação será anunciada e celebrado o registro do processo.

13. O Presbitério deve analisar as conclusões da comissão de revisão ministerial e fazer uma determinação do status do ministro. O mais cedo possível depois disso, o supervisor dará a decisão do Presbitério para o acusado.

14. Quando um ministro for achado inocente pelo supervisor ou conselho de revisão ministerial de todas as acusações feitas, o supervisor deve garantir que aqueles que tiveram conhecimento das acusações sejam informados de que o ministro em questão está livre.

D. Encerramento de Credenciais Ministeriais

Quando um ministro for considerado culpado de uma ofensa considerada pelo Presbitério ser grave o suficiente para exigir a cessação do ministério-uma ofensa de uma base e natureza vergonhosa-o Presbitério pode, sem demora, revogar o ministério em questão.

Revogação pode ocorrer pelos seguintes motivos:

1. Renúncia

Quando um ministro, contra quem nenhuma acusação foi arquivada, optou por remover a si mesmo do corpo de ministros licenciados ou ordenados, a aceitação da renúncia está sujeita à decisão do Presbitério.

2. Morte

Quando a morte de um ministro for verificada, seu nome será removido do rol de ministros ativos.

3. Mudança de status

Quando a esposa de um bispo cai em pecado e não houver nenhuma acusação contra o próprio ministro, o Presbitério não deve alterar o status do seu ministério ao de um ministro licenciado, a menos que as circunstâncias o justifiquem. Se assim for, ele será informado da mudança. Um bispo viúvo que se casa com uma mulher que não cumpram os critérios para a esposa de um bispo deve ter o status de seu ministério mudado de acordo com o de um ministro licenciado. Há de ter uma mudança de status, no caso de um bispo que é viúvo (Minutas da 82ª Assembleia, 1987, p. 57).

4. Revogação

Um ministro que foi considerado culpado ou confessou uma violação grave dos princípios bíblicos deve ser disciplinados, e onde a natureza

do caso exigir, o seu ministério será revogado. Entende-se que antes desta ação, o ministro será devidamente informado da decisão .

5. Lapso

Qualquer ministro que não tenha relatado para os Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual, ou que está inativo por dois anos consecutivos (que não tenha pregado pelo menos 12 vezes por ano), a menos que, devido a problemas de saúde, aposentadoria, ou outro motivo justificável - será notificada pelo Presbitério que seu ministério caducou.

6. Suspensão

Quando um ministro for censurado por um delito que o Presbitério não julgar ser grave o suficiente para justificar a revogação, sua licença de ministro ou certificado de ordenação será segurada no Escritório Nacional/ Regional/ Estadual para um período de reabilitação. Suspensão do ministério não afeta os benefícios do ministeriais, seguro ou pensão do ministro. O tempo em que poderá ministrar será determinada pelo supervisor .

E. Restauração de Ministros

1. Restaurar Ministros caídos

O apóstolo Paulo se refere aos ministros como mordomos dos mistérios de Deus (1 Coríntios 4:1). Ele escreveu: “Além disso, requer-se nos despenheiros que cada um se ache fiel” (v. 2). Quando uma pessoa é chamada por Deus para o ministério e separado com o devido reconhecimento por parte da igreja para este alto chamado, espera-se que sua vida seja irreprensível. Um ministro deve ser fiel em todas as coisas. Quando um ministro volta para o pecado e traz opróbrio sobre o nome de Cristo, ele coloca uma mancha sobre a imagem da igreja perante o mundo. Queremos ser misericordiosos e não nos atrever a deixar de perdoar aquele que verdadeiramente se arrepende de ter falhado com o Senhor. No entanto, é necessário que uma pessoa prove fidelidade como cristão e como um membro da Igreja, antes de voltar para o ministério. Para ser licenciado brevemente antes de demonstrar fidelidade em todas as coisas traz dano à imagem do ministério da Igreja de Deus da Profecia.

Quando a licença de um ministro ou ordenação foi encerrada devido à queda no pecado, a pessoa não pode ser relicenciada até depois de um tempo prolongado de ajuda e aconselhamento dirigido para a reabilitação completa e até a confiança da igreja ser totalmente restaurada à medida de sua prontidão para ser um ministro na Igreja de Deus da Profecia .

No caso de um bispo que renunciou ou foi revogado por causa da falha moral (sexual), ele não pode ser restaurado para o cargo de bispo, mas no âmbito de um processo de restauração supervisionada pelo Presbitério, pode ser relicenciado como ministro, como o Presbitério considere adequado. (Veja Relatório do Comitê de Doutrina e Política bíblica das Minutas da 94ª Assembléia, p. 152).

A ajuda primária e conselho deve vir através do pastor e da igreja local. No entanto, sempre que possível, é altamente recomendável que o supervisor esteja direta e ativamente envolvido no processo de restauração. Os fatores relacionados ao fracasso do ministro deve ser explorados e devidamente identificados, de modo a evitar que se repitam.

Embora não haja nenhum período de tempo específico para efetuar a restauração completa de um ministro caído, ninguém deve ser relicenciado até um histórico comprovado de fidelidade e integridade seja estabelecido. Em alguns casos, isso pode exigir um ano, em outros, pode ser necessário um período mais longo, dependendo do grau de dano sofrido e a gravidade do pecado e da taxa de progresso que está sendo feito pelo candidato.

Com o princípio subjacente a disciplina sendo redentiva, a justiça pode ser melhor servida com misericórdia. A igreja local deve prontamente alargar o seu apoio e força para um ministro que está arrependido.

Quando a restauração for considerada completa, o candidato pode, então, ser definido para o ministério com a aprovação do supervisor. A pessoa será relicenciada seguindo os procedimentos exigidos de todos os candidatos para o ministério.

2. Procedimento para Restauração

“não esmagará a cana quebrada e não apagará o moirão que fumeja, até que faça triunfar o juízo” (Mateus 12:20). Quando um ministro falha e passa por disciplina, é imperativo que a responsabilidade deve ser imediatamente atribuída para sua restauração.

Independentemente de sua posição anterior, o pastor será normalmente a primeira pessoa a iniciar o processo de restauração. O contato deve ser feito com o que errou o mais rapidamente possível. É vital que o pastor transmita genuíno amor e apoio cristão. Às vezes, haverá tentativas de justificar a si mesmo, negar a culpa, acusar superiores de mau manejo do caso, ou experimentar a amargura. Em outros momentos, haverá confissão aberta e um verdadeiro espírito de penitência. Em qualquer caso, é o papel do pastor estabelecer um bom relacionamento com a pessoa com o objetivo de levá-lo longe de atitudes negativas e de volta a saúde espiritual.

Com a maior brevidade de tempo possível, o pastor, supervisor, e supervisor imediato do ex- ministro (quando for o caso) vai reunir-se como um comitê e coordenar a sua abordagem. Cada um deve aceitar um papel importante para ajudar seu ex-colega de trabalho no ministério. Eles devem ser sensíveis ao Espírito Santo e reconhecer que cada pessoa é única e, portanto, deve ser trabalhada em uma base individual. Ele deve sentir o apoio e boa vontade de quem está ajudando.

Em algum momento, o candidato deve se reunir com o comitê regularmente para oração, conselho, reforço e orientação. O pastor deve nomear um grupo de oração/ visitação ou classe de indivíduos cheios do Espírito, que ministrará diariamente por telefone, cartões etc. O companheiro também devem ser incluídos no processo de restauração. Na maioria dos casos, o cônjuge ficou ferido e precisa de cura.

Muitas vezes, o comitê vai achar que os envolvidos se beneficiariam de aconselhamento cristão profissional. Ajuda deve ser dada na busca de aconselhamento competente. Se o ex-ministro é o chefe de uma casa, ele pode precisar de ajuda para encontrar emprego, e o pastor deve ver qual a ajuda pode ser dada nessa área.

Os membros da igreja local devem ver o ministro penitente como membro ferido do corpo que precisa de cura. Os membros que estão familiarizados com o indivíduo deve ser encorajados a ligar e/ ou escrever expressando sua confiança de que ele vai conseguir.

Durante os primeiros meses, a igreja local deve ser paciente e apoiadora, à medida que o processo de cura começa. Em algum momento, dependendo do progresso do indivíduo, a pessoa deve ter a oportunidade de participar nos serviços de culto. Como o progresso é feito para a recuperação total, ele pode ser autorizado a ministrar. Depois de um ano ou mais, se o progresso for satisfatório, o candidato pode ser recomendado para ser relicenciado no ministério através do processo normal, se a igreja local e supervisor sentir que a pessoa está pronta (Veja a exceção relativa a bispos, § 3 °, p. 110).

IX. PROCESSO DE REVISÃO E PROCESSO DE SELEÇÃO DE SUPERVISOR GERAL E PRESBÍTEROS GERAIS

A. SELEÇÃO DE SUPERVISOR GERAL

Processo E Reconhecimento Da Vaga Do Ofício Do Supervisor Geral

O processo de seleção será feito nos seguintes passos:

1. O supervisor geral vai servir a Igreja, desde que a mão do Senhor esteja sobre ele. Pelo menos a cada seis anos (anteriormente fixado em sete) o Presbitério Geral e o Presbitério Internacional irão discernir a manifestação da presença de Deus sobre o indivíduo. Se reconhecem uma continuada confirmação no supervisor geral atual, eles vão reafirmar tal. No entanto, se discernirem que a mão de Deus foi tirada do indivíduo para essa capacidade, a Assembleia Internacional solicitará a sua avaliação e determinará se o Senhor deseja para liberar o homem. O ofício do supervisor geral pode ficar vago em pelo menos quatro maneiras: 1) motivos pessoais/ de saúde, 2) reconhecimento do corpo da igreja, 3) morte, 4) impropriedades morais.

No caso em que um supervisor geral deseja não servir mais por motivos pessoais/ de saúde, ele irá partilhar a sua intenção com o Presbitério Geral e manter sua posição, sempre que possível, de modo que os arranjos possam ser feitos para a seleção de um novo supervisor geral na próxima Assembleia Internacional.

Com as condições acima, a pessoa pode reconhecer que o peso do Senhor para esse trabalho específico cessou. Se isso ocorrer, ele irá partilhar a sua convicção com o Presbitério Geral e manter a sua posição, de modo que os arranjos podem ser feitos para a seleção de um novo supervisor geral na próxima Assembleia. Se a Assembleia Internacional concorda com o Presbitério Geral que a mão de Deus foi levantado do supervisor geral atual para esse trabalho, o escritório pode, então, ser preenchido nesse Assembleia através do processo aprovado.

Em caso de morte do supervisor geral ou incapacidade, que leva à sua incapacidade de exercer as suas obrigações, a função de que o ofício vai continuar a ser tratado pela pluralidade de liderança já em vigor. Devem ser feitas em conjunto com o Presbitério Geral e Presbitério Internacional para a Assembleia Internacional de convocar em um período de tempo razoável para selecionar um novo supervisor geral.

No evento infeliz de fracasso moral pelo supervisor geral, o Presbitério Geral deve ser convocado pela pluralidade de liderança para determinar o merecimento do indivíduo para continuar no ofício (isso iria depender da assessoria de consultores jurídicos para definir). Se o Presbitério Geral julgar necessário remover o supervisor geral de seu ofício, a pluralidade de liderança em conjunto com o Presbitério Geral pedirá a Assembleia Internacional convocar em um período de tempo razoável para selecionar um novo supervisor geral.

2. Critérios de qualificação: Aqueles que se submetem os candidatos para

a seleção de supervisor geral deve seguir estas diretrizes. Como regra geral, as atividades do ministério incluem orar, evangelizar, equipar, defender, amar, trabalhar, modelar, levar, alimentar, observar, alertar, ensinar, exortar, encorajar, corrigir, confrontar e resgatar (1 Tessalonicenses 1-5 com 2 Tessalonicenses 1-3 e outras passagens bíblicas relevantes). Primeira Pedro 5:1-3 nos dá as qualidades de humildade e de pastoreio. Paulo instruiu Timóteo em cinco grandes categorias: 1) ser fiel em sua pregação da verdade bíblica, 2) ser ousado em expor e refutar o erro, 3) ser um exemplo de santidade para o rebanho, 4) ser diligente e trabalhar duro no ministério e 5) estar disposto a sofrer dificuldades e perseguição em seu serviço para o Senhor. Atos 6:3-7 e 1 Timóteo 3:1-7 nos fornece qualidades como “cheio do Espírito Santo e de sabedoria”, “dado continuamente à oração e ao ministério da palavra”, “cheio de fé e do Espírito Santo”, “irrepreensível, marido de uma mulher, vigilante, sóbrio, de bom comportamento, hospitaleiro, apto para ensinar, não dado ao vinho, nem espancador, nem cobiçoso de torpe ganância, mas moderado, não contencioso, não avaro, que governe bem a sua própria casa, tendo seus filhos em sujeição, com toda a modéstia; não neófito, para que não seja levantado no orgulho, que tenha um bom testemunho dos de fora”. O Livro do Êxodo diz: “... homens capazes, tementes a Deus, homens de verdade, que aborreçam a avareza” (18:21). A partir destas passagens, vemos integridade, fé, domínio próprio, a solidez de julgamento, ensinável, as qualidades de pacificador, pureza, cooperativismo, sensibilidade ao Espírito de Deus, submissão, humildade, liderança, boa governança, compromisso inabalável, Cristo-centrismo etc. Gálatas 5:22 acrescenta o elogio pessoal de amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão e temperança.

3. Presbíteros internacionais que supervisionam ministros devem consultar o ministério sob sua jurisdição, e submeter-se a seu presbítero geral dois nomes. Entende-se que nenhum membro do Presbitério Internacional fará seu próprio nome ser apresentado.

4. Cada presbítero geral, então, convocará uma reunião dos bispos em sua área (ou senão os consultará de forma eficaz) e estreitar os nomes sugeridos dois antes da apresentação formal ao “grupo de qualificação.” Todas as submissões devem ser realizadas em estrita confiança tanto durante quanto depois do processo. Deve ser claramente entendido que a assembleia internacional por si só toma a decisão a respeito de quem é confirmado como supervisor geral, e as etapas descritas são para o propósito de ajudar o Presbitério Internacional cumprir o seu mandato da Assembleia

para oferecer a alguém para consideração. Portanto, a confidencialidade é vital, e muita sabedoria é necessária para proteger e mostrar o devido respeito a todos aqueles cujos nomes estão no processo. O Presbitério Geral determinará o prazo para todas as sugestões de nomeações a serem apresentados, com uma recomendação final pelo Presbitério Internacional não mais de 120 dias após a vaga declarada. Consentimento formal para ter nomes sugeridos inseridos no processo de pré- indicação deve ser pronta e confidencialmente obtido pelo grupo de qualificação de indivíduos sugerido, para que o trabalho de fundo necessário possa ser feito com antecedência. Tal consentimento por um indivíduo será o seu acordo para a revisão criminal (quando aplicável) e ministerial de fundo e também uma indicação de sua vontade de servir. Nenhuma tentativa deve ser feita de verificar seus registros antes que seu consentimento seja recebido. Qualquer candidato pode remover seu nome da consideração, mediante notificação ao grupo de qualificação por escrito.

5. O grupo de qualificação para a seleção de supervisor geral será composta pelo supervisor geral (a menos que sua posição esteja vaga por causa da falha moral, incapacidade ou morte), dois designados selecionados pelos presbíteros internacionais, os diretores dos ministérios dos escritórios internacionais, e o presbitério geral, quando um candidato vier de sua área. O grupo de qualificação age nos bastidores e servem de verificação e relata suas descobertas aos presbíteros gerais. Nota: Ninguém pode servir na qualificação a si mesmo para o cargo de supervisor geral ou presbítero geral. O presidente deste grupo de qualificação serão escolhidos de entre os sete designados.

6. Após a revisão, os candidatos qualificados seriam identificados, e uma folha de dados biográficos preparado para cada um que está sendo submetido ao Presbitério Internacional pelo grupo de qualificação. Todas as pessoas qualificadas devem ser submetidas. Deve ser entendido que o grupo de qualificação teria observado um tempo adequado de oração e jejum, tanto individual como corporativamente, na tentativa de qualificar os candidatos. Após a lista final de nomes ser qualificado, o Presbitério Internacional será notificado dos seus nomes para que a Igreja possa começar a orar para os nomeados.

7. O Presbitério Geral convoca uma reunião formal do Presbitério Internacional com um dos vice-presidente como moderador (o atual supervisor geral não pode servir como moderador). A primeira ordem de negócio deve ser um momento de oração (por ter sido precedido de jejum individuais) para orientação e direção de Deus. Todos devem abordar esse processo

com humildade e uma forte consciência da nossa necessidade de intervenção de Deus.

8. O Presbitério Geral deve indicar a finalidade da reunião e o grupo de qualificação deve apresentar todos os candidatos, chamando-os para a frente e lendo suas biografias. Os dados biográficos será distribuído a todos os presbíteros. Além disso, o nome de cada candidato deve ser colocado sobre uma folha de papel com cópias suficientes para todos os presbíteros, e tornado sem ordem de preferência de qualquer espécie, e livre de marcações, anotações ou outros comentários. Qualquer cujo nome aparece na lista não podem participar na apresentação.

9. O Presbitério Geral convocará a seleção de um moderador e três (3) conselheiros com quem o moderador pode consultar quando necessário. Estes quatro não irão marcar as cédulas para a seleção, para que possam moderar e julgar os processos de forma eficaz. Além disso, um secretário e assistente será escolhido para a reunião. Os nomes dos candidatos não pode ser considerado para estes ofícios. O Presbitério Geral convocará oração para todos os candidatos e, posteriormente, retirá-los da reunião para outro lugar, onde eles vão continuar em oração e reflexão. Eles permanecerão longe da reunião até serem chamados pelo Presbitério Inter-nacional. Em seguida, o moderador vai assumir a Presidência da reunião, e a função do Presbitério Geral cessará. O moderador (que não deve ser o presente supervisor geral) deve chamar imediatamente para um tempo de oração de concerto, após o que será de pelo menos 30 minutos na sessão de reflexão privada, meditação e oração pessoal. Durante este período, não haverá, discussões de pessoa para pessoa, ou de grupo, ou quaisquer comparações.

10. Quando o tempo mencionado acima expirar, o moderador deverá convocar a sessão para a ordem para iniciar o processo de seleção. As ações do Presbitério Geral de apresentar as pessoas e distribuir seus resumos biográficos separados, constitui a nomeação oficial dessas pessoas. O processo de seleção é composta por uma série de manifestações confidenciais (cédulas), com o requisito de que, para permanecer no processo, o indivíduo deve obter pelo menos um terço das expressões feitas cada vez. Os membros do Presbitério Internacional irão escolher dois nomes, até que o número foi reduzido para três ou menos. Se algum candidato não recebe dez por cento das expressões na primeira votação, o seu nome seria retirado para uma análise mais aprofundada. Os números expressos serão revelados, e uma oportunidade para alcançar o exigido de um terço seria procurado novamente. O moderador deve então chamar para um tempo

de oração. Se três permanecem, o número necessário de expressão vai ser levantada a metade, a fim de permanecer automaticamente no processo. Se ninguém recebe a metade necessária, os dois recebendo acima de um terço permanecerão sob consideração. Se alguém recebe a metade necessária, e ambos os outros cair abaixo de um terço, uma votação separada deve ser realizada com a exigência de que o único a continuar no processo de receber pelo menos metade da votação feita. Quando apenas duas pessoas permanecem em consideração, o moderador irá novamente chamar para a oração e o Presbitério de lutar por um comum acordo com a votação seguinte. Nesse ponto, cada presbítero deve selecionar apenas um nome. Quando os votos indicam que pelo menos dois terços são a favor de um dos dois, o moderador deverá consultar os conselheiros, para ver se a oportunidade deve ser dada para os presbíteros a entrar em comum acordo. Na falta de tal acordo, o Moderador iria propor um momento de reflexão e oração. Durante este tempo, é imperativo que sejamos especialmente sensível ao Espírito Santo. Ele é soberano! Devemos discernir e estar abertos à possibilidade de que ele pode levar de uma maneira completamente diferente. Ele sabe melhor! Se uma decisão de um comum acordo não for alcançado e se perceber que o Espírito Santo não fez uma seleção, o Presbitério Internacional permanecerá em sessão e recorrer de um tempo a mais de jejum e oração até que uma decisão possa ser alcançada e que seja agradável ao Senhor. Se ocorrer um impasse, o Presbitério Internacional irá relatar o assunto à Assembleia e pedir oração e consideração. Se a Assembleia concorda, deve definir o tempo de reconsideração da questão. O Presbitério Geral providenciará para continuar o trabalho até o tempo de reconsideração fixado pela Assembleia.

11. Uma vez que um supervisor geral é selecionado para recomendação à Assembleia, e apresentado ao Presbitério Internacional em sessão, dito Presbitério, procederá a sua recomendação para a Assembleia Internacional de uma forma ordenada e digna condizente com a ocasião.

B. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO SUPERVISOR GERAL

A Assembleia reconhece e passa que o supervisor geral "... fornece, aos membros em geral e a liderança em particular, dada por Deus direção para cumprir a Grande Comissão (Mateus 28:18 20) dada pelo Senhor Jesus Cristo," e "... deve ter liberdade para exercer seus dons espirituais, e perceber o potencial para ministrar como o Espírito Santo dirige." Com o Espírito Santo como nosso guia, nunca podemos definir completamente deveres e responsabilidades. No

entanto, acreditamos que certos contornos podem ajudar a facilitar a ordem em nosso trabalho, sem violar a prerrogativa divina do Espírito Santo para nos levar onde ele quer. Com isto em mente, bem como a prática bíblica da “liderança compartilhada” (Minutas da 88ª Assembléia, 1994, p. 153), propomos o seguinte:

Será dever do supervisor geral, assistido por outros presbíteros gerais, proporcionar uma liderança inspiradora para a Igreja, por ou através de:

1. No geral, o planejamento e estratégias consistentes, abrangentes, de alcance mundial com renovada ênfase da Igreja sobre o papel adequado da igreja local e os papéis práticos dos Escritórios de área, Regional e Internacionais.
2. Incentivo ao desenvolvimento de liderança, tanto com os líderes existentes quanto os potenciais da Igreja e engajar os líderes que Deus está levantando (manter em mente aqui o princípio bíblico de serviço e dons espirituais).
3. Representar efetivamente a Igreja de Deus da Profecia, entre outros no reino de Deus através da promoção de boas relações e promover a unidade bíblica.
4. Nutrir o ministério através da supervisão, aconselhamento e estabelecendo com o Presbitério Internacional, os procedimentos e os requisitos para o licenciamento ministerial, ordenação, disciplina e restauração.
5. Organizar e convocar reuniões especiais ou eventos, como Assembleias Gerais, reuniões do presbitério, outras reuniões de liderança e promoções globais.
6. Reconhecer, nomear, e comissionar pessoal de liderança nos escritórios internacionais.
7. Desenvolver planos para a infra-estrutura organizacional para atender às necessidades administrativas e relacionais da Igreja, olhando a unidade, comunhão e eficácia.
8. Supervisão de todas as finanças orçamentais para ver que estão bem distribuídos no âmbito de procedimentos contábeis da Igreja e ver que auditorias adequadas sejam feitas por organizações contábeis independentes e relatados às Assembleias Gerais.
9. Iniciar, intermediar e participar da seleção e avaliação dos presbíteros gerais.

C. SELEÇÃO DOS PRESBÍTEROS GERAIS

Processo e Reconhecimento da vaga do Ofício do Presbítero Geral

1. O supervisor geral dará início ao processo de seleção dos presbíteros gerais quando necessário: 1) motivos pessoais/ de saúde, 2) reconhecimento do corpo da igreja, 3) impropriedades morais, 4) morte. O processo inicia-se com uma reunião dos supervisores de sua área específica moderado pelo supervisor geral ou seu designado. Essas reuniões serão precedidas de notificação adequada para os supervisores, por escrito, e uma chamada à oração e jejum em preparação para a reunião. Do modo mais prático possível, os princípios e procedimentos definidos para a escolha do supervisor geral serão observados com modificações, se necessário, para estar em conformidade com as necessidades da região.

a. Chamada para oração pelo supervisor geral de ministros da área envolvida.

b. Presbíteros internacionais que supervisionam ministros nessa área estão para consulta sobre os potenciais candidatos que podem recomendar.

Deve ser entendido que o candidato não teria necessariamente de ser ou viver na área particular. Uma vez que os candidatos são nomeados, cada um supervisor, juntamente com seu grupo de pluralidade deve reduzir a lista de nomes para dois que serão recomendados a partir de sua área para o supervisor geral ou seu designado .

c. Parece bíblicamente sadio e sábio à luz do conhecimento global do supervisor geral e relação de trabalho com todos os presbíteros, que ele também tem a autoridade, em consulta com os presbíteros Gerais que apresente um nome para a lista final de três (como observado na próxima etapa).

d. O supervisor geral ou seu designado irá convocar uma reunião dos supervisores nessa área (ou senão consultá-los de forma eficaz) e estreitar os nomes até serem três antes de submetê-los ao grupo de qualificação.

e. O grupo de qualificação realiza os bastidores e gestão de verificação e relata suas descobertas para o supervisor geral. Nota: O supervisor geral, em consulta com os presbíteros gerais devem aprovar todos os candidatos a serem apresentados ao Presbitério Internacional.

f. O grupo de qualificação apresenta os três nomes que foram qualificados para o Presbitério Internacional (mais de um candidato será submetido aos presbíteros internacionais). Se houver apenas um can-

didato ou possivelmente nenhum deles estiver disponível, então este deve ser adiada pelo supervisor geral, em consulta com os presbíteros gerais para ajudar a chegar a três indicados .

g. Os presbíteros internacionais fazem a seleção dos novos presbíteros gerais com base no princípio de “comum acordo” (Minutas da 88ª Assembleia, 1994, p. 153). Seria de esperar que o novo presbítero geral estaria disposto a mudar-se para onde quer que seja necessário, a fim de melhor exercer as suas funções.

2. O supervisor geral, o diretor do departamento de missões globais, dois designados escolhidos pelo Presbitério Internacional, e o presbítero geral de áreas com candidatos formarão o grupo de qualificação para presbíteros gerais. Nenhum indivíduo que serve no grupo de qualificação se apresentar-a para o cargo de presbítero geral. Eles agirão de forma semelhante ao grupo de qualificação para o supervisor geral ao analisar potenciais candidatos e ao apresentar-lhes o Presbitério Internacional para consideração.

3. Quando ocorrem vagas, o supervisor geral com o respectivo grupo de pluralidade dessa área vai decidir como esse trabalho deve ser realizado até uma nova seleção ser feita.

4. A Assembleia permite que as qualificações dos presbíteros gerais são essencialmente as mesmas do supervisor geral.

5. Uma vez que o supervisor geral chama para uma sessão do Presbitério Internacional para selecionar um presbítero geral, um secretário e três conselheiros devem ser escolhidos pelo Presbitério Internacional para servir no processo de seleção.

6. Pessoas escolhidas como presbíteros gerais seriam anunciados e apresentados à Assembléia Internacional na primeira oportunidade após a sua seleção. Quando aplicável, presbíteros gerais seriam formalmente apresentados a suas respectivas áreas. Uma cerimônia de instalação apropriada deve ser concebida em qualquer caso.

7. Todos os presbíteros gerais são selecionados pelo Presbitério Internacional e devem ser avaliados a cada quatro anos pelos bispos em sua área do mundo onde foram atribuídos. Eles podem ser mantidos após este processo de avaliação, caso seja recomendado pelos presbíteros internacionais, ou eles podem ser substituídos, a critério do mesmo corpo. Quando o supervisor geral sente um forte sentimento de uma necessidade de uma mudança de um presbítero geral, ele deveria primeiro falar com o indivíduo pessoalmente pedindo-lhe para considerar a rotatividade, se eles concordam em seguida, o processo de substituição começaria. Se não, o

supervisor geral deve trazer isso para a atenção de suas respectivas áreas para que eles orar e considerar. Se os presbíteros de área não concordam e ele ainda sente uma forte carga para uma necessidade de mudança, o supervisor geral em consulta com os presbíteros gerais, em seguida, pode apresentar essa convicção aos presbíteros internacionais para a sua consideração. É imperativo mantermos a liderança ungida e dinâmica em todos os níveis .

Conselho de Revisão de Presbíteros

O conselho de revisão reúne antes de cada Assembleia para avaliar, quando for o caso, o supervisor geral ou presbíteros gerais de acordo com o prazo da sua seleção. O supervisor geral iniciará a avaliação dos presbíteros gerais instruindo o conselho de revisão para começar seu processo de envio de materiais para as respectivas áreas. No caso dos presbíteros gerais, a avaliação deve seguir pelos seus supervisores. A avaliação pelos supervisores em diversas áreas do mundo do seu respectivo presbítero geral deve ser implementado por este conselho de revisão, que vai preparar, distribuir, receber e reter os formulários preenchidos e reportar suas conclusões aos presbíteros internacionais. O conselho de revisão será composto por seis membros que servirão por quatro anos e serão escolhidos pelo seguinte processo:

- O supervisor geral deverá escolher dois membros que não estejam diretamente sob sua nomeação.
- Dois membros serão escolhidos pelos presbíteros em geral que não são membros do Presbitério Geral.
- Dois membros serão escolhidos pelos presbíteros internacionais dentre o eleitorado do Presbitério Internacional.

Todos os membros deste conselho de revisão serão bispos em boa posição e dispostos a aceitar esta responsabilidade. Sua seleção deve ser feita pelo Presbitério Internacional na reunião de pré-Assembleia, e eles começam as suas funções após a respectiva Assembléia. Este conselho de revisão não será remunerado para esta função especial, exceto suas despesas diretamente relacionadas com o exercício dessas funções.

A avaliação geral da pessoa que serve como supervisor geral deve ser iniciado pelos outros membros do presbitério geral em seu sexto ano, e sua avaliação de quatro anos iniciado por ele, mas estas devem ser realizadas pelo Conselho de Revisão. As formas de avaliação serão enviados pelo conselho de revisão (a) no caso do supervisor geral, aos presbíteros gerais e os diretores de ministérios

internacionais, e (b) no caso dos presbíteros gerais, para o supervisor geral e os supervisores em sua área específica. Estas avaliações devem ser feitas e concluídas pelo menos três meses antes do fim do mandato do presbítero geral (quatro anos), e pelo menos seis meses antes do fim do mandato do supervisor geral (seis anos). Aqueles que estão sendo avaliadas devem ser devidamente notificadas de forma mais adequada e respeitosa e podem incluir palavras de louvor, admoestação e conselhos. Essas palavras devem ser recebidas dentro do espírito de fraternidade e responsabilidade do Novo Testamento. Aqueles que estão sendo avaliadas podem, posteriormente, solicitar uma entrevista com o conselho de revisão para fins de compartilhamento e esclarecimento, para que todos possam aprender uns com os outros em espírito de humildade, e beneficiar-se mutuamente a partir deste processo.

Desde que a Assembléia Internacional proveu uma avaliação da pessoa que serve como supervisor geral “pelo menos de seis em seis anos”, acreditamos que este processo vai ajudar a facilitar essa exigência, bem como aplicar seus princípios a outras áreas do ministério. Nossas Assembléias atualmente são a cada dois anos para que o momento mais adequado para a avaliação geral do supervisor geral pelo Presbitério Internacional, seria pouco antes da terceira sessão da Assembleia, e toda terceira Assembleia depois. Esta opção deve ser ajustado somente se houvesse uma mudança de frequência de Assembleia ou outra razão urgente (como um pedido de demissão pelo supervisor geral).

Definição do Processo:

Uma revisão, por natureza, inclui a avaliação sobre a forma como um indivíduo está cumprindo as metas prescritas, atuando em funções administrativas, alcançando o desenvolvimento espiritual e profissional, demonstrando responsabilidade perante a equipe, proporcionando liderança inspiradora, e manuseio de relações interpessoais. Essa avaliação é compartilhada em um espírito de ajudar o Presbítero elogiar e afirmar os seus pontos fortes e revelar fraquezas que podem prejudicar sua eficácia. Esta deve ser oferecida como sábio conselho para encorajá-lo a melhorar seu serviço a Deus e aos outros. A avaliação e posterior reunião com o conselho de revisão deve ser banhado em muita oração e camaradagem para fomentar um espírito de conselho e apoio amoroso. Essa avaliação deve ser da responsabilidade primeiro do conselho de revisão que vai lidar com a implementação deste processo em áreas específicas onde presbíteros gerais servem nessa capacidade. Eles também se reunirá com presbíteros gerais em um lugar prescrito e tempo acordado com antecedência para realizar a avaliação. As conclusões e determinações do conselho de revisão deve ser compartilhada com

o presbítero que está sendo avaliado para esclarecer questões e buscar a compreensão de oração antes de apresentar a sua recomendação para o Presbitério Internacional para decisão. Posteriormente, o supervisor geral e todo o Presbitério Internacional terá autoridade final para reter/ substituir presbíteros gerais. Desde que retenção ou substituição do supervisor geral ou presbíteros gerais exige a aprovação do Presbitério Internacional, o “Processo de Apelo Ministerial” não se aplica a suas posições.

Grupo de qualificação

Quando surge a necessidade de um novo presbítero geral, o “grupo de qualificação” deve desempenhar a sua função, da mesma maneira como fazem para seleção do supervisor geral (ver p. 109, seção A5). A pesquisa e as informações recolhidas devem ser mantidas em sigilo e os nomes qualificados submetidos aos presbíteros internacionais. O objetivo do grupo de qualificação é qualificar candidatos e pessoas presentes aos presbíteros internacionais que farão a seleção final. O grupo de qualificação não é uma comissão permanente, mas atende apenas para os bastidores e levantamento de registros para o processo de seleção. Quando a necessidade de ativação deste grupo surge periodicamente, será composta pelo supervisor geral, os diretores de ministérios internacionais, dois designados selecionados a cada quatro anos pelos presbíteros internacionais e o presbítero geral área específica que tem candidatos (a menos que os presbíteros gerais tenham se desclassificado por opção ou ações que os removam). Nenhum indivíduo que serve aí se qualifica para o cargo de presbítero geral.

Tendo em vista o contínuo desenvolvimento e amadurecimento processo da pluralidade e da “liderança compartilhada” entre nós, especialmente no âmbito da liderança mundial da Igreja de Deus da Profecia, ajustes dentro da estrutura e trabalho da revisão dos presbíteros é essencial. Parece imperativo que o grupo de qualificação deve ser separado do conselho de revisão para manter a integridade e harmonia no seio das diversas áreas do ministério de nossa Igreja.

D. DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS PRESBÍTEROS GERAIS

Responsabilidades administrativas

1. Liderança Global -Para trabalhar com o supervisor geral no fornecimento de liderança compartilhada para a igreja em todo o mundo no cumprimento de sua missão ordenado por Cristo (Minutas da 88ª Assembléia, 1994, p. 155).

2. Supervisão-Supervisionar o trabalho da Igreja em sua área. Isto irá, claro, ser feito em conjunto com o supervisor geral, à medida que cada um destes estará sob a ordem da pluralidade.
3. Licenciamento-Direcionar o licenciamento de ministros em sua área.
4. Desenvolvimento de Liderança-Facilitar o impulso para a formação de ministros em sua área em todos os níveis e assegurar a comunicação eficaz das decisões da Assembléia para os líderes dentro de suas áreas de responsabilidade.
5. Avaliações -conduta de Avaliação do ministério de supervisores nacionais/ regionais sobre eficácia geral em sua área como um todo.
6. Disciplina - Fornecer meios para a disciplina de bispos ou outros ministros, onde não há liderança presbiterial. Este seria provavelmente através de um conselho de revisão área ou órgão similar.
7. Pluralidade de Área - Criar um corpo de liderança para a área que reflète a pluralidade na tomada de decisões.
8. Pluralidade Nacional - Trabalho para incentivar a prática de pluralidade na área.
9. Colocação-Orar e iniciar o processo de substituição do supervisor geral, conforme descrito no documento Governança.
10. Ações da Assembléia-Liderar sua área no entendimento e implementação de ações da Assembleia.
11. Fluxo de fundos - Coordenar o movimento e desembolso de fundos para a região e para os tesoureiros nacionais.
12. Relatando-Monitor o relatório das nações para garantir um fluxo contínuo de informações valiosas que fornece o conhecimento exato do estado da Igreja em cada nação.
13. Orçamento-Tomar decisões orçamentárias para a área de forma contributiva para a pluralidade.
14. Responsabilidade - Desenvolver e manter um sistema unificado de gestão e prestação de contas dentro da sua área.
15. Parceiros de Colheita - Liderar em promover e facilitar o trabalho dos supervisores em sua ligação com igrejas parceiras na Colheita.
16. Legal - Confirmar e ajudar a salvaguardar a posição jurídica da Igreja em cada nação.

Responsabilidades Inspiracionais

1. Visão - Buscar a Deus para a liderança visionária necessária na região. Isto também pode ser feito em uma pluralidade de liderança.
2. Estratégia-Trabalhar com os bispos como um todo ou o corpo de liderança plural de conselheiros para coordenar estratégias para a área geral.
3. Alcance- Liderar a área no alcance das regiões inalcançadas à medida em que Deus abre portas e com ênfase sistemática. Plantação de Igreja seria, certamente, um método importante aqui.
4. Ministérios preliminares - Dar liderança inspiradora para os ministérios principais, bem como outros inspirados do Espírito. Estes, certamente, incluem Oração, Louvor/ Adoração e Guerra Espiritual, Evangelismo/ Missões, jovens, crianças, e do Ministério da Família.
5. Pastoral - Fornecer liderança pastoral e ministério para os supervisores de sua área.
6. Presença-Seja uma presença visível representando a Igreja universal e pela Assembleia.

Liderança nas nações da sua área

1. Conferências- Delinear e realizar reuniões com os líderes da área, e, possivelmente, representantes de além, para companheirismo, informação, formação, inspiração, compartilhar a visão, diálogo, e outras funções melhor feito neste cenário.
2. Recrutamento-Avaliar a necessidade de trabalhadores na área e trabalhar com as Missões Globais do Departamento ou presbíteros gerais de outras áreas para recrutar aqueles de qualquer regiões possível.
3. Comunicação-Comunicar como porta-voz das necessidades, vitórias, oportunidades e tudo o que construirá pontes de cooperação entre as várias áreas dos ministérios da Igreja.
4. Discernimento-Buscar continuamente a Deus por discernimento para ver o contexto cultural único das nações na área e como estes podem ser tecidas no trabalho do Evangelho e vida da igreja, ou como eles podem melhorar o nosso corpo universal.

Responsabilidades globais

1. Avaliação-Sentar-se regularmente com todos os presbíteros gerais na pluralidade de liderança para analisar, discutir e contribuir no status global da Igreja.

2. Assembléia - Trabalhar como presbítero geral no fornecimento de liderança para a Assembléia Internacional da Igreja.
3. Intermediar - Conectar-se com outras áreas para criar harmonia e unidade no ministério e nas essências doutrinárias.
4. Responsabilidade - Receber conselhos de outros presbíteros gerais relativos à sua área do Presbitério Geral.
5. Serviço - Servir a Igreja universal através de compartilhar a carga da igreja em cumprir o seu mandato e chegar ao seu destino nesta era.
6. Facilitação-Facilitar o fluxo de serviços de inspiração que vêm dos Escritórios Internacionais, bem como dar uma resposta como a ajuda mais eficaz possível.
7. Representação-Trazer para as reuniões do presbítero geral uma representação das necessidades, visões e dons de sua área que têm o seu lugar no corpo.

Em todas as questões do trabalho dos presbíteros em geral, devem ter envolvimento em assuntos antes do supervisor geral para consulta, decisão, ou disseminação. Enquanto eles devem estar disponíveis para consulta ao supervisor geral, em nenhum momento devem os presbíteros gerais usurpar a autoridade em uma área específica atribuída ao supervisor geral, nem interferir nas operações internas ou coesão ministerial de uma área atribuída a outro presbítero geral. Onde questões desse “equilíbrio de pluralidade” foram ultrapassadas, todos os escritórios envolvidos devem trabalhar com este através do respeito mútuo e da oração. Se o problema não puder ser resolvido, o supervisor geral ou presbíteros gerais podem trazer essas questões à atenção do Presbitério Internacional em sua próxima sessão. O Presbitério Internacional devem sempre servir como servos do Senhor e da Assembleia e se responsabilizar tanto pelo o supervisor geral e os presbíteros gerais para as suas posições de honra (A Governança do Presbitério, 2008, pp 6-16) .

X. ALTERAÇÕES NO SISTEMA FINANCEIRO PRESENTE

Alterações no Sistema Financeiro Presente como atualmente listadas na Ata da 95ª Assembléia Internacional (pp. 72-77).

Preâmbulo:

Desde a nossa última Assembleia, temos experimentado tempos sem precedentes (ou seja, com exceção da Grande Depressão) através do curso de eventos que ocorreram no segundo semestre de 2008, resultando em um declínio econômico

mundial. Nossos membros da Igreja não foram intocáveis por estes desenvolvimentos. De fato, vários estão experimentando reveses financeiros por causa do desemprego, da redução do seu horário de trabalho, fechamento de empresas etc. No entanto, muitos estão descobrindo que estes são os tempos para nos dedicar ao exercício de uma administração responsável, que inclui o dízimo e oferta. Não obstante uma ligeira queda (ou seja, pouco menos de quatro por cento) no total de dízimos recebidos anualmente nos escritórios internacionais, tem havido alguns meses recordes durante esse período (ou seja, abril de 2009 é um dos cinco melhores meses em recorde de mais dízimos pagos). Citando o nosso diretor de Ministérios de Mordomia, “mordomos fiéis não dão menos em tempos de crise econômica; eles dão mais. Inúmeros pastores têm compartilhado comigo que suas igrejas estão experimentando registro recorde de dízimos e ofertas... Os escritórios internacionais estão recebendo quantidades recordes de dízimos das igrejas locais. Esta bênção vem de corações puros e mãos limpas de mordomos fiéis, que aprenderam que o dízimo e ofertas são a única maneira confiante para atravesssar recessões, necessidade financeira, e relatórios diários de ruína financeira que ocorrem ao nosso redor” (Jan Couch, “Dízimar e Ofertar traz paz” Mensageiro Asa Branca, vol. 87, nº 12, julho de 2009, pp. 4, 5). O Comitê de Finanças e Gestão expressa a nossa gratidão a todos os nossos membros, pastores e igrejas que estão dízimando fielmente e ofertando generosamente para o sistema financeiro atual da nossa Igreja. Vamos ficar juntos nas promessas de cuidado de Deus por nós, como mencionado pelo salmista Davi: “Fui moço e agora sou velho; mas nunca vi desamparado o justo, nem a sua descendência a mendigar o pão. Compadece-se sempre, e empresta, e a sua descendência é abençoada” (Salmo 37:25, 26). Também, à medida que enfrentamos coletivamente os desafios diante de nós, vamos juntos orar pelo seguinte: 1) para Deus nos revelar o Seu plano: “Certamente o Senhor Jeová não fará coisa alguma, sem ter revelado o seu segredo aos seus servos, os profetas” (Amós 3:7); 2) para que Deus nos instrua: “Clama a mim, e responder-te-ei e anunciar-te-ei coisas grandes e firmes, que não sabes” (Jeremias 33:3); 3) para a sabedoria divina se manifestar no meio de nós: “dos filhos de Issacar, destros na ciência dos tempos, para saberem o que Israel devia fazer...” (1 Crônicas 12:32); e 4) para ficar no conselho de Deus: “Mas, se estivessem no meu conselho, então, fariam ouvir as minhas palavras ao meu povo, e o fariam voltar do seu mau caminho e da maldade das suas ações” (Jeremias 23:22).

Remuneração Pastoral e de Supervisor

Justificativa: Quando um aumento de verbas é considerado por um supervi-

sor ou pastor, atualmente deve ser 1) estudado e aprovado por meio de uma força-tarefa de ministros (ou seja, escolhidos pelos ministros pagantes de dízimo na convenção) ou uma força-tarefa de membros (ou seja, escolhidos pela conferência da igreja) que estão servindo por um período de dois anos, ou 2) se recomendado pelo Comitê de Finanças e Mordomia, qualquer aumento deverá ser aprovado na convenção nacional/ regional/ estadual (ou seja, por ministros pagantes de dízimo) ou na conferência de igreja local, respectivamente (pp. 72, 73 das minutas da 95ª Assembleia). Algumas convenções e conferências têm achado este procedimento ser funcional para eles e continuam a usá-lo de forma eficaz, no entanto, essa camada adicional de prestação de contas se mostrou a ser inconveniente, impraticável e pesado para a maioria. Como resultado, 75 por cento dos escritórios nacionais/ regionais/ estaduais pesquisadas e muitas igrejas locais têm procurado métodos mais eficientes (fonte: Comitê de Finanças e Mordomia, Levantamento Financeiro “instantâneo”, novembro de 2008). Na verdade, isto tem se mostrado mais viável para eles em vez de capacitar seu Comitê de Finanças e Mordomia (ou seu equivalente) autorizar um pacote de remuneração adequada para o supervisor ou pastor, correspondentemente, independente de sua convenção ou conferência. Além disso, eles têm demonstrado com sucesso que a responsabilidade pode ainda ser conseguida utilizando esta ou uma abordagem alternativa similar. Com isso em mente, talvez seja apropriado agora dar oficialmente os escritórios intermediários e as igrejas locais mais flexibilidade quando se considera pacotes de compensação para o supervisor ou pastor. Especificamente, a convenção e/ ou conferência poderia imbuir seu Comitê de Finanças e Mordomia (ou seu equivalente) para funcionar como seu agente fiduciário da prestação de contas, como já está acontecendo de forma eficiente em muitos países/ regiões/ estados e igrejas locais. Desta forma, tais convenções e/ ou conferências podem eleger para facilitar este processo, ao mesmo tempo atender as normas de prestação de contas do escritório intermediário ou igreja que está sendo servido.

Recomendação: Nas páginas 72, 73, das Minutas da 95ª Assembleia, na seção Remuneração Pastoral e de Supervisor, exclua a quarta frase do parágrafo 3º, como é atualmente listado:

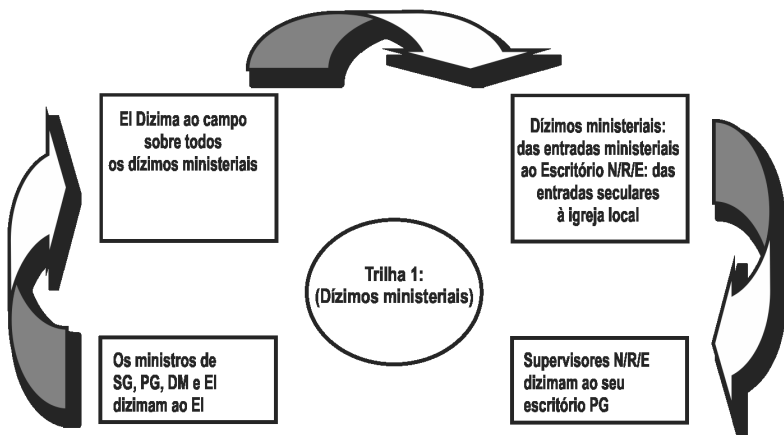
“... Se a Comitê de Finanças e Apropriações Orçamentárias (agora Finanças e Mordomia) para a nação, região, estado, ou igreja local é usado para considerar a compensação pastoral ou supervisor, qualquer aumento da remuneração, o mérito, ou o ajuste do custo de vida deve ser aprovado pelos ministros pagar o dízimo para o escritório (nação, região ou estado) em sua convenção...” E insira as seguintes frase em seu lugar: “... Se a Comitê de Finanças e Mordomia (ou equivalente) para a nação, região, estado, ou igreja local for investido com

a autoridade delegada da convenção ou conferência, correspondentemente, a considerar a compensação de supervisor ou pastoral (isto é, para além da atual atribuição anual fixada pelo Comitê Administrativo), então qualquer aumento de remuneração, mérito, ou ajuste do custo de vida pode ser aprovado por este mesmo grupo de comissionados, que está servindo como o agente fiduciário de prestação de contas para a convenção ou conferência que está servindo, caso contrário, qualquer aumento (ou seja, para além da atribuição anual atual definido pela Comissão Administrativa), em compensação, mérito, ou ajuste do custo de vida deve ser aprovado por uma força-tarefa, como explicado acima, através dos ministros para que o escritório (nação, região ou estado) em sua convenção ou pelos membros que pagam o dízimo para a igreja local em sua conferência regular, respectivamente. No entanto, o Comitê de Finanças e Mordomia (ou equivalente) não está autorizado a aumentar a compensação do supervisor ou pastoral (isto é, para além da atribuição anual atual definido pelo Comitê Administrativo) nos casos quando e onde o escritório nacional, regional, estadual ou locais têm pessoal que são complementadas por fontes externas de seus escritórios e/ ou convenções/ conferências. Nesses casos, dito pessoal está sujeito às decisões da Comissão de Finanças e Mordomia (ou equivalente) dos escritórios que complementam os fundos...”

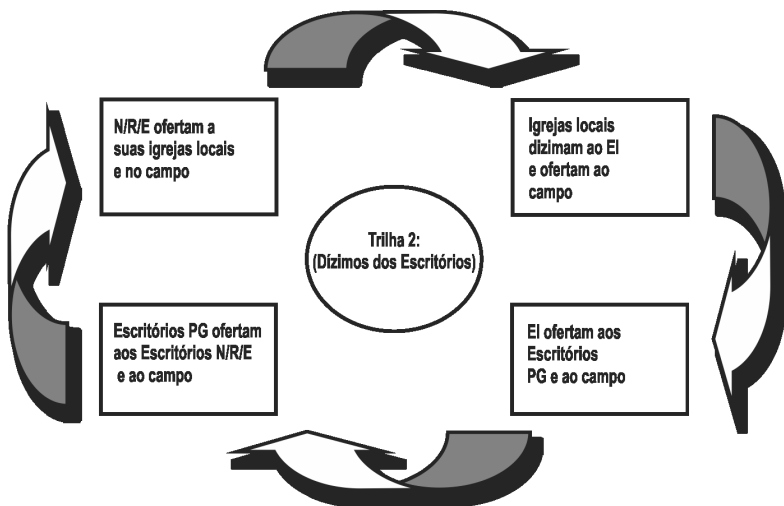
Fluxograma/ Diagrama do Presente Sistema Financeiro

Justificativa: O seguinte diagrama do Presente Sistema Financeiro é oferecido como uma ajuda visual adicional ao existente Fluxograma do Sistema Financeiro Presente. O foco do diagrama é para trazer mais clareza sobre o procedimentos de dízimo/ ofertas entre os ministros e vários escritórios da igreja. Estas ilustrações (ou seja, fluxograma e diagrama) devem ser atualizados automaticamente pelo Comitê de Finanças e Mordomia da Assembléia à medida em que ocorrem as mudanças aprovadas.

Recomendação: Na página 77, das Minutas da 95ª Assembleia, na seção Fluxograma/ Diagrama do Presente Sistema Financeiro, coloque a nova ilustração (diagrama a seguir), que irá complementar a ilustração atual (o fluxograma existente), que agora está localizado na página 77 das Minutas da 95ª Assembléia.



EI = Escritórios Internacionais
 N/R/E=Nacional/ Regional/Estadual
 SG=Supervisor Geral
 PG=Presbitério Geral
 DM=Diretor de Ministérios
 *veja Colocação de Dízimos no Sistema Financeiro Atual



Estudo do Sistema Financeiro Atual

Justificativa (Razão de Estudos): O Comitê de Finanças e Mordomia tem estudado o Sistema Financeiro, durante quatro anos. Este sistema atual foi adotado em 1994 e transicionado para a plena aplicação ao longo de um período de sete anos (1994-2000). Este foi um esforço para reestruturar (ou seja, simplificar) os Escritórios Internacionais e ao mesmo tempo descentralizar mais os ministérios e recursos para as igrejas locais, que estavam a tornar-se mais vibrantes e equipados para descobrir e realizar a sua missão única na comunidade onde eles estão situados. O resultado desta transição significativamente redirecionou e/ ou reduziu os percentuais de dízimos e ofertas-chave para os escritórios intermediários (ou seja, os Escritórios nacionais/ regionais/ estaduais) e escritórios internacionais e voltou para as igrejas locais. Apesar de não ser o reflexo de todas as mudanças, o seguinte resumo inclui as principais mudanças que ocorreram no período de 1994 até agora:

Igreja Local

- Ganho de dez por cento em dízimos da igreja local (de 80 para 90 por cento)
- Ganho de 35 por cento em dízimos excedentes locais (de 65 por cento para 100 por cento)

Escritórios nacional/ regional/ estadual

- A perda de todos os dízimos da igreja local dentro da região/ estado (a partir de dez por cento para zero por cento nos EUA e Ilhas Virgens; no entanto, a maioria das nações reteram dez por cento de suas igrejas locais, no interesse da boa administração {isto é, em que as restrições monetárias são impostas pela maioria das nações sobre os montantes dos fundos que podem ser transferidos internacionalmente e/ ou devido às taxas de câmbio monetário caros entre os países})
 - A perda de todos os dízimos excedentes das igrejas locais dentro da nação/ região/ estado (de 25 por cento para zero por cento)
 - Perda de um por cento das ofertas missionárias dentro da nação/ região/ estado (a partir de dez por cento para zero por cento)
 - Ganho de todos os dízimos do ministério dos ministros dentro da sua área nacional/ regional/ estadual
- Ganho de todas as ofertas de colheita e desenvolvimento de liderança

- Ganho de todos os dízimos do ministério dos supervisores nacional/ regional/ estaduais nos Escritórios do Presbitério Geral sua respectiva área de Presbitério Geral

Escritórios Internacionais

- Perda de um por cento dos dízimos excedentes de todas as igrejas locais (a partir de dez por cento para zero por cento)
- A perda de todos os dízimos do ministério dos ministros que servem a nação/ região/ estado
- A perda de todos os dízimos do ministério dos supervisores nacional/ regional/ estadual
- Perda das ofertas de ajuda dos ministérios da igreja
- Retenção de dez por cento dos dízimos de todas as igrejas locais
- Retenção de todos os dízimos de ministros sob nomeação geral (nos escritórios internacionais e presbíteros gerais)
- Retenção de 100 por cento da Membresia do Ministério do Patrimônio (anteriormente CPMA)
- Ganho de 100 por cento das Ofertas de Missões e Parceiros da Colheita

Embora as igrejas locais e os escritórios internacionais têm sido bem sucedidos em adaptar a essas mudanças, os escritórios intermediários (isto é, em particular, os Escritórios Nacionais/ Regionais/ Estaduais da América do Norte) foram negativamente impactados por elas. Na verdade, é da América do Norte que o Comitê de Finanças e Mordomia continua a receber informações e pedidos de supervisores que expressam preocupações sobre como o sistema atual está impactando-os negativamente. Devido a estas preocupações levantadas nesses escritórios intermediários, o foco de nossas pesquisas tem sido direcionada para a América do Norte, em oposição à Igreja em geral. Não obstante, durante o curso de nosso estudo, todos nós experimentamos uma crise econômica mundial no segundo semestre de 2008, agravando ainda mais a situação.

Justificativa (Confiabilidade de estudo): Desde 2006, a Comissão de Finanças e Mordomia realizou quatro pesquisas para solicitar entrada do “campo”, sobre o Sistema Financeiro Presente e se está ou não operando com sucesso. O alvo primário têm sido os Escritórios Nacionais/ Regionais/ Estaduais da América do Norte sobre o impacto do Sistema Financeiro presente entre esses escritórios intermediários. Recentemente consultados também foram os pastores locais

sobre o impacto a nível local (ou seja, a pesquisa convidou participação internacional, mas padronizada, para uma reflexão de pastores da América do Norte, em virtude das respostas internacionais limitadas). Os nomes e confiabilidade destes quatro levantamentos em nosso estudo são os seguintes:

1. Demonstrações financeiras anuais de 2006 da América do Norte (Fevereiro de 2007) tem um nível de confiança de 90 por cento com uma margem de +/- 11,1 por cento de erro.
2. A entrada dos Escritórios Nacionais/ Regionais/ Estadual da América do Norte no Sistema Financeiro Presente (fevereiro de 2007) tem um nível de confiança de 90 por cento com uma margem de +/- 11,8 por cento de erro.
3. Pesquisa Financeira Instantânea dos Escritórios Nacionais/ Regionais/ Estadual da América do Norte (Novembro de 2008) tem um nível de confiança de 90 por cento com uma margem de +/- 13,5 por cento de erro.
4. Pesquisa com pastores pela Internet (Pastores da América do Norte) (Junho de 2009) tem um nível de confiança de 90 por cento com uma margem de +/- 5,3 por cento de erro.

Os níveis de confiança associados a essas pesquisas são figurados da população disponível para participar, em comparação com os participantes atuais no levantamento. Estas estatísticas de confiabilidade foram gerados a partir de uma calculadora de amostra (ou seja, www.custominsight.com/artigos/random-sample-calculator.asp). A maneira de interpretar essa confiabilidade é explicado da seguinte maneira: Se houver um nível de confiança de 90 por cento, com uma margem de erro de +/- 5,3 por cento, a mesma pesquisa, realizada 100 vezes, produziria os mesmos resultados, 90 vezes 100, dentro de uma margem de erro +/- 5,3 por cento. Como é evidente a partir desses níveis de confiança e margem de erro, essas pesquisas são reflexos de confiança das situações reais agora encontrados nos escritórios locais e intermediários na América do Norte.

Justificativa (Resultados do estudo): Os seguintes fatos importantes e comentários foram obtidos a partir de nosso estudo através destes quatro levantamentos do “campo”:

Levantamento 1, Demonstrações Financeiras Anuais de 2006 da América do Norte (fevereiro de 2007): as revelações chave neste estudo mostram que um número significativo (até o momento, cinco dos 28 escritórios ou 18 por cento se tornaram insolventes) de escritórios de intermediários na América do Norte estão em perigo de colapso financeiro via insolvência.

Os dados apoiam essa projeção apertada:

1 Trinta por cento dos Escritórios Nacionais/ Regionais/ Estadual da América do Norte informou que seu déficit anual (ou seja, as despesas superiores a receitas) está esgotando suas reservas e que três ou quatro se tornaria insolvente dentro de dois a quatro anos (isto é, 2008-2010), e cinco ou seis deles se tornaria insolvente em 2016. (Em 2008-2009, cinco desses escritórios tornou-se insolvente e exigiu um “resgate” dos Escritórios Internacionais e Escritórios Presbitério Geral América do Norte.)

2 A única razão que muitos Escritórios Nacionais/ Regionais/ Estadual da América do Norte sobreviveram à transição ou mudança de paradigma para o Sistema Financeiro Presente sem vender propriedades valiosas é devido a eles terem começado com enormes reservas de dinheiro.

3 Várias (cerca de 1/3) dos Escritórios Nacionais/ Regionais/ Estadual da América do Norte estão agora com “status de missão” ou que necessitam de apoio financeiro desde a criação do Sistema Financeiro Presente em 1994.

Levantamento 2, Entrada dos Escritórios Nacionais/ Regionais/ Estadual da América do Norte no Sistema Financeiro Presente (fevereiro de 2007): A maioria dos escritórios intermediários acreditam que o sistema financeiro atual está trabalhando contra eles, não para eles. Esta pesquisa revela que a maioria dos supervisores gostariam de ver algumas mudanças na estrutura financeira atual.

1 Quase 2/3 (61 por cento) de todos os Escritórios Nacionais/ Regionais/ Estadual da América do Norte informou que o Sistema Financeiro atual está funcionando mal (ou justo na melhor das hipóteses) para eles e que algo deve ser introduzido pela Assembléia 2008 e implementado imediatamente para impedi-los de se tornar insolventes.

2 Os supervisores Nacionais/ Regionais/ Estadual da América do Norte recomendaram que seu pagamento do dízimo aos seus respectivos Escritórios Presbitério Geral, em detrimento dos Escritórios Internacionais, pode gerar alguns fundos para ajudar seus companheiros lutando nos escritórios Nacionais/ Regionais/ Estadual da América do Norte.

3 Os supervisores sublinham que os dízimos ministeriais para os seus Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual são a principal fonte de financiamento no nível intermediário e aqueles ministros que tomam gastos

excessivos ou duvidosos devem ser desafiados. Também, os ministros que não dizimam a seus escritórios nacionais/ regionais/ estaduais devem ser persuadidos a fazê-lo.

4 Vários supervisores compartilharam idéias sobre como redividir as porcentagens de dízimos da igreja local. A seguir estão as três sugestões mais importantes:

- a. Ter igrejas enviando dez por cento dos dízimos para Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual; ter Escritórios Nacionais/ Regionais/ Estadual enviar dez por cento dos dízimos para Escritórios Internacionais. (Cálculos desta opção seria aumentar o orçamento nos escritórios Nacional/ Regional/ Estadual esmagadoramente em cerca de 1.700 por cento e reduzir o atual orçamento Escritórios internacionais em cerca de 90 por cento. Esta opção parece ser muito radical, uma vez que diminui drasticamente os fundos para o Escritórios Internacionais.)
- b. Ter igrejas enviando cinco por cento dos dízimos para Escritórios Nacionais/ Regionais/ Estaduais e enviar cinco por cento dos dízimos para Escritórios Internacionais. (Cálculos para esta opção seria aumentar o orçamento para os Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual em cerca de 800 por cento [exceto nos casos em que uma porcentagem suplementar está sendo recebida no nível intermediário, caso em que o aumento projetado seria menor] e reduzir o atual orçamento dos escritórios internacionais em cerca de 50 por cento. Esta opção parece impraticável, uma vez que exigiria enorme reestruturação e redução nos escritórios internacionais. Além disso, parece injusto em que os dízimos do ministério seriam todos enviados para os escritórios intermediários. Se compartilhar meio a meio dos dízimos da igreja seria equitativa entre os escritórios de intermediários e os escritórios Internacionais, então também pareceria, dividir igualmente os dízimos ministério agora enviados para os escritórios intermediários com os escritórios Internacionais, meio a meio).
- c. Ter igrejas enviando 6,5 por cento de seus dízimos para Escritórios Internacionais e 6,5 por cento de seus dízimos para Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual. (Cálculos para esta opção seria aumentar o orçamento para os Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual em cerca de 1.100 por cento e reduzir o atual orçamento dos Escritórios internacionais em cerca de 35 por cento. Também, teria algum impacto na igreja local, com uma perda adicional de três por cento dos dízimos. Esta opção, ou um semelhante, parece mais justa

e realista. No entanto, os Escritórios Internacionais seriam desafiados a expandir a sua reestruturação e redução ao longo de um determinado período de anos para acomodar tal redistribuição de porcentagens.)

5. Redirecionar 100 por cento da oferta de suporte ministérios da igreja a cada um dos Escritórios do Presbitério Geral para operações e alcance. (Esta oferta foi finalmente desfeita e substituída pela oferta de colheita e Desenvolvimento de Liderança, que é enviado os 100 por cento aos Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual.)

6. Permitir que os escritórios Nacionais/ regionais/ Estaduais da América do Norte que estão lutando financeiramente para serem vistos e designadas como missão e elegíveis como um Parceiro da Colheita para outras nações/ regiões/ estados para se conectar com e enviar-lhes fundos Nível Um (ou seja, os fundos operacionais básicos), além de Nível Dois (ou seja, projetos especiais) que podem agora ser enviados. (Essa opção era inicialmente para ser apresentado a 95ª Assembléia Internacional, mas, depois de muito debate, foi retirado do Relatório de Finanças e Mordomia).

7. Aumentar a prestação de contas da utilização dos recursos financeiros em todos os níveis.

8. Os supervisores nacional/ regional/ estadual que participaram no levantamento são unânimes em seu acordo de que mais fundos precisam fluir para os Escritórios do Presbitério Geral da América do Norte e os Escritórios nacional/ regional/ estadual. Estes bispos sugerem ainda que os Escritórios Internacionais conduzam uma revisão da estrutura organizacional atual (ou seja, da política e finanças) e os vários ministérios (ou seja, a missão e função) em todos os níveis. O objetivo seria identificar quais ministérios operaam otimizados em que nível (ou seja, local, intermediária, Presbitério, internacional). Também, tal revisão, possivelmente, torna-se um catalisador para alguma reforma ou modificação de nossa configuração organizacional atual, juntamente com uma possível redefinição da missão e alcance de alguns dos nossos ministérios operacionais. Todos os ministérios que podem estar em duplicidade poderia ser identificado e redefinido ou designado para o nível em que funcionariam de forma mais eficiente e prática.

9. Os supervisores pesquisados são divididos igualmente (50 por cento-50 por cento) sobre o seu apoio a um conceito pastor/supervisor para

os estados menores. Aqueles que tentaram isso na prática tendem a opor-se como bastante não prático enquanto que aqueles que estão abraçando-o em teoria estão abertos a dar-lhe consideração. Os comentários esmagadoramente favoráveis de um conceito pastor/supervisor para um estado menor citam os seguintes benefícios: 1) a área mantém a sua identidade, destino, missão e singularidade; e 2) existem algumas poupanças financeiras em que uma igreja forte poderia fornecer o pagamento ao pastor/supervisor assim liberando outros fundos de área comum para uso operacional ou alcance. As principais objeções para o conceito pastor/supervisor citam estas preocupações: 1) a fusão dos diferentes papéis, missões e responsabilidades do pastor local com as de um supervisor trans-local; 2) as frustrações, conflitos e obstáculos que surgem de ser tanto um pastor com uma missão foco local e ter uma congregação com as necessidades (por exemplo, uma família em crise que precisa de cuidado pastoral urgente) justapostos com o tempo necessário como supervisor de construir relacionamentos, abrir novos campos, plantar igrejas, e estar disponível para dezenas de pastores dentro de uma ampla área geográfica que têm também necessidades urgentes (por exemplo, uma igreja em crise que precisa de um pastor)

Levantamento 3, Pesquisa Financeira Instantânea dos Escritórios Nacionais/ regionais/ Estaduais da América do Norte (Novembro de 2008): Os principais conhecimentos adquiridos por esta pesquisa são os seguintes:

1. A maioria (75 por cento) dos Escritórios intermediários optaram por usar métodos alternativos responsáveis (diferentes das atuais decisões da Assembléia Internacional) ao designar o pacote de compensação para o seu supervisor nacional/ regional/ Estadual.
2. Os escritórios intermediários continuam a lutar financeiramente e relatar preocupações de se tornarem insolventes; esta preocupação é em grande parte devido a ser apoiado quase que exclusivamente dos dízimos ministeriais através dos ministros de sua respectiva área nacional/ regional/ Estadual.
3. Aproximadamente 71 por cento dos pastores inquiridos estão dizendo pelas diretrizes da Assembléia Internacional.
4. Os escritórios intermediários recebem a maior parte (75 por cento) do seu apoio através de dízimos ministerial.
5. Esses escritórios intermediários que têm suplementos aprovados

pela convenção aumentaram suas receitas mensais uma média de 27 por cento.

6. A Oferta de colheita e Desenvolvimento de Liderança, apesar de 100 por cento ser enviado para os escritórios nacionais/ regionais/ estaduais, ainda não foi aproveitada plenamente.

7. Aproximadamente 61 por cento dos pastores da América do Norte são bi-vocacionais e recebem um incremento de suas igrejas que é significativamente menor (em média, 52 por cento menos) do que o atual salário base sugerido, no entanto, os dados também mostram que a média dos pastores bi-profissionais na verdade, fazem cerca de 13 por cento a mais (ou seja, a renda não- ministerial acrescido dos rendimentos do ministério) do que o pastor médio que é suportado unicamente pelo ministério.

8. Os dízimos não-ministeriais de pastores, se redirecionado para os Escritórios Nacionais/ Regional/ Estaduais, aumentaria dramaticamente os recibos desses escritórios intermediários (ou seja, um aumento médio de 95 por cento em dízimos, produzindo um aumento médio global de 73 por cento em receitas totais). Fazer isso não afetaria negativamente os Escritórios Internacionais, desde que os Escritórios Nacionais/ Regionais/ Estaduais, então, dêem o dízimo dos dízimos para os Escritórios Internacionais. No entanto, a igreja local e o pastor local podem ser afetados, dependendo da sua situação financeira. O subsídio atual do pastor bi-profissional seria reduzido (ou seja, com a perda de 90 por cento dos dízimos não-ministeriais agora devolvido a ele). Portanto, redirecionando os dízimos não ministeriais do pastor fora da igreja poderia apresentar uma perda significativa para alguns dos pastores. Além disso, poderia ter um efeito sobre a igreja local, no caso em que os alguns pastores bi-profissionais, a maioria, banca muitas de todas as despesas da igreja local (ou seja, serviços públicos, de hipotecas, seguros etc.) Se esta alteração fosse considerada, então talvez os supervisores nacionais/ regionais/ estaduais poderia isentar, em uma base anual, aqueles pastores que demonstram circunstâncias adversas em atenuação para si ou para sua igreja.

Levantamento 4, Pesquisa de Pastores pela Internet (Pastores da América do Norte) (Junho de 2009): Principalmente, as seguintes divulgações demonstram o *ethos* e as convicções dos pastores em relação às práticas de dízimo. Além disso, vemos as enormes cargas transportadas por muitos pastores locais, a fim de sustentar as operações e manter as instalações da igreja local:

1. Sessenta e seis por cento dos pastores dizimam de sua renda bruta.
2. Trinta e quatro por cento dos pastores dizimam de seu lucro líquido.
3. Vinte e nove por cento dos pastores não relatam nenhuma entrada financeira não ministerial e presume-se ser apenas suportado pelo ministério. (Este número é dez por cento menos do que o levantamento anterior, provavelmente um resultado da crise econômica.)
4. Setenta e um por cento dos pastores informam a renda não-ministerial e são presumidos bi-vocacionais. (Este número é dez por cento mais do que o levantamento anterior de novo, provavelmente um resultado da crise econômica.)
5. Noventa e sete por cento dos pastores com renda não ministerial dizimam o mesmo na sua igreja local pelas diretrizes da Assembléia Internacional.
6. Três por cento dos pastores com uma renda não-ministerial voluntariamente optam por dar o dízimo do mesmo ao seu Escritório Nacional/ Regional/ Estadual.
7. Quarenta e um por cento dos pastores, pessoalmente, não pagam as despesas da igreja local.
8. Cinquenta e nove por cento dos pastores, pagam pessoalmente alguns, a maioria, ou todas as despesas da igreja local:
 - a. Trinta e três por cento dos pastores pagam algumas despesas da igreja local.
 - b. Treze por cento dos pastores pagam a maioria das despesas da igreja local.
 - c. Treze por cento dos pastores pagam todas as despesas da igreja local.
9. A seguinte declaração foi dada para solicitar as atuais crenças dos pastores no “campo” em relação à decisão da Assembleia atual, respeitando os dízimos não-ministeriais:

“Na minha opinião, um pastor que dizima de sua renda não-ministerial em sua igreja e, em seguida, recebe 90 por cento de volta na forma de compensação tem bíblicamente dizimado.”

 - a. Oitenta e três por cento dos pastores concordam com esta afirmação.
 - b. Dezessete por cento dos pastores não concordam com esta afirmação.

Justificativa: (Resoluções do estudo): A 95ª Assembléia Internacional aprovou resoluções para alterar o sistema financeiro atual, a fim de ajudar principalmente os escritórios gerais do presbitério, os escritórios intermediários e os pastores locais. O que se segue é um breve resumo dessas resoluções:

- Dízimos de Supervisores Nacional/ Regional/ Estadual: Agora, os supervisores nacional/ regional/ estadual dizimam ao respectivo Escritório do Presbitério Geral. Esta ação redirecionou dos escritórios internacionais para a Escritórios do Presbitério Geral, permitindo assim por mais fundos para ajudar com dificuldades dos escritórios intermediários e para ser usado para plantação de igrejas e evangelização.
- A interrupção da Oferta de Apoio aos Ministérios da Igreja: Esta ação redirecionou fundos dos escritórios internacionais para os Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual através da criação de Oferta de Colheita e Desenvolvimento de Liderança.
- Criação e Implementação de uma Oferta de Colheita e Desenvolvimento de Liderança: Agora, uma oferta para ajudar os Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual com as operações, colheita, plantação de igrejas e treinamento de liderança deve ser recebido mensalmente na igreja local e, em seguida, 100 por cento enviado aos respectivos Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual. Esta oferta tem um grande potencial para abençoar os escritórios intermediários.
- Fundos suplementares para os Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual: Quando há uma necessidade de mais fundos operacionais nos Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual além do dízimo ministerial, as respectivas convenções desses escritórios intermediários podem agora adotar resoluções (ou seja, que não estejam em contradição com as atuais decisões da Assembléia ou do atual sistema financeiro) para que suas igrejas locais enviem um montante adicional (ou seja, o equivalente a um determinado percentual do dízimo enviado para os escritórios internacionais), a fim de proporcionar-lhes tão necessário apoio financeiro adicional. Como mencionado anteriormente, os escritórios intermediários que recebem fundos suplementares de suas igrejas têm aumentado suas receitas mensais por uma média de 27 por cento.
- Responsabilidade Fiscal: Um relatório anual de todos os pastores, supervisores, presbíteros e nomeados gerais devem agora dar a partir da escritório de supervisão para a igreja ou escritório que servem que afirma que o ministro é fiel ou não nos relatórios e dízimo local. Esta prática deve promover a transparência e a prestação de contas e incentivar os nossos

ministros tanto ser modelo quanto mentor fiel de dízimo, pelas diretrizes da Assembléia Internacional.

- Planejamento da aposentadoria: Todos os ministros sob nomeação foram incentivados a participar de um plano de aposentadoria, em conjunto com as suas igrejas locais ou escritórios nacionais/ regionais/ estaduais/ Presbitério/ internacionais, a atribuição de uma parcela de seu orçamento anual para incluir uma certa quantidade para dar a sua respectivo pastor, supervisor (nacional/ regional/ estadual), presbítero geral, supervisor geral ou diretor de ministérios dos Escritórios internacionais”, como correspondente de fundos de aposentadoria. Onde não existe atualmente plano de aposentadoria, os supervisores nacionais, em coordenação com os escritórios internacionais (isto é, Ministérios de Mordomia) e seu respectivo presbítero geral, são convidados a estabelecer um plano de aposentadoria adequada para seus ministros sob nomeação que servem como pastores, supervisores ou presbíteros dentro das leis existentes de suas nações soberanas.

- Provisão residencial: Cada igreja local ou escritórios nacional/ estadual/ regionais/Presbitério/ internacionais, no que diz respeito às leis de seus países soberanos, devem agora designar uma parcela razoável da cota mensal de um subsídio de alojamento ou casa pastoral para o seu respectivo pastor, supervisor (nacional/ regional/ estadual), presbítero geral, supervisor geral ou diretor de ministério dos Escritórios internacionais, para ajudar na manutenção de sua residência (sejam de sua propriedade, pessoal ou pela Igreja) para custear as despesas de manutenção, reparações, aluguel/hipoteca, utilitários, móveis etc em alguns casos, a designação de maioria ou a totalidade da remuneração como um subsídio pastoral pode ser razoável e também pode ter um benefício fiscal (dependendo do país/estado) para o pastor, supervisor, presbítero, diretor do ministério etc

Justificativa: (Respostas com o estudo): O seguinte é um breve resumo de algumas das ações tomadas por vários escritórios para ajudar a situação econômica em seus respectivos níveis:

- Os Escritórios Internacionais: Os Escritórios internacionais tem feito ajustes significativos através da eliminação ou a consolidação de posições de ministério, a redução de seus gastos de funcionamento, o fechamento das Operações da White Wing Publishing House, a transição do ministério da Voz da Salvação para o Centro Internacional de Renovação Espiritual, o resgate financeiro de escritórios nacionais/ regionais/ estaduais que lutavam em situação de insolvência etc

- O Escritório do Presbitério Geral: Escritórios do Presbitério Geral da América do Norte tem ajudado os Escritórios Internacionais com suplementos financeiros para Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual que estão em situação de insolvência ou à beira da insolvência. Na América do Norte, consolidando vários estados ou nações em regiões tornou-se, por necessidade, a solução padrão para tirar escritórios da solvência. Desde 2006, os Escritórios Intermediários da América do Norte diminuíram dez por cento através da fusão de regiões/ estados (de um total de 31 para 28 escritórios).
- O Escritório Nacional/ Regional/ Estadual: Em retrospecto, parece que os cortes feitos em 1994 foram muito profundos e drásticos nos níveis intermediários. Parece que Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual teria se saído melhor se tivessem mantido, pelo menos, cinco por cento dos dízimos da igreja local. O Escritório Nacional/ Regional/ Estadual agora se mantém principalmente nos dízimos ministeriais (dentro de suas respectivas áreas) que são recebidos a cada mês, o que já se revelou insuficiente. Muitos desses escritórios têm reduzido suas equipes do ministério e subsídios, cargos, vendido propriedades valiosas, reservas de caixa esgotados, e ainda potencialmente enfrentam a insolvência surgindo no horizonte. Novamente deve ser enfatizado que esses Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual cuja convenções aprovaram percentuais suplementares de suas igrejas locais estão percebendo um aumento (ou seja, uma média de 27 por cento) em seu orçamento.
- Os pastores locais: Parece que cerca de 1/3 dos nossos pastores e ministros no “campo” são capazes de viver sobre os valores fornecidos por suas igrejas locais. No entanto, há cerca de 2/3 dos nossos pastores e ministros que devem complementar seus valores da igreja com a renda não-ministerial. Os dados mostram que entre 61-71 por cento dos pastores da América do Norte são bi-profissionais e recebem da igreja, em média, apenas 48 por cento do atual salário base mensal recomendado. Muitas vezes, esses mesmos pastores devem operar e manter suas igrejas locais reinvestindo neles uma quantidade significativa da remuneração pastoral que recebem (ou seja, 59 por cento dos pastores América do Norte pagam algumas, a maioria, ou todas as despesas em sua igreja local). No entanto, na América do Norte, há uma taxa muito elevada (71 por cento) do dízimo entre os pastores/ ministros, com 66 por cento destes dízimos sobre o montante bruto.
- As Igrejas Locais: um estudo de 2007, “ Análise de Relatórios de Igrejas”, pelo diretor do Ministério das Finanças e Publicações, para o ano

fiscal de 2006-2007 revelou que na América do Norte, 57 por cento das igrejas relatam e dizem fielmente, 20 por cento das igrejas relatam e dizem de forma inconsistente, e 23 por cento das igrejas não relatam ou dizem aos Escritórios Internacionais. Portanto, apenas mais de 3/4 (isto é, 77 por cento) das nossas igrejas estão dizendo totalidade ou em parte. No entanto, se 43 por cento das nossas igrejas que ainda não dizem ou o faz de forma inconsistente for fiel, então 40 por cento de aumento previsto no orçamento poderia ser percebido nos escritórios internacionais! No entanto, é também importante notar que um pequeno número destas igrejas incluídas neste estudo estão inativas e não seria capaz de contribuir qualquer quantidade significativa de dízimos.

Justificativa (Revisão de estudos): o nosso Sistema Financeiro Presente parece estar atendendo a todos os níveis da Igreja suficientemente, com a única exceção dos níveis intermediários (ou seja, Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual). A transição para o nosso sistema financeiro existente, em retrospecto, redirecionado demais fundos dos escritórios de intermediários. O desafio diante de nós agora é determinar a forma de corrigir este erro, sem afetar negativamente outros níveis dentro do sistema. Como você pode ver pelas pesquisas anteriores em nosso estudo do Sistema Financeiro atual, parece que quando consideração é dada para ajustar percentagens ou redirecionar o fluxo de dízimos, que mudanças podem beneficiar um nível (ou seja, a igreja local, Escritórios Nacional/ Regional/ Estadual, Escritórios do presbitério geral, Escritórios internacionais) em desvantagem de outro(s). No entanto, se nada for feito, em seguida, os escritórios nacional/ regional/ Estadual estão em um caminho perigoso para a insolvência!

Idealmente, a ação coletiva de todos os nossos membros, pastores e igrejas dizendo fielmente pelas diretrizes da Assembléia Internacional poderia resolver esses déficits financeiros em todos os níveis, com pouca ou nenhuma necessidade de qualquer intervenção ou alteração importante no atual sistema financeiro. De importância fundamental para recordar, o Sistema Financeiro Presente, para o qual todos nós concordamos (ou submetido, ou se abstiveram) e que a transição entre 1994 a 2000, tem a sua fundação, o princípio do dízimo fiel. E, por essa razão, compete a todos os membros, pastores e igrejas darem o dízimo fielmente dentro do sistema para garantir que o sistema funcione de forma eficiente e forneça recursos suficientes em todos os níveis.

Obviamente, qualquer solução provisória para a crise nos escritórios intermediários deve ser iniciada pelos Escritórios nacional/ regional/ estadual. Portanto, pode ser prudente e benéfico se cada supervisor nacional/ regional/ estadual e sua pluralidade de liderança considerassem uma ou mais das seguintes estra-

tégias: 1) enfatizar a modelagem e orientação dos princípios sádios de mordomia financeira (ou seja, incluindo o dízimo e oferta dentro nosso sistema financeiro), em suas respectivas áreas; 2) apelando para os pastores não dizimarem pelas diretrizes da Assembléia Internacional (isto é, cerca de 29 por cento na América do Norte) para apoiar os Escritórios nacionais/ regionais/ estaduais com seus dízimos ministeriais; 3) solicitando percentuais suplementares das igrejas locais, através das convenção nacional/ regional/ estadual (ou seja, um aumento médio de 27 por cento do orçamento tem sido realizado a nível escritório nacional/ regional/ estadual que recebem suplementos de suas igrejas locais); 4) promovendo e orientando a Oferta de Colheita e Desenvolvimento de Liderança para ajudar com as operações e alcance (ou seja, 100 por cento dos fundos permanecem na sede Nacional/ Regional/ Estadual); 5) minimizando gastos e déficits através do orçamento de recursos e de pessoal bem organizada do pessoal; 6) tendo igrejas mais fortes para ajudar igrejas mais fracas através do estabelecimento de programas de assistência financeira intereclesiais (por exemplo, o programa Sharing and Caring na Flórida, o Hands Across na Carolina do Norte, e Assistance in Ministry (AIM), no Centro-Oeste); e 7) solicitando igrejas mais fortes apoiarem os seus escritórios nacionais/ regionais/ estaduais com Fundos Parceiro de Colheita Nível 2.

Justificativa (Conclusão): É a decisão deste comitê não trazer uma recomendação da seção intitulada “Estudo do Sistema Financeiro Atual”. Portanto, esta seção foi oferecida como um relatório informativo. É nossa intenção trazer uma recomendação para a próxima Assembléia que irá resolver os problemas sistêmicos de nossa atual sistema financeiro. Convidamos a Assembleia para se juntar a nós em oração fervorosa, enquanto continuamos a buscar uma solução viável.

Responsabilidade Fiscal:

Justificativa: A crise financeira nos escritórios de níveis intermediários persiste. O Escritório Nacional/ Regional/ Estadual continua a ter excedentes em seus orçamentos e déficits em sua renda. Muitos desses escritórios intermediários estão apresentando com uma necessidade de assistência financeira, no entanto, torna-se evidente que, em alguns casos, há também uma necessidade de formação complementar em mordomia. Os escritórios internacionais (através do Escritório do Diretor do Ministério das Finanças e Publicação e/ ou do Departamento dos Ministérios de Mordomia) estão disponíveis para ajudar qualquer escritório local ou intermediário com orientação sobre como estabelecer e operar dentro de um orçamento sadio. Além disso, talvez, um olhar ob-

jetivo anualmente pela adequada supervisão de nível de Presbitério seria útil em afirmar que o escritório intermediário é 1) é equipado com o conhecimento adequado, habilidades e treinamento para estabelecer um orçamento razoável; e 2) está operando fiscalmente e responsabilmente dentro desses parâmetros orçamentários. A cada ano, coincidindo com a convenção da nação, região ou estado, o escritório intermediário poderia submeter suas demonstrações financeiras (ou seja, orçamento, renda e declaração de despesas e balanço) ao seu respectivo Escritório do Presbítero Geral. Desta forma, o Presbítero pode ter uma idéia da situação financeira e de solvência nos escritórios supervisionados e, esperançosamente, discernir rapidamente se uma crise financeira é ameaça. Também, o respectivo Presbítero poderia trazer ou pedir assistência tanto educacional quanto financeira com rapidez e de forma otimista desviar uma crise financeira, em qualquer escritório de nível intermediário.

Recomendação: Na página 75, das Minutas da 95ª Assembleia, na seção de Responsabilidade Fiscal, adicione a seguinte frase no final do primeiro parágrafo, conforme indicado:

“... Além disso, os Escritórios Nacionais/ Regionais/ Estaduais apresentará ao respectivo Escritório do Presbítero Geral uma cópia de seu relatório financeiro anual, que é relatada a sua convenção nacional/ regional/ estadual no prazo de 30 dias após a referida convenção. Esta declaração financeira deve refletir no mínimo, as seguintes informações: 1) Orçamento do Escritório Nacional/ Regional/ Estadual dos anos anteriores de convenções e atuais (com colunas mostrando itens orçados, real e variantes); 2) uma declaração de renda e despesa; e 3) um relatório de balanço mostrando o total de ativos e passivos.”

Responsabilidades dos Ministérios das Igrejas Locais:

Justificativa: Considerando que não há mais uma Oferta de apoio aos Ministérios da Igreja, devemos atualizar a linguagem das nossas minutas para refletir o mesmo.

Recomendação: Na página 73, das Minutas da 95ª Assembleia, na seção Responsabilidades dos ministérios da igreja local, exclua a seguinte frase, na segunda sentença, do parágrafo quatro, como está atualmente listado: “... Oferta de ministério da Igreja (anteriormente conhecido como ofertas de educação e evangelismo)...” E inserir em seu lugar a seguinte frase: “... Oferta de Colheita e Desenvolvimento de Liderança...”

XI. O DESAFIO GLOBAL DE IMIGRAÇÃO

Resolução da Assembleia Igreja de Deus da Profecia 95^a Assembleia Internacional de 2008

Hoje, uma quantidade significativa de medo e ódio está afetando negativamente a mentalidade de muitas nações por causa da redistribuição dos grupos de população através da imigração. Como cristãos, temos de assegurar que a nossa resposta para a questão da imigração seja dirigido por uma visão de mundo cristã, que é formada por princípios bíblicos ao invés de atitudes seculares ou atuais. Uma série de princípios bíblicos relevantes à imigração corre através da Bíblia. A princípio, nós, como cristãos somos estrangeiros nesta terra. "... reconhecendo que eram estrangeiros e peregrinos na terra" (Hebreus 11:13 NVI). Nossa condição de estrangeiros e peregrinos formula a base de nossas atitudes e respostas para com aquelas pessoas que vivem fora da nossa sociedade.

Afirmamos, como cristãos, que nossos bens materiais realmente não pertencem a nós. A Terra Prometida pertencia aos israelitas apenas no sentido de que, como anfitrião, Deus permitiu aos israelitas habitar a Terra Prometida como Seus convidados (Levítico 25:23). Na verdade, os filhos de Deus eram estrangeiros e peregrinos na terra em que vivem. Da mesma forma, como estrangeiros e peregrinos no mundo de hoje, os recursos materiais deste mundo não nos pertencem. Nós temos o que temos por causa de Deus; como nosso anfitrião, Ele distribuiu recursos materiais para nós, seus convidados. Como destinatários de graciosidade e generosidade de Deus, é preciso precaver-se contra o egoísmo e a possessividade, que ofusquem nossa atitude para com os imigrantes.

Afirmamos que todos somos estrangeiros e peregrinos neste mundo. Fronteiras e identidade étnica nacional nunca deve separar-nos como povo de Deus. Como não-cidadãos que trabalham em seu país de residência, imigrantes existem fora da rede social e política da sociedade em que está residindo em, assim, eles ficam sem poder. Imigrantes são muito vulneráveis à exploração. Como cristãos, devemos lembrar as nossas raízes como estrangeiros e, assim, identificarmos com sua situação (Êxodo 23:9), tratando-os com bondade e ajudando-os como nações anteriores fizeram a Israel e foram abençoados por Deus por sua generosidade. Como cristãos, ninguém deve ser considerado um excluído. "... O estrangeiro residente que viver com vocês deverá ser tratado como o natural da terra. Amem-no como a si mesmos..." (Levítico 19:33, 34 NVI). O Grande Mandamento (Mateus 22:37-40, Marcos 12:30, 31; Lucas 10:27) é para aplicar ao estrangeiro, porque ele é o nosso próximo.

Afirmamos o privilégio de servir as pessoas de fora da sociedade que espelha

o ministério e vida de Jesus. Porque Cristo identificou-se com o estrangeiro, estamos estendendo o mesmo tratamento para o estrangeiro que Jesus daria (Mateus 25:3-5). Historicamente, as políticas de imigração ao redor do mundo parecem ser dirigidos mais por racismo e auto-interesse econômico do que compaixão. Quotas de imigração através de muitas nações têm favorecido grupos de pessoas estabelecidas há muito tempo, por causa de interesses políticos ou preferências raciais, limitando imigrantes de nações menos desejáveis por causa da educação, status econômico, ou habilidades comerciais. Devemos ser pessoas de compaixão que oram e estendem amor àqueles apanhados no labirinto confuso e injusto de imigração, como o Senhor foi o proscrito de sua época.

Afirmamos que Deus tem um propósito nos movimentos migratórios de pessoas em todo o mundo. “Vocês, israelitas, não são para mim melhores do que os etíopes [região do Nilo]? declara o Senhor.’ Eu tirei Israel do Egito, os filisteus de Caftor [Creta] e os arameus de Quir?” (Amós 9:7 NVI). Deus nunca nos pediu para entender os Seus propósitos, no entanto, a situação de imigração hoje apresenta a igreja uma oportunidade de fazer o ministério entre os diversos povos de cada raça ou origem étnica. Por Sua graça e somente pela Sua graça, poderíamos ter sido um desses “pequeninos” (por exemplo, Mateus 10:42; 18:6) nascidos em uma época diferente ou outro país onde o sofrimento, a política, e injustiças sociais nos teria obrigado a fugir em busca de uma vida melhor para nossos entes queridos. Portanto, nós não escolhemos o país onde nascer, mas podemos fazer a escolha para mostrar o amor de Deus aos perdidos, Sua compaixão pelos aflitos, e Seu Espírito de serviço para com o próximo, o “estranho às nossas portas” (Deuteronômio 14:21, 24:14; 31:12). Como Seus filhos, somos chamados por Deus para ajudar os mais vulneráveis. Temos de ver o estrangeiro como indivíduos feitos à imagem de Deus, o objeto do amor de Cristo. Além disso, devemos ver não só eles, mas todos os povos de todas as nações como tendo valor intrínseco por Deus, precisando de nossa afirmação e aceitação.

MANUAL DE POLÍTICA MINISTERIAL

Guia de Estudo e Exame Ministerial

Nota: Como um guia de estudo, as perguntas são projetados para destacar, para o aluno, as áreas de ênfase. No entanto, todo o manual deve ser cuidadosamente estudado, assim como toda a informação é valiosa.

Manual de Políticas do Ministério
Guia de Estudo e Exame Ministerial

1. Conclui Não conclui a leitura do capítulo “Estrutura Organizacional da Igreja de Deus da Profecia.”

2. Associe a descrição com o nível apropriado de liderança para a Igreja.

- | | |
|--|---|
| _____ International | a. O quadro no qual os objetivos da adoração, evangelização, equipar os crentes e preparar-se para a volta de Cristo é feito. |
| _____ Nacional/
Regional/
estadual | b. Fornece liderança mais focada e apoia diretamente no contexto dos estados e nações onde a igreja trabalha. |
| _____ Local | c. Funções a nível mundial e fornece uma rede global de apoio e interação para os ministérios da Igreja. |

3. A fim de dar mais esclarecimentos ao nosso _____, recomendamos que os relatórios sobre as políticas, procedimentos e finanças apresentadas pelos Comitês Permanentes da Assembleia sejam aceito por _____ esmagador. Todos os assuntos de natureza doutrinária devem ser aceitos de _____.

4. Qual dos seguintes é o objetivo principal da Assembléia Internacional?

- a. Servir como órgão interpretativo e de tomada de decisão que lida com a verdades universais que requerem decisões definitivas e urgentes para questões translocais em acelerar a proclamação do Evangelho.
- b. Decidir sobre as ações administrativas da Igreja consideradas úteis no cumprimento da Grande Comissão.
- c. Um tempo para o supervisor geral revelar o peso de seu coração e proporcionar visão na direção que ele crê que Deus está conduzindo a Igreja.

5. O Moderador Geral da Assembleia Internacional é responsável por fazer todos os seguintes, exceto:

- a. Convocar uma Assembléia Internacional, conforme descrito pela Assembleia Internacional.
 - b. Moderar a Assembleia Internacional.
 - c. Nomear comitês da Assembleia.
 - d. Tomar decisões finais para a Assembléia Internacional quando houver confusão sobre um assunto.
 - e. Facilitar o processo de tomada de decisões em conjunto com os conselheiros da Assembléia.
6. verdadeiro Falso Os conselheiros da Assembleia são compostos pelos presbíteros gerais.
7. O _____ está para servir a Igreja através da preparação de uma exposição para o diálogo sobre as questões universais da doutrina bíblica, teologia, ética e política para a consideração da Assembleia Internacional.
8. O Presbitério Internacional consiste no seguinte:.
- a.
 - b.
 - c.
 - d.
 - e.
9. Liste as responsabilidades dos supervisores servindo no Presbitério Internacional:.
- a.
 - b.
 - c.
 - d.
 - e.
 - f.
 - g.
 - h.

10. Marcar como verdadeiro (V) ou falso (F) sobre presbíteros gerais:

- Eles são selecionados de acordo com seus dons dados Deus, para dar direção
- Eles são selecionados pelo voto dos membros em geral
- Eles trabalharão com o Supervisor Geral para prover liderança de responsabilidade compartilhada para cumprir o papel deste em desenvolver a visão, processos e planos no cumprimento da missão da Igreja.

11. A missão dos Escritórios Internacionais da Igreja é “ _____ e entregar essencial _____ e promover a _____.

12. Combine as seguintes afirmações com o ministério apropriado para os Escritórios Internacionais:

- a. Inspiracional
- b. Departamento Global de Missões
- c. Desenvolvimento de Liderança e Discipulado
- d. Finanças e Publicações

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Processo Contabilidade e Orçamento | <input type="checkbox"/> Perspectivas globais, promoção, estratégias de alcance |
| <input type="checkbox"/> Desenvolvimento educacional | <input type="checkbox"/> Representação entre outros envolvidos no reino de Deus |
| <input type="checkbox"/> Evangelismo | <input type="checkbox"/> Supervisão do ministério |
| <input type="checkbox"/> Publicações | <input type="checkbox"/> Ministérios Patrimônio e Fields of the wood |
| <input type="checkbox"/> Assembléia Internacional | |

13. Completei não completei a leitura da seção intitulada “Ministério Nacional/ Regional/ Estadual.”

14. Nenhum dos desafios de liderança do supervisor nacional/ regional/ estadual supera o próprio compromisso total com _____, _____, _____, e _____ o ministério.

15. Qual das seguintes responsabilidades faz parte de ser um supervisor?

- a. Estar disponível para aconselhamento pessoal.
- b. Dar atenção especial ao desenvolvimento de um programa educacional ministerial para melhor equipar o ministério.
- c. Ser profundamente comprometido com o princípio do Novo Testamento de equipar o ministério e os leigos.

- d. Usar o poder e autoridade com moderação, e ter muito cuidado para não abusar tanto da autoridade quanto da influência de seu ofício.
- e. Todos os itens acima.

16. Verdadeiro Falso O supervisor é responsável pela estrutura organizacional, implementação e administração dos ministérios totais da Igreja de Deus da Profecia em um determinado país, região ou estado, mas não a supervisão do ministro ou do pessoal envolvido em seus programas e ministérios.

17. O supervisor é avaliado a cada _____ anos.

18. O supervisor é responsável por um dos seguintes procedimentos:

- a. A igreja local.
- b. O pastor no país/ região/ estado.
- c. O presbítero geral na área em que ele atua.

19. Indique se o seguinte é (A) um dever administrativo (B) dever de supervisão (C) ou um dever de promoção:

- _____ Aprovar a criação de novas igrejas, antes organização ser feita.
- _____ Relatar igrejas recém-organizadas para o escritório do supervisor geral.
- _____ Decidir os limites geográficos de cada distrito em sua área designada.
- _____ Circulação do Mensageiro Asa Branca, bem como outros periódicos e publicações da Igreja.
- _____ Arranjo de assistência de uma campanha geral de evangelismo.
- _____ Avaliar relatórios nacionais/ regionais/ estaduais e pesquisas.

20. O supervisor está para nomear o seguinte:

- a.
- b.
- c.
- d.

21. Completei não completei a leitura da seção intitulada “O Ministério da Igreja Local.”

22. Liste as considerações a serem utilizados na organização de uma igreja:.
- a.
 - b.
 - c.
 - d.
23. Verdadeiro Falso A igreja pode ser organizada pelo supervisor ou ministro-bispo autorizado ou ministro licenciado.
24. Verdadeiro Falso O supervisor nacional/ regional / estadual não deve se preocupar com o consentimento do supervisor geral antes de debandar uma igreja.
25. Verdadeiro Falso Os administradores da igreja local são investidos com a autoridade para comprar, vender, transmitir ou onerar a propriedade da igreja local por hipoteca ou outra forma somente quando autorizado a fazê-lo pela igreja local, em reunião de negócios regular ou convocada, e com o consentimento dos Curadores gerais.
26. Verdadeiro Falso Igrejas locais devem ter o consentimento escrito do supervisor nacional/ regional/ estadual para perseguir com contrato social.
27. Quais quatro ensinamentos podem ter particulares implicações públicas no clima moral de hoje?
- a.
 - b.
 - c.
 - d.
28. Escreva palavra por palavra o pacto de membro:

29. Os objetivos da disciplina são:

- a.
- b.
- c.

30. Listar e definir os dois tipos de ofensa:

- a.
- b.

31. _____ membros têm uma voz em todos os assuntos de negócios, no entanto, _____ não deve falar até que atinjam a idade da sabedoria.

32. Quais são os dois tipos de conferências que podem ser feitas?

- a.
- b.

33. Liste os três oficiais da conferência e defina brevemente o seu papel:

- a.
- b.
- c.

34. Faça uma lista dos poderes da conferência:

- a.
- b.
- c.
- d.
- e.
- f.
- g.
- h.

35. Verdadeiro Falso Todas as decisões podem ser feitas pela conferência local por um consenso esmagador dos membros presentes, até mesmo a indicação de alguém para o ministério.

36. Completei não completei a leitura da seção intitulada “Políticas do Ministério.”

37. O bem-estar da Igreja e sua missão de _____ exige que homens e mulheres que entram no ministério ser _____.

38. Nenhuma pessoa será licenciada ou ordenada sem antes ter servido um tempo de _____ com experiência em _____ e _____.

39. As áreas de prova do potencial do candidato para o ministério que a igreja local irá considerar são as seguintes:

a.

b.

c.

d.

e.

f.

g.

40. O Presbitério Internacional prescreveu a conclusão do _____ antes de um candidato poder pedir licença.

41. Certificado do Ministro Leigo autoriza o ministro leigo a _____, _____ e _____ do Evangelho de Jesus Cristo, para conduzir _____, e para dirigir _____.

42. O período de ministério leigo é um momento em que um candidato ministerial pode provar a si mesmo merecedor de ser recomendado para o ministério pelo _____, examinado pelo _____, e licenciado pela _____.

43. O ministro leigo deve reportar _____ à _____ em duplicata.

44. Verdadeiro Falso Certificado do ministro leigo deve ser renovado a cada ano civil pelo supervisor.

45. Liste as responsabilidades daqueles que estão no ministério pastoral:

- a.
- b.
- c.
- d.
- e.
- f.

46. Aqueles com um ministério evangelístico são para ser reconhecido (indicados) por um _____ e licenciado por ambas os escritórios _____. Eles recebem um _____.

47. Qual dos seguintes não seria indicado como um bispo?

- a. Um homem que pastorea uma igreja.
- b. Um homem evangelizando.
- c. Uma mulher que pastorea uma igreja.

48. Verdadeiro Falso As únicas restrições que parecem ser consistentes com o Novo Testamento é sobre as mulheres servindo em funções apostólicas (bispado) ou presbiteriais. Portanto, elas não poderiam ser ordenadas bispo.

49. Coloque na seqüência correta os seguintes elementos do processo de licenciamento: aparecer diante do conselho de revisão ministerial, período de aprendizado, conclusão do Curso Fundamental, indicado pela igreja local, conclusão do pedido de Licença Ministerial, aprovação pelo supervisor geral, e por recomendação do supervisor nacional/ regional/ estadual.

- a.
- b.

- c.
- d.
- e.
- f.
- g.

50. Ministros licenciados estão autorizados a _____ e _____ do Evangelho de Jesus Cristo, para _____ igrejas, _____, _____ a Ceia do Senhor e o lava-pés dos santos. Aqueles que pastoreiam tem a autoridade para _____ conferências de negócios e _____ os ritos do matrimônio em casamentos legais que são _____ válidos de acordo com o entendimento da Igreja.

51. Verdadeiro Falso Após o licenciamento, o ministro continua sendo membro da igreja local e está sujeito ao governo e disciplina da mesma como prescrito pela Assembleia Internacional. No entanto, em matéria de seu ministério, o ministro está sob a supervisão do Presbitério.

52. Os dois ofícios que são reconhecidos como sendo os anciãos são _____ e _____.

53. Verdadeiro Falso Como diáconos/diaconisas agem na igreja local, eles estão para ser reconhecidos (indicados) pela congregação e com a recomendação do pastor.

54. Verdadeiro Falso O bispo é um dos ofícios de presbíteros que fornece liderança de supervisão para a Igreja.

55. Um bispo poderia funcionar como um _____, como _____ nacional/ regional/ estadual, como um _____ de distrito, um _____, ou como um _____.

56. Quem é responsável para garantir a qualidade do ministério por meio de revisão periódica?

- a. A igreja local
- b. O conselho de revisão ministerial
- c. o Presbitério

57. O bispo está autorizado a _____, _____ e _____ o Evangelho de Jesus Cristo, batizar, estabelecer igrejas, administrar a Ceia do Senhor, a lavagem dos pés dos santos, auxiliar na _____ anciãos por nomeação especial, e _____ os ritos de matrimônio em casamento legal, conforme descrito no Novo Testamento como interpretado pela Assembleia Internacional. O bispo que está pastoreando tem autoridade para _____ todas as conferências de negócios da igreja local.

58. Identificar o seguinte Gasto Ministerial como legítimo (sim/ não) para o cálculo do dízimo:

- | | |
|---------------------------------------|---|
| _____ Alimentação | _____ Moradia |
| _____ tarifas telefônicas básica | _____ programa de treinamento Ministerial |
| _____ Vestuário | _____ despesas ministeriais |
| _____ ida e volta ao trabalho secular | |

59. Uma boa regra de ouro seria um ministro dizimar seus ganhos do mesmo modo que _____ dessem o dízimo deles. Basicamente, a despesa no ministério é a despesa incorrida nos deveres _____ que ele não teria de outra maneira.

60. Um ministro que não dizima sua renda não devem ser autorizados a manter a sua _____ .

61. Verdadeiro Falso Um ministro não deve ser autorizado a pregar qualquer coisa que traz confusão e conflitos com a doutrina da Igreja.

62. Marcar como Verdadeiro (V) ou Falso (F) as seguintes afirmações sobre a realização de casamentos:

- _____ A. Cerimônias de casamento deve ser realizado em harmonia com os ensinamentos da Bíblia.
- _____ B. Bispos devem receber uma autorização especial para realizar casamentos.
- _____ C. Novos pastores ou aqueles que não são capazes de fornecer aconselhamento matrimonial devem procurar a permissão de seu supervisor antes de realizar casamentos.
- _____ D. Um ministro deve atender a todos os requisitos legais da nação/ região/ estado em que ele está realizando o casamento.

63. Combine os seguintes requisitos de informação com o grau apropriado do ministério. (Nota: Alguns podem ter mais de uma resposta):

- | | |
|--------------------------------|--|
| ___ Bispos | a. Anualmente aos Escritórios Internacionais |
| ___ ministro licenciado | b. Anualmente ao supervisor |
| ___ Diácono/ Diaconisa | c. Trimestral ao supervisor |
| ___ Diácono/Diaconisa em teste | d. Trimestral à Conferência |
| ___ Ministro Leigo | e. Mensal ao supervisor |
| ___ Ministro Aposentado | f. Trimestral aos Escritórios Internacionais |
| ___ Ministro Desativado | g. Não é necessário |

64. Disciplina é o exercício da Igreja de _____ dada por Cristo através das Escrituras. Os objetivos da disciplina são de que _____ possa ser honrado, que aqueles que caem no erro possam ser trazidos para _____ e _____ e que _____, _____, e o bem-estar geral da Igreja possa ser mantido.

65. O propósito da disciplina é para _____ e _____, não para a destruição.

66. Verdadeiro Falso A ofensa pública é definida como sendo algo que o ministro comete contra uma ou bem poucas pessoas, e que viola a lei divina e traz erro ou ferimentos a pessoas particulares.

67. Liste pelo menos cinco exemplos de uma ofensa pública:

- a.
- b.
- c.
- d.
- e.

68. Qualquer acusação feita contra um ministro deve ser verificada por _____ ou mais testemunhas.

69. O _____ tem poderes para analisar candidatos para o ministério, a emissão de licenças, ordenar, e terminar o endosso de um ministro quando qualquer infração é considerada grave o suficiente para justificar tal disciplina.

70. Em todas as investigações de ofensores, é preciso lembrar que governa a admoestação de _____.

71. Verdadeiro Falso Se o acusado rejeita a acusação e deseja uma nova audiência, uma audiência formal do seu caso deve ocorrer no prazo de 30 dias a partir do momento em que as acusações são formalmente apresentadas diante do conselho de revisão ministerial.

72. Verdadeiro Falso A igreja local deve analisar as conclusões da comissão de revisão ministerial e fazer uma determinação quanto ao estado do status do ministro.

73. Combine à categoria de rescisão da licença de um ministro com a descrição apropriada:

____ Renúncia a. Quando a esposa de um bispo ou um diácono pregador cai em pecado.

____ Falecido b. Quando um ministro optou por retirar-se do corpo de ministros licenciados ou ordenados.

____ Mudança de Status c. Quando um ministro é censurado por um delito que o Presbitério não julga ser grave o suficiente para justificar a revogação.

____ Revogado d. Quando a morte de um ministro for verificada.

____ Decorrido e. Qualquer ministro que não tenha comunicado aos escritórios nacional/ regionais/ estaduais, ou internacionais, ou que está inativo por dois anos consecutivos.

____ Suspenso f. Um ministro que foi considerado culpado ou tenha confessado a culpa de uma grave violação dos princípios bíblicos.

74. Verdadeiro Falso Quando a licença, ou ordenação, de um ministro for encerrada devido ao fato de ter caído em pecado, ele não pode ser relicenciado até passar por um longo período de ajuda e aconselhamento dirigido para ser completamente reabilitado, e até a confiança da Igreja ser totalmente restaurada como a sua disponibilidade para ser um ministro na Igreja de Deus da Profecia.

75. Verdadeiro Falso Quando a restauração for considerada completa, o candidato pode, então, ser indicado para o ministério com a aprovação do supervisor.
76. Independentemente de sua posição anterior, o _____ normalmente será a primeira pessoa a iniciar o processo de restauração.
77. Verdadeiro Falso Depois de um ex-ministro ser restaurado, ele pode ser recomendado para um novo licenciamento no ministério sem o processo normal.

Seção Dois

**Atos de
negócios da
97^a Assembléia
Internacional**



Comitê Administrativo

Relatório do Comitê Administrativo da 97ª Assembleia Internacional

Introdução e apreciação

Apesar da recessão global prolongada, dízimos e ofertas na Igreja de Deus da Profecia têm-se mantido em níveis historicamente fortes. A maioria de nossas igrejas tem sido fiel à missão global da nossa Igreja de levar o evangelho a todas as nações do mundo. É somente com a ajuda de Deus e de sua fidelidade em dízimos e ofertas que este movimento tem sido capaz de realizar tudo o que foi feito durante estes últimos dois anos.

Quando os indivíduos e congregações dão através do sistema financeiro de nossa igreja, eles expandem os esforços para dar às pessoas em todos os lugares a oportunidade de conhecer Aquele que pode curar, mudar e dar uma direção clara para suas vidas. Nosso dízimo e oferta vão muito além das paredes da igreja local ou os Escritórios Internacionais, estas ofertas impulsionam o trabalho da Grande Comissão e com a visão da igreja em todo o mundo. O Comitê Administrativo está empenhado em utilizar cada dólar como estrategicamente possível para apresentar as pessoas ao redor do mundo a Jesus Cristo, equipá-los com o conhecimento da Palavra de Deus, e orientá-los para a maturidade espiritual. Esse comitê continuará a fornecer a gestão e controles necessários para garantir que todos os recursos dos escritórios internacionais “sejam utilizadas de acordo com os princípios da boa administração e em conformidade com as leis e regulamentos pertinentes. O Comitê Administrativo está profundamente comprometido em fornecer liderança da mais alta integridade para a igreja global cumprir a sua visão de modo generoso, profético, inovador e colaborativo.

A fidelidade de igrejas locais, e os pastores que as lideram, tem sido inestimável no cumprimento da missão corporativa. Nós reconhecemos a importância dos dízimos e ofertas. Parabenizamos todos os que dão fielmente. O impacto do dízimo e ofertar sacrificial foi sentido em todo o mundo. Agradecemos a todos. Que Deus abençoe ricamente cada pessoa e igreja local é a nossa sincera oração.

Relatório ARKS

A ARKS Inc. de Raleigh realizou uma análise extensa e exaustiva de todas as propriedades de escritórios internacionais e Campos do Bosque. Esta análise e as recomendações feitas pela ARKS foram disponibilizados para o campo e provocou um período de oração e diálogo. Depois de uma análise, as seguintes decisões foram tomadas:

- 1) Considerando as condições atuais do mercado, as perspectivas de encontrar um comprador adequado para o prédio dos Escritórios Internacionais parece improvável. Neste ambiente econômico, seria melhor servido renovar o edifício existente ao longo de um período de três a cinco anos, à medida que os fundos estiverem disponíveis.
- 2) A recomendação não será feita para esta Assembléia para vender os Campos do Bosque. Atualmente, o apoio do campo parece ser a melhor maneira de lidar com o déficit orçamentário em curso para o parque. Continuaremos a manter o parque e o nível de apoio será monitorado. Apoio consistente do campo é imperativo.
- 3) Parece que o Campus do Colégio Tomlinson pode atender às necessidades de uma faculdade e fornecer um fluxo de receita contínuo. Um período de discernimento ainda é necessário para determinar os melhores usos e desenvolver um plano estratégico para esta propriedade.

Orçamento com base zero

Como parte do nosso compromisso com a responsabilidade fiscal e financiar nossos valores fundamentais, o Comitê tem continuado a prática de orçamento com base zero, para os núcleos dos ministérios dos escritórios internacionais, ou seja, Centro para Liderança bíblica, Departamento missões globais, Ministério das Crianças, e Ministério da Juventude. Esta abordagem serve para alocar recursos de forma que permitam aos nossos valores fundamentais serem refletidos em nosso ministério de investimento.

Associação ECFA

ECFA (Conselho Evangélico de Contabilidade Financeira) é uma agência que fornece credenciamento para líderes cristãos de organizações sem fins lucrativos que demonstram fielmente o cumprimento das normas estabelecidas para a prestação de contas, captação de recursos e governança. Os escritórios internacionais têm trabalhado através do processo de credenciamento e temos

o prazer de anunciar que os escritórios internacionais foram aprovados. O reconhecimento do ECFA transmite um selo indicando os mais altos níveis de integridade financeira e responsabilidade. Somos gratos à liderança dos Escritórios internacionais que têm implementado sistemas, controles e medidas de governo que fizeram o reconhecimento possível. O Comitê Administrativo gostaria de incentivar os nossos escritórios regionais/ estaduais e igrejas locais para explorarem e perseguirem o reconhecimento do ECFA.

Comissão de Finanças e Mordomia

O Comitê Administrativo gostaria de expressar agradecimentos ao Comitê de Finanças e Mordomia estratégica para o seu papel na revisão e monitoramento de nossa Política de Investimento. Este comitê é grato pela liderança do Bispo Ben Duncan, presidente da Comissão de Finanças e Mordomia. Bispo Duncan trabalhou em conjunto com o Diretor Executivo de Finanças e Administração para avaliar e monitorar a eficácia da política.

Aliança da Colheita

A Igreja está concentrada na colheita e empenhada em se tornar ainda mais intencional em sua prioridade de evangelização. Reconhecemos o apelo do Espírito à parceria com outros ministérios que são evangélicos e compartilham nosso compromisso com a evangelização mundial. Um maravilhoso exemplo da aplicação desse valor vem da ilha do Haiti. A igreja tem apoiado um orfanato no Haiti há muitos anos. O terremoto de 2010 destruiu muitos dos edifícios e devastou o orfanato. No entanto, a igreja entrou em uma parceria com a Rede de Ajuda Global (GAiN) para reconstruir o orfanato. O Comitê Administrativo analisou o acordo que solidificou essa parceria e ficou satisfeito ao ver a visão expansiva e generosa participação do GAiN. Esta parceria de vários anos vai transformar o orfanato de Leogane em um ministério multifacetado para crianças, jovens e adultos da comunidade de Ca-Ira. Incluirá uma creche, uma escola primária e secundária, um centro de treinamento de trabalho, um centro médico, dormitórios, casas de hóspedes e uma igreja.

Política de Amparo ao Trabalhador, Criança e Juventude

A Política de Amparo ao Trabalhador, Criança e Juventude foi apresentado para ajudar a fornecer um ambiente seguro e acolhedor em que as crianças e jovens que frequentam as nossas igrejas, acampamentos de jovens, e todos

os locais do ministério possam ser levados ao Salvador. Procuramos oferecer atendimento de qualidade e instrução para as nossas crianças e jovens em um ambiente livre de todo e qualquer tipo de abuso ou negligência.

O Comitê Administrativo introduziu a Política de Amparo ao Trabalhador, Criança e Juventude aos escritórios internacionais e para todos os níveis de liderança em cada igreja e ministério. O Escritório do Supervisor Geral, Ministério Internacional da Juventude e departamentos do Ministério da Criança ajudaram no desenvolvimento e na distribuição dessa política, que está disponível para todos os níveis de ministério. A Política de Amparo ao Trabalhador, Criança e Juventude é projetado para proteger e promover o crescimento integral de cada criança e adulto. Ela não se destina a ser uma política opcional para qualquer nível de liderança na Igreja de Deus da Profecia. Todas as igrejas, acampamentos e locais de ministério são destinados a participar na implementação da Política de Amparo ao Trabalhador, Criança e Juventude, independentemente do tamanho da igreja ou do ministério, até o ano de 2014. Para mais informações sobre a implementação desta política, por favor entre em contato com o seu escritório nacional/ regional/ estadual. Uma cópia gratuita desta política está disponível na internet, visitando www.cogop.org/resources.

Empréstimos

As minutas da 96ª Assembléia Internacional sobre o estado atual do Sistema Financeiro “em reconhecimento de que a Igreja está no mundo todo, os procedimentos financeiros necessários para as operações de negócios, decisões tributárias, questões jurídicas, conferências de igrejas locais, comitês nacionais/ regionais etc, que são relacionada com nações específicas, deve ser tratado por meio de ações do Comitê Administrativo. Nenhuma referência nas Minutas da Assembléia será necessária para o futuro (Minutas 96ª AI, Sistema Financeiro Atual, pp 79-80, 2010).

Pela autoridade que o Comitê de Administrativo recebeu, o seguinte procedimento financeiro foi adotado e entra em vigor imediatamente. Este procedimento será colocado no atual Manual de Políticas do Ministério da 97ª AI, 2012, como o terceiro parágrafo da Regra de advertência. Este procedimento estabelece “3. Devido à diversidade e complexidade de ambas as questões legais e fiscais, incluindo suas conseqüências relacionadas, que cercam os empréstimos feitos com o dinheiro da igreja (ou seja, um empréstimo a um pastor ou membro de uma igreja local; um empréstimo para um supervisor ou um

ministro por um Comitê de Finanças etc), bem como a desconfiança que uma operação deste tipo, muitas vezes promove, o respectivo órgão fiduciária ou seu agente fiduciário investido nos níveis internacional, trans-local, ou locais NÃO é permitida um empréstimo de qualquer tipo, por qualquer razão para qualquer indivíduo (incluindo créditos de compensação relacionada empregador-empregado), utilizando o dinheiro da igreja.”

Visão 2020

Em 2010, depois de muito trabalho, oração e deliberação, um plano estratégico de dez anos conhecido como “Visão 2020”, foi publicado. A declaração de missão e a declaração de visão capturou 12 elementos fundamentais que formam a nossa identidade e descrevem o tipo de pessoas que Deus nos chamou para ser. Esses fundamentos foram explicados no livreto, “Fundamentos para enfrentar o que está por vir”, e distribuído na Assembleia de 2008.

Estávamos motivados por uma paixão para alinhar o nosso trabalho com os valores fundamentais, visão e missão, que acreditamos Deus tem falado aos nossos corações. Assim como o Espírito Santo chamou esse movimento todo em 1994 para “Tornar-nos à colheita”, cremos que Deus está nos chamando agora para nos concentrar em oração, colheita e desenvolvimento de liderança.

Acreditamos que essa rede ministerial tem vocações específicas que devem ser priorizadas. A obediência ao chamado do Espírito significa focar, racionalizando e investindo todos os recursos disponíveis para fazer o que Deus está falando conosco. À medida que continuamos a buscar a unção divina, somos encorajados pelo feedback de todo o mundo. A visão foi apanhada. Esta Igreja está alinhando-se, cada vez mais, em resposta ao chamado de colheita e expansão do Reino no mundo. Estamos construindo em nosso fundamento que é Cristo, o chamado do Seu Evangelho, convicções profundas de santidade, a experiência Pentecostal, compaixão em missão mundial, participação de “todas as nações” e fome por unidade cristã. O que Deus colocou dentro de nós como “DNA divino” mais de um século atrás, está sendo renovado pelo Espírito Santo nesta hora significativa.

Não é importante apenas que tenhamos uma visão clara para a missão geral do movimento, mas é vital que cada área continental, nação, região, estado e igreja local se junte a nós em abraçar os nossos valores comuns. Convidamos os líderes em todos os níveis para alinhar seus ministérios e esforços em direção a esses valores e nossa visão dada por Deus e missão. Apelamos a todas as equipes de liderança para orar sobre seu próprio contexto ministério. Nós cre-

mos que Deus vai ungir os líderes em todos os níveis para pensar seriamente e estrategicamente, a fim de se tornar mais missionária e intencional.

Nosso destino está à frente à medida que nos unimos ao nosso Salvador na maior era de colheita que este mundo já conheceu. O Rei está em preparação agora para Seu glorioso retorno ao planeta Terra. É tempo para este corpo dar todos os esforços e fazer todos os sacrifícios para: orar para o Seu Reino vir, desenvolver líderes para esta grande causa, e colher de forma eficaz em todas as terras. A Igreja de Deus da Profecia está se levantando para responder a esta visão com o entendimento de que os líderes de todos os níveis têm sido ungidos para liderar.

Encerramento e apreço ao nosso Supervisor Geral

O Comitê Administrativo dá louvor ao nosso Pai Celestial por Sua direção e graça ao longo dos últimos dois anos. Reconhecemos nossa completa dependência de Sua direção e olhamos para Ele para orientação em cada esforço e decisão. Além disso, queremos reconhecer a liderança de nosso supervisor geral, o Bispo Randall E. Howard. Seu amor por Deus e seu compromisso com este organismo mundial são inspiradores. Sua devoção, estruturação deste comitê para incluir todos os níveis de liderança e abertura à discussão e diálogo promove uma atmosfera para a liderança do Espírito. É uma honra e um privilégio servir com ele nesta irmandade global da Igreja de Deus da Profecia.

Respeitosamente,

Randall Howard, Presidente

Sam Clements

Clayton Endecott

David Browder

Ben Feliz

Gabriel Vidal

Clayton Martin

Paul Holt

David Bryan

E.C. McKinley

Aileen Reid

Don Brock

Brian Sutton

Comitê de Finanças e Mordomia



Fundos para o Tomlinson Center

Justificativa:

Em 2004, a Força Tarefa da Faculdade da igreja relatou: “Sentimo-nos encorajados pela resposta de pesquisa de 1.244 pastores, 97 por cento dos quais indicaram que incluiria uma faculdade da Igreja em seu orçamento anual. Para este fim, um fundo restritivo foi criado nos escritórios internacionais, a fim de receber e desembolsar fundos para as despesas operacionais e ajuste para o Tomlinson Center. O fundo do Tomlinson Center está agora aberto a receber ofertas das igrejas locais. Até este ponto, esta conta foi financiada por doadores privados “(93ª AM, Relatório Inf. da Força Tarefa da Faculdade da Igreja, Captações p.93).

Além disso, nossos presbíteros gerais divulgaram uma resolução e deram o seu apoio unânime ao Tomlinson Center (Mensageiro Asa Branca, Janeiro de 2010, p. 16), que foi citado no Relatório Conselho de Administração do TC (pp. 65-69) Assembléia passada, julho-agosto de 2010. Dentro desta resolução, os presbíteros gerais declararam: “Apoiamos a cooperação financeira da Igreja para o colégio da Igreja.”

O Relatório do Conselho de Administração TC também enfatizou o seguinte:

... “Deve-se claramente observar que nem o Quadro de Tomlinson Center, o corpo docente, presbíteros gerais, nem os escritórios internacionais podem exclusivamente fornecer a esta Igreja uma instituição de ensino superior e desenvolvimento de liderança. A necessidade excede os atuais recursos disponíveis. Este será o nosso colégio da Igreja e, como tal, ele vai exigir que nos ajuntemos em parceria para realizar um retorno a uma presença no campus. Precisamos de cada membro e líder desta Igreja para participar junto com o Conselho de Administração e nossos presbíteros gerais em arcar com a responsabilidade. Precisamos de você para se juntar a nós como parceiros visionários que oram e financiam” (ibid, pp 68-69).

Outro indicador de interesse da Igreja neste projeto encontra-se em uma parte do levantamento do ARKS de 2011, onde o Diretor Executivo de Finanças e Publicação consultou o campo para solicitar sugestões sobre várias questões no Relatório ARKS incluindo o Tomlinson Center (TC).

Esta amostra da pesquisa indica de forma confiável que o apoio no campo para o TC continua a ser muito elevado, com uma maioria esmagadora, não menos do que dois terços de, possivelmente, mais de três quartos, dos nossos membros (ou seja, variando de 66 a 77 por cento) acreditando que a Igreja de Deus da Profecia deve ter uma faculdade da Igreja que tem uma presença no antigo campus do TC,

com um campus virtual através da Internet como uma característica fundamental continuada de TC. Esta pesquisa também sugere que cerca de metade (ou seja, variando de 44 a 58 por cento) dos nossos pastores liderariam suas igrejas num compromisso financeiro para o TC em uma base mensal .

Existem atualmente 9.504 igrejas locais (96ª MA, Totais por Áreas presbiteriais, p. 152). Considere o potencial de nossos esforços coletivos em angariar fundos para a nossa própria faculdade. Se cada igreja fosse levantar uma oferta anual para o TC via captação de recursos ou uma campanha promocional na médias de pelo menos US\$ 100 (ou o equivalente), poderíamos receber quase US \$ 1 milhão por ano para a nossa faculdade da Igreja (9.504 igrejas x US\$ 100 cada = \$ 950,400.00). Isto também poderia ser feito com a designação de uma quantidade específica de dinheiro (ou seja, o equivalente a US\$ 2 por semana) ou uma porcentagem do orçamento anual de uma igreja local (ou seja, 1 por cento ou menos). Compreensivelmente, algumas igrejas poderiam dar mais.

Finalmente, reconhecemos que o desenvolvimento da liderança é um dos nossos principais valores primários. Como tal, o desenvolvimento de líderes é o que a nossa Igreja continuará a fazer tanto através de instrução informal quanto formal. Devemos continuar refinando um meio de educar e equipar tanto os líderes existentes e emergentes para a nossa Igreja mundial de uma forma que preserva a nossa herança de Igreja, crenças distintas, política estabelecida e tradições únicas. Nossa própria instituição oficial de ensino superior que ofereça um ambiente onde, estudos históricos, doutrinários e práticas bíblicas são enquadrados no contexto de uma perspectiva da fé no movimento Santidade-pentecostal que adequadamente desenvolve e prepara o membro ou ministro para um moderno ministério local, trans-local, e/ou global.

O Conselho do Tomlinson Center está atualmente no processo de explorar as opções de concessão, doações, iniciativas da campanha de capital, patrocinadores, e outros meios de apoio financeiro. No entanto, uma doação sistemática do povo desta grande Igreja é parte integrante de um sentido de pertencer e de identidade com esta iniciativa de desenvolvimento de liderança.

Portanto, parece apropriado para os nossos membros e igrejas locais seguir a liderança inspiradora de nossa Igreja global e agora começar o apoio financeiro freqüente e fiel de Tomlinson Center por meio de ofertas periódicas, captação de recursos e/ou desembolsos orçamentários.

Recomendação:

No final do Sistema Financeiro Atual, inserir uma nova seção e parágrafo como oferecidas abaixo :

Departamento de Missões Globais

Este ministério prevê esforços de divulgação da Igreja a nível internacional. Uma atenção especial é dada por este ministério para a chamada da Igreja para entrar de todo o coração no ministério da colheita que resulta da Grande Comissão de Cristo. O coordenador é responsável por desenvolver e coordenar os ministérios que eficiente e eficazmente prestam serviços nas seguintes categorias :

- 1 Fundo de missão mundial, coordenação do orçamento e distribuição
- 2 Mãos que Ajudam
- 3 Perspectivas globais de missão, promoção e estratégias de alcance
- 4 Coordenação do Ministério de Parceiros na colheita
- 5 Coordenação de alívio de desastres
- 6 Fundo Criança Única (orfanatos internacionais)

Tomlinson Center:

Cada igreja local é convidada a apoiar financeiramente o Tomlinson Center (TC) como nosso colégio distintivo do ensino superior para a Igreja de Deus da Profecia. Para este fim, cada igreja local é desafiada a escolher uma ou mais dessas formas de apoiar TC ao longo do ano:

- Orçamento uma quantia mensal para TC
- Realizar uma ou mais captação de recursos anuais para TC
- Receber uma oferta promocional para TC no último domingo de maio, a cada ano.

O pastor local pode achar útil discutir este item orçamental com o Comitê de Finanças e Mordomia (ou comitê equivalente) e/ou nomear um impulsionador do TC para organizar e realizar evento(s) beneficente(s) e/ ou receber oferta promocional anual. O tesoureiro da igreja local mandaria esses fundos quando receber mensalmente com seu relatório de igreja, para os Escritórios Internacionais (Estados Unidos) ou para o escritório apropriado fora dos Estados Unidos (conforme indicado pelo respectivo supervisor nacional).

Respeitosamente:

Benjamin M. Duncan, Presidente
C Jay Croyle Jr, Sec. de Arquivo
Angie Zamora, Sec. de Registro
Gary Adkins

Noward Dean
Franklin M. Ferguson
Jesse Yañez

Problema sistêmico com o Sistema Financeiro Atual (PFS) e Soluções (Não para declaração de Procuração - mas Somente Esclarecimento)

Discussão:

Os resultados do nosso estudo extensivo de cinco anos que aqui são celebrados identificam que as soluções para a nossa situação financeira atual já existem em nossa doutrina bíblica estabelecida e atual política financeira, que só precisa ser praticada por nós. Portanto, este documento é apresentado para o esclarecimento.

Na 96ª Assembléia Internacional (julho/agosto de 2010), o Comitê da Assembleia de Finanças e Mordomia (F&S) apresentou um estudo abrangente do sistema financeiro atual como um relatório informativo com a intenção de trazer uma recomendação à 97ª Assembleia Internacional, que trataria os problemas sistêmicos de nosso atual sistema financeiro e buscar uma solução viável.

Antes de continuar com os nossos achados, expressamos o nosso mais profundo agradecimento a todos os nossos membros, pastores e igrejas que foram e continuam a ser fiéis no dízimo para o PFS, com relação à política financeira que foi estabelecida e aprovada pela nossa Assembleia. Pela graça e bênção de Deus, este fiel cumprimento em dízimo no sistema financeiro da igreja pelos nossos membros e líderes tem sustentado as operações do ministério e missão da nossa Igreja adequada em todos os níveis há mais de um século, independentemente do projeto ou acordo sobre o sistema financeiro usado. Na verdade, uma vez que nossas transições para o PFS em 1994, mais fundos estão agora disponíveis a nível local do que nunca e o sistema existente está trabalhando geralmente bem para todos, exceto para os escritórios intermediários.

A partir dos dados disponíveis, o F&S conclui que há um problema chefe sistêmico do Sistema Financeiro Presente (PFS), que resulta em e carrega consigo a atual insuficiência de fundos no Escritório N/R/E. O seguinte é a raiz do nosso problema, simplesmente declarado:

A abrangente falta de participação empenhada em dízimo dentro do Sistema Financeiro Atual por um número significativo de membros, pastores e igrejas.

Este problema se expressa dentro de nossas PFS por descumprimento intencional ou inocente e é também o catalisador de um dilema financeiro de nossa própria autoria. Há aqueles que conhecem e sabem dar o dízimo dentro do PFS e ainda não cumprem. Além disso, há aqueles que ainda não foram ensinados a mordomia bíblica, juntamente com a nossa política financeira e não entendem como a cumprir.

Assim, nós não acreditamos que há uma necessidade de reformar o sistema financeiro atual ou passar para algum outro sistema financeiro. Pelo contrário, o PFS é um bom sistema financeiro e vai trabalhar de forma eficaz, se trabalharmos o sistema. O atual PFS foi projetado para operar e ser sustentado pelos dízimos recebidos em curso a partir de três fontes principais: os seus membros, os seus ministros e suas igrejas. No entanto, vários estudos revelaram que não dizimar dentro do PFS é de âmbito universal dentro da Igreja de Deus da Profecia.

Entre 2004 e 2010, nosso crescimento em membros, pastores e igrejas “explodiu” no mundo, principalmente fora da América do Norte! Os dados mostram que, durante este mesmo período de seis anos, pouco mais de 80 por cento dos dízimos recebidos de forma consistente veio da América do Norte, enquanto que mais de 98 por cento de novos membros de forma consistente veio de fora da América do Norte. Não obstante, a tendência óbvia a partir dos dados é que, embora estejamos crescendo numericamente em membros, não estamos aumentando proporcionalmente em dízimos recebido no PFS. De fato, os dados mostram que, durante este período, a nossa filiação à igreja aumentou 91 por cento (ou seja, 709.624 novos membros) e nossas igrejas aumentaram quase 17 por cento (ou seja, 1355), ainda, que o aumento no total de dízimos recebidos (ou seja, a partir de membros da igreja e contribuições) por uma rede de aproximadamente 5 por cento (isto é, \$ 717,587.16)! Isso equivale a um aumento médio de dízimos de US \$ 1,01 por novo membro, durante todo esse tempo (ou seja, ou a quantidade média de 17 centavos de dólar por novo membro, por ano). Esse dado revela que os novos membros não estão sendo adequadamente instruídos sobre o ensino bíblico do dízimo e na política financeira aprovada da Assembleia -do dízimo no PFS.

Por outro lado, a partir dos dados disponíveis, também mostra que a estabilidade de nossa membresia mundial durante este mesmo período consistentemente em média menos de US\$ 10 (ou seja, \$9,67) em dízimo anual à sua igreja local, os nossos ministros/pastores eram apenas dois terços compatíveis em dízimo aos seus respectivos Escritórios N/ R/ E, e as nossas igrejas eram apenas 57 por cento compatíveis com o dízimo para os Escritórios Internacionais. Portanto, nós, como Igreja, estamos geralmente falhos para adequadamente ensinar, enfatizar, e requerer mordomia adequado e conforme com a política financeira do PFS para nossos membros e liderança. Esta situação afeta negativamente o PFS, em que, quando a Igreja cresce numericamente, menos é o dízimo para o PFS, sufocando assim, os recursos já limitados, especialmente nos níveis trans-locais e globais. Esta não-conformidade com as diretrizes relativas à dízimo da PFS resultou em um déficit de fundos que se manifestou com mais frequência no nível intermediário ou trans-local (ou seja, os escritórios N/ R/ E).

Abraçando o valor central de plantação de igrejas não deve ser apenas uma fonte primária de crescimento do Reino de Deus e da Igreja de Deus, mas, também deve se tornar um meio de aumentar os fundos disponíveis para operar e manter todos os nossos ministérios confortavelmente em todos os níveis dentro da nossa Igreja. Portanto, à medida que crescemos no número de membros, também devemos treinar os novos membros, pastores e igrejas em mordomia bíblica e como cumprir com a política financeira da Igreja. Além disso, nossos membros experientes, ministros/pastores e igrejas, devem dar o exemplo e praticar o dízimo fiel no PFS.

Qual é então a solução? A solução é **“plena e inabalável participação.”**

Só a participação, por todos ou pelo menos a maioria de nossos membros, pastores e igrejas dízimo no PFS resolveria provável e imediatamente esta dificuldade, especialmente nos escritórios N/ R/ E. Como é que vamos chegar em ou perto de 100% de participação? Acreditamos que o arrependimento é o método que vai trazer a solução para resolver o nosso problema atual de insuficiência de recursos. Arrependimento é muitas vezes definido como mudar a mente, mudar de caminhos, e mudar de direção.

Portanto, uma mudança conjunta de nossas mentes coletivas (ou seja, os nossos pensamentos, diálogos e atitudes) sobre o Sistema Financeiro Atual está em ordem. Como foi dito antes e como evidenciado pelos fatos, o atual sistema financeiro é um sistema muito bom e serve bem a nossa igreja, quando operado como projetado.

Além disso, uma mudança combinada de nossos caminhos errôneos (isto é, práticas de dízimo) seria útil. Mais uma vez, membros, pastores e igrejas comprometidos com o dízimo para o PFS por decisões da Assembleia poderia resolver a escassez de fundos muito rapidamente.

Além do mais, uma mudança comum em nossa direção (ou seja, tendência atual) de crescer numericamente, mas não crescer comparativamente nas finanças está em ordem. À medida que plantamos novas igrejas que evangelizam novos campos e trazem novos membros e novos líderes, devemos simultaneamente estar enfrentando um aumento dos fundos também. Este crescimento duplo em tamanho e fundos deve ocorrer quando simultaneamente enfatizamos, modelamos, instruímos, praticamos e desafiamos mordomia bíblica e conformidade com a nossa política financeira.

Além disso, pode ser necessário para a nossa liderança da Igreja em todos os níveis (pastores, bispos, presbíteros) desafiar os membros, pastores e igrejas, que não são compatíveis com a política financeira aprovada da Assembleia (ou seja, o PFS). Elaboração em algumas estratégias de como esse processo poderia ser implemen-

tado usando decisões existentes da Assembleia podem ser úteis. Nós concordamos como Assembleia para nossas igrejas locais que o dízimo para os escritórios internacionais (IO), conforme explicado claramente na nossa posição doutrinária e política atual sobre o dízimo corporativo (96ª AM/ MPM, Recomendação J. Dízimo Corporativo, p. 63 no Relatório do Comitê de Doutrina e Política bíblica da Assembleia, 92 IGA, 2002). Além disso, chegaram a acordo sobre um sistema financeiro em que as igrejas locais devem enviar seus dízimos a cada mês para os Escritórios Internacionais ou ao adequado Escritórios Nacionais (96ª AM, do Sistema Financeiro Atual, Alocação de Dízimos, p.76, 2010). Além disso, a decisão da Assembleia em vigor prevê “um papel mais ativo pelo Moderador e conselheiros de Assembleia em manifestações espirituais mais exigentes para garantir que eles se alinhem com o Espírito e a Palavra. Aqueles que seriam consideradas fora de ordem seria tratada de forma decisiva. Isso também inclui aqueles que expressam atitudes de desrespeito e desprezo pelo Moderador, a Assembleia Internacional, e de suas comissões oficiais. Isso pode significar a sua voz a ser removido do processo.” (96ª AM/ MPM, I. Recomendações a Assembleia Internacional, parágrafo 7º, p. 16). Consequentemente, essas igrejas atualmente não conformes com o PFS poderiam ser consideradas fora de ordem ou no desprezo da Assembleia e a sua voz removida do processo.

De acordo com esta autoridade, o cronograma e plano de ação identificadas no seguinte apêndice A, é oferecido à consideração da liderança da Igreja, nos níveis adequados, a fim de trazer compassivamente sobre o cumprimento pelas igrejas locais para essas decisões da Assembléia.

Curso de Ação: Igreja Local que Não envia Relatórios e/ou Não dá Dízimo (Ver Anexo “A”) (Autoridade: 96ª AM, do Sistema Financeiro Atual, pp. 76-82; Seção 5, informações importantes, Líderes da Igreja locais e oficiais, pp. 133-134; Dízimo e ofertas, p 142; 96ª MPM, I. A Assembleia Internacional, Recomendações, parágrafo 7, p 16; III Supervisor da Igreja de Deus da Profecia, F. funções de supervisão, parágrafo 6, p. 33; J. Recomendação de dízimo Corporativo, p; 63, 2010).

Em uma carta aos pastores, datada de 3 de junho de 1994, o falecido Bispo D. Billy Murray, um dos nossos ex-supervisores gerais, declarou: “Os pastores recebem seu apoio por parte dos dízimos recebidos na tesouraria da igreja entre os membros. Não é uma violação da ética cristã para um pastor aceitar uma parte dos dízimos pagos pelos outros, enquanto se recusar a si mesmo a dar o dízimo?” Além disso, a decisão da Assembleia corrente afirma que: “Um ministro que não dá o dízimo da sua renda pessoal não deve ser permitido manter uma licença. As instruções de Paulo a Timóteo são oportunas em referência a esta questão: “... sê o exemplo

dos fiéis, na palavra, no trato, no amor, no espírito, na fé, na pureza” (1 Timóteo 4:12). O dízimo é um ensino destacado pela Assembleia. Cada ministro, ao ser examinado para o ministério, afirmou que pagou dízimos fielmente de toda a renda pessoal. Quando um ministro licenciado na igreja deixa de ser um exemplo nessa questão de mordomia, isso indica um problema espiritual. É responsabilidade do Presbítero [sic] 1 [ie, Supervisor N/ R/ E] investigar e, se possível, ajudar o ministro a superar este problema. Se um ministro não responde a tais tentativas de ajuda arrependendo-se e retomando a fidelidade em ser um exemplo para os fiéis, o Presbitério [sic] 2 [ie, Supervisor N/ R/ E, presbítero geral, supervisor geral] não tem nenhum recurso, mas ao ver que seu ministério está terminado (Ata da 81ª Assembléia Geral, 1986, p. 35).”

De acordo com esta autoridade, o cronograma e plano de ação identificados no seguinte Apêndice B, é oferecida à consideração da liderança da Igreja, nos níveis adequados, a fim de trazer compassivamente sobre o cumprimento pelas igrejas locais para essas decisões da Assembléia.

Curso de Ação: Ministro/Pastor que Não envia Relatórios e/ou Não dá Dízimo (Ver Anexo “B”)

(Autoridade: 96ª AM., Sistema Financeiro Atual, pp. 76-82; 96ª AM/ MPM VI Instruções Gerais, B., O dízimo pelos ministros, VII Sistema de Relatório do Ministério; VIII Disciplina Ministerial pp. 99-107, 2010.)

Curso de Ação: Supervisor N/ R/ E que Não envia Relatórios e/ou Não dá Dízimo (Anexo “C”)

(Autoridade: 96ª AM, do Sistema Financeiro Atual, pp 76-82; 96ª AM/ MPM

II. O Papel do Supervisor, pp. 30-39; C. Competências N/ R/ E Supervisores, pp. 69-70; VI. Instruções Gerais, B. O dízimo pelos ministros, VII. Sistema de Relatório do Ministério; VIII. Disciplina Ministerial pp. 99-107, 2010)

Embora o dízimo não é um teste de membro em nossa Igreja, é um dos sete pontos que o pastor deve ressaltar ao candidato para a membro. “O plano da Bíblia para o pagamento de dízimos à casa do tesouro da igreja local e ofertas para o apoio do programa da igreja deve ser explicado mostrando as bênçãos prometidas de Deus sobre aqueles que o dizimam e ofertam (96ª AM/ MPM, III. Membros da Igreja, A. Acrescentando membros à Igreja, 6. dízimo e Oferta, pp. 49, de 2010). “Além disso, existem vários recursos, muitos grátis e outros oferecidos a um custo razoável, no site do Ministério de Mordomia (<http://cogop.org/ministries/stewardship.html>), que estão disponíveis para uso por lideranças

locais e trans-local em educar nossos membros sobre mordomia bíblica.

Vamos rever alguns trechos do discurso anual do falecido Bispo D. Billy Murray à 89ª IGA de 1996, Seção 3: Dizimando Alegrementemente, pp. 92-95, onde falou conosco sobre sermos mordomos, não proprietários, de tudo o que Deus nos confiou. Também, Bispo Murray enfatizou que o dízimo é uma forma de adorar a Deus e deve ser praticado por todos nós, independentemente de nossa situação econômica. Ele disse:

“Como a Igreja tem procurado compreender esses princípios de adoração na qual Deus tem prazer, a conclusão foi alcançada há muitos anos que todos nós devemos por o dízimo em prática. Na medida em que a verdadeira adoração não pode ser forçada, nunca procuramos fazer do dízimo uma prática obrigatória, ainda, que é algo que todos os cristãos devem ter prazer em fazer. Certamente, não é algo a ser feito de má vontade. Dizimo como oferta, deve ser feito com gozo, alegria... Na medida em que Deus aprovou o dízimo como uma forma de adoração que agrada, parece uma pequena coisa que seus filhos tragam um décimo do seu ganho a seu ‘tesouro’... Além disso, Deus desafia Seus filhos apenas prová-Lo por este ato de adoração, para lhe dar uma chance para derramar uma bênção especial de abundância sobre aqueles que trazem todos os seus dízimos para o Seu tesouro... Quando o povo de Deus deixa de dar o dízimo, a maior tragédia não é a perda de financiamento para a igreja, mas é a perda de bênções sofrida por pessoas que não conseguem adorar da maneira que Deus aprova e prescreve. Deus, que é dono do gado em mil colinas, junto com o mundo e tudo que nele há, não está sendo roubado tanto de bens materiais como Ele está sendo roubado do amor de seu povo e devoção. Possuindo este mundo e tudo nele, nosso Deus coloca certas posses em nossas mãos para ver como lidamos com elas. Tornamo-nos mordomos de Seus bens. É a Sua escolha que nós coloquemos 10 por cento do que Ele nos confiou em Seu armazém como uma forma de adoração. Eu acho que nós temos às vezes a mentalidade que 10 por cento pertence ao Senhor e de 90 por cento nos pertence. Isso não está certo. Não estamos envolvidos na propriedade, estamos envolvidos em mordomia. Ele coloca em nossa confiança para ver como conseguimos isso por ele. É um erro, então, para nós considerarmos os 90 por cento restantes para ser nosso. O que resta é dele e continuamos mordomos para gerenciar de acordo com a Sua vontade... É verdade que o dízimo fornece os fundos necessários para o ministério da igreja. Milhares de ministros, assim, receberam apoio onde eles foram capazes de dar o seu tempo à oração e ao ministério da Palavra. Esta é sempre uma bênção. A maior bênção, no entanto, vem para aqueles que têm oferecido adoração e louvor genuíno a Deus, apresentando-lhe o dízimo de seu ganho. Este é um culto em que todos podemos participar... Nenhuma pessoa é pobre

demais ou rico demais para dar o dízimo e ofertar... Segundo a lei, poderia ser que tenha sido praticado com má vontade, às vezes, mas o dízimo em que Deus se deleita precedeu a lei, e é uma forma de adoração da graça. Que maravilha será quando todos aqueles que são filhos de Abraão pela fé trazer com alegria todos os dízimos à casa do tesouro. Então Deus poderá derramar uma bênção sobre nós que não haverá espaço suficiente para receber. Minha oração é que todos os nossos povos, em breve, conheçam e experimentem a alegria da verdadeira adoração através do dízimo e ofertas.”

De acordo com esta autoridade, o cronograma e plano de ação identificadas no seguinte apêndice C, é oferecida à consideração da liderança da Igreja, nos níveis adequados, a fim de trazer compassivamente sobre o cumprimento pelas igrejas locais para essas decisões da Assembléia.

Curso de Ação: Membro(s) Não Dizimista (Ver Anexo “D”)

(Autoridade: 96ª AM, Sistema Financeiro Atual, pp. 76-82, 2010; Seção 5, informações importantes, Líderes da Igreja locais e oficiais, pp. 133-134 e Dízimo e Oferta, p. 142; 96ª AM/MPM, III. Membros da Igreja, A. Acrescentando Membros à Igreja, 6 Dízimo e Oferta, pp. 49; E. Deveres e Poderes da Conferência, nº 4, p. 60; H. O Papel do Comitê de Finanças Mordomia da Igreja Local, parag. nº 6, p. 62; Ministérios de Mordomia da Igreja de Deus da Profecia no <http://cogop.org/ministries/stewardship.html>)

Conclusão:

Enviamos um chamado ao ARREPENDIMENTO (ie, MUDANÇA) e BÊNÇÃO!

A participação plena e inabalável em nosso sistema financeiro atual por nossos membros, pastores e igrejas que nos trazem tudo em uma celebração de prosperidade! Como o apóstolo Paulo diz em uma carta à Igreja de Corinto: “E Deus é poderoso para fazer que toda a graça lhes seja acrescentada, para que em todas as coisas, em todo o tempo, tendo tudo o que é necessário, vocês transbordem em toda boa obra” (2 Coríntios 9:8, NVI).

Apelamos aos nossos atuais membros, pastores e igrejas para pagarem o dízimo fielmente no sistema financeiro atual, de acordo com a política financeira que temos agora. Vamos renovar o nosso compromisso para este fim e através de “trabalhar o sistema” podemos deliciosamente descobrir que “o sistema funciona.” A única ação de cada membro, ministro, e da igreja pagar o dízimo fielmente no PFS sozinha resolve questões de solvência, no máximo, se não todos, os níveis (local,

trans-local e global), à medida que haveria um fluxo de fundos que, direta ou indiretamente seriam disponibilizados para atender a este dilema.

Apelamos aos líderes-chave em todos os níveis (presbíteros, bispos, pastores) publicarem e proclamarem entre seus líderes, membros e congregados uma mensagem declarativa contínua e desenvolverem uma iniciativa de educação continuada única para a sua área de ministério e influência que enfatiza fiel gestão e participação constante no Sistema Financeiro Atual. Devemos visivelmente modelo e diligentemente instruir novos membros, líderes emergentes, ministros recém-licenciados e pastores e congregações de igrejas recém-plantadas, no ensino bíblico sobre o dízimo e oferta, e ao mesmo tempo sobre como isso é feito de forma adequada no âmbito do Sistema Financeiro Atual. Se o fizer, deve resultar no crescimento saudável da nossa igreja em geral, tanto numericamente quanto financeiramente.

Que cada um de nós, hoje, nos comprometamos, em princípio, transmitir em público, cumprir na prática, dar o dízimo no âmbito do Sistema Financeiro Atual, por isso, que nós coletivamente andaremos nas bênçãos do Senhor e nos tornaremos uma fonte de bênçãos para os outros .

Em conclusão, como um auxílio para o “campo”, as “Linhas de Ação” ilustrado como apêndices do relatório que resume nossas já aprovadas decisões da Assembléia e política existente, será inserido no final do Sistema Financeiro Atual, como estratégias de conformidade para uso pela nossa liderança da igreja.

Respeitosamente:

Benjamin M. Duncan, Presidente
C Jay Croyle Jr, Sec. de Arquivo
Angie Zamora, sec. de Registro
Gary Adkins
Noward Dean
Franklin M. Ferguson
Jesse Yañez

(Notas)

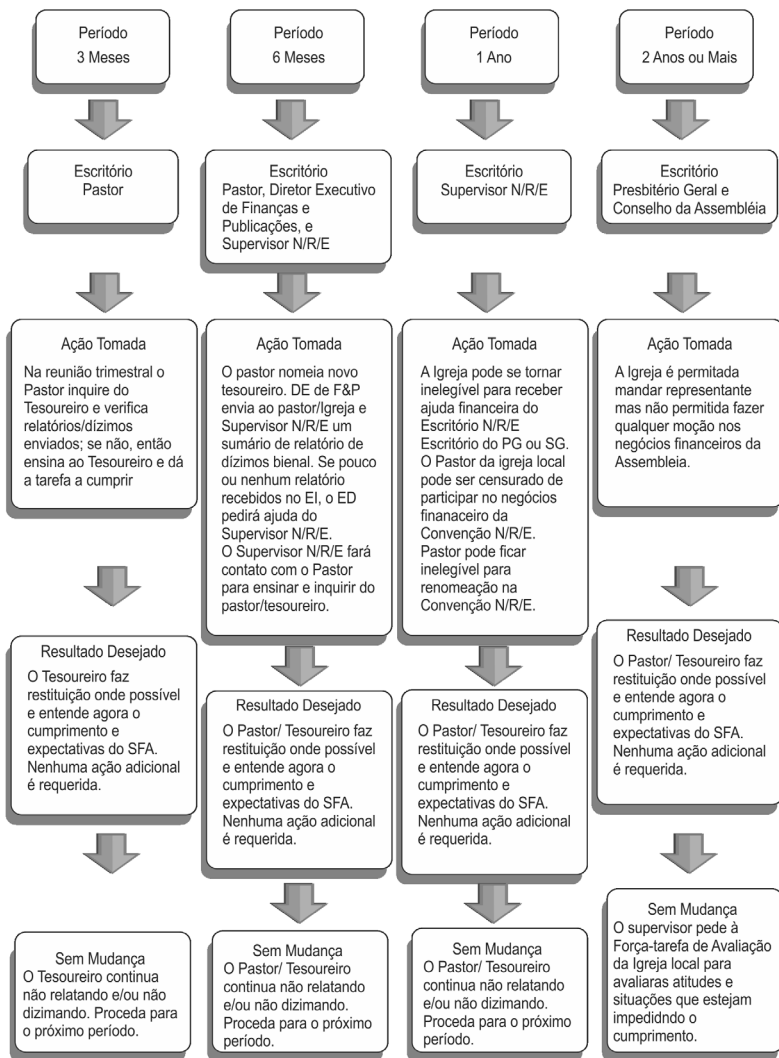
¹Informações de clareza apresentadas ao Comitê de Finanças & Mordomia (2011)

²Informações de clareza apresentadas ao Comitê de Finanças & Mordomia (2011)

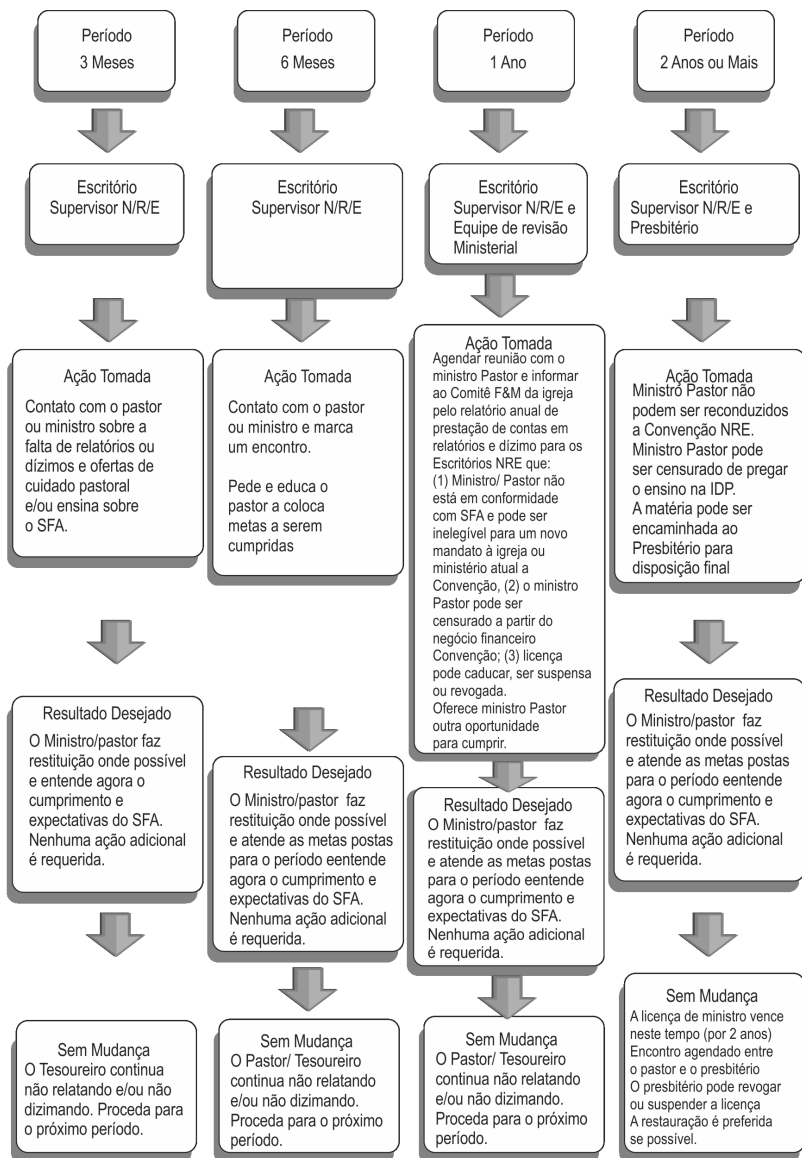
Relatório do Comitê de Finanças e Mordomia da 97ª Assembléia Internacional

Curso de Ação: Igreja Local que Não envia Relatórios e/ou Não dá Dízimo (Anexo “A”)

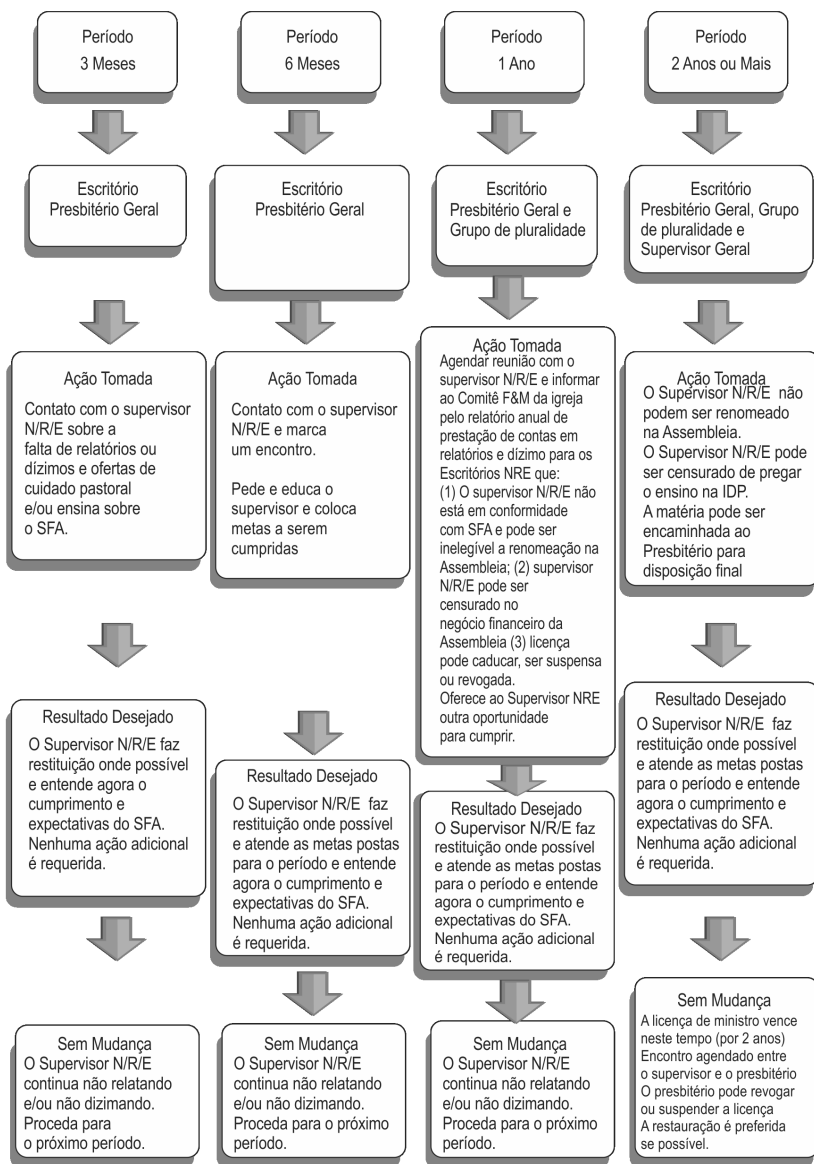
(Autoridade: 96 AM, Sistema Financeiro Atual, pp. 76-82, 2010; Seção 5, informações importantes, Líderes da Igreja locais e oficiais, pp. 133-134 e Dízimo e Oferta, p. 142.; 96 MPM, I. Recomendações da Assembléia Geral, parágrafo 7, p. 16; III Supervisor da Igreja de Deus da Profecia, F. funções de supervisão, n° 6, p. 33; J. Recomendação de dízimo Corporativo, p. 63, 2010).



Curso de Ação: Ministro/Pastor que Não envia Relatórios e/ou Não dá Dízimo (Anexo “B”)
 (Autoridade: 96 AM, Sistema Financeiro Atual, pp. 76-82; 96 AM/ MPM VI Instruções Gerais, B., O dízimo pelos ministros, VII Sistema de Relatório do Ministério; VIII Disciplina Ministerial pp. 99-107, 2010)

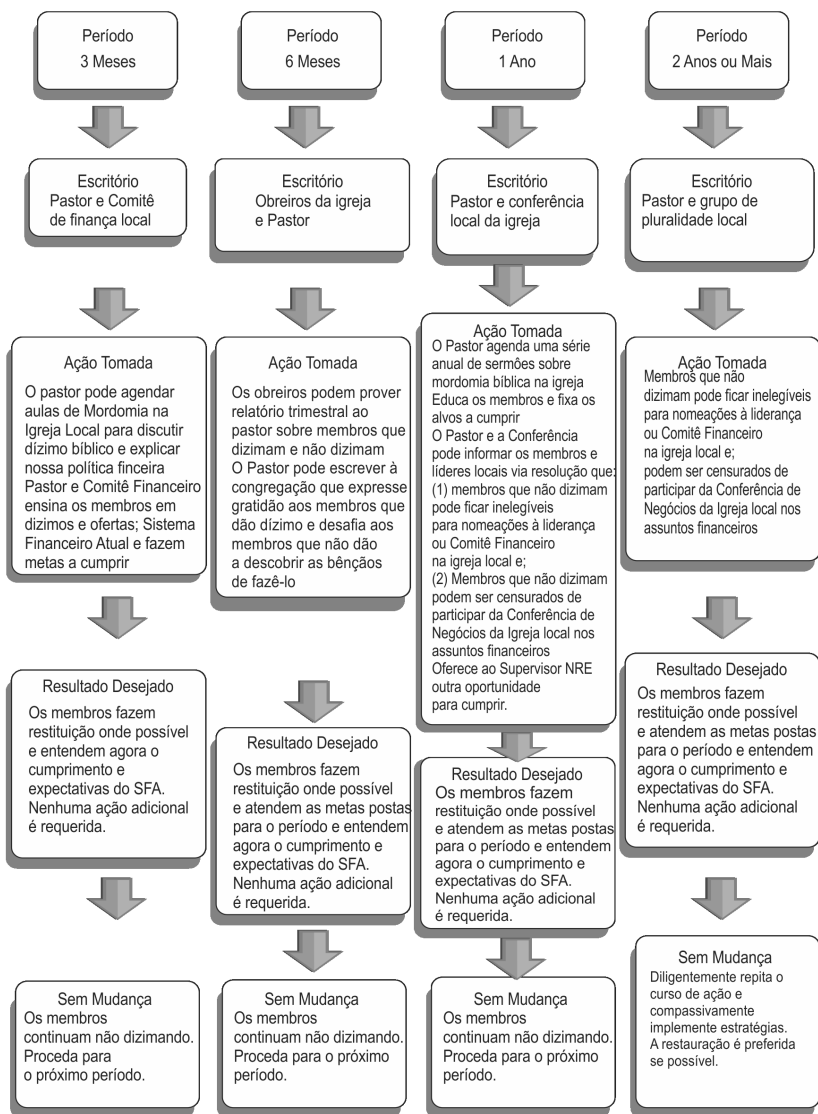


Curso de Ação: Supervisor N/ R/ E que Não envia Relatórios e/ou Não dá Dízimo (Anexo “C”)
 (Autoridade: 96 AM, do Sistema Financeiro Atual, pp. 76-82; 96 AM/ MPM II O Papel do Supervisor, pp. 30-39; C. Competências Supervisores N/ R/ E, pp. 69-70; VI Instruções Gerais, B. o dízimo pelos ministros, VII Sistema de Relatório do Ministério; VIII Disciplina Ministerial pp. 99-107, 2010)



Curso de Ação : Membro(s) que Não dá Dízimo (Anexo “D”)

(Autoridade: 96 AM, Sistema Financeiro Atual, pp. 76-82, 2010; Seção 5, informações importantes, Líderes da Igreja locais e oficiais, pp. 133-134 e Dízimo e Oferta, p. 142; 96 AM/ MPM, III. Membros da Igreja, A. Acrescentando Membros à Igreja, 6. dízimo e oferta, p. 49; E. Deveres e Poderes da Conferência, n° 4, p. 60; H. o Papel do Comitê de Finanças e Mordomia da Igreja Local, n° 6, p. 62; Ministérios de Mordomia da Igreja de Deus da Profecia no <http://cogop.org/ministries/stewardship.html>)



Seção Três

Informações Importantes e Recursos



Princípios bíblicos, crenças e práticas da Igreja de Deus da Profecia

Prefácio

Desde que as crenças da Igreja de Deus da Profecia são baseadas em princípios bíblicos, percebemos que estamos em uma jornada espiritual que se esforça para “andar na luz”, quando se trata de nossa compreensão da verdade atemporal. As seguintes idéias doutrinárias refletem nossos resultados atuais através de nossas Assembléias Internacionais. Devemos estar sempre conscientes de que, como instrumentos humanos, estamos sujeitos a compreensão limitada. Como tal, queremos buscar continuamente maior luz que melhor nos alinha com as Escrituras e traga correção para o nosso conhecimento finito. Daí em diante, após cada Assembléia, é de se esperar que o Comitê de Doutrina e Política Bíblica faça mais ajustes que sejam necessários, tendo em conta este mandato para refletir as decisões da Assembléia.

Desde os seus primórdios, a Igreja de Deus da Profecia baseou as suas crenças sobre “toda a Bíblia corretamente dividida.” Nós aceitamos a Bíblia como Santa Palavra de Deus, inspirada, inerrante e infalível. Nós acreditamos que a Bíblia é a revelação escrita de Deus de si mesmo para a humanidade e nosso guia em todas as questões de fé e, portanto, temos de olhar para a Bíblia como nossa autoridade máxima para a doutrina, a prática, organização e disciplina.

A Igreja de Deus da Profecia é firme em seu compromisso com a crença cristã ortodoxa. Afirmamos que há um só Deus, existente eternamente em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo. Acreditamos na divindade de Cristo, Seu nascimento virginal, Sua vida sem pecado, os milagres físicos que realizou, Sua morte expiatória na cruz, Sua ressurreição corporal, Sua ascensão à mão direita do Pai, e Seu retorno pessoal em poder e glória na Sua segunda vinda. Nós professamos que a regeneração pelo Espírito Santo é essencial para a salvação da humanidade pecadora. Acreditamos que o pecador é levado a uma consciência da necessidade de salvação por meio da obra de convencimento do Espírito Santo. Acreditamos que na santificação pelo sangue de Cristo, um é santificado. Afirmamos o presente, ministério ativo do Espírito Santo que guia a Igreja e por cuja habitação e capacitação que somos capazes de viver uma vida religiosa e prestar serviço eficaz a Deus e aos outros. Nós acreditamos na unicidade e unidade final de crentes para qual nosso Senhor orou, e que isso deve ser visivelmente “de que o mundo pode saber, ver e acreditar” a glória de Deus, a vinda de Seu Filho, e do grande amor que Ele tem para o Seu povo (João 17:20-23). Estamos comprometidos com a santidade do vínculo matrimonial e da importância de famílias cristãs, fortes e amorosas.

A Igreja abraça todas as doutrinas bíblicas como ensinadas no Novo Testamento e listei alguns que podem ser úteis para os crentes que procuram amadurecer em Cristo Jesus:

ARREPENDIMENTO

A presença e a obra do Espírito Santo no mundo e no coração humano por meio do Evangelho de Jesus Cristo (João 16:8-11) traz CONVICÇÃO, uma consciência e reconhecimento do pecado contra Deus e contra a necessidade de confessar que a culpa com piedosa tristeza (2 Coríntios 7:10). Em suma, o arrependimento não significa apenas estar triste com o pecado, mas uma mudança e abandono da velha vida (hábitos de pecado) para uma nova caminhada pela fé em Deus, através do Espírito Santo e em companhia com o povo de Deus (Atos 2:42). O resultado do arrependimento é a salvação, um trabalho que é ao mesmo tempo instantâneo (novo nascimento-João 3:3-8) e inclusive de vida, começando com a entrega de uma nova vida pelo Espírito Santo para o crente e culminando com um corpo glorificado (Hebreus 9:28, Marcos 1:15, Lucas 13:3, Atos 3:19). Resultados arrependimento Justificação, Regeneração, ou o que é chamado de experiência “Nascer de Novo”, como explicado nas páginas seguintes.

JUSTIFICAÇÃO

“Sendo, pois, justificados pela fé, temos paz com Deus por nosso Senhor Jesus Cristo; pelo qual também temos entrada pela fé a esta graça, na qual estamos firmes; e nos gloriamos na esperança da glória de Deus” (Romanos 5:1, 2). A justificação é tanto um estado e um ato: Da parte de um arrependido, é o estado de estar, sem ofensa para com Deus. Da parte de Deus, é seu ato em perdoar os pecados atuais para quem se arrependeu e declarar o indivíduo aceito em um novo relacionamento. O indivíduo é dito justificado pela fé em Jesus Cristo, isto é, os pecados são cobertos (expiados), e Deus já não responsabiliza a pessoa por esses pecados. A Nova vida espiritual começou (2 Coríntios 5:17), um começo, por vezes referido como “regeneração”.

REGENERAÇÃO/ NASCER DE NOVO

Regeneração descreve a obra de Deus de dar nova vida espiritual ao crente. Os seres humanos sem Cristo estão “mortos em delitos e pecados” (Efésios 2:1) e devem ser vivificados ou regenerados pelo Espírito Santo (Tito 3:5). Este dom de uma nova vida espiritual através de Jesus Cristo permite certo relacionamento com Deus, a capacidade de adorá-Lo em espírito e em verdade (João 4:24), e é simultânea com a Justificação (parágrafo anterior). É ato gracioso de Deus para reavivar a vida espiritual perdida em Adão (1 Coríntios 15:22)

para agora poder caminhar segundo o Espírito e não segundo a carne (Romanos 8:1-11). Assim, o indivíduo é “nascido de novo” ou nascido de Deus (1 João 5:1). Em resposta à dupla pergunta de Nicodemos: “Como pode um homem nascer, sendo velho? Ele pode entrar pela segunda vez no ventre de sua mãe e nascer?”, Respondeu Jesus: “Em verdade, em verdade te digo que, se alguém não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus” (João 3:4, 5). Nascer de novo, então, é se tornar uma nova criatura em Cristo, filho de Deus, justificado e regenerado, como resultado de verdadeiro arrependimento e fé na obra consumada de Jesus Cristo. Não há outra maneira de entrar no reino. Esta entrada numa nova vida de discipulado a Cristo (Atos 2:42) que envolve o crente em buscar ativamente mais de Deus, comunhão e adoração com o povo de Deus, e obedecendo intencionalmente Palavra de Deus à medida que o crente aprende a “possuir o seu vaso (corpo inteiro) em santificação e honra” (1 Tessalonicenses 4:4).

SANTIFICAÇÃO

A santificação, como a salvação, em última análise, se estende por toda a vida do crente. Inicialmente, é uma obra da graça subsequente para ser justificado, regenerado ou nascido de novo. É uma obra instantânea, que tanto define alguém separado para Deus (1 Coríntios 1:2) e crucifica e limpa a velha natureza, capacitando o crente a estar livre da regra dominante do pecado: “sabendo isto: que o nosso velho homem foi com ele crucificado, para que o corpo do pecado seja desfeito, a fim de que não sirvamos mais ao pecado. Porque aquele que está morto está justificado do pecado” (Romanos 6:6, 7). “E é o que alguns têm sido, mas haveis sido lavados, mas haveis sido santificados, mas haveis sido justificados em nome do Senhor Jesus e pelo Espírito do nosso Deus” (1 Coríntios 6:11). Este destronamento da velha natureza, esta limpeza, essa separação, coloca sobre o crente a demanda bíblica para “mortificar os feitos do corpo” através do Espírito (Romanos 8:12, 13) e “Mortificai, pois, os vossos membros que estão sobre a terra: a prostituição (imoralidade sexual), a impureza, o apetite (anormal) desordenado, a vil concupiscência (desejo por coisas terrenas) e a avareza, que é idolatria” (Colossenses 3:5). Segundo Pedro 3:17, 18 estimula ainda mais o crescimento na graça de Deus e no conhecimento de Jesus Cristo: “Mas vocês, meus amigos, já sabem disso. Portanto, tomem cuidado para não serem levados pelos erros de pessoas imorais e para não caírem da sua posição segura. Porém continuem a crescer na graça e no conhecimento do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. Glória a ele, agora e para sempre! Amém!”. Há, em seguida, na santificação, uma responsabilidade por parte do crente para “tirar” alguns hábitos e práticas, e para “colocar” outros, o que significa que deve haver intencionalidade à santidade (Efésios 4:22-32). A santificação nos

fortalece contra o controle do pecado, o crente responde com uma mente renovada para ser transformado na imagem de Cristo (Romanos 12:1, 2) e para ser santo em vida e conduta (2 Coríntios 7:1).

SANTIDADE

A santidade é um comando de nosso Senhor: “Sede santos, porque eu sou santo” (1 Pedro 1:14-16), o estado de ser livre do pecado (o domínio do pecado) possível graças ao santificador trabalho de limpeza de Deus (Romanos 6:11-14; 1 Coríntios 6:11), e mantida também pela busca ativa de todo o coração de uma vida da semelhança de Cristo por parte do crente amadurecente. “Porque a graça de Deus se há manifestado, trazendo salvação a todos os homens, ensinando-nos que, renunciando à impiedade e às concupiscências mundanas, vivamos neste presente século sóbria, justa e piamente” (Tito 2:11, 12). “Segui a paz com todos, e a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor” (Hebreus 12:14). “Porque não nos chamou Deus para a imundícia, mas para a santificação” (1 Tessalonicenses 4:7). “Ora, amados, pois que temos tais promessas, purifiquemo-nos de toda imundícia da carne e do espírito, aperfeiçoando a santificação no temor de Deus” (2 Coríntios 7:1). Santidade também deve ser objetivo coletivo da Igreja como o corpo de Cristo para demonstrar os louvores (virtudes) daquele que nos chamou “das trevas para a sua maravilhosa luz” (1 Pedro 2:9, 10).

BATISMO COM O ESPÍRITO SANTO

“E disse-lhes Pedro: Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para perdão dos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo. Porque a promessa vos diz respeito a vós, a vossos filhos e a todos os que estão longe: a tantos quantos Deus, nosso Senhor, chamar” (Atos 2:38, 39). O batismo com o Espírito Santo como ocorreu no dia de Pentecostes e em lugares subsequentes no livro de Atos (8:14-17; 10:44-46; 19:2-7) é uma experiência definitiva posterior às experiências da salvação e santificação ou pode acompanhá-los de uma forma quase simultânea. Jesus disse aos seus discípulos: “... porque ele habita convosco e estará em vós” (João 14:17). Esta habitação é uma experiência definitiva, instantânea descrita nas Escrituras, a palavra “batismo” e é acompanhada pela evidência de falar em outras línguas conforme o Espírito Santo concede que falemos. O batismo é também revestimento do crente para o serviço no reino do Espírito Santo, como a Igreja recebeu o poder no dia de Pentecostes para ir adiante com a mensagem do Evangelho: “Mas recebereis a virtude do Espírito Santo, que há de vir sobre vós; e ser-me-eis testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria e até aos confins da terra” (Atos 1:8). Essa experiência não deve ser confundida com o batismo nas águas, a regeneração ou santificação.

O Espírito Santo “é chegado” (foi enviado pelo Cristo-Atos 2:33) para “convencer o mundo do pecado, da justiça e do juízo”, para servir como guia da Igreja e diretor, e revelar as coisas de Cristo (João 16:7-15). Como tal, é importante que os crentes busquem tanto o batismo (Atos 2:38, 39) quanto sua plenitude (Efésios 5:18), a fim de que possam se familiarizar com sua liderança e orientação e participar cooperativamente em Sua obra, tanto para a maturidade cristã pessoal e para o serviço na missão de Cristo para o mundo.

FALAR EM OUTRAS LÍNGUAS

Falar em outras línguas -línguas (magnificar a Deus através de proferir Suas maravilhosas obras em línguas normalmente desconhecidas para quem fala -Atos 2:4-8, 11; 10:44-46) é comum no livro de Atos para descrever o vinda do Espírito Santo sobre os crentes como claramente nos textos bíblicos anteriores. Atos 19:6 mostra também o mesmo resultado (falar em línguas e profetizar), quando o apóstolo Paulo impôs as mãos em 12 crentes na cidade de Éfeso para que eles recebessem o Espírito Santo. Ao regulamentar a ordem e o uso dos dons espirituais para os santos de Corinto (1 Coríntios 12-14), Paulo também permite o uso privado de línguas em oração a Deus e indica que este edifica o espírito do crente individual (14:2-4). Os dons de línguas e interpretação de línguas para uso público na congregação reunida são, é claro, para ser distinguido do batismo com o Espírito como aplicado na experiência do indivíduo. Paulo deixa isso claro, referindo-se a sua própria experiência (cf. Atos 9:17-19), quando ele diz: “Dou graças ao meu Deus, porque falo mais línguas do que vós todos” (1 Coríntios 14:18). Ao fechar sua admoestação, priorizando o dom mais útil de todos para a edificação pública (profecia), ele teve o cuidado de acrescentar: “e não proibais o falar em línguas” (v. 39).

Seguindo o padrão bíblico de Atos, a Igreja de Deus da Profecia e de outras igrejas clássicas Santidade/ pentecostais ensinam que falar em outras línguas, conforme o Espírito concede é a evidência inicial (observável por outros) do batismo com o Espírito Santo. No entanto, ela não é para ser considerada ou procurada como uma experiência “final”. A caminhada diária e uma vida no Espírito (Romanos 8:1-14) continuará a construir o caráter cristão (o fruto do Espírito) e deve ser o desejo e a prática de cada crente.

FRUTO DO ESPÍRITO

Como mencionado acima, caminhada diária e uma vida no Espírito fará com que o fruto do Espírito se manifeste regularmente na vida do crente: “Mas o fruto do Espírito é: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança contra estas coisas não há lei” (Gálatas 5:22, 23). Tal fruto não

pode ser produzido pela carne ou pela natureza humana. Na verdade, a natureza oposta e atos nitidamente contrários da carne são parcialmente enumerados no mesmo texto, com a observação de conclusão, "... os que cometem tais coisas não herdarão o reino de Deus" (v. 21). "Digo, porém: Andai em Espírito, e não haveis de cumprir a cobiça da carne" (v. 16). "Pois outrora éreis trevas, mas agora sois luz no Senhor: andai como filhos da luz (pois o fruto da luz consiste em toda bondade, e justiça e verdade)" (Efésios 5:8, 9). A obra do Espírito é crucial para a vida do crente e da igreja.

RESTAURAÇÃO TOTAL DOS DONS À IGREJA

De acordo com a obra do Espírito, os vários dons espirituais são dados para e na igreja e se manifestam por meio de pessoas, por vezes, de maneira aparentemente residente (repetidamente) e, outras vezes, de forma espontânea, como por unção direta do Espírito em um dado contexto (1 Coríntios 12:4-11, Romanos 12:4-8, Efésios 4:7-16). Embora existam períodos históricos em que os dons espirituais não eram tão visíveis como outras vezes, não há nenhuma garantia bíblica para apoiar a idéia de que esses dons cessaram. Com base nos textos bíblicos anteriores e outros, a Igreja de Deus da Profecia ensina que os dons espirituais existem no corpo de Cristo e são de propriedade, distribuídos, controlados e operados pelo Espírito, uma vez que O agrada. A Igreja não defende reivindicações pessoais para os dons, mas encoraja os indivíduos a humildemente conhecer e cumprir seus chamados para o serviço cristão, em resposta a liderança do Espírito e com as habilidades que Ele nos dá. À medida que a igreja é restaurada ao poder do Novo Testamento, os dons do Espírito são esperados para servir a edificar o corpo de Cristo nestes últimos dias, assim como os mesmos dons fizeram em épocas anteriores.

SINAIS QUE SE SEGUEM OS CRENTES

Por causa de dons espirituais e da obra soberana do Espírito Santo, sinais e maravilhas podem acompanhar as obras e ministérios de verdadeiros crentes. Marcos 16:17-20 registra: "E estes sinais seguirão aos que crerem: em meu nome, expulsarão demônios; falarão novas línguas; pegarão nas serpentes; e, se beberem alguma coisa mortífera, não lhes fará dano algum; e imporão as mãos sobre os enfermos e os curarão... E eles, tendo partido, pregaram por todas as partes, cooperando com eles o Senhor e confirmando a palavra com os sinais que se seguiram. Amém!". Enquanto Jesus identificou para seus apóstolos o que pode seguir na vida daqueles que acreditam, a importação deste texto, quando equilibrado contra outras escrituras salvação, como Romanos 10:8-13, não permite a estes a ocorrer (se simultaneamente ou um por um) em cada instância de salvação. No entanto, a Igreja não vê mandato bíblico para a cessação destes sinais, mas acredita que eles ocorreram e ainda estão ocorrendo hoje. "Porque, se a palavra falada pelos anjos permaneceu

firme, e toda transgressão e desobediência recebeu a justa retribuição, como escaparemos nós, se não atentarmos para uma tão grande salvação, a qual, começando a ser anunciada pelo Senhor, foi-nos, depois, confirmada pelos que a ouviram; testificando também Deus com eles, por sinais, e milagres, e várias maravilhas, e dons do Espírito Santo, distribuídos por sua vontade?” (Hebreus 2:2-4).

CURA DIVINA

A soberana graça e misericórdia de Deus, por meio da expiação de Jesus Cristo para todos os nossos pecados e, finalmente, para todas as conseqüências do pecado, provê a cura/salvação de nossas almas, assim como nossos corpos em Sua obra no Calvário. Na tradição de Jesus e seus apóstolos, como registrado nos Evangelhos e Atos (Marcos 3:1-5; 9-12; 14, 15; Mateus 10:8; Atos 5:12), a Igreja acredita que a cura divina é realizado pelo poder de Deus, sem a ajuda de medicamentos ou habilidades cirúrgicas (Mateus 8:14-17). Embora seja claro que Deus nem sempre cura instantaneamente em resposta a todas as orações para a cura (seja do indivíduo ou de alguém orando em nome de um indivíduo - veja 2 Timóteo 4:20), isto também é um dever bíblico claro dos anciãos e ministros da Igreja orarem pelos enfermos e visitar os doentes (Tiago 5:13-18 com Mateus 25:34-40). “Bendize, ó minha alma, e não te esqueças de nenhum dos seus benefícios: É Ele quem perdoa todas as tuas iniquidades, quem sara todas as tuas enfermidades” (Salmo 103:2, 3). Este texto aborda especificamente a alma, mas a pessoa como um todo (espírito/ alma e corpo) pode ser divinamente curados pelo poder de Deus. A cura de pessoas, em resposta à fé e oração (Atos 3:11-16) e pela misericórdia especial de Deus (para poupar alguns de seus servos mais tristeza, cf. Filipenses 2:25-27) é definitivamente confirmado nas Escrituras. Nós temos o dever de continuar a orar fervorosamente para o doente, humildemente deixando nas mãos de Deus trabalhar a Sua vontade soberana.

BATISMO EM ÁGUA

O batismo nas águas é o ato de ser imerso em água de acordo com o mandamento e as instruções de Cristo (Mateus 28:19). Esta ordenança não tem o poder de limpar os pecados, mas é a resposta de uma boa consciência para com Deus (1 Pedro 3:21) e representa para o crente uma identidade com a morte, sepultamento e ressurreição de nosso Senhor (Romanos 6:3-5). Marcos 16:16 reforça ainda mais a necessidade desse passo de obediência: “Quem crer e for batizado será salvo, mas quem não crê será condenado”. No dia de Pentecostes, o apóstolo Pedro disse aos que estavam sob convicção o que deveriam fazer: “Arrependei-vos e sejam batizados, cada um de vocês em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo” (Atos 2:38). Obviamente, os apóstolos literalmente seguiram as instruções do Se-

nhor, e não podemos fazer menos. Batismo, então, é uma evidência externa de nossa submissão a Cristo na salvação e nossa declaração pública de que somos Seus seguidores. Ele nos identifica com o Seu povo em Seu reino. “Então, os que lhe aceitaram a palavra foram batizados, e naquele dia agregaram-se quase três mil almas” (2:41, ver também 10:47, 48 e 16:30-33).

A CEIA DO SENHOR

A Ceia do Senhor é uma ordenança sagrada que o nosso próprio Senhor instituiu na noite em que foi traído, enquanto Ele comia a Páscoa com seus discípulos (Lucas 22:14-22). Ele instruiu que isso fosse feito em memória Dele. Isto representa a nossa comunhão uns com os outros com Deus. O apóstolo Paulo reiterou as instruções do Senhor aos Coríntios (1 Coríntios 11:23-25), acrescentando alguns detalhes úteis: “Porque, todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciais a morte do Senhor, até que venha. Portanto, qualquer que comer este pão ou beber o cálice do Senhor, indignamente, será culpado do corpo e do sangue do Senhor. Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e assim coma deste pão, e beba deste cálice. Porque o que come e bebe indignamente come e bebe para sua própria condenação, não discernindo o corpo do Senhor. Por causa disso, há entre vós muitos fracos e doentes e muitos que dormem. Porque, se nós nos julgássemos a nós mesmos, não seríamos julgados. Mas, quando somos julgados, somos repreendidos pelo Senhor, para não sermos condenados com o mundo. Portanto, meus irmãos, quando vos ajuntais para comer, esperai uns pelos outros” (vv. 26-33).

É, por conseguinte, a posição da igreja que esta deva ser observada com toda a gravidade e de forma ordeira. Ninguém deve se aproximar da mesa do Senhor com pecado sem perdão em seu coração, e todos devem consagrar-se em oração, antes e após cada ocasião desta observância. A Ceia do Senhor consiste em “fruto da videira” (suco de uva não fermentado, como é nossa prática), representando o sangue de Cristo, com pães asmos, representando Seu corpo partido na cruz. A Igreja encoraja que a Ceia do Senhor, seja observada pelo menos uma vez por trimestre, mas fazê-lo com mais frequência é certamente compatível com o ensino bíblico: “Todos os dias, unidos, se reuniam no pátio do Templo. E nas suas casas partiam o pão e participavam das refeições com alegria e humildade. Louvavam a Deus por tudo e eram estimados por todos. E cada dia o Senhor juntava ao grupo as pessoas que iam sendo salvas”(Atos 2:46, 47 NTLH).

LAVAR OS PÉS DOS SANTOS

Lavar os pés foi instituído por Jesus na noite da Última Ceia e é considerado pela Igreja uma ordenança do Novo Testamento para observar. Como a Ceia do Senhor representa a nossa comunhão com Cristo, lava-pés representa nossa

unidade comum (comunidade) uns com os outros como seguidores de Cristo e co-participantes com ele. Jesus enviou dois de seus discípulos para a casa de um amigo especial em Jerusalém para preparar para a refeição da Páscoa (Marcos 14:12-17). Estas preparações teria incluído uma bacia, jarro de água e uma toalha para a lavagem habitual dos pés. De acordo com o versículo 17 acima, os doze vieram com Jesus, mas não há nenhuma menção do lava-pés. Lucas diz-nos que havia angústia entre os discípulos de Jesus quando anunciou que um deles iria traí-lo e também que houve uma discussão entre eles sobre quem deveria ser o maior (Lucas 22:21-24). Jesus ensinou-os serviço como a sua relação direita (vv. 25-27) e demonstrou sua postura como um servo entre eles os lavando seus pés (João 13:3-5). Ao estabelecer esse espírito de servidão entre eles, Jesus disse: "... Entendeis o que vos tenho feito? Vós me chamais Mestre e Senhor e dizeis bem, porque eu o sou. Ora, se eu, Senhor e Mestre, vos lavei os pés, vós deveis também lavar os pés uns aos outros. Porque eu vos dei o exemplo, para que, como eu vos fiz, façais vós também... Se sabeis essas coisas, bem-aventurados sois se as fizerdes" (vv. 12-15, 17). A Igreja encoraja que lavar os pés ser observado no mesmo serviço que a Ceia do Senhor, sempre que possível e de uma forma decente e ordenada.

DÍZIMANDO E OFERTANDO

Dízimo significa trazer um décimo de nossa renda para a tesouraria da Igreja (Provérbios 3:9, 10). O primeiro registro bíblico do dízimo para a obra de Deus começou com Abraão, que pagou o dízimo a Melquisedeque (sacerdote do Deus Altíssimo) dos despojos de sua batalha com os reis (Gênesis 14:18-20), continuou sob a lei, e recebeu a aprovação de nosso Senhor (Mateus 10:5-10; 23:23). Outros escritores do Novo Testamento fazem referência das provisões de Deus para os que pregam o evangelho, que vivam (sejam apoiados) pelos ouvintes do Evangelho (1 Coríntios 9:6-14, Lucas 10:7). Veja também Hebreus 7:4-10, que dá ao dízimo uma certa transcendência geracional. A Igreja considera que a obrigação de dar o dízimo bíblico não é cumprida por apenas dando diretamente para os pobres ou para os indivíduos ou as boas causas. Enquanto a Igreja defende e participa de todo esse apoio, sua compreensão da prática bíblica do dízimo é que os dízimos sejam pagos-trazidos para a tesouraria da Igreja para a obra do Senhor, especialmente para o benefício daqueles que ministram a Palavra (Hebreus 7:8). Bênçãos e favor de Deus seguirão em todas as áreas produtivas da vida (Malaquias 3:7-12).

Ofertas difere de dízimo e são feitas além do dízimo. Ambos fazem parte do plano de Deus para financiar a Sua obra na terra (1 Coríntios 16:1-4, Filipenses 4:10-19). Um espírito de generosidade que sempre permeou a Igreja desde tempos muito antigos (Atos 4:32-35), e o apóstolo Paulo citou nosso Senhor aos anciãos de Éfeso

em seu discurso de despedida, aconselhando-os “... recordar as palavras do Senhor Jesus, que disse: Mais bem-aventurada coisa é dar do que receber” (20:35). Uma vez recebidos na tesouraria da Igreja, dízimos e ofertas são reguladas através de decisões adequadas da Igreja e são administrados pelo pessoal autorizado da política da Igreja.

RESTITUIÇÃO ONDE POSSÍVEL

Restituição é o ato de restaurar algo tomado injustamente ou satisfazer alguém que tenha sido injustiçado. Fazendo as coisas direito, tanto quanto for humanamente possível é um resultado natural da salvação pela graça de Deus como visto na maneira como Zaqueu respondeu a visita salvadora de nosso Senhor à sua casa: “E, levantando-se Zaqueu, disse ao Senhor: Senhor, eis que eu dou aos pobres metade dos meus bens; e, se em alguma coisa tenho defraudado alguém, o restituo quadruplicado. E disse-lhe Jesus: Hoje, veio a salvação a esta casa, pois também este é filho de Abraão” (Lc 19:8, 9). Se não for possível entrar em contato com a pessoa ou instituição envolvida, o crente deve ainda apresentar um desejo de devolver o que foi tirado, para restaurar um relacionamento, ou buscar o perdão. Quando necessário, aqueles que fazem a restituição devem suportar pacientemente todas as consequências que podem resultar, como sanções legais, custos financeiros, ou mesmo rejeição por parte das pessoas. “E, por isso, procuro sempre ter uma consciência sem ofensa, tanto para com Deus como para com os homens” (Atos 24:16) .

SEGUNDA VINDA PRÉ -MILENAR DE JESUS

Nosso Senhor Jesus Cristo está voltando de novo à terra (Atos 1:11), e a Igreja entende esta vinda em duas fases: primeiro, nos ares para ressuscitar os santos mortos e arrebatá-los para encontrá-Lo de modo que todos os que estão em Cristo possam participar da ceia das bodas do Cordeiro: “Porque o mesmo Senhor descera do céu com alarido, e com voz de arcanjo, e com a trombeta de Deus; e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro depois, nós, os que ficarmos vivos, seremos arrebatados juntamente com eles nas nuvens, a encontrar o Senhor nos ares, e assim estaremos sempre com o Senhor” (1 Tessalonicenses 4:16, 17; ver também 1 Coríntios 15:51, 52). “E disse-me: Escreve: Bem-aventurados aqueles que são chamados à ceia das bodas do Cordeiro. E disse-me: Estas são as verdadeiras palavras de Deus” (Apocalipse 19:9). Em segundo lugar, Jesus voltará com os santos para reinar na terra por mil anos: “. . . e viveram e reinaram com Cristo durante mil anos. Mas os outros mortos não reviveram, até que os mil anos se acabaram. Esta é a primeira ressurreição” (20:4, 5, ver também Zacarias 14:4-9, Apocalipse 5:10, 20:6) .

RESSURREIÇÃO

O plano de Deus para o mundo inclui um tempo de responsabilidade de todas as pessoas (vivos e mortos) diante de Seu tribunal. Por esta razão, todos os mortos, tanto justos e injustos, serão ressuscitados. Como parte da garantia deste julgamento, Deus ressuscitou Jesus dos mortos e o nomeou juiz (Atos 24:15 ; Daniel 12:2; 2 Coríntios 5:10, Atos 17:30, 31). No entanto, a ressurreição dos ímpios mortos e seu tempo de julgamento não ocorrerá antes o reinado de mil anos de Cristo na terra com Seus santos (Apocalipse 20:4-6). Paulo expressou a esperança cristã na ressurreição desta forma: “para conhecê-lo, e a virtude da sua ressurreição, e a comunicação de suas aflições, sendo feito conforme a sua morte; para ver se, de alguma maneira, eu possa chegar à ressurreição dos mortos” (Filipenses 3:10). Nós olhamos para o Salvador do céu. Paulo diz: “que transformará o nosso corpo abatido, para ser conforme o seu corpo glorioso, segundo o seu eficaz poder de sujeitar também a si todas as coisas” (v. 21).

VIDA ETERNA PARA OS JUSTOS

Na oração sacerdotal de Jesus, Ele definiu a vida eterna como se segue: “E esta é a vida eterna: que Te conheçam a Ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste” (João 17:3). O Novo Testamento em toda parte ensina que a vida eterna é prometida para aqueles que acreditam em Jesus: “Porque Deus amou o mundo de tal maneira, que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3:16). Aqueles que morrem no Senhor e aqueles que estão servindo a Ele quando Ele voltar receberão a recompensa da vida eterna: “Mas, agora, libertados do pecado e feitos servos de Deus, tendes o vosso fruto para santificação, e por fim a vida eterna. Porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna, por Cristo Jesus, nosso Senhor”(Romanos 6:22, 23).

CASTIGO ETERNO PARA OS ÍMPIOS

Como nós vivemos nossas vidas neste mundo determina o nosso destino na próxima, a nossa recompensa eterna (Daniel 12:2; Romanos 2:4-9). Os não convertidos e os ímpios estão condenados ao castigo eterno a partir do qual não há como escapar -sem libertação, sem aniquilação: “E irão estes para o tormento eterno, mas os justos, para a vida eterna” (Mateus 25:46). “Mas, quanto aos tímidos, e aos incrédulos, e aos abomináveis, e aos homicidas, e aos fornicadores, e aos feiticeiros, e aos idólatras e a todos os mentirosos, a sua parte será no lago que arde com fogo e enxofre, o que é a segunda morte” (Apocalipse 21:8). “e a vós, que sois atribulados, descanso conosco, quando se manifestar o Senhor Jesus desde o céu, com os anjos do seu poder, como labareda de fogo, tomando

vingança dos que não conhecem a Deus e dos que não obedecem ao evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo; os quais, por castigo, padecerão eterna perdição, ante a face do Senhor e a glória do seu poder”(2 Tessalonicenses 1:7-9) .

ABSTINÊNCIA DE TODO LICOR OU BEBIDAS FORTES

“O vinho é escarnekedor, e a bebida forte, alvoroçadora; e todo aquele que neles errar nunca será sábio” (Provérbios 20:1). “Mas também estes erram por causa do vinho e com a bebida forte se desencaminham; até o sacerdote e o profeta erram por causa da bebida forte; são absorvidos do vinho, desencaminham-se por causa da bebida forte, andam errados na visão e tropeçam no juízo”(Isaías 28:7). “Não estejas entre os beberrões de vinho, nem entre os comilões de carne. Porque o beberrão e o comilão cairão em pobreza; e a sonolência faz trazer as vestes rotas” (Provérbios 23:20, 21). Devido a estes e outros textos bíblicos, a Igreja de Deus da Profecia ensina a abstinência do uso de bebidas intoxicantes. Ensino bíblico é: “E não vos embriagueis com vinho, em que há contenda, mas enchei-vos do Espírito” (Efésios 5:18). Nós também somos aconselhados “que cada um de vós saiba possuir o seu vaso em santificação e honra” (1 Tessalonicenses 4:4). (Veja também 1 Coríntios 5:11; 6:10; 10:31; Gálatas 5:21).

SOBRE TABACO, ÓPIO, MORFINA, ETC.

“Ora, amados, pois que temos tais promessas, purifiquemo-nos de toda imundícia da carne e do espírito, aperfeiçoando a santificação no temor de Deus” (2 Coríntios 7:1). “Ou não sabeis que o nosso corpo é o templo do Espírito Santo, que habita em vós, proveniente de Deus, e que não sois de vós mesmos? Porque fostes comprados por bom preço; glorificai, pois, a Deus no vosso corpo e no vosso espírito, os quais pertencem a Deus” (1 Coríntios 6:19, 20). O uso de tabaco em qualquer forma é proibido, assim como o uso habitual de narcóticos ou outras drogas que viciam. Vícios e escravidões a drogas ou outras substâncias são incompatíveis com a rendição do nosso corpo ao Senhor como vasos sagrados de honra para o Seu uso (Romanos 12:1, 2; 1 Tessalonicenses 4:4). “Portanto, quer comais, quer bebais ou façais outra qualquer coisa, fazei tudo para a glória de Deus” (1 Coríntios 10:31).

SOBRE COMIDAS E BEBIDAS

O Novo Testamento não faz nenhuma regra rígida sobre quais os alimentos que um cristão deve comer ou beber com exceção da bebida forte e substâncias que causam dependência e escravizantes. “Portanto, ninguém vos julgue pelo comer, ou pelo beber, ou por causa dos dias de festa, ou da lua nova, ou dos sábados, que são sombras das coisas futuras, mas o corpo é de Cristo” (Colossenses 2:16, 17). Assim, não temos o direito de julgar o que o nosso irmão ou

irmã come ou bebe. As restrições legais da Lei mosaica relativos a isto não foram estendidos para a Dispensação da Graça: “porque o Reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, e paz, e alegria no Espírito Santo” (Romanos 14:17). Veja também 1 Coríntios 8:8 e 1 Timóteo 4:1-5.

SÁBADO

O livro de Gênesis nos diz que no sétimo dia, Deus terminou Sua obra e abençoou naquele dia, e o santificou (Gênesis 2:2, 3). Este foi, sem dúvida, o seu plano de preparação para separar Israel, como um povo especial, pois para eles, Ele deu a Lei, que contou com a observância do sábado.

A correção de Jesus para a estrita observância do sábado pelos fariseus (Marcos 2:27, 28) colocou pessoas acima de escravidão ao dia e afirmou Sua Senhoria sobre tal dia. Como tal, a Igreja de Deus da Profecia ensina que a observância desse dia, por si só não foi transportada para a Dispensação da Graça. Domingo não é o sábado, mas apenas um dia reservado para dar atenção especial para a adoração a Deus. Na Igreja Primitiva, que se referiam ao domingo como “o primeiro dia da semana”, e mais tarde como o “Dia do Senhor”, ou “Dia da Ressurreição”. Portanto, o culto no domingo é também muito apropriado. Os cristãos são obrigados a manter todos os dias santos, em vez de apenas um dia particular. O sábado judeu também foi um tipo de Jesus Cristo, que é apresentado nas Escrituras como o nosso descanso (Hebreus 4:1-11). “Portanto, ninguém vos julgue pelo comer, ou pelo beber, ou por causa dos dias de festa, ou da lua nova, ou dos sábados, que são sombras das coisas futuras, mas o corpo é de Cristo” (Colossenses 2:16, 17). Veja também Romanos 14:5, 6.

ADORNO

A Escritura não proíbe o uso de um símbolo cultural de casamento devido às condições conjugais, sociais e culturais; nem estabelece a sua necessidade. Em certos casos, o símbolo ou emblema do casamento pode fortalecer a disposição e ordem de casamento, e, portanto, seu uso não é para ornamentação. Portanto, o símbolo do casamento cultural ou emblema, embora não exigido, pode ser usado devido a situações conjugais, sociais e culturais, a fim de preservar o princípio da autoridade e da integridade do casamento (Gênesis 3:16; 1 Coríntios 11:8; Efésios 5:22, 23). Escritura não proíbe (absolutamente), nem requer o uso de adorno ornamental. Ele dá fortes princípios de precaução para o seu uso, como a modéstia, pudor e sobriedade e chama a atenção para o ornamento do homem interior, o de “um espírito manso e tranquilo” (1 Timóteo 2:9, 10; 1 Pedro 3: 3, 4). Ornamentação não deve ser utilizado em qualquer forma que se presta a práticas idólatras, oculto, ou lascivas (Isaías 3:18-22, Atos 8:9;

19:19; 1 Coríntios 5:10; 6:9; Gálatas 5:19-21; Apocalipse 2:20-23). É também importante recordar que o adorno inclui mais que jóias sozinho. Para aplicar os princípios de prudência da Escritura (tanto para aqueles que usam e os que não o fazem), um princípio primordial é encontrada em Romanos 14:13: “Assim que não nos julgemos mais uns aos outros; antes, seja o vosso propósito não pôr tropeço ou escândalo ao irmão”.

FILIAÇÃO EM LOJAS/ SOCIEDADES SECRETAS

A Bíblia se opõe ao povo de Deus ficar jugo desigual com os infiéis (2 Coríntios 6:14-18); se opõe às ações feitas em segredo, e exige a lealdade completa e indivisível dos filhos de Deus: “Jesus lhe respondeu: Eu falei abertamente ao mundo; eu sempre ensinei na sinagoga e no templo, onde todos os judeus se ajuntam, e nada disse em oculto” (João 18:20; ver também Lucas 16:13). Muitas das sociedades secretas/ organizações exigem a tomada de um juramento de segredo, e juramento é expressamente proibido (ver parágrafo seguinte), como veremos em breve (Efésios 5:12, 13).

DISCURSO SAUDÁVEL DO CRENTE

O fazer juramento é uma coisa vã e condenada nas Escrituras. Uma afirmação da verdade de qualquer coisa é suficiente e geralmente aceito até mesmo nos tribunais: “Mas eu vos digo: não jureis, nem pelo céu, porque é o trono de Deus: nem pela terra, porque é o seu escabelo: nem por Jerusalém, porque é a cidade do grande Rei. Nem jures pela tua cabeça, porque não podes tornar um cabelo branco ou preto. Mas deixe que a sua comunicação seja: Sim, sim; Não, não: para tudo o que é mais do que estes vem do maligno” (Mateus 5:34-37, ver também Tiago 5:12). O termo “jurar” também é usado em profanações, o que a Bíblia ensina contra: “Que nenhuma comunicação torpe saia da vossa boca, mas só a que for boa para promover a edificação, para que dê graça aos que a ouvem” (Ef 4:29, ver também 5:4).

CASAMENTO, DIVÓRCIO, E NOVO CASAMENTO

Gênesis 1:26, 27; 2:18-25; Deuteronômio 6:7; Mateus 5:32; 14:3, 4; 19:3-12; Marcos 10:12; Lucas 16:18; Romanos 7:2, 3; 1 Coríntios 5:1-5; 6:9-18; 7:2, 11; Colossenses 3:18-21 .

CASAMENTO E FAMÍLIA

A Igreja de Deus da Profecia afirma o ensino bíblico de que o casamento é sagrado e não deve ser assumido levemente, sem preparação adequada. O casamento foi originalmente instituído por Deus como uma relação de aliança devidamente reconhecida entre um homem e uma mulher para toda a vida.

A Igreja afirma a família bíblica como um pai e uma mãe em casamento, que podem procriar filhos. A Igreja afirma ainda que a casa, incluindo a família estendida, deve ser guiada pelo amor, disciplina e outros aspectos como ensinado na Palavra de Deus. Porque a Igreja está comprometida com a santidade do casamento e da vida humana, nós diligentemente somos contra o aborto, o incesto, o abuso, a eutanásia, adultério, divórcio, homossexualidade e lesbianismo, que acreditamos são contrários ao projeto original de Deus expresso em Sua Palavra. Todos as uniões bíblicamente ilegais, como a do mesmo sexo, incesto, ou casamentos poligâmicos são renunciados pela Igreja, mesmo se eles são reconhecidos como legais por parte dos governos civis.

DIVÓRCIO E NOVO CASAMENTO

Sobre “divórcio” no contexto acima, a Igreja quer dizer a quebra de um legítimo e bíblico casamento e se mantém firmemente no princípio de que esses divórcios não são a vontade de Deus, especialmente entre os cristãos. Perdão, reconciliação e cura deve ser procurado, como prioridade, a fim de preservar o casamento e evitar o divórcio. A Igreja também reconhece que, apesar do ensino bíblico e esforço humano honesto, os divórcios ocorrem, por vezes, contra a vontade de um ou outro cônjuge. Portanto, a Igreja reconhece (em um sentido pastoral) essas causas, além de morte, que seria reconhecido como acabar com um casamento bíblico anteriormente válido. Nesses casos, delineado na página seguinte, os cônjuges não seriam classificados como adúlteros, embora se casou novamente:

1. Se as pessoas se divorciaram e contraíram novas núpcias, por qualquer motivo antes de sua salvação pessoal e têm demonstrado uma vontade de buscar a reparação (perdão do cônjuge ofendido) e restauração, sempre que possível.
2. Se o divórcio ocorreu por causa do comportamento adúltero habitual de um dos cônjuges e os esforços para trazer reconciliação já não são possíveis.
3. Se o divórcio ocorreu por causa de abuso do cônjuge ou de crianças, como comportamento incestuoso que põe em perigo seriamente a vida e a saúde do cônjuge ou familiar e viola a santidade do matrimônio sagrado.

Sob nenhuma circunstância cristãos ou membros da igreja deve iniciar ou pedir o divórcio sem esgotar completamente todas as vias bíblicas e de aconselhamento para restaurar, reconstruir e manter seus casamentos. Os casamentos que violam claramente os padrões bíblicos (como casamentos incestuosos) podem ser objeto de recurso para o Presbitério em consideração específica. Todos os casos de divórcio e recasamento que não se enquadram nas categorias descritas acima devem ser encaminhados para conselho e resolução do pastor

local e liderança da igreja, do Presbitério Estado/ Regional/ Nacional, ou do Presbitério Ministerial Geral (que inclui o supervisor geral e presbíteros gerais) como for apropriado.*

** Consulte o Documento Final “A instituição bíblica do Casamento”, Igreja de Deus da Profecia, Minutas da 94ª Assembleia Internacional de 2006, páginas 152-177. Veja também “Manifesto da Família”, originalmente escrito e de propriedade do “FamilyLife”, e especialmente adaptado (com permissão) por Ministérios da Família para uso inter-igreja pela Igreja de Deus da Profecia, Escritórios internacionais .*

Ministros cessantes/ Giro de Nomeação geral e recebimento de certificados de apreciação na 96ª Assembléia Internacional

Presbíteros Gerais

Felix Santiago

Brice Thompson

Supervisores Nacionais

Santo Cedeno (Belize)

Chu Jea Rhee (Coréia)

Armando Dorantes (México)

Supervisores América do Norte

John Pace (Kansas/Missouri)

Steve Gilmer (North Carolina)

Aldus Todman (Ilhas Virgens —U.S. & Britânica—& Ilhas ABC

BISPOS ORDENADOS NA 97ª ASSEMBLEIA INTERNACIONAL

NATIONS

Bolivia

Javier P. Osco H.

Fiji

Daniel Gann

Honduras

Irael Lopez

Luis Alfaro

Natanel Padilla

Tony Ali Medina

Wilmer Fuentes

Alex Amaya F.

India

Ananda K. Thandu

México

Angel Chavarria R.

Esequiel Rodriguez G.

Jose A. Moranchel P.

Lucio Rojas E.

Panamá

Rupert L. Neblett B.

Fernando Fowler J.

Paraguai

David E. Orozco C.

Ukraine

Motso Vasył

Venezuela

Luis E. Gomez S.

AMÉRICA DO NORTE

Ariz/Nevada/New Mexico

Juan Carlos Cruz

Daniel Felipe

Tassos Metaxas

Hilario Morales

Sebastian Morales

Arkansas/Washington

Leonard Lord

Eastern Canada

Anthony Stewart

Florida

Errol Campbell

Keith Robinson

Trevor McFarlane

Lawrence Singleton

Georgia

Michael Daley

Timothy Mark Minter

Great Lakes

Jack Anderson

Leonard Clarke

Paul Dudding

North Carolina

Thomas Austin

Kenneth Duke

Reggie McDougle

Ohio/West Virginia

Elbert Johnson

Ronald Morris

Robert Osborne

Pensylvania

William Luckadoo

South Carolina

Eddie Crocker

Lewis Droze

Jason Gainey

Rodney Hamright

Walter Barry Manley

Timothy Sloan

Rayford Sweat

Tennessee

Terry Swaw

Jimmy Barrett

Ministros Falecidos, 1 de Junho de 2010 – 31 de Maio de 2012

Bahamas

Seymour, Delegal

Seymour, Mayrona

Bermuda

Swan, Dorothy I.

Bolivia

Gutierrez, Cirilo S.

Botswana

Gwebu, Lovinah N.

British Virgin Islands

Georges, Reginald C.

Canada

Dickerson, Leila G.

Doroshuk, John

Johnson, Pauline

Llewellyn, Reginald

Chile

Tancara, Isaias R.

Democratic Republic of

Congo

Beya, Ntambwe

Guatemala

Ixpatá G., Feliciano

Lobos, Maximiliano

Haiti

Augustin, Wilfrid

Merat, Willy

St. Cilaire, Nesly

India

Raju, Goda S.

Indonesia

Zebua, Fonazaro

Jamaica

Brown, Francella E.

Brown, Melbourne A.
Bryan, Erna A.
Cameron, John N.
Cole, Collin
Craig, Alpheus U.
Graham, Abraham E.
Haase, Esmelin M.
King, Cephas E.
Mighty, Clovis L.
Mighty, Louise M.
Roper, Nehemiah N.
Shaw, Letitia M.
Trusty, Leslie A.
Welch, Verley S.
Wilks, Clarence
Williams, Joseph A.

Nigeria

Martins, Emmanuel A.

Trinidad

Beckles, George
Ramcharitar, Motilal

Turks & Caicos Islands

Williams, Annie V.

United Kingdom

Allen, Sherman O.
Miller, Mavis A.
Thomas, Pearl A.
Williams, Lornie M.

United States of America

Adams, Barbara J.
Adkins, Glen E.
Ajamu, Waleed B.
Arias, David M.
Ayers, Florence A.
Barnes, William E.
Beckwith, J. B.
Beecham, Lottie B.
Bell, Larry C.
Bell, Lloyd C.
Biggers, Henry M.
Borders, Lucy J.
Bradley, Velma I.
Brewster, Morris O.

Brown, Kathryn J.
Browning, Roger E.
Burchill-Kee, Sandra E.
Byrd, Stephen W.
Carlyle, Paul W.
Carter, Roy W.
Christie, Ronald A. (Sr.)
Clements, Gary W.
Cooke, Luther L.
Cotton, Matthew
Craig, Bruce
Davis, Allen (Sr.)
Davis-Walker, Iris
Day, Richard L.
Dean, Bobby L.
Delgado, Braulio M.
Dillon, Clyde T.
Dotson, Clarence L.
Douglas, Ralph J. (Jr.)
Edwards, William E.
Elias, George J.
Emerson, Oscar W. (Sr.)
Emert, John M. (Jr.)
Espinoza, Pascual M.
Flowers, Charles H.
Forbes, Clyde W.
France, Owen W.
Fritts, Edna M.
Galloway, Beulah E.
Gary, Elizabeth K.
Gilkison, Robert T.
Green, Everett E.
Grimsley, J. Carlisle
Groves, Junior B.
Hagood, Mary K.
Hartley, James T.
Hendrix, Grady T.
Herron, Dean A.
Hollis, Noah W. (Sr.)
Hunt, Howard J.
Hunter, Harper (Jr.)
Hutchins, James E.
Jackson, Jannie Dr.
Jones-Carty, Ruby M.
Kelly, Everett L.
King, Lacy T.
Knowles, Walter A. (Sr.)
Kurbis, Daniel L.

Lambert, C. Stanley
Lane, Robert D. (Sr.)
Lewis, Rosezella G.
Linkous, Malcolm T.
Linville, Anna C.
Lobban, Chester D.
Long, Buster E.
Lord, Laura E.
Mahaffy, Fredrick P.
Marique, Mary
Martin, Roy P.
Miller, Richard W.
Mitchell, Ival H.
Mojica, Miguel A.
Morrow, Harley R.
Murphy, John B.
McBride, William J.
McGlothlin, Onaway
McHargu, David Y.
Nobles, Dorothy F.
Noe, Dorothy L.
Norton, William J.
Oaks, Audrey
Patrick, Ruby L.
Pittman, James K. (Sr.)
Dr. Pruitt, Raymond M.
Puckett, Richard L.
Richardson, Basil W.
Richardson, Billy R.
Ricks, James R. (Sr.)
Robertson, Anna L.
Rodriguez, Cipriano
Sanford, Monia F.
Sedwick, George R.
Shaffer, Daryl L.
Shepherd, James
Smith, Gilbert L.
Smith, Sam G. (Jr.)
Smith, Sampson
Srygler, Alpha J.
Stafford, M. S.
Stephens, Jack V.
Stine, Thomas B.
Suggs, Roy A.
Summerall, Clifton L. (Sr.)
Sykes, Lee A.
Thomas, Don B.
Tribble, Arvle L.

Trogon, Robert L.
Vicars, Hubert J.
Weakley, Eugene
Wells, Vera S.
West, Billy G.

White, Hubert L.
Whitman, Charles E.
Wilson, Marion Alva
Windham, Horris L. (Sr.)
Worley, Arthur L.

Wright, Dorothy A.
Wynes, Ray S.
Zorn, Hugh G.